



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA**

**DIOGO DE OLIVEIRA DA SILVA**

**AGRONEGÓCIO: LÓGICAS E LIMITES DE UMA  
ARTICULAÇÃO DISCURSIVA**

**Salvador  
2023**

**DIOGO DE OLIVEIRA DA SILVA**

**AGRONEGÓCIO: LÓGICAS E LIMITES DE UMA ARTICULAÇÃO  
DISCURSIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento econômico

Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio

**Salvador  
2023**

S586      Silva, Diogo de Oliveira da.  
Agronegócio: lógicas e limites de uma articulação discursiva/ Diogo de Oliveira da Silva. - - Salvador, 2023.

295 f.; Il.; tab.; graf.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.  
Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio.

1 Agronegócio. 2. Política – desenvolvimento agrário. 3. Elites agrárias. 4. Agricultura familiar. I. Universidade Federal da Bahia. II. Sampaio, Nuno Jorge Rodrigues Teles. III. Título.

CDD: 338.17361



**Universidade Federal da Bahia**  
Faculdade de Economia  
Programa de Pós-Graduação em Economia  
Mestrado e Doutorado em Economia

---


## TERMO DE APROVAÇÃO

Diogo de Oliveira da Silva

“Agronegócio: lógicas e limites de uma articulação discursiva”

Tese de Doutorado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Salvador, 04 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 **NUNO JORGE RODRIGUES TELES SAMPAIO**  
Data: 05/12/2023 14:08:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Nuno Teles Sampaio  
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)

Documento assinado digitalmente  
 **DANIEL LEMOS JEZIORNY**  
Data: 08/12/2023 12:00:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---


Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny  
(UFRGS)



Documento assinado digitalmente  
**Daniel Ricardo Castelan**  
Data: 11/12/2023 12:48:41-0300  
CPF: \*\*\*.852.308-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan  
(UFSC)

Documento assinado digitalmente  
 **GILCA GARCIA DE OLIVEIRA**  
Data: 05/12/2023 18:15:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Gilca Garcia de Oliveira  
(UFRA)

Documento assinado digitalmente  
 **JORGE OSVALDO ROMANO**  
Data: 12/12/2023 11:18:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Jorge Osvaldo Romano  
(UFRRJ)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todos que tornaram esta tese possível. Meu orientador, Nuno Jorge Teles Sampaio, por ter aceitado orientar este trabalho com a bola já em campo; por seu generoso apoio intelectual no exercício da crítica; pelas sugestões e encorajamento na resolução dos impasses teóricos de investigação e, por fim, pelo incentivo em todas as vezes em que me faltavam condições de seguir o caminho da pesquisa. Também agradeço ao professor Daniel Jeziorny, que esteve comigo no princípio deste trabalho e que também me ofereceu toda liberdade, apoio e suporte na construção das bases desta pesquisa, assim como contribuiu imensamente com a boa crítica, aquela que vai a raiz, na qualificação do projeto de investigação. Agradeço à professora Gilca Garcia que, também na qualificação do projeto de tese, teve papel muito importante para que eu pudesse reordenar os caminhos da investigação. A todos estes, que não foram responsáveis pelos possíveis equívocos, mas sim pela própria finalização deste trabalho.

Agradeço igualmente à Universidade Federal da Bahia (UFBa), por meio do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) desta mesma universidade que, como instituição pública, me forneceu uma casa de ensino e pesquisa, sem a qual eu dificilmente reuniria condições de existir como pesquisador, ponto em que também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) que me possibilitou uma bolsa de pesquisa de doutorado, fundamental para a realização desta investigação.

Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras do PPGE, aos professores (as) da instituição e aos colegas de turma. Agradeço a todos os amigos e amigas que conheci em Salvador. Agradeço à cidade de Salvador, seu povo, cultura, história e luta que foram para mim outra oportunidade de entendimento de mundo.

Agradeço ao Ruan, que viveu comigo todos os bons e difíceis momentos desta tese, pelas renúncias compartilhadas, pela paciência, pelo arroz e o feijão, generosidade, carinho, acalanto, cuidado e amor, sem os quais o caminho teria sido muito mais tortuoso. Agradeço a todos os meus queridos amigos, por estarem comigo.

## RESUMO

Esta tese busca investigar as articulações políticas, econômicas e ideológicas que constituíram o agronegócio como uma identidade a partir dos anos 1990, o que representa compreender as formas pelas quais os interesses das elites agrárias foram constituídos a partir de articulações discursivas. Neste sentido, primeiro buscamos demonstrar, através de base bibliográfica e interpretação histórica, a relação entre a economia e a política como diferenças que são enlaçadas no ordenamento de representação das elites agrárias como classe no decorrer de três tempos históricos discursivos: o ruralismo, a integração ao ideário industrializador e a modernização conservadora. Como segundo momento do processo de pesquisa, nos dedicamos a relacionar os deslocamentos de estrutura discursiva entre o que se convencionou chamar de “modernização conservadora” ao agronegócio como um processo de crescente abertura para a transformação da identidade das elites agrárias a partir de uma dimensão ético-política, no que empregamos três lógicas de investigação: uma lógica social, que deve dar conta de explorar as relações lógicas que constituem o social como uma regularidade de posições diferenciais numa estrutura discursiva em favor do agronegócio; lógicas políticas, na relação entre lógica da equivalência e da diferença, como formas de construção de uma relação hegemônica e formação de uma identidade do agronegócio e, por fim, lógicas fantasmagóricas, que demonstram a capacidade de interpelação do (s) discurso (s) do agronegócio. Conforme apontamos, a lógica de formação do que entendemos por agronegócio é um contínuo intento de deter o fluxo das diferenças que constituem um campo discursivo. Num primeiro momento, este intento hegemônico se dá por meio de uma lógica das diferenças, num contexto de desarticulação de cadeias de equivalência da agricultura familiar camponesa e exclusão da questão agrária do campo da representação simbólica e, num segundo momento, a identificação do agronegócio é deslocada por um limite a este processo de significação por uma totalidade institucionalista. Para a realização da pesquisa, contamos com revisão bibliográfica, análise de dados econômicos, políticos e ideológicos das condições discursivas de emergência do agronegócio a partir do arcabouço epistemológico e ontológico da teoria do discurso.

Palavras-chave: Hegemonia; Relações sociais discursivas; Identidade; Agronegócio.

## ABSTRACT

This thesis seeks to investigate the political, economic and ideological articulations that have constituted agribusiness as an identity since the 1990s, which means understanding the ways in which the interests of agrarian elites have been constituted based on discursive articulations. In this sense, we first sought to demonstrate, through a bibliographical base and historical interpretation, the relationship between economics and politics as differences that are intertwined in the representation of agrarian elites as a class over the course of three discursive historical periods: ruralism, integration into the industrializing ideology and conservative modernization. As the second stage of the research process, we dedicated ourselves to relating the shifts in the discursive structure between what is conventionally called "conservative modernization" and agribusiness as a process of growing openness to the transformation of the identity of agrarian elites from an ethical-political dimension, in which we employed three research logics: a social logic, which must account for exploring the logical relationships that constitute the social as a regularity of differential positions in a discursive structure in favor of agribusiness; political logics, in the relationship between the logic of equivalence and difference, as ways of constructing a hegemonic relationship and forming an agribusiness identity and, finally, phantasmagorical logics, which demonstrate the interpellation capacity of the agribusiness discourse (s). As we have pointed out, the logic behind the formation of what we understand as agribusiness is a continuous attempt to stop the flow of differences that make up a discursive field. At first, this hegemonic attempt takes place through a logic of differences, in a context of the disarticulation of chains of equivalence of peasant family farming and the exclusion of the agrarian question from the field of symbolic representation and, at a second moment, the identification of agribusiness is displaced by a limit to this process of signification by an institutionalist totality. In order to carry out the research, we relied on a literature review, analysis of economic, political and ideological data on the discursive conditions of the emergence of agribusiness from the epistemological and ontological framework of discourse theory.

Keywords: Hegemony; Discursive social relations; Identity; Agribusiness.

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Hegemonia e fronteira social no contexto da redemocratização brasileira.....	99
Figura 2 - Cadeias de equivalência e estratégia de diferença: Agronegócio e agricultura familiar.....	106
Figura 3 - Famílias em ocupações de terra e famílias assentadas - 2006-2017.....	152
Gráfico 1 - Brasil - Número de ocupações de terras – 1985-2016.....	145
Gráfico 2 - Brasil - Número de assentamentos rurais – Assentamentos criados - 1985-2016.....	146
Gráfico 3 - Brasil - Número de famílias assentadas – Assentamentos criados - 1985-2016.....	146
Gráfico 4 - Número de imóveis rurais desapropriados por governos – 1985-2011.....	150
Gráfico 5 - Brasil - Evolução de movimentos socioterritoriais – 2000-2016.....	201
Gráfico 6 - Desmatamento da Amazônia Legal -1998-2004 (Km <sup>2</sup> ) .....	204
Gráfico 7 - Preço de terras agrícolas por região (2002-2021) .....	211



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Congresso Brasileiro do Agronegócio – 2002-2021.....	24
Tabela 2 - Elementos do discurso das Sete teses do mundo rural brasileiro.....	25
Tabela 3 - Caracterização dos elementos discursivos da ordem política de organização do agronegócio.....	96
Tabela 4 - Três conjunturas de organização política da burguesia agrária.....	111
Tabela 5 - Metas II PNRA – 2003/2006.....	150
Tabela 6 - Preferência do eleitorado sobre candidatos à Presidência da República de 2014 e sua relação com o agronegócio.....	219
Tabela 7 - Ocupação de terra – Brasil – 2018.....	238

## LISTA DE SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABIOVE	Associação Brasileira de Indústria e Óleos Vegetais
AGF	Aquisições do Governo Federal
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANEC	Associação Nacional de Exportadores de Cereais
CAB	Congresso do Agronegócio Brasileiro
CAIs	Complexos Agroindustriais
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONDRAF	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável
COSAG	Conselho Superior do Agronegócio
CNDRSS	Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT Rural	Central Única dos Trabalhadores
EGF	Empréstimos do Governo Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAAB	Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IPA	Instituto Pensar Agro
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações não governamentais
PAA	Programas de Aquisição de Alimentos
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PESA	Programa de Saneamento de Ativos
PGPM Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB	Programa Nacional de Produção e uso de biodiesel
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
PRONAP	Programa de Valorização do Pequeno Produtor Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECOOP	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO**

1.1 A METODOLOGIA

1.2 JUSTIFICATIVA

### **2. A TEORIA DO DISCURSO PÓS-MARXISTA**

2.1 O DISCURSO E O SOCIAL: SOBRE ANTAGONISMOS E EXCLUSÕES

2.2 HEGEMONIA, SIGNIFICANTE VAZIO E FLUTUANTE

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

### **3 ARTICULAÇÕES NO DISCURSO AGRÁRIO**

3.1 RURALISMO E VOCAÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL

3.2 A INTEGRAÇÃO AO IDEÁRIO INDUSTRIALIZADOR

3.3 DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO NEOLIBERALISMO

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

### **4 CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO AGRONEGÓCIO**

4.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA DEMOCRATIZADORA E NEOLIBERALISMO

4.2 AJUSTAMENTO E EMERGÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

4.3 O ALINHAMENTO DE DIFERENÇAS

4.4 A QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXCLUSÃO CONSTITUTIVA

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

### **5 O AGRONEGÓCIO COMO UM DISCURSO**

5.1 O PRINCÍPIO DA UNIDADE POLÍTICA

5.2 AGRONEGÓCIO COMO ORGANIZADOR DA BOA AGRICULTURA

5.3 LÓGICA DA EQUIVALÊNCIA: O AGRONEGÓCIO COMO SEGURANÇA JURÍDICA

5.4 RUPTURAS E CONSERVADORISMO

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

### **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **REFERÊNCIAS**

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil representa um conjunto de cadeias agroindustriais que vinculam transações comerciais na produção, industrialização e distribuição de produtos da agricultura e da pecuária (Sauer, 2008; Elias, 2002, 2021; Barros, 2022). Entre as mais importantes commodities, em termos de volume de exportação, estão o complexo de soja, das carnes, produtos florestais, complexo sucroalcooleiro<sup>1</sup>. Estas cadeias de produção de mercadorias do agronegócio têm uma orientação predominantemente voltada para o mercado externo, de modo que a racionalização da gestão da produção no uso de máquinas, equipamentos e insumos, alinhado ao gerenciamento do negócio envolvendo distintos atores locais, nacionais e internacionais<sup>2</sup>, assume uma posição de destaque (Heredia; Palmeira; Leite, 2010).

No plano geral da economia brasileira, os processos ligados à atividade agropecuária, como esta mundialização do agronegócio<sup>3</sup> (Ariovaldo, 2016) em parte descrita anteriormente, se correlacionam com os avanços de *landgrabbing* (Borras *et al.*, 2011; Sauer; Leite, 2012; Wilkinson, 2017), a crescente territorialização do agronegócio (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2013; Pitta; Boechat; Mendonça, 2017), o caráter predominante dos produtos agrícolas e agroindustriais na pauta de exportações brasileiras (Delgado, G., 2012; Salama, 2016), correspondem também ao fortalecimento de um padrão de desenvolvimento superexplorador em busca de lucro e renda da terra, num pacto de economia política a envolver a grande propriedade, alguns complexos agroindustriais, o Estado e o capital financeiro (Delgado, 2010, 2012 2013, 2018), frente a uma nova divisão internacional do trabalho, em que, a grosso modo, se conduz a América Latina ao papel de fonte supridora de matérias-primas (Favareto, 2017).

---

<sup>1</sup> Nos dados agregados até junho de 2013, sobre as exportações brasileiras do agronegócio, o complexo de soja representou 49,28% do resultado do comércio externo do setor, o complexo de carnes, em segundo lugar, foi responsável por 14,05% do montante exportado, em seguida, o complexo de produtos florestais, 9,03% e 7,17% das exportações se deram sobre o complexo sucroalcooleiro, entre outros (AGROSTAT, 2013).

<sup>2</sup> O gerenciamento da produção envolve a produção agropecuária, a transformação agroindustrial, os serviços ligados à atividade de produção e comercialização, o financiamento e a logística de suprimentos e escoamento de produtos.

<sup>3</sup> O Atlas do Agronegócio brasileiro, editado pela Fundação Heinrich Böll e da Fundação Rosa Luxemburgo (2018) contabiliza que na cadeia da soja, commodity agrícolas de maior expressão no agronegócio brasileiro, dominam empresas multinacionais como a ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, conhecidas como ABCD, recentemente incluindo a Cofco; a produção de sementes e agrotóxicos é comandada por empresas como Bayer, que recentemente se fundiu com a Monsanto, Dow Dupont, Dow AgroSciences.

Este significativo “agribusiness/agronegócio” ganhou notoriedade no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990 com a estratégia discursiva de agenciamentos do termo promovida por entidades de representação do setor, a partir do seu autoatribuído papel na geração de riqueza, emprego, renda, interiorização do desenvolvimento e redução da desigualdade, mas fundamentalmente na geração de divisas para a economia brasileira, em torno da ampliação das exportações agropecuárias (Pompeia, 2018).

Ainda no final anos 1990 e início dos anos 2000, sobre o refluxo da crise não resolvida do modelo de crescimento econômico por meio do processo de substituição de importações dos anos 1970-1980, após um conjunto de reestruturações da economia brasileira aos mercados financeiros globais, no que Guilherme Delgado (2012) apontou como ajustamentos constrangidos à ordem global, o agronegócio despontou como alternativa econômica para a crise cambial de 1999 e para o risco de estrangulamento externo:

O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio (Delgado, G., 2012, p.109).

Partindo destas concepções gerais a respeito do agronegócio na economia do Brasil e em sua inserção na economia global, nosso principal questionamento de pesquisa foi norteador pelos seguintes pontos: como esta dominação econômica e seus correspondentes efeitos socioeconômicos foram politicamente articulados? De que modo os agronegócios no Brasil constituíram uma hegemonia que perpassou não apenas as relações econômicas de poder em conjuntura de favoráveis preços externos de commodities a partir de 2002, suporte público a partir de incentivos financeiros, regulação permissiva ao avanço do uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (Teixeira, 2013), frouxidão de política fundiária (Delgado, G., 2013) ,mas também uma estratégia bem-sucedida de articulação política tanto na sociedade civil, quanto no Estado?

Para elaborar estas problematizações, de um ponto de vista teórico, não partimos, como defende Schumpeter, de fatos sociais ou fatos econômicos disponíveis, sem mais reservas, a “mão classificadora do investigador” (Schumpeter, 1997, p.23), mas de articulações discursivas que circulam entre os vãos de objetividades e subjetividades dos processos sociais. Sendo um pouco mais direto: ao me dispor a ler, a escrever ou falar sobre algo, minha atividade é intermediada por concepções, percepções e visões de mundo que podem ser apoiadas ou criticadas no exercício da prática discursiva, mas não podem desta última prescindir (Laclau, 2004).

Partimos da agência num mundo que está aí, de algum modo articulado com seus elementos, momentos e estrutura, em que o trabalho da crítica é, por este modo, percorrer os caminhos destas articulações, ampliar sua problematização, pensar um retroceder aos processos de organização de uma formação discursiva, com seu padrão de relação entre identidades e seu modo de repetição que conformam a construção da hegemonia do agronegócio a partir do discurso. De modo geral, nosso problema de pesquisa está em compreender de que forma este conjunto de interesses em torno da renda da terra foram eficientes, a partir de uma articulação discursiva, em coproduzir uma significação de boa agricultura, ao conformar uma realidade em que o discurso do agronegócio passa a se confundir, por efeitos metonímicos e metafóricos, com o desenvolvimento do país.

Neste diapasão, em primeiro lugar nossa atenção está voltada ao entendimento do modo como tem emergido socialmente um discurso para o agronegócio. Quais elementos discursivos articula, sobre qual falta se constitui, sobre qual ponto nodal discursivo e contra qual antagonismo estabelece uma cadeia de equivalências em que um significado se produz.

Nisto é relevante apontar que não estamos tratando de um tema ao qual a censura de nenhum poder tenha vetado a sua circulação no campo do discurso. Pelo contrário, neste primeiro aspecto a sua aparição se tornou, nas últimas duas décadas, ampla e massiva. Atinge o café da manhã, o almoço e o jantar. Está na sala de aula, nos livros, no rádio, na televisão, nos celulares, nas ruas, a partir de estratégias de interpelação simbólica de cada particularidade. O veto que lhe constitui não está no direto cerceamento do discurso, mas, ao contrário, na exposição absolutamente plástica dele dentro do ordenamento de um campo

discursivo, a partir de um conjunto de descrições, atores, agências, com agregação contínua de elementos de significação que definem as regras sociais do que é bom e o que não é, o que faz e o que não faz parte do agronegócio.

Se quisermos uma prova por verossimilhança destes últimos pontos, basta que observemos um caso atual dado a nós pelo advento das eleições para presidente no Brasil no ano de 2022: numa entrevista no jornal de maior audiência em rede de comunicação aberta no país, dada pelo então candidato Luís Inácio Lula da Silva, foi lhe questionado sobre o que pensava a respeito do agronegócio. Como contexto, no discurso anterior à pergunta veiculado pelo jornal, as políticas dos governos de Lula (2002-2010) para o agronegócio não foram enunciadas como o ponto que divide o campo social, não fragmentavam a ordem, impedindo um apoio do setor ao então candidato, mas sim o possível acoplamento do Partido dos Trabalhadores numa cadeia de equivalências discursivas sobre o campo a partir dos Movimentos Sociais, em particular o mais importante deles no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Após o então candidato à presidência deslocar o antagonismo da relação agronegócio X MST, para a relação antagônica agronegócio X meio ambiente, foi que a articulação discursiva do jornal da emissora Globo – que é parte constitutiva da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – evocou o veto do discurso: “o agronegócio e o meio ambiente caminham juntos” (G1, 2022). Na continuidade da resposta do entrevistado, a apresentadora do Jornal interrompeu a sequência de suas perguntas para novamente restabelecer o discurso do agronegócio com um “esclarecimento” - ao modo tão em voga hoje no combate às notícias falsas a partir de mídias privadas -, que visou desarticular, para a opinião pública, a relação agronegócio e danos ambientais.

Este pequeno, mas marcante caso, nos demonstra algo sobre o procedimento da hegemonia de discurso do agronegócio, ainda que em caráter inicialmente descritivos: o seu potencial discursivo é marcado pelo seu predomínio em bombardeio midiático das campanhas publicitárias diárias nas redes de televisão, rádio, internet (Bruno, 2012; Gerhardt, 2021); seu amplo acesso à recursos orçamentários no Estado (Sauer, 2008; Faria, 2021); em seu poderio parlamentar através da bancada ruralista – a Frente Parlamentar da Agropecuária (Vigna, 2001;



Bruno, 2009a; Pompeia, 2018); ou seja, em relações de poder que estão muito além do monopólio e da coerção sobre os territórios ou do domínio em relações econômicas.

Quando agregamos o agronegócio, ao discurso e à hegemonia, fazemos referência aos pressupostos da teoria do discurso pós-marxista de Laclau e Mouffe. Destacamos o agronegócio como um discurso diferencial que, entre múltiplos discursos que existem a respeito do campo, do desenvolvimento agrícola e rural, da reforma agrária, entre outros, tenta conformar uma estratégia discursiva para galgar uma hegemonia, constituir-se como discurso central, superfície de inscrição para outros discursos, por práticas articulatórias que visam controlar a produção do sentido e, deste modo, a coprodução da realidade. Neste processo de significação, conflitos e antagonismos históricos como a questão agrária e a luta pela terra, em suas transformações discursivas, têm um papel fundamental, conforme apontaremos adiante no texto.

Por discurso, compreende-se a forma de produção do sentido social, dado que, para a teoria do discurso pós-marxista, qualquer objeto, ainda que exista fora da mente, é coproduzido socialmente através da sua inscrição num sistema de significação (Burity, 2014). Um discurso representa uma regularidade na dispersão de elementos diferentes entre si e que, ainda assim, podem constituir uma significação, no ponto em que cada elemento é conduzido a posição de momento de uma totalidade discursiva articulada (Laclau; Mouffe, 1987).

Esta unidade ampla de significação, que é uma totalidade discursiva articulada, constitui um sistema de regras em que o sentido é produzido. A partir de um campo discursivo, em que existem múltiplos discursos heterogêneos, esta totalidade é alcançada pela hegemonia de um discurso, que passa a interpelar todos os outros, na construção de uma hegemonia, a partir de seu esvaziamento e universalização como discurso diferencial (Burity, 2014). Segundo Lopes e Macedo (2011, p. 9-10):

[...] discurso é uma totalidade relacional de significantes que limitam a significação das práticas e que, quando articulados hegemonicamente, constituem uma formação discursiva. E esta é o conjunto de discursos articulados por meio de diferentes práticas hegemônicas; entender uma formação discursiva significa entender um processo hegemônico: como são definidos os termos de um debate político, quais agendas e

ações são priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas.

Esta formação discursiva - sistema de regras de produção de sentido (Burity, 2014) - não pode ter como suporte um fundamento intertemporal, não pode ser subsumido indefinidamente a partir do desenvolvimento de leis objetivas do processo de acumulação de capital, segundo Laclau e Mouffe (1987), não parte de uma interpretação hermenêutica, tampouco de combinatória estrutural ou de qualquer outro princípio de unificação exterior a formação discursiva em si mesma, mas da articulação de discursivos por intermédio de uma particularidade que passa a ser a forma de inscrição geral, um equivalente geral, a todas as outras demandas diferenciais.

O que une estas diferenças num discurso hegemônico, é, todavia, o que está fora desta relação, um elemento de exterioridade, que tem efeitos de interioridade da estrutura, ao possibilitar a formação discursiva. Ou seja, há algo que ameaça todos os discursos presentes numa formação discursiva, esta condição de ameaça, é condição de possibilidade de uma equivalência entre os distintos discursos e da própria estabilidade de uma formação discursiva (Laclau; Mouffe, 1987).

Estas formas de entender o problema do processo de hegemonia do agronegócio é resultado de nossa leitura das transformações da formação discursiva que, a partir dos anos 1950-1960, envolveram um conjunto de forças sociais em torno da necessidade da reforma agrária para o próprio avanço do capitalismo e das relações sociais no Brasil, num contexto em que a leitura de classes era predominante, ou seja, determinada posição de sujeitos como classe, numa estrutura, tinha como correspondência justaposta a sua representação como classe.

Por reforma agrária destacamos conteúdos onticos vinculados a dimensão ontológica da questão agrária. A questão agrária é ontológica, no sentido de que está na base da identificação de uma falta de uma plenitude no sistema de significação, a reforma agrária é ôntica, na acepção de que existem múltiplas formas de sua expressão como forma de valoração da questão agrária. A depender do modo como a questão agrária é organizada, como é discursivamente constituída, a reforma agrária, seus sujeitos, “função histórica” tendem a variar.

Há uma reforma agrária, dos anos 1950-1960 por exemplo, ordenada em torno de uma questão agrária entre latifundiários, camponeses, trabalhadores e burguesia industrial, ou seja, como elemento que emerge a partir de uma formação discursiva sobre o domínio do atraso no campo como um problema para o desenvolvimento do capitalismo, assim como há questão e reforma agrária com uma multiplicidade de posições de sujeito, não apenas vinculadas a uma questão do processo de acumulação de capital.

Nos dias atuais, após a modernização conservadora, significantes e significados para a questão e a reforma agrária apresentam conotações com um contexto inteiramente novo, com múltiplos processos de mapeamento social e antagonismos, deslocamentos, e representações de uma sociedade em que a questão agrária não se adequa mais apenas aos critérios exclusivos de uma necessidade histórica de superação de obstáculos ao desenvolvimento de forças produtivas, mas também a fatores externos à acumulação de capital, ou seja, não endógenos, como a defesa de regimes territoriais de proteção ambiental, regime territorial de terras para indígenas e quilombolas, a proteção ao meio ambiente, a luta territoriais contra a superexploração da natureza e do trabalho, entre outros temas vinculados a uma nova questão agrária<sup>4</sup>.

Nos termos da teoria do discurso, a fronteira antagônica que tende a dividir o campo social na disputa pela significação não mais justapõem apenas uma representação classista, mas um conjunto amplo de posições de sujeitos e processos de identificação e produção de sentido na constituição de identidades políticas. Logo, a questão agrária que, conforme buscaremos evidenciar no decorrer desta tese, acompanha as formações discursivas das elites agrárias, implica também em diferentes formas de constituição de sua identidade.

Ao seguirmos neste diapasão da relevância de uma nova questão agrária para a constituição de identidades das elites agrárias, sobre o que é o agronegócio um

---

<sup>4</sup> Delgado (2018) expõe esta transição da questão agrária como um problema para o capital a uma nova questão agrária, como um problema para o mundo do trabalho rural e para a sociedade brasileira, no que dá destaque aos efeitos negativos da modernização conservadora para ocupação de trabalhadores (mundo do trabalho) e agricultura familiar; sustentabilidade do meio ambiente acossada por desmatamentos e grilagem de terras; distribuição de renda e riqueza gestada a partir do campo.

discurso poderá responder algo que nos remete à ideia de um padrão tecnológico excludente, com progresso e modernidade técnica, mas conservadorismo social (Bruno, 2017). Outro poderá nos enviar a ideia do conflito sobre a definição de segurança alimentar (Pompeia; Schneider, 2021), um terceiro sobre uma inserção externa dependente e reprimarização econômica (Delgado, 2012; Favareto, 2017).

Um quarto discurso ainda poderá explorar pontos de antagonismos relacionados aos transgênicos (Bruno, 2009b), a contaminação do solo e das águas pelo uso abusivo de agrotóxicos (Bombardi, 2017), o desmatamento, a grilagem e os conflitos, violências e assassinatos relacionados a uma questão agrária (Dataluta, 2017), a uma regularização fundiária não resolvidas, bem como da ausência de limites à expansão da fronteira agrícola de um modelo de produção monocultor (Reydon, 2014), a expropriação de terras de populações étnicas (Almeida; Marin, 2010), entre outros.

Enquanto de outra margem de enunciação, o agronegócio pode vir a ser entendido como resultado dos progressos tecnológico e da geração de riquezas (Buainain *et al.*, 2013), a interiorizar o desenvolvimento econômico, contribuir para a redução da desigualdade, aumento do emprego, dos saldos comerciais do país e crescimento econômico (ABAG, 1993), assim como agente promotor de uma segurança alimentar global e de uma inserção internacional do país em cadeias globais de comércio (EMBRAPA, 2018).

A lista de elementos ainda poderia incluir a disputa por significantes como sustentabilidade, o desenvolvimento e a paz social, entre outros, que não expressam projetos políticos de captura de significantes entre distintas forças sociais pré-constituídas, tampouco construções auto transparente de nova imagem da burguesia agrária, do patronato rural ou de seus antagonistas, mas uma disputa pela tentativa de organização discursiva de elementos que constituam um processo de significação, representam condições discursivas de emergência de uma identidade.

Por empréstimo de uma terminologia gramsciana adaptada aos postulados da teoria do discurso pós-marxista, estamos num terreno movediço e minado de guerra de posição onde a unidade de articulação das trincheiras é que constituem a estratégia de guerra com posições, a priori, indeterminadas, mutáveis e dinâmicas. Nesta

lógica, a organização e o controle de um campo discursivo têm especial relevância não como aparência dos fenômenos ou falsa consciência, mas como forma de constituição de uma realidade, daquilo que é possível fazer emergir ou ocultar dentre as alternativas históricas de realização social (Raiter, 1999, Balsa, 2017).

A partir desta compreensão, a exposição de nosso objeto se dá por quatro dimensões da teoria do discurso pós-marxista: o significante vazio, significante flutuante e as lógicas da diferença e da equivalência. Em Laclau (2011) o processo de significação das diferenças deve ser observado a partir de seu limite, este último, no entanto, não pode ser entendido como uma diferença a mais, mas uma exclusão do sistema de significação que o torna a expressão de uma negatividade às diferenças internas ao sistema.

Para constituir uma totalidade, a sistematicidade do sistema, é necessário romper com as diferenças, dito de outro modo, os diferentes discursos, para formar uma sistematicidade do sistema, precisam ser equivalentes. Dado que não há nada entre os discursos como particularidades que constituam uma unidade, é apenas por referência a algo que negam, que os ameaçam, que estes discursos podem ser equivalentes. O princípio da equivalência e da totalização do sistema de significação é a construção de um significante vazio, um significante que anula as diferenças. Este é um significante de uma falta constitutiva, de uma impossibilidade de significação da plenitude do social, em que diferentes discursos buscam se converter a partir de uma articulação discursiva (Laclau, 2011).

Significantes flutuantes, por sua vez, são uma extensão dos significantes vazios, são os modos pelos quais as formas de plenitude de uma comunidade tendem a se mostrar, modos de significar a falta que é a plenitude ausente no interior de uma estrutura. Um significante flutuante faz menção a uma plenitude da comunidade que não fora alcançada e, neste sentido, é um significante vazio, seu caráter flutuante, entretanto, está vinculado a forma em que ocorre a produção de sentido, onde “seus significados só são fixados pelos conteúdos concretos dados pelas forças antagônicas” (Laclau, 2011, p.144).

Lógica da diferença e da equivalência são formas de organização do político que estão presentes juntas, com o predomínio contextual de uma delas. A lógica da

diferença predomina quando as formas institucionais de administração dos diferentes discursos, das demandas particulares, não são contestadas. Neste caso, proliferam posições, discursos diferenciais, particulares, combinados uns com os outros, dentro de um sistema de significação. O contrário, no predomínio de uma lógica da equivalência, este grau de combinações é reduzido, caso em que os discursos/identidades se dirigem a apenas duas posições:

Quanto mais os confrontos entre grupos definirem a cena social, mais a sociedade será dividida em dois campos: no limite, haverá uma total dicotomização do espaço social em torno de apenas duas posições sintagmáticas – “nós” e “eles” (Laclau, 2011, p. 202).

Dentro de uma estrutura em deslocamento, quando a significação de um sistema de diferenças que lhe corresponde é marcado por instabilidade, os significantes flutuantes demonstram uma falta comunitária que o deslocamento da estrutura abriu e a disputa da fronteira social entre diferentes discursos. Sem significante flutuante – ou seja, sem elementos discursivos disponíveis para serem articulados – não há possibilidade de hegemonia. Há também, através dos significantes flutuantes, formas de representação desta falta e os discursos que disputam o preenchimento desta distância entre uma estrutura deslocada e sua totalização.

Nossa hipótese é que a falta constitutiva que incita efeitos de preenchimento na “sociedade brasileira” permanece sendo o problema do desenvolvimento. Como, de maneira até talvez perplexa afirmou Prado (2015) “o “desenvolvimento” tem sido usado – atualmente e há pelo menos uns 65 anos – como um horizonte utópico, um fim em si mesmo, um lugar a ser alcançado, embora pareça sempre fora do alcance” (2015, p.12). Atualmente, o que se atrela ao desenvolvimento como falta são significantes flutuantes como desenvolvimento sustentável, equitativo, socialmente justo, desenvolvimento ligado à igualdade de gênero e raça, entre outros, por sua vez vinculados a uma história contextual de avanço dos direitos democráticos e do imaginário igualitário no Brasil.

A própria disputa por estes significantes flutuantes data, em seu avanço, do processo de redemocratização no país. Neste período de intenso fluxo discursivo, com o surgimento de novos movimentos sociais, antagonismos e desestruturação de

uma ordem social repressiva, emergiu como forma de reorganização social e através do processo constitucional a proposição de uma forma de preenchimento que deixa de ser o desenvolvimentismo autoritário, para ser um desenvolvimento social e equitativo. Dentro deste deslocamento, discutiu-se qual projeto social era capaz de promover o desenvolvimento e, da proliferação de antagonismos e seus embates, duas formações discursivas despontam como alternativas históricas em concorrência pela hegemonia: um projeto democratizante e um projeto neoliberal (Dagnino, 2004).

No período posterior à Constituinte de 1988, a Constituição Cidadã, estes projetos disputaram a materialização de um significante vazio, promovendo uma competição simbólica sobre o sentido concreto daquilo que representa a falta comunitária. Este movimento se estabilizou, segundo Dagnino (2004) – que expressa esta ideia com outras formas teóricas – através do que chama de uma confluência perversa entre ambos. O projeto democratizante inspirava um alargamento do espaço público e da participação da sociedade civil, numa forma de democratizar o aparato formal do Estado, já o projeto neoliberal presumia o ajustamento à ordem globalizada, “um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (Dagnino, 2004, p.142). A aparente convergência entre ambos, no pressuposto de uma sociedade civil ativa, deslocou e tornou obscura as diferenças destes projetos, reduzindo seu caráter antagônico (Dagnino, 2004).

Neste diapasão, uma das formas de representação e estratégia discursiva que buscou agir no sentido de capturar significantes flutuantes que se perfazem como referências comuns a ambos os projetos fora o agronegócio, construindo uma estratégia discursiva para incluir significantes flutuantes como segurança alimentar, proteção do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades regionais, entre outras formas de expressão de uma falta comunitária pós redemocratização, como demonstraremos pelo discurso da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Esta ideia de colagem entre agronegócio e estes significantes flutuantes nada tem que ver, como determinação, com uma lógico processo de desenvolvimento das

forças produtivas que subverte o atraso em um novo modo de produção, mas a uma estratégia política de constituição de um significado para o agronegócio, na disputa por recursos públicos, recursos naturais, apoio da sociedade civil às demandas e impacto em temas transversais aos distintos grupos que compõem o setor.

Dado o núcleo de sua articulação discursiva sobre uma determinada função macroeconômica, foi articulado pelo setor um estratagema para um devir Estado, com uma proposição de reforma econômica, além de uma organização intelectual e moral. A participação do agronegócio no governo federal, no parlamento e na sociedade civil, através da construção de um discurso do “Agro é pop, o agro é tudo!”, tem representado esta tentativa de um corpo particular ser um fundamento do universal, por meio do qual o desenvolvimento do agro é também o desenvolvimento nacional, uma remissão ao período agroexportador anteriores aos anos 1930, em facetas históricas totalmente diferenciadas.

Mas dentro de um espaço de competição entre significantes, a operação política do agronegócio, a despeito de ter constituído uma prática hegemônica, não operou sozinha. Em disputa com ela estava a reformulação do problema da questão agrária em duas direções no terreno democrático: a) como forma de manifestação de um outro projeto de desenvolvimento, que é metaforicamente representado pela agricultura familiar, reunindo camponeses, sem-terra, assentados, ribeirinhos, b) outra que se vincula à articulação por defesa de território e territorialidade de grupos indígenas e quilombolas, ribeirinhos, atingidos por barragens, entre outros.

Para analisar a dinâmica destas disputas discursivas dentro de uma lógica política a partir da conformação da identidade do agronegócio, dividimos nossa atenção a dois momentos históricos que expressam mudanças paradigmáticas de ação das tentativas de organização deste social fragmentado. O primeiro enquadrámos quando o agronegócio é uma diferença a mais (lógica da diferença), ainda que hegemônica, dentro de uma totalidade institucional a disputar significantes flutuantes. Seu discurso está ligado à busca por tornar-se hegemônico e passa a tentar coordenar a falta marcada pelo desenvolvimento a partir de si, com demais demandas sociais por sustentabilidade, justiça social, distribuição de renda, geração de empregos, entre outros. Estabelecemos este período de competição institucional pelos significantes flutuantes entre 1990 e meados de 2010.



Esta última periodização tem algo de relevante, porque, em seu final, parece representar um ponto de mudança nas formas de ação do agronegócio, onde abandona-se a disputa nos marcos de uma institucionalidade e abre-se um processo de intensa reorganização do político. Esta mudança ocorre em relação ao fortalecimento institucional de um conjunto de demandas de lutas territoriais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, entre outros. Para tanto, foram importantes as formas de políticas agrícolas que fomentaram a sócio biodiversidade no campo e articulações políticas que visaram o diálogo sobre um projeto de desenvolvimento alternativo, como a criação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), responsável pela realização da Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), bem como o crescimento das lutas indígenas, quilombolas, da defesa do meio ambiente, entre outras.

Ao enfrentar estes desafios, os diferentes setores em torno do agronegócio buscaram fortalecer seu processo de representação interprofissional em torno não de posições diferenciais sobre tipo de política agrícola e lógicas aritméticas de quem ganha e quem perde numa cadeia agroalimentar do agribusiness. Articularam a luta pela representação em torno da disputa entre antagonismos.

Assim, como limite à articulação discursiva do desenvolvimento, apresentamos uma tendência contextual onde há uma maior divisão da fronteira social, numa relação nós X eles não ordenada por uma dimensão adversarial, em que se reconhecem as diferenças entre distintos sujeitos, com igual validade de disputa por um ordenamento social, desde que componham uma defesa comum dos princípios democráticos, que Chantall Mouffe (2007) entende como agonismo, mas da constituição de inimigos, em que não há espaço de representação comum, tampouco alternativas históricas.

O político é a forma geral de constituição das identidades coletivas, por meio do qual se estabelece uma relação entre nós/eles, dentro de um marco de antagonismos. Há a possibilidade de construção política do “nós” dentro de um espaço simbólico compartilhado com outras forças sociais, do mesmo modo que há também a divisão radical que expressa a composição de identidades entre amigos/inimigos (Mouffe,

2007), no que correspondem às diferentes formas de organização do político, em lógica da diferença e da equivalência, respectivamente.

Na construção da identidade do agronegócio entendemos haver um abandono de uma estratégia discursiva de articulação de demandas na lógica da totalidade institucional, através do qual a identidade do agronegócio representa uma metonímia que busca encapsular outras diferenças dentro de uma ordem social, para uma totalidade da equivalência, em que há uma divisão e simplificação do campo social, no estabelecimento de uma fronteira entre um nós e um eles, no que Pompéia (2018) apontou como retorno do conservadorismo.

Neste último sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável passa a conviver, em maior intensidade, com desmatamentos, queimadas, grilagem e conflitos territoriais (Ascema, 2021). O compartilhamento de espaço com outras forças antagônicas é desarticulado, com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a desarticulação também de uma série de instituições de proteção ao meio ambiente e regulação fundiária (Sobreiro Filho *et al.*, 2018), as defesas de políticas públicas de aumento de salário-mínimo, proteção social e classe média rural são substituídas pela reforma trabalhista, previdenciária e da redução de gastos públicos (Favareto, 2017). Logo, o grande questionamento da nossa problemática é: quais foram os motivos para uma ampliação dos antagonismos e por que há uma tendência de um desenvolvimento como guerra ou a passagem de uma divisão social de um nós/eles de um espaço institucional compartilhado a uma relação de amigos/inimigos?

A explicação que previamente passamos a desenhar é de que há um abismo crescente entre a produtividade política do ato de nomeação do agronegócio e sua capacidade de apoiar a gestão de demandas sociais a partir de sua identidade. A crescente disputa em torno dos significantes flutuantes por meio do qual o nome do Agronegócio tem de encapsular acaba por solapar os processos de identificação dentro de seu próprio núcleo de representação, deixando de funcionar como uma caixa de convergência/estabilização para dentro e para fora do setor e apresentando fraturas na forma de sua organização social. O que significa dizer que a abertura do processo de inclusão de significantes, ordenado na hegemonia do agronegócio, implica numa ampliação de demandas, sujeitos e antagonismos que, na figura de direitos, ameaçam a própria identidade do agronegócio e sua dominação política.

Esta tese é então desenvolvida em 5 capítulos, além desta introdução. No segundo fazemos uma revisão bibliográfica sobre a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, com especial foco na descrição de sua ontologia e categorias de pensamento que são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. No terceiro capítulo buscamos fazer uma reconstituição histórica das condições de imersão dos discursos da elite agrária e os processos de transformação econômica, social e política que conduzem a história do campo no Brasil do complexo rural ao agronegócio, no intuito de identificarmos porque trabalhamos com a ideia de discurso e hegemonia para a compreensão do agronegócio, na relação entre economia política e teoria do discurso pós-marxista

No quarto capítulo construímos uma interpretação sobre algumas condições de emergência do agronegócio e sua hegemonia, a partir das articulações políticas incorridas nos anos 1990 e 2000 na conformação de um espaço de complementaridade em que as demandas de diferentes sujeitos são alocadas, numa totalidade institucionalista, de forma isolada, por sobre uma fronteira limitada do social. Neste sentido são destacados o papel da reforma agrária e sua exclusão constitutiva, a organização da agricultura familiar.

Por fim, no quinto capítulo e nas considerações finais de pesquisa discutimos novas transformações das elites agrárias, ao buscarmos demonstrar a lógica política do agronegócio e a disputa por significantes flutuantes. Assim, buscamos interpretar as transformações da identidade do agronegócio como um limite de uma articulação discursiva, marcada pela lógica da diferença, numa transição a uma maior divisão do social, entre a constituição de um nós e um eles.

## 1.1 A METODOLOGIA

Na tentativa de articular uma metodologia coerente com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, os autores Glynos e Howarth (2007) pensaram este fazer científico através de um modelo de pesquisa baseado em problemas, numa racionalidade retrodutiva nas ciências sociais e, por fim, em lógicas articulatórias que funcionam como unidade explicativa dos fenômenos sociais, ao articularem as categorias de pensamento, uma formulação teórica, discursos e seus enunciadores.

Por pesquisa baseada em problema, se advoga o fazer científico orientado na identificação de um fenômeno anômalo que passa a ser constituído como *explanandum*, ou seja, um problema formado através da transformação de uma percepção inicial sobre algo que exige reflexão em entendimento inicial, por meio da qual são articulados, em relação com o problema, um conjunto primariamente caótico de dados, lógicas, conceitos e auto-interpretações com o intuito de se obter um entendimento. A partir da formação deste proto-entendimento, inicia-se a sua problematização, através do método retrodutivo, que compreende fazer emergir as condições de existência do *explanandum*, como é apresentado pelos sujeitos, como é constituído como um problema e quais são as condições discursivas apresenta, no intento de encontrar explicações mais plausíveis do que as existentes ou condições mais prováveis de explicação (Glynos; Howarth, 2007).

Tanto a identificação do problema, quanto sua problematização, ou seja, o tensionamento de suas condições de existência, perpassam a condição hermenêutica mínima do discurso dos sujeitos com eles envolvidos, mas atravessam esta percepção por meio do processo articulatório do discurso com lógicas que estruturam um campo discursivo, no afã de promover uma ampliação dos marcos da problemática e identificar mais amplas formas de conexão entre a última e lógicas sociais (Glynos; Howarth, 2007).

Destas lógicas sociais, como lógica, em si, se trata de compreender quais são e como foram formadas as regras que governam determinadas práticas sociais (Howarth, 2005), no que devem ser considerados além dos regramentos sociais, o conjunto de posições de sujeitos alocados a esta ordenamento, os objetos e o sistema de relações que vinculam sujeitos e objetos (Howarth, 2005; Glynos; Howarth, 2007; 2008), logo vinculam conceitos, objetos, práticas e códigos sociais, identidade e características sociais (Dahlberg, 2014), alocados num determinado contexto histórico em que o regramento se constituiu hegemonicamente numa articulação entre elementos (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013).

A conformação destas lógicas passa por seu entendimento em três segmentos: a lógica social, já mencionada, mas também a lógica política e a lógica fantasmática. Como lógica social, o que se questiona é o que é um regime de práticas sociais, quais regras e gramáticas estão em seu arcabouço, como se articulam dentro de

uma temporalidade sincrônica. Em destaque está o entendimento de uma ordem sedimentada, na qual foi apagada a contingência histórica que a criou, ou seja, suas condições de existência como lógica social. São assim práticas discursivas que permitem descrever um conjunto de uma ordem de discurso estruturada (Glynos; Howarth, 2007; Dahlberg, 2014). Estas lógicas sociais caracterizam as práticas por uma ação de regularidade que passa a informar e formar diferentes posições de sujeito dentro de uma estrutura de significação.

Por exemplo, imagine que para um sujeito, ao comprar um imóvel, em condições de financiamento de longo prazo e com altas taxas de juros, o agente financeiro lhe confira a possibilidade de amortização do montante devido, de tal modo espera-se que o cliente construa um esforço de renúncia de gastos para adiantar ao banco os recursos financeiros emprestados e juros futuros, isto se configura numa disciplina do crédito (regra social) ao qual o tomador de empréstimo estará submetido para realizar a transferência de renda líquida a seu prestador.

Um outro exemplo utilizado por Dahlberg (2014) também nos ajuda a entender o processo. Considere que a dinâmica da empresa em qual trabalha estabeleça uma meta de determinado número de ligações por hora, por meio da qual você poderá obter um bônus salarial. O que ocorre neste caso, como lógica social, é um processo disciplinar do tempo, que caracteriza a prática em voga e que pode ser aplicado a um número amplo de situações. Tanto o nosso exemplo, quanto o de Dahlberg, estão submetidos ao contexto, mas o transpassam, são discursos que coordenam os agentes para além da relação pontualmente estabelecida, são formas de instituição do social.

O social influencia, ao mesmo tempo em que é forjado por lógicas políticas, que operam, por sua vez, através das articulações de construção de cadeias de equivalência entre diferenças. Por exemplo, o significante segurança jurídica, num determinado discurso agrário, pode vir vinculado ao significante de propriedade, crescimento econômico, riqueza, desenvolvimento, a estabilidade macroeconômica entre outros. De modo que, em cadeia de equivalências, quando a segurança jurídica funciona como um ponto de articulação central de discurso, a demanda por

desenvolvimento (estabilidade macroeconômica, crescimento, riqueza) passa a ter como plataforma de inscrição a equivalência geral do significante segurança jurídica.

A lógica política está implicada em conceber quais são as formas de constituição dos sujeitos e de uma totalidade em aspecto diacrônico e está orientadas por duas contribuições de Laclau e Mouffe (1987) e Laclau (2000, 2002, 2005) sobre a forma de operação do político: a lógica da equivalência e a lógica da diferença. Ou seja, há duas formas de construção das cadeias de equivalências, como no exemplo citado acima, e ambas têm como dínamo o papel do antagonismo para o processo de construção do discurso.

Se estamos no terreno da lógica política da equivalência, o espaço social é dividido em dois, no que ocorre o privilégio da realização de relações antagônicas a partir do fortalecimento de uma fronteira e de uma exclusão entre distintos discursos que buscam constituir um sentido para o campo discursivo; em caso contrário, na lógica da diferença, o antagonismo - parte fundamental da constituição das identidades - é reduzido em prol da ampliação da inclusão de diferentes identidades dentro de uma ordem social dada e em expansão, onde o elemento da fronteira interna é dispersado (Glynos; Howarth, 2007; Laclau, 2011).

Novamente recorrendo ao exemplo anterior, na lógica da equivalência, é estruturada uma fronteira onde a cadeia de significantes do agronegócio pela segurança jurídica se contrapõe a outra, onde existem os que negam e ameaçam as virtudes do encadeamento de significantes e demandas do setor. Há então um nós, os defensores do agronegócio que se assegura pela defesa da propriedade, e um eles, os que impedem a plenitude desta identidade, ao ameaçarem a expansão do controle territorial do agronegócio. Nestes últimos estão incluídos os que demandam direitos sobre seus territórios e sua territorialidade contra a lógica de domínio territorial do agronegócio; os que demandam direitos sociais; aqueles que, contra a superexploração da natureza, demandam marcos regulatórios de proteção ao meio ambiente e que atrapalham os cálculos do gerenciamento globalizado do agronegócio na exploração fibras, energia e alimentos para a obtenção de lucros.

Numa articulação pela lógica da diferença, ao contrário da lógica da equivalência, o processo de organização da hegemonia se dá pela inclusão de diferenças dentro de

uma cadeia de equivalências. Assim, algumas demandas da cadeia de equivalências opositora podem ser incluídas no processo de significação do agronegócio, tais como o apoio a políticas públicas do Estado em favor da agricultura familiar, no acolhimento de determinadas políticas de suporte e proteção ao meio ambiente, entre outros elementos, convertidos em momentos na estratégia discursiva do agronegócio, ainda que em posição inferior na cadeia. A ideia de “agronegocinho”, ou da agricultura familiar vocacionada, direcionada para a integração às cadeias de gerenciamento produtivo do agronegócio, e dos pagamentos por serviços ambientais são paradigmáticos deste processo de inclusão.

A lógica fantasmática está orientada para a discussão sobre como os significantes possibilitam interpelar os sujeitos, quais são seus meios de engajamento (caráter ontológico) em suas variadas formas de expressão na prática dos sujeitos (caráter ôntico) (Glynos; Howarth, 2007), pois, como apontou Laclau (2004, p.326) citado por Stavrakakis (2019, p.77), a sobredeterminação envolve uma condensação metafórica, onde a hegemonia explica a ideologia, a representação e consciência num registro simbólico, mas sua força depende do entendimento de investimento de catexia sobre determinado objeto.

Neste caso, trata-se de compreender que tipo de força promove a sutura na falta constitutiva que habita o sujeito (Oliveira; Oliveira; Mesquita, 2013). Glynos e Howarth (2008, p.13) mencionam duas lógicas da fantasia, uma descrita como uma *beatific dimension*, em que a contingência radical de uma relação social é apagada pela promessa de uma plenitude social, uma vez que determinado obstáculo à constituição da identidade de um sujeito seja superada e outra, que relaciona a *horrific dimension*, que constitui o discurso do desastre, em caso contrário ao alcance dos objetivos da primeira dimensão.

Investigação baseada em problemas, pensamento retrodutivo e lógicas sociais não são apenas norteados, mas estão em vivida conexão com uma perspectiva ontológica de compreensão de uma realidade social em que, a partir de um compromisso hermenêutico mínimo, ou seja, aquele que compreende que há uma auto interpretação dos sujeitos que compõem práticas significantes, identifica que não há objeto social não seja articulado, em sua existência, pelo discurso, articulado

em lógicas sociais, políticas e fantasmagóricas que permitem a constituição precária de uma regularidade apreensível do social (Glynos; Howarth, 2007, 2008)

Esta ontologia está sustentada sobre a ideia de que não há acesso direto ao real (Howarth, 2005) através do conceito ou de leis causais, porque a realidade é sempre atravessada por uma negatividade (o real) que não pode ser representada diretamente. Neste sentido, a única forma de produzir um fechamento de uma estrutura social se dá pelo discurso, pelo simbólico, que é, por sua vez, uma distorção necessária (Laclau; Mouffe, 1987; Laclau, 2011). Assim que, compreender um problema, a partir deste arcabouço teórico, no que estamos a dizer, avançar no domínio científico, não significa derivar leis de funcionamento de uma estrutura social ou mesmo descobrir seus mecanismos causais, mas apreender os processos de articulação discursiva pelos quais se constitui como ordem social.

Neste sentido, a epistemologia da Teoria do discurso pós-marxista é operada por três pressupostos gerais: a historicidade, que informa a condição contextual da trajetória dos objetos; a inerradicável dimensão do poder na construção de uma ordem social; e a primazia do político como lógica que estabelece a sedimentação de uma ordem social (Laclau *et al.*, 2000; Mendonça, 2012). É ao negar a ideia de que há uma posição privilegiada para aceder a uma verdade histórica, mas além disso, de que há certo fundamento único que ordena as relações sociais, que a TD se constitui numa maneira de investigação científica que não se vale por dimensões causais da lógica positivista ou leis de movimento (Glynos; Howarth, 2007).

Não lhe cabem nem mesmo de paradigmas alternativos e de relativa proximidade crítica, como o realismo crítico e a hermenêutica, que, respectivamente, advoga pela multiplicidade e complexidade de mecanismos causais - como formas contingente de encadeamentos sobre elementos sociais, mas que mantém a perspectiva da generalização e previsibilidade como critérios científicos (Oliveira, G.G., Oliveira, L.A., Mesquita, 2013), ou mesmo a abordagem da análise de discurso, que operam por sobre o social constituído, numa análise de matriz ôntica (Howarth, 2005).

A utilização da TD pressupõe a centralidade do discurso como forma de concepção do objeto de pesquisa, na busca de, ao definir um problema, encontrar suas formas



de articulação, as exclusões constitutivas que estabilizam seu sistema de diferenças e constituem seu antagonismo, sua lógica sedimentada, as formas contextuais e contingentes em que fora organizada, suas particulares ordens de materialização ôntica como condição de organização discursiva, entre outros postulados que denotam suas as condições de existência de um objeto (LACLAU et al., 2000).

Como teoria voltada a problemas (Oliveira, G.G.; Oliveira, L.A.; Mesquita, 2013; Glynos; Howarth, 2007) pode ser utilizada para a compreensão/interpretação da constituição de identidades políticas, práticas articulatórias, construção de antagonismos, estudo do estabelecimento de fronteiras políticas, formas de interpelação do sujeito (Howarth, 2005), visando a ampliação da compreensão dos problema, seu contexto e condição de emergência e pelo conhecimento de suas relações lógicas, seus processos sociais, numa crítica interdiscursiva sobre as possibilidades e impossibilidades de fechamento de uma objetividade social (Laclau, 2002).

Neste sentido, nossa estratégia de investigação está baseada na identificação tanto das condições de possibilidade de realização de discurso em nosso objeto, quanto a luta pela hegemonia a se empreender pela captura de significantes flutuantes que fortaleçam uma posição hegemônica de um determinado significante, a ordenar um campo discursivo.

Nosso intuito é aprofundar a problematização de nosso objeto, fazer emergir as condições de sua construção política e econômica como um problema e, por intermédio da contextualização de suas articulações lógicas e dos discursos empregados por alguns de seus agentes, apresentar uma explicação para o que entendemos como transição da articulação do político no agronegócio. Entendemos que esta transição se dá a partir de uma lógica da diferença, em que a hegemonia ocorre pelo avanço da cadeia de equivalências em torno de sua identidade, agregando, em expansão, diversos significantes flutuantes, diferentes discursos e elementos discursivos numa totalidade institucionalista, para uma lógica do político em que a ordem de representação hegemônica se desloca para a constituição de uma fronteira social, em que passam a ser privilegiadas articulações políticas que, a despeito de fortalecerem a unidade de identidade do setor contra antagonismos, se apresentam como um limite para o avanço de seus discursos hegemônicos.

Dentro desta orientação geral, nossa pesquisa da hegemonia do agronegócio caminha pelos seguintes objetivos: a) identificação e especificação de qual a operação universalizante constitui a lógica social onde existe um discurso dominante do agronegócio; b) o processo de construção de sua identidade e estabilização de sistema de diferenças a partir de uma exclusão constitutiva; c) a especificação do discurso dominantes sobre o que existe, o que é bom, o que é inevitável, possível e impossível; d) as lógicas políticas que dão possibilidade de existência a estes discursos, pensadas como lógicas diferenciais e lógicas equivalentes; e) os processos de deslocamento que dinamizam as mudanças nas articulações discursivas, em linha com apontamentos metodológicos também desenvolvidos por Balsa (2016).

Como prática de pesquisa, os dados coletados são de ordem qualitativa e quantitativa, de fontes primárias e secundárias. São fontes os textos bibliográficos sobre o tema, matérias de jornais e revistas, informes de agências estatais, com foco num conjunto de articulações discursivas dos documentos originados pelas agências relacionadas ao agronegócio, seus aparatos discursivos, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Embrapa (Agropensa), o novo discurso sobre o mundo rural brasileiro, organizado por pesquisadores em torno das “Sete teses sobre o mundo rural no Brasil” e as publicações da revista *Agroanalysis*.

Para aclarar o motivo da escolha destes documentos e suas agências, que perpassam trabalhos acadêmicos, órgão governamental, entidade de representação do agronegócio e material midiático ligado às representações políticas do agronegócio, fazemos uma breve descrição de sua relevância em termos de articulação de discurso na seguinte ordem, sem critério de hierarquização: ABAG, Sete teses sobre o mundo rural brasileiro, Agropensa - Visão 2030, o futuro da agricultura brasileira, *Agroanalysis*.

A ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio - foi criada em 1993 (período em que o significante *agribusiness* era utilizado, a palavra *agronegócio* toma o seu lugar a partir de 2010) empreendeu um enorme esforço de engenharia política na construção da imagem do setor, através de fóruns, encontros, congressos, feiras, como as chamadas “Agrishow”; eventos em que reuniu intelectuais, jornalistas, políticos, lideranças do setor, para discutir temas fundamentais para o agronegócio,

demarcar posicionamento e buscar galgar influência política no Estado e no setor, com o intuito abrir espaço para influenciar políticas públicas favoráveis aos agentes do setor. Entre os seus eventos mais prestigiados está o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CAB) como fórum de discussão de ideias. Foram 20 congressos entre 2002-2021, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Congresso brasileiro do Agronegócio: 2002-2021

<b>Congresso Brasileiro do Agronegócio</b>	<b>Tema</b>
1º CAB – 2002	Plano Estratégico 2002/2010
2º CAB – 2003	Construindo Estratégias
3º CAB – 2004	Criando Vantagens Competitivas
4º CAB – 2005	Alimentos, Energia e Sustentabilidade
5º CAB – 2006	Bases para o Futuro
6º CAB – 2007	Brasil: um só agronegócio
7º CAB – 2008	Agronegócio e sustentabilidade
8º CAB – 2009	Agronegócio é sustentabilidade: oportunidades e desafios
9º CAB – 2010	Comunicação e Governança
10º CAB – 2011	Mudanças e paradigmas
11º CAB – 2012	Brasil: Alimentos e Energias – Seguranças Globais
12º CAB – 2013	Logística e Infraestrutura
13º CAB – 2014	Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo
14º CAB – 2015	Sustentar é integrar
15º CAB – 2016	Liderança e Protagonismo
16º CAB – 2017	Reformar para competir
17º CAB – 2018	Exportar para Sustentar
18º CAB – 2019	Momento decisivo
19º CAB – 2020	Lições para o Futuro
20º CAB – 2021	Nosso carbono é verde

Fonte: Elaboração própria a partir de ABAG (2022)

Outra articulação do trabalho se dá por meio da mais recente interpretação sobre o mundo rural no Brasil encabeçada pelo artigo de Buainain et al. (2013) intitulado: Sete teses sobre o mundo rural brasileiro – doravante Sete Teses. O esforço teórico-político inicial dos autores foi traduzido, posteriormente, num volume de intervenções de 51 pesquisadores no livro “O mundo rural no Brasil do século 21”. O livro foi publicado pelo Embrapa, com apoio do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com recursos financeiros do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A publicação das Sete teses tem relevância por representar uma articulação entre um conhecimento analítico em tensão com um conhecimento para a ação, buscam, na verdade, orientar um programa político e econômico de ação sobre o campo (Costa, 2013), na definição de um mundo rural brasileiro, suas características, sujeitos históricos, padrão de modernidade etc. O discurso da Sete teses está principalmente elencada em três dimensões de modernidade: a) o fenômeno da modernização agrícola como ponto de partida de um traço histórico triunfante; b) a realização de determinados atores sociais deste processo, os pioneiros (Buainain, 2014), e sua generalização a partir de seguidores históricos, os empreendedores rurais (EMBRAPA, 2018); c) a visão de reorientação da ação do Estado a partir de mudanças político institucionais dos anos 1990, que tenderiam a ampliar os mecanismos de coordenação de mercado sobre a agricultura (Buainain, 2014), organizados sobre o princípio de organização da produção pelo protagonismo do capital e pela tecnologia. Abaixo enumeramos as sete teses e seus elementos constitutivos:

Tabela 2: Elementos do discurso das Sete Teses do mundo rural brasileiro

<b>Teses</b>	<b>Elementos de discurso</b>
<b>1ª Nova fase do desenvolvimento agrário</b>	<b>Agricultura moderna Profissionais do capital Dominação triunfal do capital Nova institucionalidade</b>
<b>2ª Inovações na Agricultura</b>	<b>Ambiente de inovações Aparatos técnicos Busca incessante por produtividade Difusão de inovação Ontologia científica Nova institucionalidade</b>
<b>3ª Desenvolvimento Agrário bifronte</b>	<b>Concentração da produção Ambiente concorrencial Seletividade entre os produtores rurais Diferenciação social Fronteiras de Marginalização</b>
<b>4ª A história não terminou, mas o passado vai se apagando</b>	<b>Temas do passado Reforma agrária Campesinato</b>

Continua

## Continuação

<b>5º Estado – da modernização às novas tarefas</b>	<b>Novas realidades agrárias e produtivas Novo padrão de organização produtiva e de acumulação Fuga do Estado Velhas funções do Estado Estado como coordenador e indutor de processos Mobilização de agentes privados</b>
<b>6ª A ativação de uma relação perversa</b>	<b>Dinâmica agrícola Tendência perversa Marginalização social</b>
<b>7ª Rumo à via argentina de desenvolvimento</b>	<b>Predomínio de agricultura de larga escala Agricultura de bases tecnologicamente modernas Unidades produtivas de larga escala Esvaziamento demográfico de regiões rurais</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de BUAINAIN e outros, 2013.

Outra fonte de discurso do agronegócio é a Embrapa, em parte capturada pelos interesses do patronato rural, organiza um dos mais importantes *think tanks* do setor, o Agropensa<sup>5</sup> (Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa). Num extenso documento, com uma versão interativa em seu site chamado “Visão 2030, o futuro da agricultura brasileira” – doravante Visão 2030, a Embrapa articulou alguns componentes discursivos que compõem uma visão modernizante do agronegócio. O documento conta com uma narrativa histórica que assim como as “Sete teses” elenca uma dimensão contrastante de um passado de atraso, um elogio ao presente e um futuro promissor<sup>6</sup>.

Por fim, analisamos as publicações da revista *Agroanalysis* em dois períodos, demarcados pela mudança de nomeação de seu editorial, de “Carta Verde” (de outubro de 1994 até setembro de 1998), passando por um interregno, em que o editorial foi intitulado pelo genérico nome “Da redação” (de outubro de 1998 até outubro de 2000) para, enfim, assumir a forma atual com o “O Agronegócio é o seguinte”, a partir de novembro de 2000, momento em que a revista, já em sua capa,

<sup>5</sup> No aniversário de 40 anos da Embrapa foi lançado o AGROPENSA, um sistema de inteligência estratégica para produzir conhecimento e informações para articulação de estratégias de pesquisa e desenvolvimento. Segundo a Embrapa, o sistema está ordenado para prospecção de tendências, criação de cenários em favor da agropecuária brasileira.

<sup>6</sup> A proximidade das teses entre os articuladores das “sete teses” e da “visão 2030”, principalmente no que concerne a questões sociais e efeitos da modernização no campo são expressivas e poderão ser visualizadas claramente no texto.

registra que “conhecer melhor o agronegócio é essencial para entender as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira”, no novo editorial, menciona como marco, o lançamento do livro “Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro”, da lavra de Ney Bittencourt e outros autores, onde se conforma inicialmente o conceito de agribusiness para a economia brasileira, na participação do agribusiness no produto interno bruto (PIB) do país (AGROANALYSIS, novembro, 2020, p.12-13)<sup>7</sup>.

No geral, buscamos trabalhar com os editoriais da revista, mas na medida em que na análise avaliamos a relevância de contribuições em outros espaços da publicação, os mesmos foram agregados ao trabalho como material de pesquisa, principalmente no que se refere a temas como endividamento, meio ambiente, trabalho em condições análogos à escravidão, agricultura familiar, definição do que é agronegócio, entre outros temas que dizem respeito a construção de si e do outro, a partir de um discurso do agronegócio.

Em edição de 1998, em publicação a respeito da participação da Agroanalysis na Agrishow, foi definido o público a que se destina a revista:

Esse público é composto majoritariamente pelos chamados formadores de opinião. E essa é uma das características que a diferencia (a agroanalysis) das demais revistas relacionadas à temática agrícola. Nossos leitores são dirigentes de cooperativas, de sindicatos rurais e de associações agrícolas em geral: são executivos de empresas supridores de insumos agrícolas ou processadores da produção rural, exportadores, executivos de bancos e de corretoras de mercadorias, consultores de agronegócios, autoridades governamentais, agrônomos do sistema Emater, professores, pesquisadores e alunos de universidades ou de colégios agrícolas e, principalmente, empresários agrícolas, ou seja, o capitalista que inova na atividade agrícola, buscando o lucro da inovação, da competência, da criatividade (AGROANALYSIS, abril, 1998, p.9)

Lerrer (2020), ao realizar pesquisa sobre a revista, identificou dois períodos de sua circulação e sua importância estratégica na constituição do agronegócio. A revista,

---

<sup>7</sup> Nossa pesquisa sobre a revista cobre um longo espaço de tempo, de janeiro de 1994 até janeiro de 2017, dada a sua periodicidade mensal, e sua abordagem voltada a conjuntura, a pesquisa se fixou em dar destaque a publicações específicas, apresentadas no decorrer da tese, a partir de uma leitura orientada pelo objeto: a configuração de uma identidade do agronegócio. Assim, a despeito do largo alcance de leituras realizadas por nós, destacamos apenas pontos fundamentais em que as publicações na revista se dedicam a tratar de temas correlacionados ao nosso problema de pesquisa.

publicada pela Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos do Agronegócio, teve dois momentos de circulação, de janeiro de 1977 a setembro de 1989, com suporte financeiro do Banco Central, Banco do Brasil e antigo Banco Nacional do Crédito Cooperativo, fechou seu processo de publicação por problemas financeiros (AGROANALYSIS, setembro, 1994, p.5), na ausência destes financiamentos, mas retornou em 15 de setembro de 1994. Segundo a autora, a revista é considerada como um ponto de referência técnica sobre o agronegócio, é:

Um dos espaços de organização e reunião de determinados intelectuais que compartilhavam entre si uma determinada visão do setor agropecuário brasileiro, que tinham interesse em difundir-la pelo país para conquistar hegemonia frente a um público especializado e cheio de facções e, para quem, o melhor formato editorial para suas intenções era o fornecido pela então revista de "Economia Agrícola" da FGV (Lerrer, 2020, p.21).

A escolha destas agências se deu pelo caráter contínuo de produção discursiva e por sua capilaridade política e ideológica como grupos que articulam os processos de representação do agronegócio, a envolver empresas agroindustriais à montante e a jusante, produtores rurais, intelectuais e lideranças políticas, ainda que cientes das dificuldades de tomar como amplamente representativos os discursos destas entidades num setor que opera politicamente a partir de uma multifiliação e que tem questões em diferentes níveis de representação federativa. Entendemos que, em pese os fatores contrários, estas instituições têm forte atuação sobre a articulação de temas nacionais (terras indígenas, meio ambiente, sustentabilidade, política fundiária, segurança jurídica, entre outros) e pode ser encontrado em seu discurso os sentidos de transição de lógicas políticas do agronegócio como um todo<sup>8</sup>, exatamente porque, no discurso que agenciam, opera uma intertextualidade com outros agentes discursivos do setor.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

---

<sup>8</sup> A ideia de concertação do agronegócio, a partir de Pompeia (2018), parte também deste princípio de uma sistematização e institucionalização de grupos de representação do agronegócio não em temas específicos de cada cadeia, mas em temas gerais que se antepõem a cada um dos produtores em seu conjunto.

O caráter de nossa abordagem sobre o agronegócio se inclui na economia política, dado a sua ênfase nos aspectos da hegemonia, ponto central que deve nortear nossa investigação. O tratamento da questão da hegemonia é, entretanto, uma articulação entre a teoria do discurso pós-marxista e a economia política, na constituição de um diálogo entre alguns elementos da primeira – discurso, identidade e linguagem – com outros da segunda – interesses, classes sociais e relações de produção, entrelaçados sobre um objeto, as transformações econômicas, sociais e políticas da agricultura brasileira, em especial aquelas que convergem para a construção discursiva do (s) agronegócio (s).

A contribuição mais efetiva está na discussão que entrelaça a concepção da formação de um pacto de economia política no final da década de 1990, em favor do agronegócio (Delgado, G., 2012), e suas correspondências contextuais e contingentes, a partir da abordagem discursiva. Apesar dos elementos fundamentais deste pacto de economia política já estarem presentes na organização do agronegócio na modernização conservadora da agricultura no último quartil do século XX - a reativação do crédito público, controle débil sobre fronteiras agrícolas e avanço do capital financeiro em especulações sobre a renda da terra – no que Guilherme Delgado (p. 112, 2010) assevera que a “perseguição das vantagens comparativas naturais e da renda fundiária, faces dobradas de uma mesma moeda, assumem a condição de móvel principal da acumulação”, entendemos que há uma dimensão ético-política que não mais corresponde diretamente aos elementos da relação de produção e forças produtivas organizadas por intermédio do pressuposto de classe.

Há um aspecto das relações de dominação que necessitam de um tratamento teórico, dado o avanço da necessidade, a partir da redemocratização, de rearticular uma fragmentação de sujeitos sociais com uma proliferação de demandas. Dentro dessas relações temos a complexificação dos agentes com interesses sobre a agropecuária, com bancos, agroindústrias, fundos de pensão e de investimento, além da própria rearticulação da representação de classe, em que ganha maior proeminência a representatividade política por produto (Silva, 1993), posteriormente rearticulados sobre a nomeação de agronegócio.



De outro lado, há a implosão da categoria de trabalhador agrícola, em uma variedade de agentes, que são posteriormente rearticulados sobre a dimensão da identidade de agricultura familiar (Medeiros, 2001; Picolotto, 2009). Ambas as diferenças de nucleação – agronegócio e agricultura familiar - passam a competir por significantes flutuantes, o que torna a ideia de hegemonia algo mais fluída, mais contextual e contingente, na perspectiva da conformação contínua das identidades, em especial a do agronegócio, objetivo de nossa investigação.

Estudos recentes apontam para uma transformação do discurso das elites agrárias e agroindustriais a partir de 1980, como produto das transformações das forças produtivas, relações sociais, democracia e dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil (Bruno, 2009a; 2015). É geralmente destacada a articulação política de representantes do setor em prover um distanciamento da ideia de latifúndio e seu corolário político, em favor da noção de técnica, modernidade, desenvolvimento econômico, primazia do capital vis a vis a importância da terra e do trabalho, gestão empresarial, representação profissional, entre outros elementos discursivos (Bruno, 1997; 2009; 2015; Lacerda, 2011; LerrEr, 2020).

Neste sentido, importante contribuição vem da lavra da Pompeia, sobre os processos de composição política das elites agrárias e agroindustriais em entidades interprofissionais, através de procedimentos políticos de concertação, e., organização de representação das diferentes agremiações do agronegócio em torno de algumas entidades que disputam a hegemonia no setor, bem como de constituir um discurso do agronegócio para a sociedade, articulando temas amplos, que atravessam todos os produtores de forma relativamente geral (Pompeia, 2018, 2020).

Em nossa perspectiva, a abordagem de Delgado sobre o agronegócio busca articular, a partir de um discurso marxista e keynesiano, a forma de organização do agronegócio por meio da existência de determinadas instituições, como o crédito, o “mercado de terras”, a especulação financeira e os incentivos públicos fiscais que coordenam a recente proeminência do setor. Trata-se, nos termos da teoria de Laclau, de evidenciar as correspondências do objeto a uma determinada topografia do social, o econômico.

Pompéia, por sua vez, através da ideia de concertação, está interessado em demonstrar as formas pelas quais esta ordem social é estabilizada pela política num nível ôntico, i.e., o conjunto de práticas, instituições e discursos que buscam domesticar os conflitos, valorar determinada formação discursiva, no que se denota seu interesse por descrever os bastidores das negociações entre entidades interprofissionais, suas funções e articulações em temas amplos, como questões fundiárias e conflitos socioambientais.

Nossa pesquisa visa contribuir a estas proposições com o destaque para as relações do político e do discurso (nível ontológico), que demarcam questões para a economia e para a política. O político antecede, conforma, funda e organiza tanto o social, quanto a economia e a política do agronegócio. Por político entendemos a própria condição de possibilidade e de impossibilidade do social e da política, compreendemos as formas de constituição de operações de significados que permitem ampliar a problematização tanto do que podemos identificar como economia do agronegócio, quanto de sua concertação.

Mouffe esclarece esta diferenciação do político e da política nos seguintes termos, por meio da diferenciação entre ontológico e ôntico de Heidegger, onde o ontico ou a política *“tiene que ver con lamultitud de prácticas de la política convencional, mientras que lo ontológico tiene que ver con el modo mismo en que se instituye la sociedad”* (p. 15, 2007) para mais à frente no texto expressar a diferenciação em formas mais objetivas:

concibo “lo político” como ladimensión de antagonismo que considero constitutiva de las sociedades humanas, mientras que entiendo a “la política” como el conjunto de prácticas e instituciones a través de las cuales se crea un determinado orden, organizando la coexistencia humana en el contexto de la conflictividad derivada de lo político (Mouffe, p.16, 2007).

Nossa pesquisa também visa somar a estas interpretações ao buscarmos identificar as transições de uma lógica política do agronegócio a partir do discurso que o constitui não como um setor econômico, mas como proposição e ancoragem a uma universalidade e seus processos de constituição discursiva. Buscaremos demonstrar que, neste sentido, entre final dos anos 1990 e meados de 2010, existem duas formas gerais de organização da lógica política do agronegócio numa relação hegemônica.

Na primeira delas, na ordem cronológica apresentada, se dá por uma lógica da diferença, em que as elites agrárias e agroindustriais são uma diferença a mais num sistema político organizado através da estabilidade promovida pelo Plano Real e no processo de inserção internacional da economia brasileira como zona especializada produtora de commodities na divisão internacional do trabalho. No segundo período, iniciado por volta de 2008, com a fratura do comércio global, queda dos termos de troca, crise financeira global e ampliação da corrida mundial por terras (Sauer; Leite, 2012; Borraset *al.*, 2011; Wilkinson, 2017), são organizadas agroestratégias (Almeida, 2011) que aderem a uma divisão social como reordenação da relação hegemônica do agronegócio, mas que só podem ser explicadas a partir do critério de uma decisão política, em muito marcados pela ampliação de uma nova questão agrária, desta vez ordenados pela luta por “vida, dignidade e território (Porto-Gonçalves, 2015).

Este ciclo de articulação alcançou plena vigência no período atual, principalmente após o golpe de Estado em 2016 e seus prolongamentos. De modo que a pesquisa tem como limite os prolongamentos políticos desta conjuntura de transição entre uma lógica da diferença e uma lógica da equivalência na construção política da identidade do agronegócio.

De modo geral, a pesquisa sobre o discurso e a teoria econômica já tem um histórico, com um marco importante em McCloskey e a ideia da retórica na produção do conhecimento na economia, ainda que esta proposição seja bastante distante das proposições da teoria do discurso pós-marxista. Todavia, na defesa do pluralismo e do discurso aplicado ao estudo econômico, podemos não apenas mencionar o entendimento da Ciência Econômica como um sistema retórico, mas também, conforme menciona Crespo (2015), como um sistema de discurso defendido por Klammer e Samuels, como paradigma ou visão de mundo na acepção de Heilbroner, na definição como um sistema de crenças e interpretações, por Mirowski e Laroi.

Pesquisas como as nossas foram elaboradas por Balsa sobre o discurso agrário na Argentina, em que, a partir de um arcabouço teórico e metodológico que vincula Gramsci e a teoria do discurso pós-marxista de Laclau e Mouffe, se compreende a hegemonia como uma forma de dominar o campo da discursividade, a deter o fluxo

das diferenças através da articulação de significantes em cadeias de equivalência. Balsa (2017) identifica na Argentina, dos anos 1920 a 1943, distintas formações discursivas que, articuladas por estratégias discursivas que organizam objetos, constroem hegemonia no discurso agrário.

## 2 A TEORIA DO DISCURSO PÓS-MARXISTA

Este capítulo tem por função a apresentação dos instrumentos e categorias de análise da teoria do discurso pós-marxista que nos serão úteis no desenvolvimento de nosso objeto de investigação: a construção da hegemonia do agronegócio através do discurso. Dadas as inúmeras aberturas de pensamento que Laclau e Mouffe construíram sobre o monismo nas ciências sociais, o reducionismo de classe e a crítica ao essencialismo econômico, pontos que mais se relacionam com nosso fazer profissional, é sobre os desenvolvimentos destas temáticas que daremos maior atenção no decorrer da apresentação da teoria pós-marxista. Estas últimas são, entretanto, entrelaçadas com categorias de entendimento do político, dado que, para nós, tem primazia na constituição do social, em consonância com o postulado da teoria pós-marxista.

Ressaltamos, entretanto, que a tentativa de entendimento das configurações gerais da Teoria do Discurso pós-marxista é marcada por muitos desafios. Ao iniciar o contato com a teoria, o primeiro impasse decorre de seu jargão, que recolhe contribuições da linguística, da filosofia pós-analítica, da psicanálise lacaniana, de uma crítica a determinado marxismo e ao estruturalismo, de Gramsci e Althusser, entre outros, num caminho teórico que avança por meio de contribuições dos pós-estruturalistas, pós-fundacionalistas e pós-modernistas, que, nas mãos de Laclau e Mouffe, redundam numa transição ao pós-marxismo (Torfing, 2005; Sim, 2013), no que advogam uma continuidade do marxismo.

O segundo desafio de entendimento é a compreensão de seu contexto de enunciação, lastreado num discurso oriundo dos anos 1970 em diante, em que o marxismo entrava em aparente crise (Paramio, 1989; Therborn, 2012), o socialismo realmente existente desmoronava, o capitalismo expandiu seus raios de ação, além de deslocamentos estruturais advindos do avanço das relações sociais de produção do capital sobre a vida (Laclau; Mouffe, 1987; Burity, 1997).

Entretanto, a despeito desta riqueza de contexto, buscamos avançar pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe pelo desafio da exposição de suas categorias como

uma caixa de ferramentas que nos auxiliem na problematização de nosso objeto de pesquisa. No sentido de termos instrumentos discursivos que, articulados com contribuições da economia política, nos permitam identificar a construção da hegemonia do agronegócio através da lógica política da equivalência e da diferença. É a diretriz ontológica de Laclau e Mouffe o que mais temos por referência na estruturação destas categorias e no processo de pesquisa.

## 2.1 O DISCURSO E O SOCIAL: SOBRE ANTAGONISMOS E EXCLUSÕES

Uma das formas de compreender os sentidos do pós-marxismo de Laclau e Mouffe é discutir sua categoria de discurso e a relação que se estabelece com o que entendem como social. Na teoria pós-marxista, o social é uma tensão entre a possibilidade e a impossibilidade de constituição de uma sociedade. Como possibilidade, faz referência ao estabelecimento de uma regularidade na dispersão<sup>9</sup> das relações entre diferenças, a partir de articulações discursivas que confluem para um processo de significação desta totalidade. Essas relações entre significantes diferenciais, ao serem contínuas ou repetitivas, expressam já a existência do social. Por impossibilidade, há a fragilidade deste ordenamento de relações entre posições de sujeitos, através da contínua ameaça de um excedente de discurso.

Esta abertura do social, que Laclau e Mouffe (1987, p.108) apontam como parte de uma “essência negativa” do que existe e a demonstração da fragilidade das ordens sociais que alcançam existência, é o sentido básico desta relação de possibilidade e impossibilidade da sociedade. Esta concepção parte, por sua vez, do reconhecimento da existência de uma assimetria fundamental das sociedades industriais avançadas:

la existente entre una creciente proliferación de diferencias —entre un exceso de sentido de lo social—, por un lado, y, por otro, las

---

<sup>9</sup>Um suporte importante para a teorização de Laclau e Mouffe está na ideia de formação discursiva de Foucault, concebida como regularidade da dispersão de elementos, governada por determinadas regras que estão no discurso (LACLAU e MOUFFE, 1987; TORFING, 2005). Segundo Laclau e Mouffe (1985, p.121) uma *regularidade* na dispersão, como um conjunto de posições diferenciais representando uma configuração que, em determinados contextos, pode vir a ser significada como totalidade.

dificultades que encuentra toda práctica que intenta fijar esas diferencias como momentos de una estructura articulatória estable (Laclau; Mouffe, 1987, p.110).

O social emerge de um campo de discursividade – onde existe um excesso de sentido – e a partir de articulações discursivas que alcancem estabilizar o fluxo de diferenças e assim constituir esta regularidade na dispersão dos sujeitos, com uma lógica e um conjunto de regras que constituem um espaço. Assim que, entender o social, implica em identificar a lógica que compõe a regularidade da dispersão de seus objetos, assim como o discurso que lhe confere uma estrutura de significação (Laclau; Mouffe, 1987).

No social articulado no agronegócio, por exemplo, a articulação de uma discursividade a partir de significantes particulares, tais como a produtividade, a tecnologia, o capital, o crédito, a inovação e as políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e liberalização, conformam um enquadramento de diferenças em posições de sujeito que estão dispersas a partir de uma referência de discurso. Neste sentido, o discurso do agronegócio, que atribui significação a esta cadeia de equivalências, aquele que hegemoniza uma ordem social, estabelece um social em que os distintos agentes estão dispersos por uma regularidade em suas relações através de crenças, rituais, instituições e visões de mundo hegemonizadas pelo discurso do agronegócio.

Deste modo se conformam lógicas sociais dominantes, como a lógica produtivista, a lógica dos mercados, de empresas transnacionais no controle sobre a produção, do cálculo gerencial da produção através da dinâmica financeira globalizada, assim como o discurso que, a partir da inclusão nestes parâmetros, atribui a determinados agentes como vocacionados ou não vocacionados para a atividade na atividade agrícola.

Entretanto, como há muitas estratégias discursivas em disputa num campo discursivo, como o campo da discursiva é um excesso de sentido, a formação do social é uma tentativa de construir esta regularidade na dispersão de sujeitos, das diferenças, dentro do marco de um excesso de sentido que tende, por sua vez, a transbordar os limites do social. O social é, pois, um campo de (im)possibilidade em

permanente disputa discursiva que não pode prescindir de uma organização do político.

Há na teoria do discurso uma generalização do papel da significação para todas as relações sociais (Torfing, 2005), na medida em que se considera que qualquer objeto, ainda que exista fora do pensamento, é por meio de um quadro de emergência discursiva que encontra uma significação social (Laclau; Mouffe, 1987, 1987). Um discurso não se refere apenas ao linguístico, mas a um conjunto de práticas sociais linguísticas e extralinguísticas que confluem num processo de significação (Laclau et al. 2000; Biglieri, Perello, 2011). Ou seja, por discurso não entendemos apenas o que o sujeito diz e os contornos do processo de enunciação, mas também o conjunto de práticas que são discursivamente elaboradas (Laclau; Mouffe, 1987; Laclau, 2011).

Em si mesmo, um discurso é uma totalidade estruturada por uma prática de significação a partir da articulação de elementos previamente disponíveis para o trabalho articulatório das estratégias discursivas (BALSA, 2017). Quando estes elementos estão organizados numa estrutura discursiva, são entendidos como momentos de um discurso, posições diferenciais que estão articuladas no interior de um discurso (Laclau; Mouffe, 1987).

Por exemplo, nos anos 1990, o significante “agricultura familiar” poderia ser compreendido como um elemento discursivo não articulado e à disposição de um conjunto de estratégias discursivas vinculadas ao neoliberalismo ou às forças sociais identificadas com a democratização. Quando este elemento foi conectado a uma cadeia de equivalências do agronegócio (neoliberalismo), tomou uma posição diferencial dentro do processo de significação deste discurso.

Podemos entender que este elemento, então convertido em momento, foi posicionado na estrutura discursiva do agronegócio, no que passou a compartilhar com uma série de outras diferenças articuladas pelo discurso dominante uma equivalência geral, um ponto de articulação geral. Se pensarmos este ponto de articulação geral – que mais tarde definiremos como ponto nodal - a partir do significante livre mercado, entendemos que o carácter particular da agricultura familiar passa a sofrer uma interferência de uma equivalência. Assim, a particularidade da



agricultura familiar só se realiza, como demanda, a partir de sua inclusão na lógica produtivista do mercado e na busca do lucro (pontos nodais), em que o acesso ao crédito, à tecnologia, às políticas de desenvolvimento rural (momentos diferenciais de discurso), entre outras, são articuladas como demandas interdependentes de realização de sua posição diferencial na cadeia discursiva do agronegócio.

Como outro exemplo podemos ter um modelo de entendimento para explicar a construção de políticas econômicas que só podem ser socialmente conformadas como parâmetro guia de conduta através de um enquadramento em certa moldura de discurso que lhes dá guarida no campo da significação. Se identificarmos a demanda por “estabilidade macroeconômica” como um elemento à disposição para os processos de significação (elemento discursivo) e uma vez que este último seja incluído numa cadeia de equivalências do neoliberalismo – de forma resumida, na articulação entre livre comércio, desregulamentação de mercados e privatização, entendida como discurso neoliberal – passa a compor um posição discursiva dentro de uma estrutura de discurso do neoliberalismo, ou seja, se converte em momento do discurso neoliberal.

Assim a estabilidade macroeconômica é atrelada aos demais momentos da estrutura discursiva do neoliberalismo como uma diferença, tanto por um equivalente geral, como a ideia de defesa do livre mercado entendida como a melhor forma de constituir uma boa sociedade, quanto contra o que ameaça esta cadeia discursiva (antagonismos), as intervenções do Estado e a demanda por direitos. Logo, defender a estabilidade macroeconômica (diferença) é o mesmo que defender o livre mercado (ponto nodal) e ser contrário à intervenção do Estado (antagonismo), como o gasto público, as empresas estatais, o planejamento estatal, entre outros. Como se denota, o discurso, para Laclau e Mouffe, é mais do que o linguístico, sendo a própria forma de constituição do ser dos objetos.

É no pós-estruturalismo que o discurso emergiu como categoria de análise social, dentro de um horizonte de entendimentos que ficou conhecido na literatura como “virada ideacional” nas Ciências Sociais (Larsson, 2015). Aqui o discurso passa a ser entendido como processo social que envolve os sujeitos que falam, escrevem e atuam, consubstanciando-se numa negação às determinações da estrutura (Eagleton, 2006). A forma de organização do signo é posta em questão, pelo

divórcio entre o significante e o significado, ou seja, a quebra do isomorfismo da relação de um a um entre significantes e significados: “um significante me conduz a outro, e este a um terceiro; significações anteriores são modificadas por outras, posteriores, e embora a frase possa chegar ao fim, o processo da língua em si não chega” (Eagleton, 2006, p.193).

Em Laclau e Mouffe, a partir do suporte pós-estruturalista de Derrida, a ampliação do discurso para as relações sociais passa pela crítica ao signo, ao referente e ao fenômeno como formas de imediatez no acesso às coisas mesmas, sem com isto abandonarem a perspectiva de forma de produzir conhecimento organizada em torno da proposição realista. Para o discurso, é perfeitamente possível ser realista, na consideração de que há uma existência dos objetos fora da mente, tendo por atenção a diferença entre a existência e o ser dos objetos.

O real existe independentemente do discurso, mas só se mostra através da articulação discursiva – e distorsiva – ao demarcar as condições de emergência da existência enquanto ser (Laclau; Mouffe, 1987). Neste entendimento, a negação do acesso imediato às coisas mesmas, que podemos compreender como negação de acesso direto ao real, na ideia de que há um fundamento que dê conta de exprimir uma estrutura é o que entra em causa (Mendonça, 2014). O processo de significação é como um jogo de significados infinitos, apenas parcialmente fixados por práticas compreendidas como discurso e suas articulações (Torfing, 2005).

Mendonça, Linhares e Barros (2016) destacam como as concepções pós-funcionalistas - na ruptura com a ideia de fundamento último como princípio ontológico para o ser -, e pós-estruturalistas – na ruptura de estruturas determinantes - foram fundamentais para as concepções ontológicas da teoria do discurso pós-marxista, em especial em sua dimensão do aspecto discursivo, dos objetos e das ações como constituídas por processos de significação de uma estrutura. Entretanto, se não há fundamento último, há pelo menos fundamentos parciais, sempre transitórios.

Dito de outro modo, se afirmamos haver uma estrutura, como um sistema regular de diferenças, de posições diferenciais de sujeitos, na configuração discursiva que estabelece o social – aquilo que anteriormente mencionamos como elementos não

discursivamente articulados transformados em momentos de uma articulação discursiva – também podemos compreender que existem fundamentos que estabilizam esta significação. O que ocorre, todavia, é que esta positividade da significação não pode existir de forma literal, não há nada de positivo nas relações entre as diferenças que estabeleça a totalidade de uma formação discursiva.

Logo, o real só pode aparecer socialmente como um ato de distorção, de uma tensão entre as diferenças e uma equivalência (Laclau, 2011). A constituição de uma significação, na relação necessária entre as identidades, entre as diferenças, ocorre pela negação parcial do que são as particularidades das diferenças, em torno da universalização contra o que as diferenças não são.

Retornando aos nossos exemplos, a estabilidade macroeconômica, seu entendimento não deriva de um fundamento, que a constituiria como uma superestrutura ideológica, mas a partir de uma articulação discursiva que compõe a sua significação, um discurso que a estabelece no social também contra algo que passa a ser a fonte da ausência de sua plenitude. A estabilidade macroeconômica passa então a não ser alcançada porque o governo e a “sociedade” tem demandas que comprometem o livre mercado e a ação dos capitalistas, no que recentemente reconhecemos no Brasil como o discurso de que a Constituição Federal de 1988, na organização de direitos, não cabe no orçamento, conforme apontou a revista Carta Capital (2016) sobre o discurso liberal após o golpe contra a então presidente Dilma Rousseff (2010-2016).

Um discurso sobre o agronegócio pode vir a defini-lo como o protagonismo do capital, a inovação, a produtividade e a competitividade, ou seja, diferenças articuladas em momentos discursivos. Todavia, a articulação discursiva destes elementos não ocorre pela positividade de cada um deles ou por um fundamento que vincule todas estas diferenças. O discurso propalado por seus agentes, como mostraremos no capítulo 5, não diz exatamente o que eles são, mas sim a unidade constituída com o que, em conjunto, negam – o que também implica, na teoria do discurso, aquilo que os ameaça na busca pela plenitude de sua identidade. Assim o agronegócio é, como um discurso, a construção daquilo que seus momentos discursivos se opõem ou que impede que sua identidade seja plena. O que o

ameaça são os elementos que são excluídos do sistema de significação como negatividade: os antagonismos.

Por antagonismo compreende-se todos os elementos que são representados como o Outro das identidades diferenciais (Mouffe, 2007), como limite de toda objetividade (Laclau, 2000). O que permite as identidades diferenciais existirem não é apenas a ideia de que sua diferença é um *continuum* articulado num ponto de inscrição. O que garante o fechamento desta dança de identidades é sua relação diferencial com um exterior, algo que a constitui e a nega, simultaneamente. O nome desta relação é Antagonismo, que é também a nomeação de uma exclusão (Mouffe, 2007; Laclau, 2011). Pela negatividade de uma exclusão, todas as posições diferenciais se tornam equivalentes, em sua diferença, com relação ao excluído (Laclau; Mouffe, 1987; 2000) perdem seu caráter exclusivo de positividade para constituírem uma equivalência contra o que elas, em conjunto, negam.

Todas as identidades dentro de um marco discursivo estão unificadas por sua oposição àquilo que está fora de um espaço homogêneo constituído, no que contempla uma relação de equivalência (Laclau, 2011). É preciso ter em mente que este ponto é de uma relação hegemônica precária e instável, sendo apenas um momento de estabilidade, dentro de um conjunto maior de desequilíbrios, de falhas estruturais que tornam a se repetir, promovendo novamente dificuldades de identificação dos sujeitos dentro de uma ordem de deslocamento.

Por sua vez, este processo de descentramento da estrutura pode ocorrer pela radicalização de um antagonismo. Como por relação antagônica apreendeu-se uma ideia de limite da objetividade do social, a radicalização do limite só pode ser o avanço para um além, no modo que passamos de um espaço homogêneo para um espaço heterogêneo em relação a um ordenamento de regras e simbolizações. Laclau expõe o que compreende por deslocamento ou descentramento de uma estrutura da seguinte forma:

O termo “deslocada” alude aqui a pelo menos um duplo traço da “estruturalidade” da estrutura: em primeiro lugar, por se constituir sempre em relação a um outro, a algo que lhe é externo e a como sua identidade se define (um “exterior constitutivo”, segundo Derrida), toda estrutura (isto é, qualquer sistema de diferenças articuladas) é irremediavelmente cindida, descentrada, por mais coesa, coerente e poderosa que possa parecer. A possibilidade de ser deslocada, isto

é, confrontada com aquilo que lhe escapa, com o que ela não pode (ou não quer) incorporar – senão sufocar, esquecer, eliminar –, se coloca, portanto, em cada nova “irrupção” do exterior constitutivo, sem o qual nenhuma estrutura possuiria seu efeito de unidade e identidade (o qual não deve ser buscado num único “outro”, claramente definível empiricamente). Em segundo lugar, uma estrutura é deslocada quando o modo como seus elementos integrantes foram articulados é questionado, problematizado ou inviabilizado; quando sua contingência, ou historicidade irredutível, é revelada. Assim deslocada, novamente “des-centrada” ou “ex-cêntrica” (tal estrutura), seus elementos se prestam a outras formas de articulação, a outras intervenções hegemônicas, que tendem ou podem levá-la a uma transformação, a uma nova formação hegemônica (LACLAU, 2011, p.138).

Laclau (2005, p.188) aponta que se considerarmos uma contradição entre capital e trabalho em torno dos salários, o antagonismo sobrevém não em nome de uma demanda de aumento salarial, algo perfeitamente identificável num sistema de diferenças numa relação interna entre vendedores e compradores de força de trabalho, mas na forma daquilo que os trabalhadores são fora desta relação. Ou seja, provém de algo que está fora de uma normalização de uma lógica de inscrição dos sujeitos, provém de uma heterogeneidade.

A mesma demanda por melhores condições salariais, quando provém de um antagonismo, frustra a realização da identidade de vendedores e compradores de força de trabalho, porque se anuncia de uma outra margem de articulação discursiva, podendo se dar em nome da justiça social e da dignidade humana, significantes que não estão incluídos na relação entre indivíduos livres e juridicamente iguais numa relação contratual de trabalho (Laclau, 2005).

No caso em que tratamos nesta tese, se há um avanço da terra-mercadoria, pela ampliação das contradições do capital no campo, que produz empobrecimento - no sentido de constituir sujeitos pobres<sup>10</sup> - para pequenos agricultores, camponeses, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhos, enquanto concentra riqueza, o nome de um antagonismo radical não vem pelo direito à política agrícola, políticas sociais ou políticas de distribuição de renda, mas em nome de algo que subverte a continuidade do espaço de representação ordenado pela lógica do agronegócio. A

---

<sup>10</sup> Aqui adotamos a compreensão de Viveiro de Castro: “O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa que tinha, de modo a fazê-lo desejar outra coisa que não pode ter” (p.5, 2016).

quebra da objetividade mercadológica do agronegócio pode provir, então, da luta por justiça e territorialidades, entre outras.

O que está além da “objetividade” constituída por um discurso e uma exclusão não é o simples risco de quebra dos vínculos sociais, mas a abertura de uma maior distância entre o que pode ser simbolizado e o real. Ou seja, algo que não pode ser objeto de simbolização, um sentido de falta que funciona como limites dos sentidos e tempo de crise de uma configuração discursiva (Laclau; Mouffe, 1987).

Trata-se de um movimento de ruptura das identidades e da ideologia que lhe fornecia sustentação, é o momento de exigência de uma nova forma de configuração discursiva. Um deslocamento como uma falha de constituição da estrutura, é, portanto, a forma pela qual se pode observar a distância entre a ideologia que promoveu o fechamento de uma sociedade e a sua impossibilidade de dar conta de um excesso de sentido, a tal ponto que o que a estrutura discursiva tornou invisível, alcança visibilidade, como disputa ontológica sobre o que o social é.

No avanço desses antagonismos, a fragmentação constitutiva das identidades, sua relação necessária e contingente e a ausência de critérios para tomar decisões é total, só pode ser suturada por uma nova articulação hegemônica que se caracteriza pelo sentido desta falta. Uma vez que o desnível entre o espaço simbólico e o real é estabelecido, demonstra-se uma ausência, uma falta e as formas de interpelação da ideologia então dominante são reduzidas (Laclau, 2011). Há, desde logo, a possibilidade contrária, através de estratégias discursivas que capturem as demandas contra a ordem social, o que Laclau chama de demandas populistas (Laclau, 2005) e as inclua dentro de determinado ordenamento discursivo que reforce a dominação.

É possível compreender que num processo de organização de uma regularidade da dispersão, os sujeitos estão, em sua diferença, dispostos numa estrutura social, por meio de um dispositivo discursivo que lhes fornece uma significação. O discurso, por intermédio dos processos de interpelação que conectam atos, palavras, instituições, regras, entre outros, promovem as identificações dos sujeitos em suas posições diferenciais (Laclau; Mouffe, 1987) e este é o retrato de uma ordem social estável.

Para Laclau (2011), uma vez que haja uma quebra da estruturalidade da estrutura, uma crise orgânica, nos termos de Gramsci, o sujeito não pode se identificar, é impedido de fazê-lo. Tem-se então o sentido da falta e a busca por um novo discurso, que só pode partir desta ausência que é própria do efeito de deslocamento da estrutura. Como a ausência não pode ser simbolizada, não está sequer inscrita socialmente, é nesse não-ser que o sujeito aparece e a hegemonia se constitui.

O significado disto é de suma importância para o entendimento da hegemonia em Laclau e Mouffe. O sujeito, qualquer que ele seja, é fraturado; um sujeito da falta que é impelido a reconstituir-se através das brechas de uma estrutura deslocada. Não há hipótese de que para este último exista qualquer transparência do social, interesse pré-constituído, morada de significado em alguma instância do social, tendo em consideração de que entre os efeitos de simbolização da estrutura e o real, dado o deslocamento, abriu-se um distanciamento (Laclau, 2011).

É um ponto, como se afirmou anteriormente, onde não há possibilidade de decidir a partir de alguma literalidade. O que há é uma negatividade que subverte princípios de qualquer positividade e a mescla com o peso da contingência que invade sujeito e objeto. Um espaço pleno de possibilidades, a especificidade pura da contingência (Laclau; Mouffe, 1987).

O ponto fundamental é que as identidades, as diferenças, só se constituem por uma relação, que não pode prescindir de um sistema. Mas não há forma de o sistema ocorrer sem a existência de um limite que tem por função controlar a dispersão destas diferenças, que alcançam um significado umas em relação a outras. Se não há limite, a busca pelo significado não teria fim, não haveria, deste modo, nenhum discurso inteligível (Laclau, 2011).

Todavia, se a relação entre as identidades é necessária e com ela um limite e se este limite é o mesmo que um antagonismo e uma exclusão, percebemos que a condição de possibilidade do sistema é exatamente aquilo que ele exclui como um não ser. É pela negatividade a algo que se estabelece uma presença, um sistema de relações discursivas. Agora isto é o que Laclau (2000) chama de “presença pela ausência”, porque a relação entre estas diferenças só existe pela equivalência entre elas em relação ao que negam.

Isto leva a uma segunda consideração: toda identidade é um ponto de indecibilidade, porque são ao mesmo tempo, uma diferença particular e o lócus de uma equivalência, que constitui o sistema. Se tudo o que temos são particularidades, no sentido de múltiplas posições diferenciais de sujeitos, esta multiplicidade só pode alcançar uma unidade por meio de uma hegemonia em que uma das particularidades assume uma função ontológica de representar um universal. O seu corpo particular passa a ser a representação de algo que com ela não tem medida, que é uma universalidade de uma comunidade, conforme aponta Laclau:

Se este objeto impossível – o sistema – não pode ser representado, mas precisa mostrar-se no campo da representação, as formas dessa representação serão constitutivamente inadequadas. Elas só podem ser os particulares. Como consequência da sistematicidade do sistema, o momento de sua totalização impossível será simbolizado por particulares que assumam contingentemente essa função representativa. Isso significa não só que a particularidade do particular é subvertida por sua função de representar o universal, mas também que certo particular, ao fazer de sua própria particularidade o corpo significante de uma representação universal, vem a ocupar – no interior do sistema de diferenças como um todo – um papel hegemônico. Isso antecipa nossa principal conclusão: numa sociedade (e esse é o caso, enfim, de toda sociedade) em que a plenitude – o momento da universalidade – é inatingível, a relação entre o universal e o particular é uma relação hegemônica. (LACLAU, 2011, p. 87-88)

Dito isto, o modo de fechamento de uma estrutura acaba por ser concebido como um processo instável e contingente de realização de uma relação hegemônica, que, a partir da abertura de uma de suas diferenças como plataforma de inscrição para outras, pode preencher o vazio do centro de uma estrutura: se trata do aparecimento do ponto nodal, um significante que funciona como equivalente geral para outras diferenças, em torno de uma representação de universalidade.

Por mais paradoxal que possa parecer, a permanência do excluído, todavia, preenche de tensão a estabilidade estrutural, pela possibilidade que nutre de constituir um desafio ao social sedimentado. Neste caso, onde existe uma fronteira entre o que é interno e o que está mais além de um limite de uma estrutura, podemos ter uma situação de dois significantes vazios em competição pelo universal, duas formas de representação de uma plenitude ausente da comunidade, uma que é puro espaço – a do sistema de diferenças, que nesta altura foi deslocado – e outra que é pura temporalidade (Laclau, 2011).



A irrupção do exterior constitutivo como antagonismo, como deslocamento ou como heterogeneidade são os fatores por meio dos quais podemos afirmar que nada na estrutura pode existir sem a contingência. Todo o movimento interno dos elementos está relacionado com o seu entorno externo. Não há forma de prever como, por meio da estrutura, se consubstancia um desenvolvimento histórico, por exemplo. O acontecimento da ruptura, do deslocamento, é fruto da contingência plasmada na contínua rearticulação do político e da hegemonia na redefinição das fronteiras antagonicas, ou seja, dos limites da positividade de um sistema.

A partir da ideia de que o discurso é constitutivo do social, por processos de sobre-determinação, onde o real só se mostra através de uma distorção na realidade, a TD intui um importante papel para a representação, o simbólico, no fechamento de uma estrutura. Sem a capacidade de representar o universal, não há estrutura possível, tampouco sociedade possível. Acontece é que acessar o real por meio da representação é uma tarefa necessária e, ao mesmo tempo, impossível, exatamente pela ausência de um fundamento que sirva de base para apresentar, de forma transparente e previamente inteligível, as relações sociais (Laclau et al., 2000).

A visão epistemológica da TD enfatiza que a compreensão da sociedade não pode prescindir do discurso e do ideológico, como forma de fechamento de uma estrutura. Isto quer dizer que a tentativa de entendimento e crítica da estrutura e seu fechamento passam pela crítica intradiscursiva, intra-ideológica, das formas pelas quais uma sociedade passou a se erigir, de suas condições de existência (Fahir, 2016). Assim, também se derivam as ideias de que os objetos são marcados por instabilidade e contingência, ou seja, que seu entendimento não pode partir de um fundamento, de uma determinação estrutural e que sua existência, ainda que absolutamente pretérita ao pensamento, não pode adquirir validade social a não ser que contextualmente apreendida pelo discurso que lhe “coloca no mundo social” (LACLAU et al., 2000).

## 2.2 HEGEMONIA, SIGNIFICANTE VAZIO E FLUTUANTE

A TD estuda um sistema aberto que não pode existir completamente ou ser completamente fechado, está sempre passível ao movimento e a disputa, o que também implica que constantemente requer articulações discursivas, práticas articulatórias, o que, esclarece Laclau et al. (2000, p.233), não implica que haja um fluxo permanente do social.

O social existe como um processo de sobredeterminação discursiva e não encontra, em si mesma, um fundamento último, porque está sempre tanto constituído por uma relação interior-exterior, quanto ameaçado em sua objetividade por aquilo que está fora do espaço de representação. A ordem social tem uma característica de transitoriedade, onde a estabilidade é precariamente alcançada por um mecanismo de poder: atos de poder por meio dos quais se estabelecem fronteiras que delimitam uma determinada realidade. Este ato de poder ocorre pelo político, pela constituição precária de identidades, através da articulação de significantes vazios e flutuantes e pelo fechamento de uma estrutura em lógica da diferença ou lógica da equivalência (Laclau; Mouffe, 1987).

Primeiro, entendamos o que é e como pode existir um significante vazio. É apenas quando a regularidade de uma dispersão não mais pode se repetir, ou, de outro modo, não mais promove um processo de significação, pelo advento de um deslocamento, de uma crise num bloco histórico (formação discursiva hegemônica), é que se torna necessário e impossível articular um significante vazio, que podemos entender como o significante de uma falta, de uma impossibilidade de plenitude (Laclau, 2011).

O significante vazio é o resultado de uma operação hegemônica, na medida em que um corpo particular se universaliza, e torna a sua particularidade como uma representação de uma universalidade, no que passa a ser a representação de toda uma comunidade. Para entender o significante vazio, precisamos considerar que o sistema é conformado por diferenças que só alcançam uma sistematicidade ou uma regularidade na dispersão, através de uma equivalência. De modo que assumimos a ideia de que é pelo que se opõe ou o que as ameaça, que as identidades e suas relações podem existir.

Logo, esta universalidade, que relaciona o particular das diferenças com uma equivalência numa formação discursiva hegemônica, não tem conteúdo próprio, é o lugar de um vazio, que representa a plenitude da comunidade. O significante vazio tem por função a anulação de toda diferença (Laclau, 2011, p.68), dá nome ao que é inominável, ou seja, a plenitude de um conjunto amplo de diferenças. É um efeito simbólico de unidade no processo de representação.

Em “Por que os significantes vazios são importantes para a política?” Laclau nos dá um exemplo do modo como pensa o significante vazio:

Consideremos a situação extrema de uma desorganização radical do tecido social. Nessas condições – não muito distantes do estado de natureza em Hobbes –, a população precisa de uma ordem, e o conteúdo presente da mesma passa a ser uma consideração secundária. A “ordem” enquanto tal não tem conteúdo, já que só existe nas várias formas em que se realiza; mas, numa situação de desordem radical, a “ordem” está presente como aquilo que é ausente; passa a ser um significante vazio, como o significante dessa ausência. Nesse sentido, várias forças políticas podem competir em seus esforços para apresentar seus objetivos particulares como aqueles que realizam o preenchimento dessa falta. Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento. (Falamos sobre a “ordem”, mas obviamente “unidade”, “libertação”, “revolução” etc. pertencem ao mesmo esquema. Qualquer termo que, em certo contexto político, passa a ser o significante da falta realiza a mesma função. A política é possível porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar a si mesma por meio da produção de significantes vazios.) (Laclau, 2011, p.76)

Este deslocamento e a existência de discursos em competição no social, também está vinculada a significantes flutuantes, ou seja, significantes da falta que estão à disposição de uma articulação discursiva em torno desta mesma falta, de um impedimento de identificação dos sujeitos a partir de uma estrutura deslocada (Laclau, 2011). Sem significante flutuante, não há hegemonia, exatamente porque não há possibilidade de articulação discursiva. São significantes flutuantes os elementos que não estão discursivamente articulados e ganham esta dimensão “flutuante” porque seus conteúdos provêm dos conteúdos concretos atribuídos por forças políticas antagônicas que, no entanto, tem como referência um determinado significante vazio.

Por exemplo, se consideramos o desenvolvimento rural como um significante vazio que surge após o debacle do sistema de regularidades de identidades e da ideologia da modernização conservadora, e considerando a existência de forças antagônicas

que disputam a hegemonia por sua representação, teremos, para cada um deles, uma diferente forma de representação desta plenitude ausente através da articulação de significantes flutuantes que apontam para uma forma de estabelecimento desta plenitude social.

Assim que o desenvolvimento rural, expressado diferentemente por agentes do agronegócio e da agricultura familiar camponesa – antagonismos –, é um significante vazio, um significante que só tem conteúdo concreto dado pelas forças políticas que estão em competição em seus processos de articulação de significantes flutuantes, dentro de uma mesma necessidade de estabelecer uma formação discursiva hegemônica e suturar, temporariamente, uma falta numa estrutura de significação. O agronegócio pode se apresentar como postulante da ocupação deste vazio de representação através da articulação do desenvolvimento agrícola como forma de alcance do desenvolvimento rural, enquanto a agricultura familiar camponesa pode disputar o mesmo vazio por intermédio do desenvolvimento agrário.

Logo, a diferença que pode representar esta falta é aquela que possa transformar seu conteúdo particular num ponto nodal, que enreda todas as outras diferenças. Existe, deste modo, uma luta entre diferentes discursos pela representação desta plenitude ausente, para conceber a esta falta um significado. A hegemonia seria, assim, uma competição entre grupos sociais por representação de uma plenitude ausente. Nas muitas fontes de discurso em competição para tentar fechar uma totalidade discursiva, o que importa é descobrir qual é (ou quais são) o *point ofcaption*, em que se tornam sobredeterminadas as possibilidades de articulação entre diferentes identidades num espaço discurso.

Este ponto nodal é um ponto máximo agregador de elementos, numa extensa rede de equivalência de um discurso (Herschinger, 2011). O ponto nodal pode vir a se transformar em significante vazio, na forma pela qual, a partir de uma determinada diferença, há a congregação de todas as diferenças em relações cada vez mais amplas e polissêmicas: um corpo que encarna o universal ao fornecer uma forma de inscrição de todos os outros corpos, onde a sociedade existe de forma precária e instável. É o ponto onde um elemento particular assume a função de um universal, totalmente incompatível com ele (Laclau, 2011)

Seria incoerente pensar que a hegemonia trata de uma competição entre identidades previamente existentes e organizadas em disputa por significantes flutuantes num grande mercado ideológico, onde os sujeitos compram e vendem ideologias na busca de preencher uma falta constitutiva. Laclau não chega a tanto, por dois pontos: o primeiro destaca que o social não se configura como uma competição entre vendedores e compradores de significantes, mas do estabelecimento de um poder. Em segundo lugar, porque há sempre uma estrutura anterior, uma ordem anterior, que sobredetermina as identidades, as diferentes posições na sociedade, de forma desigual, conferindo posições assimétricas e desiguais na disputa discursiva. Em terceiro ponto, o sujeito para a teoria do discurso, não preexiste à estrutura, se conforma no exato momento de decisão sobre uma estrutura deslocada (Laclau, 2011, p.74).

Esta sobredeterminação tem modos de acontecer que são realizados como o político, i.e., o momento de instituição do social, o processo em que uma hegemonia foi exitosa em estabelecer uma relação de poder, conformando uma forma de presença objetiva de uma estrutura (Glynos; Howarth, 2007), assim como o modo em que o limite da objetividade se apresenta. Laclau, através de um exemplo, esclarece o entendimento desta questão que relaciona um espaço de dominação, fratura e estabilidade, conforme podemos observar, o político aparece quando a lógica do social não mais alcança efetividade:

Imaginemos una explicación histórica que proceda de acuerdo con la siguiente secuencia: (1) existe en el mercado mundial una expansión de la demanda que hace subir los precios del trigo; (2) de este modo, los productores de trigo del país X tienen un incentivo para incrementar la producción; (3) como resultado, comienzan a ocupar nuevas tierras y para ello deben expropiar comunidades campesinas tradicionales; (4) por lo tanto, los campesinos no tienen otra alternativa que resistir esta expropiación, etcétera. Existe una clara interrupción en la explicación: los primeros tres puntos se siguen naturalmente uno del otro como parte de una secuencia objetiva; pero el cuarto es de una naturaleza completamente diferente (...). (Laclau, 2005, p.111).

Avançando nas consequências do exemplo para o entendimento de uma totalização de uma estrutura: se as demandas dos camponeses puderem ser atendidas, sua posição diferencial é mantida e a ordem não colapsa, fortalecendo uma totalidade institucionalista e deslocando a fronteira para a margem do social, o que funciona

pela ampliação de lugares para as diferenças numa cadeia discursiva. Ao contrário, se as demandas dos camponeses não são atendidas, são excluídas do espaço de representação e, portanto, dispostas para a articulação com outras demandas que o sistema não pode ou não quer incorporar. Ambos os processos dependem de um universo simbólico para que possam ocorrer (Laclau, 2005).

O que varia entre a predominância política disto que Laclau entende como lógica do político, uma lógica da equivalência a uma da diferença, é a localização de uma fronteira. Há fronteiras políticas que constituem um nós e um eles antagônicos na equivalência, enquanto na diferença, a despeito de haver um mais além do sistema de significação, uma exclusão, o sistema em si é agregador, expansivo na inclusão de demandas, ou seja, representa uma totalização institucionalista de uma ordem social (Laclau; Mouffe, 1987, 1987; Laclau, 2005, 2011). Não estamos tratando de outra coisa que formas diferentes de constituição de uma hegemonia para Laclau, onde a lógica da equivalência subverte a diferença, e uma determinada identidade se esvazia de sentido para se tornar a plataforma de inscrição para todas as outras identidades.

Em ambos os casos, o que ocorre é a existência de um mecanismo de poder que estrutura uma ordem social. A diferença entre ambos está na articulação pela política ou pelo político. Esta diferenciação é importante, porque a política trata de promover a harmonização dos conflitos, a constituição de relações sociais por meio das quais os diferentes grupos participam da legitimidade da ordem por meio da negociação, o que é o caso de uma totalização institucionalista. Entretanto, quando estamos no terreno do político, é sobre a própria constituição do social que estamos (Mouffe, 2007; Marchart, 2009). É o momento do antagonismo, da disputa entre diferentes cadeias de equivalências por significantes flutuantes – significantes da falta comunitária – na busca de constituição de relações hegemônicas que instauram uma nova ordem social (Laclau; Mouffe, 1987; Laclau et al., 2000; Laclau, 2011).

Como aponta Balsa (2016), a reflexão sobre a hegemonia a partir de Laclau e Mouffe, assim como em Gramsci, teve como substrato uma derrota histórica da esquerda, entre outras coisas, pelos elementos que citamos na introdução deste capítulo. Este contexto de crise das esquerdas e avanço das relações capitalistas esteve acompanhado da ascensão dos processos de mercantilização das relações

sociais, a penetrar novas esferas da vida social e abarcar os espaços de realização ideológica que perpassam distintas práticas sociais, não só aquelas vinculadas ao sujeito como vendedor de força de trabalho, mas a confluir para a construção de inúmeras outras posições de sujeito, conforme aponta Laclau e Mouffe (1987, p.181-182):

Hoy no es solamente en tanto que vendedor de fuerza de trabajo que el individuo está subordinado al capital, sino también cuando está inscrito en múltiples relaciones sociales: la cultura, el tiempo libre, la enfermedad, la educación, el sexo e incluso la muerte. No hay prácticamente ningún dominio de la vida individual y colectiva que escape a las relaciones capitalistas.

Para Laclau e Mouffe o ponto de virada para sua conceituação da hegemonia inicia-se em Gramsci, onde este conceito é expandido do plano político ao intelectual e moral, de tal forma que a relação hegemônica não pode mais ser concebido apenas como aliança de classes, mas como a constituição de vontades coletivas, bloco histórico, que serão entendidos pela teoria do discurso como meios pelos quais a força que hegemonizou o social transforma sua natureza como um devir Estado (Biglieri, 2017).

Todavia, as críticas que Laclau e Mouffe endereçam a Gramsci, como uma disputa intelectual para transformação do conceito, ocorrem sobre o princípio da essencialidade de uma posição de classe fundamental, da resistência deste caráter necessário que estabelece uma âncora para as articulações hegemônicas a partir da economia, bem como a ideia da existência de um centro hegemônico como uma localização fixa no campo social (Laclau; Mouffe, 1987, p. 161). No primeiro ponto, para os autores de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, não há nenhuma razão para compreender as relações econômicas ou leis como não submetidas à regulação discursiva e, para o segundo, o entendimento é de que a hegemonia é um tipo de relação política ou do político, não uma localização precisa numa totalidade.

Neste sentido, a crítica de Laclau e Mouffe (1987) ao reducionismo econômico se sustenta em três pontos. O primeiro deles indica que só é possível afirmar que o nível econômico tem papel constitutivo a partir de: a) as leis de movimento endógeno da economia funcionam plenamente, excluindo indeterminações de intervenções externas; b) a unidade do agente social pode ser derivada das próprias leis de movimento da economia, independentemente de outros fatores de recomposição

política; c) de tal modo que haja plena transparência entre interesse nas relações de produção e representatividade em outros níveis sociais.

Não é oportuno aqui desenvolver todo o argumento dos autores, dado o objetivo deste capítulo, apenas destacar que para a teoria do discurso pós-marxista, nenhuma destas premissas se sustentam, sendo a economia, assim como as instituições, o Estado, o mercado, entre outros, entendidos como elementos que podem constituir partes de uma configuração discursiva (Laclau et al., 2000), através de articulações significativas. Não há, deste modo, nenhum fundamento para o social, apenas o processo de articulação discursiva que constitui a sociedade, sempre falida e transitória. A economia não pode ser compreendida como uma topografia separada de outras áreas do social, porque também é discursivamente constituída (Laclau; Mouffe, 1987).

Laclau e Mouffe (1987) argumentam que conceber a economia como independente, significa pensar que suas condições de existência são uma abstração que constitui outro objeto abstrato, a economia, que, no entanto, passa a ter efeitos concretos: ser determinante de última instância. Trata-se, neste caso, de hipostasiar o abstrato, dotá-lo de efeitos reais. Dado que, ainda que se possa considerar que as condições de existência variam historicamente, são sempre condições lógicas de existência que, em si mesmas, não garantem que determinado objeto se constitua, sustentam os autores da “Hegemonia e Estratégia Socialista”. Apenas a constituição de regularidades discursivas, ao estabelecerem posições diferenciais, através de uma regra de dispersão, conformam uma formação discursiva, um sentido de totalidade.

Logo se compreende que não há uma revelação do que uma estrutura é, em essência, não existe um lugar metalinguístico em que se possa observar o fechamento de uma estrutura social, não existe um sujeito, uma classe fundamental, ou uma entidade do social em que, como plataforma de distanciamento do ideológico, observa, na autotransparência, livre de qualquer opacidade, o que algo é. Não há privilégio ontológico de nenhum sujeito.

O envio simbólico do fechamento da estrutura imprime, para a teoria do discurso pós-marxista, a identificação do social como uma crítica intra-ideológica, ou seja, uma crítica ao discurso que hegemonizou o fechamento de uma estrutura social



(Laclau, 2002) no intuito de conduzir-nos ao retorno daquilo que foi apagado como possibilidade histórica, em nome de uma objetividade que não é eterna, a despeito de assim se demonstrar. Este retorno não se dá no sentido de retomarmos um tempo perdido, mas de abriremos um novo tempo, pela concepção de que tudo que existe, ou que é dito que existe, não é apenas bom ou ruim, não é apenas algo do foro ôntico-valorativo, mas o que existe é a ontologia de uma possibilidade de mudança.

Para nós, este é um enorme avanço, não apenas teórico, mas principalmente político, do pós-marxismo, sem que nisto nos vejamos presos no idealismo ou no voluntarismo, mas nas possibilidades abertas pelo político, que só encontra forma de existência a partir da possibilidade de definirmos um novo horizonte contra aquilo que apontou Balsa (2017) a partir de Therborn (1991) como terceira definição de hegemonia: a capacidade da dominação de fazer crer que não há alternativas.

Desta forma, no avanço contra a lógica da modernidade, o campo do social é aberto, contingente e transitoriamente estabelecido por articulações discursivas que visam constituir uma universalidade, não mais como um fundamento, mas como horizonte, num alargamento das possibilidades, da indecibilidade de uma estrutura e, por consequência lógica, da primazia do político no social (Laclau, 2005; 2011).

A lógica de hegemonia é o processo de estruturação sobre uma falta ou falha de reprodução da estrutura de significantes e pelo surgimento de um agente exterior-interior à estrutura que fornece, através de sua particularidade, o corpo do universal (Laclau; Mouffe, 1987, Laclau, 2011). O papel do discurso nesta lógica de (re)constituição da estrutura pelo político está na defesa da ideia de que todo processo linguístico e extralinguístico (discurso) constitui o sujeito como agente social de uma ação de sutura da estrutura (por processos de identificação/atos de decisão); onde objeto e sujeito são transitórios, contingentes e contextuais e onde seu ser (*esse*) é histórico e variante porque se desdobra sobre sua existência (*ens*) (Laclau et al., 2000; Curry, 2000; Mendonça, 2007, Biglieri; Perelló, 2011).

Segundo Mendonça (2007), em síntese, Laclau define quatro condições fundamentais para a hegemonia: a) uma desigualdade de poder constituída; b) supressão da dicotomia universal/particular; c) a produção de significantes vazios; d)

existência de um terreno de generalização das relações de representação na constituição da ordem social.

Sobre o primeiro ponto, é tomado o pressuposto de que há uma desigualdade de poder que tende a selecionar determinado corpo como o mais plausível para encarnar o universal, a plenitude da comunidade, no modo de apresentar a sua particularidade como aquela compatível com a própria funcionalidade da comunidade. Assim, o exercício deste poder de desigualdade depende da habilidade de um grupo hegemônico de apresentar a sua diferença como compatível com uma universalidade, com uma plenitude ausente da comunidade (Laclau, 2004).

Esta relação particular/universal só é possível, e aqui adentramos na segunda condição da hegemonia, se determinado discurso particular for capaz de abarcar, a partir de sua extensão, outros discursos, de modo a colocar a relação entre particular e universal em suspenso. Isto objetivamente não significa pensar que o particular deixa de existir, mas que seus sentidos devem ser parcialmente desvinculados de sua posição diferencial para abarcar o universal. Este processo ocorre através de um ponto nodal, um centro gravitacional por meio do qual outros discursos circulam e se inscrevem, ao conformar uma cadeia de equivalência entre as diferenças.

Pela terceira condição de hegemonia, o ponto nodal precisa funcionar como uma plataforma de inscrição, por meio dos quais as diferenças podem convergir, a expansão das inscrições tende a tornar o ponto nodal num significante vazio, ou seja, um significante sem significado. Como vimos anteriormente, um sistema de significação é marcado pela ambivalência entre as diferenças das identidades e sua equivalência, em contraposição a algo que não pode ou não se quer incluir no interior de uma estrutura.

Este exterior constitutivo funciona como possibilidade e impossibilidade do processo de significação da estrutura, porque permite a transição das diferenças às equivalências, dada a ausência de um fundamento para a estrutura e a presença de uma negatividade, a possibilidade de representar a ordem social é uma tentativa falida, mas necessária, de totalização. Esta última ocorre pela construção de um significante vazio que representa uma plenitude que a própria estrutura não pode

oferecer. Sem a plenitude, não há identificação, nem sistema de significação estável, logo, sem o significante vazio não há hegemonia.

A quarta condição é a condição de representação, como forma generalizada de constituição do social. Isto implica em afirmar que há uma distância entre representante e representado, uma opacidade do social e ausência de transparência na estrutura. Logicamente, a partir destes pressupostos, não há modo nem de garantir que por uma relação de poder-saber determinado representante possa garantir determinada objetividade do social, bem como tampouco o representado pode encontrar em seu terreno de constituição o sentido de sua identidade.

A ideia de generalização da representação está vinculada ao processo de transformação das identidades do representante e do representado no processo mesmo da representação. Sem a existência deste dispositivo, não é possível articular a possibilidade da hegemonia, que implica não em alianças entre forças sociais distintas, mas na constituição de novas identidades no processo de articulação discursiva (Laclau, 2011).

Estas quatro condições fundamentais para a hegemonia estão reunidas, em particular, nos pressupostos ou condições de emergência da articulação política da burguesia agrária e agroindustrial no final do século XX. O deslocamento da modernização conservadora pelo avanço do neoliberalismo reproduz, aprofunda e transforma uma relação de desigualdade de poder, com deslocamentos estruturais que compõem um novo quadro de luta política a partir da redemocratização do país na década de 1980. Desta feita, emergem socialmente uma proliferação de atores, com discursos diversos sobre o social, ao ponto de produzirem uma fronteira entre o regime opressor e a comunidade, numa relação antagônica moldada por diferentes discursos sobre uma universalidade.

Tais ordens políticas implicam na produção de significantes vazios sobre o sentido de plenitude da comunidade, no conflito entre uma ordem neoliberal favorável ao agronegócio e a de um desenvolvimento democrático-popular, vinculada a camponeses, trabalhadores rurais e agricultura familiar. Por fim, tanto pelo desenvolvimento das forças produtivas, quanto por intermédio do restabelecimento do regime liberal-democrático, a representação se torna condição chave para a

constituição dessas identidades, que passa a encontrar na formulação democrática a necessidade de ajustar a sua dominação, por meio do convencimento. É sobre o caminho que se perfaz até a reunião destas condições de hegemonia na história do desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil e da luta pela terra que o próximo capítulo está orientado.

### 2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Em termos gerais, o eixo político da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe pode ser resumido sobre o seguinte diapasão: se por um lado defendem que o avanço do capitalismo e da intervenção do Estado de bem-estar social promoveu novas formas de subordinação de sujeitos ao capital; por outro, postulam que estes deslocamentos se dão em conjunto com a ampliação de direitos sociais, numa reformulação da ideologia liberal-democrática através das lutas populares, dentro de um imaginário igualitário, o que explica e potencializa novos movimentos sociais na transformação de relações de subordinação como aprofundamento de uma revolução democrática (Laclau; Mouffe, 1987, p. 184).

A abertura do social, o reconhecimento da proliferação dos discursos de emancipação, o descentramento do sujeito e a autonomia do político, na constituição de uma ordem social através do discurso, implicam no entendimento de um contínuo entrelaçamento entre uma estrutura que se desloca cada vez mais rapidamente, identidades fragmentadas e as tentativas contingentes, transitórias e, portanto, fracassadas, de promoção de uma ordem hegemônica. Não havendo um discurso teleológico, por pressuposição ontológica, que garanta a harmonia da sociedade, tampouco um ponto privilegiado de ruptura e fundamento do político, do econômico e do social, são os sujeitos, descentrados em suas múltiplas articulações e sob a forma de arranjos hegemônicos, que devem dar caso ao sentido de uma universalidade falida e necessária (Laclau; Mouffe, 1987).

Logo, o projeto socialista do pós-marxismo de Laclau e Mouffe é ordenado num chamamento ético à articulação política de uma democracia radical que aprofunde o momento democrático em torno da multiplicação dos espaços políticos e articulação hegemônica de lutas sociais que, em perspectiva atual, se contrapõe a uma ofensiva

articulatória neoliberal da economia que alia individualismo e tradicionalismo cultural antidemocrático e autoritário, uma luta política por uma articulação que integre o compromisso dos agentes sociais na feitura de seu próprio destino, menos escatológico, mais modesto e, ainda assim, bastante vivo.

Não buscamos, no entanto, esgotar a temática da teoria, tampouco explorar, para além do necessário para o objeto desta tese, todas as relações críticas que algumas categorias apresentam em seus contextos de enunciação, temas que podem ser objeto de outros trabalhos. O diálogo que buscaremos empreender com a crítica da economia política está lastreado pelas concepções da teoria do discurso, no que se refere principalmente a sua forma de compreensão do movimento do real ao simbólico, o papel dos antagonismos, hegemonia e discurso na constituição de uma ordem social. Como se verá, a despeito de alguns conceitos que utilizamos terem origem na economia política, serão relacionados por nós como elementos que, organizados como momentos em um discurso, nos auxiliam no entendimento do processo de reativação e sedimentação do social, ou seja, o processo político de constituição discursiva de uma totalidade.

### 3 ARTICULAÇÕES NO DISCURSO AGRÁRIO

Neste capítulo buscamos apresentar distintas articulações do discurso agrário no Brasil, a partir das diferentes formações discursivas que estiveram em sua organização. Assim, buscamos identificar, com base em revisão de literatura, as regras de regularidade, lógicas sociais e construção de identidades das elites dominantes no campo a partir do destaque de pontos nodais que funcionaram como ponto de referência para a conformação de diferentes discursos. Podemos distinguir quatro formações discursivas e pontos nodais no discurso agrário, ou seja, quatro formas pelas quais as elites agrárias foram representadas numa totalidade discursiva: a) o ruralismo e vocação agrícola; b) a integração subordinada ao ideário industrializador e a questão agrária; c) a modernização conservadora e o predomínio da técnica e d) o agronegócio (neoliberalismo) e a dominação dos mercados.

Por formação discursiva, nos referimos a construção de posições diferenciais entre elementos, ou seja, diferenças articuladas que conformam uma regularidade na dispersão e que, a partir de um ponto nodal, formam conexões significativas em cadeias de equivalência. A formação discursiva “constituye una configuración, que enciertos contextos de exterioridad puede ser significada como totalidad” (Laclau; Mouffe, 1987, p.120). A inclusão de elementos numa formação discursiva permite a compreensão de um processo de significação, em que se constituem sujeitos e objetos, numa relação de regularidade dentro de um campo discursivo.

Por exemplo, quando buscamos tratar de uma formação discursiva ruralista, estamos em busca de identificar os discursos e pontos nodais de articulação discursiva que constituíram, através da relação entre elementos dispersos no campo da discursividade, uma relação de significação que caracterize uma regularidade social entre a formação de posição de sujeitos, seus antagonismos e estratégias discursivas dentro de uma organização de significação possibilitada pela formação discursiva.

Ou seja, buscamos indagar sobre o caráter ontológico de uma realidade, o seu processo de formação como social, e seu caráter ôntico, a partir das estratégias

discursivas de valorização - no sentido de valorar - dessa formação discursiva. De forma muito resumida, como metodologicamente organizou Balsa (2017) a ideia de formação discursiva de Foucault para o estudo da hegemonia em articulação com a teoria pós-marxista do discurso, num estudo sobre o discurso agrário na Argentina (1920-1943), diz sobre quais objetos e conceitos básicos existem numa realidade, enquanto uma estratégia discursiva busca articular a existência destes objetos em diferentes visões de boa sociedade.

### 3.1 RURALISMO E VOCAÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL

A ideia de ruralismo pode inicialmente ser descrita no complexo rural, sua transição ao complexo cafeeiro e sua posterior dissolução com a criação de um departamento de produção para a agricultura, já nos anos 1960, seguindo a proposição histórica de industrialização da agricultura e desenvolvimento do capitalismo no campo apresentado por Graziano da Silva (1998). Nesta toada, por complexo rural entende-se uma estrutura econômica em que todas as atividades produtivas estavam internalizadas na grande fazenda monocultora e no interior do próprio complexo.

A produção agropecuária, um departamento de produção artesanal e de bens intermediários, formava uma unidade de articulação produtiva cuja dinâmica de alocação de trabalho esteve vinculada, entre variações de crescimento e declínio econômico, a partir dos fluxos de preços externos sobre os produtos que o país exportava (Silva, 1998). Além disso, na economia nacional, estes complexos primário-exportador eram compostos por uma série de unidades regionais isoladas entre si, pela sorte de cada produto exportável no comércio exterior, articuladas por força de vínculo do capital comercial e estrangeiro (Mello, 1975).

Dada a apresentação de um complexo rural como uma unidade fechada em si mesma, com controle estrito sobre fatores de produção, o seu processo lógico de dissolução acaba por ser a ampliação da divisão do trabalho, onde ocorre o deslocamento de atividades produtivas do campo para a cidade e a promoção de uma incipiente expansão do mercado interno (Silva, 1998).

Tal alcance de dissolução dependeu, todavia, da transformação das condições de existência que constituíram a regularidade do sistema do complexo rural, tais como as transformações da terra e do trabalho em mercadorias, não apenas como nova técnica de relações de produção no campo, mas também como técnica de dominação daquilo que Polanyi (2000) chamou de “mercadorias fictícias”. Estas últimas estão alocadas historicamente através da Lei de terras<sup>11</sup> de 1850, a proibição do tráfico negreiro – que ficou conhecido como “Lei Eusébio de Queirós” –, e a introdução da instituição do trabalho livre (Silva, 1998), como formas históricas de acomodação das elites dominantes à corrente de mudanças econômicas da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista (Mendonça, S.,1997).

Na formação do mercado de trabalho, uma aliança entre cafeicultores de São Paulo e antigos donos de engenho de outras frações da classe agrária permitiu uma transição pacífica para o trabalho livre que evitasse a competição entre elites por mão de obra e aumento de salários e mesmo processos de agitação social ou revolução (Reis, 1982; Oliveira, F., 1993). A importação de mão de obra, pela via da imigração e com suporte estatal, de trabalhadores europeus, possibilitou uma segmentação entre um mercado de trabalho livre e outro em que havia a permanência de formas de repressão (Oliveira, F., 1993), a constituir uma hierarquia de diferenças no conjunto destas identidades diferenciais.

Para o auge do complexo cafeeiro, entre 1890-1930, estas mudanças foram acumuladas com a formação de um colonato; a articulação entre o capital mercantil nacional, capital inglês e Estado no financiamento de estradas de ferro e da produção, que permitiram baratear o custo do trabalho, dos transportes e da expansão das fazendas de café para o Oeste paulista (Mello, 1975) frente a uma expansão do comércio exterior iniciado em 1870 (Silva, 1998). Em paralelo, o avanço do complexo cafeeiro estimulava uma demanda urbana, pelas necessidades da comercialização, de meios de produção, entre outras atividades complementares que ampliaram a divisão social do trabalho com a externalização de fatores de

---

<sup>11</sup> A lei de Terra continha os seguintes objetivos: ordenar a propriedade territorial, acabar com o regime de posse, fazer cadastro de terras, tornar a terra garantia confiável para empréstimos financeiros (Reydon, 2014). Todavia, serviu apenas para garantir que a propriedade da terra não pudesse mais ser obtida a não ser pela compra, o que impossibilitou que diferentes grupos sociais obtivessem seu acesso.



produção para fora das fazendas, incitando a ampliação de atividades industriais em processos de substituição de importações de bens leves (Silva, 1998).

Na prática histórica, este esquemático econômico e institucional pode ser compreendido com mais nuances a partir do entendimento de uma vagarosa ordenação política de dupla construção social no Brasil, após a abolição da escravidão em 1888, que é a representação de uma ocidentalização em construção a partir do avanço das relações capitalistas no país e de uma sociedade civil (Mendonça, S., 2000). Segundo Muller (1984, p.8):

De um lado, houve o declínio na posição dos setores apoiados na agricultura de exportação mais afetados pela eliminação do trabalho escravo, e o campo ficou livre para a ascensão das oligarquias cafeeiras de São Paulo, que não só quase não sofreram com a Abolição, como atravessavam fase de prosperidade e acentuada expansão. Do outro lado, porém, houve o episódio da tentativa - frustrada - de afirmação de setores urbanos, que culminou com o encilhamento. Assim, à medida que se foi consolidando o novo regime, ficou claro que aumentariam as demandas e pressões de outros setores sobre o governo federal. Destarte, as oligarquias valeram-se da descentralização administrativa instituída com a República e sem abrir mão de sua influência a nível federal - passaram a consolidar a nível estadual uma sólida estrutura de apoio aos seus interesses (Muller, p.8, 1984).

Através desta articulação de descentralização administrativa estadual e influência política federal dos cafeicultores de São Paulo, aliados à Minas Gerais, frente a um conjunto variado de outras elites agrárias, mais voltadas à produção agrícola ao mercado interno, como o Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (Muller, 1984; Perissonoto, 1996) e de forças sociais urbanas que se enquadraram dentro do espaço de representação de um regime oligárquico (Mendonça, S., 2000), é que se pode a articulação de hegemonia seletiva dos cafeicultores de São Paulo, ainda que já existissem, na República Velha (1889-1930), classes médias urbanas, surtos industrializadores e organização de luta da indústria nacional por proteção tarifária, além de forças militares que, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) já se inclinasse em contraposição ao domínio da economia primário-exportadora (Muller, 1984).

Complementam este quadro uma margem de agregação hegemônica limitada pelo regime de poder oligárquico, excluindo um conjunto mais amplo da sociedade urbana e rural a partir de um mecanismo de seletividade em que a sociedade civil e

a sociedade política eram fraturadas, no contexto do liberalismo da Primeira República. De tal modo que, segundo Carvalho (2004), apesar de todos terem o direito civil como direito natural, os direitos políticos seriam de outra ordem, de garantia exclusiva daqueles que mandam, daqueles que faziam parte do que Lessa (2000) chamou de “distribuição natural do poder”. Logo, “sendo função social, antes que direito, o voto era concedido àqueles que a sociedade julgava poder confiar a sua preservação” (Carvalho, 2004, p. 44).

Esta limitação da hegemonia ocorreu, em primeiro lugar, em prol da manutenção de relações sociais de produção pré-capitalistas em conjunto com relações sociais de trabalho assalariado (Perissinoto, 1996; Mendonça, S., 2000), bem como dada a ausência de uma derrocada do poder das elites agrárias por sobre o Estado (Reis, 1982), assim que persistiram, após a instauração formal de uma República liberal, formas políticas de dominação social marcadas pelo autoritarismo:

Se o Estado brasileiro garantia formalmente tanto a igualdade de todos perante a lei quanto a participação de todos na luta política, o regime político, por sua vez, constituía-se de elementos cujo funcionamento era profundamente excludente: o coronelismo, a política dos governadores e a política do café-com-leite. Tais elementos conjugados “deturparam” o funcionamento da democracia liberal, criando um sistema político e decisório calcado na exclusão (Perissinoto, 1996, p. 190).

A implementação do federalismo, com autonomia dos Estados, incluindo a articulação entre governadores e coronéis – coronelismo – mantiveram uma ordem social de fidelidades que, contra o princípio liberal do Estado, alojaram o regime político em um pacto oligárquico que beneficiava e garantia a hegemonia dos cafeicultores paulistas, enquanto sustentavam a ordem social como um todo (Perissinoto, 1996). De forma muito simplificada, pode-se dizer que os coronéis arregimentavam votos para governadores que, por sua vez, garantiam aos primeiros condições privilegiadas de domínio político local (Perissinoto, 1996). De outro lado, o governo federal constituía acordos com os governos locais, na pura lógica da “distribuição natural do poder”, na preservação de sua autonomia que, em troca, garantiam ao ocupante do cargo presidencial um Congresso Nacional de apoio ao governo:

A Constituição de 1891 inventa um princípio de estruturação de poder, na contramão, pelo menos doutrinariamente, da distribuição natural do poder, ainda que abrigasse as forças políticas hegemônicas. Evidentemente, a Constituição foi feita para aquelas pessoas. Entretanto, é inevitável, a Constituição é adjetiva, sempre faz referência a algum tipo de doutrina. O fundamento doutrinário da Constituição de 1891 é um fundamento liberal. Aliás, não havia outro. Campos Sales disse que, para efeito de estruturação política, de estabilidade política, não se pode levar a sério a Constituição. Tem-se de Conversar com quem tem poder. Onde está o poder? Está nos indivíduos? Está na multidão que pratica desordens na capital da República? Não. O poder está nos Estados (Lessa, 2000, p.29)

Assim, é possível observar que a Primeira República contava com mecanismos de seletividade na organização do poder nos Estados que permitiam a outros grupos econômicos a possibilidade de vislumbrar que seus interesses também pudessem ser expressos no espaço de representação, bem como organizar uma oposição leal ao regime, garantindo-lhe uma estabilidade (Perissinoto, 1993). Assim, ainda que a maior parte da população estivesse excluída do processo de representação política de seus interesses (Muller, 1984), não há um uníssono, do ponto de vista político, da relação poder econômico do grande capital cafeeiro e regime oligárquico, em que a simples lógica da defesa dos interesses dos primeiros transmuta objetividade no segundo sem que haja qualquer intercorrência de fatores externos à lógica da estrutura sobre a superestrutura<sup>12</sup>.

Sônia Regina de Mendonça (1997, 2000) elaborou uma das mais fortes comprovações desta tese, ao destacar o papel das elites agrárias dominadas na construção intelectual e moral da ideia de ruralismo e em sua inserção no aparelho estatal a partir da criação do Ministério da Agricultura na Primeira República.

---

<sup>12</sup> Mesmo do ponto de vista econômico há uma ampla discussão sobre o caráter da hegemonia da oligarquia cafeeira sobre o Estado, pela matização do reflexo dos interesses do café nas políticas estatais a partir de outros vínculos, como da situação das contas públicas e manutenção do poder, dos interesses do capital financeiro e de outros países, conforme defende Fritsch (2014). Segundo Muller (1984), o domínio do liberalismo econômico contribuiu para que não tenha existido, na República Velha, uma política de desenvolvimento econômico do país, dado que as atribuições do Estado, ainda que em variação de aplicação da doutrina liberal no período, estiveram orientadas para a manutenção da ordem civil e financeira, a liberdade de iniciativa, assim como a retirada de obstáculos à atividade econômica. Ainda que mencione a ausência de uma estratégia agrícola global na República Velha, Muller (1984) destaca que os princípios da livre iniciativa se destinavam ao reforço do setor hegemônico; quando não interditados por reforço doutrinário do *laissez faire* por agentes externos, o Estado intervinha em prol dos interesses da oligarquia cafeeira, tanto no apoio ao crescimento da atividade, quanto no processo de socialização da crise. Ainda que impossibilitadas as possibilidades do Governo Federal de intervenção, os Estados com mais recursos eram mobilizados.

A partir das observações de Mendonça (1997), podemos compreender o ruralismo por meio de fatores como a generalização do trabalho não escravo, a reordenação do poder entre elites agrárias pelo federalismo e as disputas por sobre os efeitos depressores do comércio internacional sobre o preço de produtos de tradicional exportação pelo país, com exceção do café. Processos que foram articulados através de uma sociedade civil em formação, com organismos de classe que buscavam reforçar o caráter de uma sociedade agrícola para os deslocamentos econômicos e políticos da República Velha (Mendonça S., 2000).

O ruralismo na historiografia clássica foi entendido como movimento ideológico contrário às transformações econômicas na Primeira República, como o surto industrializador nas primeiras décadas do século XX e o avanço da urbanização, portanto consciência ideológica de classe ou mesmo como representação de classe de interesses pré-constituídos (Mendonça, S., 2000) de caráter defensivo e unitário (Ortega, 2005). Pode ser entendido, nesta chave, como uma formação discursiva composta por um antagonismo entre um princípio modernizador e outro, agrarista.

Decerto que o movimento ruralista teve como difusores de uma “vocação agrícola brasileira” os cafeicultores do oeste paulista que, através dele, buscaram gerir a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como organizar base de apoio com outros proprietários agrários das elites dominadas (Mendonça, S., 2000). Entretanto, se o suporte discursivo poderia ser o mesmo, como ideia de plenitude social ou de boa sociedade, a forma de articulação discursiva intra-elites teve conotação distintas.

O que isto exprime, do ponto de vista de Mendonça, é a existência de uma sociedade civil que se organiza com o intuito de buscar dar direção às profundas mudanças sociais e econômicas do período, através de associações de classe com tentativas de coordenação de múltiplas demandas, em nível nacional e regional, através da institucionalização autônoma de interesses agrários, nas brechas da seletividade hegemônica do aparato de poder da oligarquia cafeeira

Entretanto, isto não pode ser expresso apenas como uma ideologia, mas objeto de uma construção política na brecha de uma falha estrutural, o que Mendonça (1997) parece expor através do destaque que dá à existência da construção de uma

sociedade civil no Brasil no período, já antes do início da Primeira República, através do surgimento de agremiações de classes não só das oligarquias agrárias, mas também de industriais, trabalhadores, de movimentos militares.

Pois, se considerarmos um esquematismo dos determinismos econômicos, o caso da hegemonia se resolve de forma simples: a oligarquia cafeeira era o centro dinâmico de acumulação do período, com controle sobre o comércio exterior, e, portanto, numa economia voltada para fora - para utilizarmos uma categoria cepalina -, se corresponderia com facilidade uma organização política em seu favor, através da dominação oligárquica do regime político e do sistema coronelista. Assim, o ruralismo não poderia ser nada além de uma representação ideológica dos interesses dos cafeicultores do Oeste paulista, como forma de hegemonia intraclasse.

É exatamente contra esta percepção que Mendonça parece fazer um agenciamento da ideia de surgimento de uma sociedade civil, com ampliação da representação autônoma de classes e canais de institucionalização de interesses. Para a autora, dentro das frações de classe dominadas das elites agrárias, o ruralismo funcionou como um movimento de articulação promovido por suas elites em prol de demandas como o fortalecimento e diversificação da agricultura voltada para o mercado interno; a articulação não apenas na defesa de uma vocação agrícola do país, mas também com um conteúdo ideológico modernizador com viés de mobilização da industrialização e do trabalho livre atrelados aos caminhos de uma agricultura racionalizada (Mendonça, S. 1997).

Portanto, defendia-se, por meio da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) - agremiação de classe dos proprietários rurais fundada em 1897 no Rio de Janeiro - um processo de organização de um espaço rural moderno, com suporte e domínio da técnica, com o fito de fortalecer um “meio natural” de avanço e unificação nacional através das atividades no campo. Deste modo, o processo de crescimento industrial, ao invés de ser encarada como uma contraposição à ideia de vocação agrícola, tal qual a identificação do ruralismo pela historiografia clássica (Mendonça, S., 1997), era seu suplemento, na então chamada “industrialização natural”, ligada à capacidade de produção e fornecimento de matérias primas locais.

A ideia de modernização propalada pela SNA e recebida no aparelho estatal por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), em relativa contraposição aos interesses da SRB, então agremiação da burguesia agrária dominante ligada à produção do café, estava consubstanciada em demandas tais como: a diversificação produtiva, a organização da força de trabalho em colonatos formado por imigrantes e da realocação da população nacional, o acesso ao crédito agrícola, a racionalização da produção e tinha como forma de unidade um inimigo em comum: a intermediação do capital comercial e financeiro (Mendonça, S., 1997), fatores que o constituem como um discurso sobre o social.

Apesar do avanço teórico contra o determinismo que a abordagem de Mendonça se opõe por meio da ideia de ruralismo, há um avanço restrito em sua proposição. Dado que os argumentos partem de uma indeterminação da estrutura, que, no entanto, não contamina o sujeito, capaz em si mesmo, por meio da solidez de seus interesses nas relações de produção, de organizar um discurso transparente sobre o social: o ruralismo. Sendo este o caso, o político e a hegemonia aparecem apenas como soldagem de um vazio estrutural que não é conceituado.

Logo, a descoberta de uma sociedade civil mais plural que a lógica do poder econômico, tende a matizar as leituras deterministas sobre o regime oligárquico, sem com elas romper através da construção de uma interpretação que coaduna uma “ocidentalização em construção” e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conforme aponta Mendonça. Talvez porque a caracterização do conflito entre entidades de classe agrárias pela disputa por hegemonia estivesse limitada aos interstícios da construção política do regime oligárquico, através de interesses que não transcendiam a lógica econômico-corporativista, tampouco representam qualquer ocidentalização.

Todavia, é importante observar que se a SNA foi um enunciador desta ideia de modernização articulada, ou seja, em nossos termos, de uma estratégia discursiva, o MAIC foi a forma de, por meio do Estado, constituir este discurso que propagou uma primeira ideia de agricultura técnica, científica e reformada. É importante notar que a criação do MAIC em 1907 representava um espaço formado na sociedade política que não estava dominado pela hegemonia da burguesia cafeeira, portanto representava possibilidade de articulação política destas elites dominadas

(Mendonça, S., 1997; Perissinotto, 1996), ainda que em caráter restrito sob o conjunto de aparelhos de Estado. Para atingir estes objetivos, erigiu-se um discurso sobre a agricultura que relacionava a crise e o atraso como as questões agrárias propriamente ditas, para propor uma regeneração da atividade sobre a base do lema “Conservar, ampliando e aumentando”<sup>13</sup> (Mendonça, S., 1997).

As crises agrícolas e o conflito intraclasse da burguesia agrária faziam desta lógica de modernização um discurso com tendência unificadora sobre o destino nacional. A vocação agrícola, a modernização e o progresso eram as três chaves discursivas que promoviam um efeito de articulação das contradições dentro do bloco agrário em direção à busca de uma conformação de hegemonia. O papel que Mendonça (1997) descobre na SNA e no MAIC é o início deste esforço histórico de construção de uma representação, de modo que fosse capaz de formar na sociedade um processo educativo, numa visão de mundo que se apresentava como um discurso de solidariedade, ideia de interdependência, avanço, empirismo e progresso (Mendonça, S., 1997).

A colagem feita entre progresso e unidade numa sociedade marcada por antagonismos é descrita por Furtado (1978) pelo exemplo da revolução industrial na Europa. Neste caso das revoluções burguesas na Europa, o processo se deu entre antagonismos e o progresso é situado como uma ordem de representatividade eficiente de um novo universal, já neste caso de uma sociedade agrária brasileira, o ruralismo, como estratégia discursiva, ocorre por meio de contínua ausência de uma revolução social; o progresso e a hegemonia se dão sobre contradições intraclasse, não antagonismo, e ao invés de ser um amálgama de uma sociedade revolucionada, é a retórica da disputa, manutenção e ampliação de interesses mesclados com favores.

### 3.2 A INTEGRAÇÃO AO IDEÁRIO INDUSTRIALIZADOR

---

<sup>13</sup> O sentido de modernização defendida pela SNA na República Velha (1888-1930) não pode ser chamado de conservadora em relação às mudanças de bases técnicas que mais tarde vieram a constituir uma modernização da agricultura nos anos 1960, dado que a defesa da racionalidade técnica e científica. No entanto, certamente pode ser adjetivada como tal por meio de sua posição com respeito à estrutura agrária, contra a qual não se dispunham mecanismos reformistas, a não ser aqueles que visavam constituir um arco de segurança para grandes propriedades com a disseminação de pequenas propriedades dentro do território de domínio dos latifúndios (Mendonça, S., 1997).

O avanço da urbanização e industrialização, promovidos, em parte, pelos prolongamentos dos próprios investimentos da grande burguesia cafeeira (Mello, 1975), ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas, associado ao crescimento de uma sociedade civil, permitiram que, de forma mais profunda nos anos 1930, se somassem às críticas das elites agrárias dominadas, um conjunto de posições antagônicas ao regime oligárquico, como as classes médias, jovens militares, a imprensa (Muller, 1989). A crise de 1929 e a reação republicana em 1930, contra os interesses oligárquicos, bem como a transição do eixo da acumulação do setor agrícola para o industrial colocou um ponto final à ordem hegemônica dos cafeicultores sobre a República.

Todavia, mesmo tendo ocorrido um deslocamento da oligarquia cafeeira da hegemonia política após 1930, eles continuaram capazes de permanecer representados no sistema político, ainda que por uma posição subordinada no poder (Muller, 1989; Sorj, 2008) entre diferentes posições de agentes sociais ligados à indústria, às classes médias e militares, todos em similar condição de incapacidade de reorganizar o espaço social em torno de um outro discurso hegemônico

A partir do Estado Novo, em 1937, dada a inexistência de poder hegemônico e crise da ideologia liberal no Brasil e no mundo, a centralização do poder no Estado e o corporativismo, como sua forma de representação, foi alçado à forma dominante agregadora da sociedade, no deslocamento para a centralização estatal da tarefa de promover a harmonização dos conflitos sociais (Ortega, 2005; Coutinho, 2006). Neste enquadramento, os interesses ligados ao café mantiveram importância, mas foram alocados ao governo federal através de entidades corporativas como o Departamento Nacional do Café (DNC); outras elites agrárias, aquelas dominantes dominadas do ruralismo, também alcançam representação corporativista, como na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Nacional do Mate, Instituto Nacional do Pinho, Instituto Nacional do Sal, Instituto do Cacau da Bahia (Draibe, 1985), como formas de protecionismo.

Apesar da posição subordinada do setor agrícola no novo pacto de dominação, é por meio do surgimento do Estado Novo que se iniciam articulações de estratégia para a



agricultura, através da sua submissão aos imperativos do discurso de desenvolvimento urbano-industrial (Muller, 1989), que a partir de 1937 passa a ser o ponto nodal de articulação das forças sociais. A defesa do café foi centralizada pelo Governo Federal com o intuito de garantir as divisas necessárias para levar a frente os processos de substituição de importações – daí a existência de confisco cambial contra a agricultura e em favor da indústria (Muller, 1989; Fritsch, 2014). Já a agricultura tradicional, mais voltada ao mercado interno, teve importância na garantia do abastecimento interno (Muller, 1989; Sorj, 2008).

Pela intervenção estatal, neste período já não se pode mais falar de ilhas de produtos agrários movidos ao sabor das variações dos preços internacionais, mas da constituição de um mercado nacional de trabalho, alimentos e matérias primas, regidos pela dinâmica da circulação de mercadorias no mercado interno (Silva, 1998). Entretanto, apesar da derrubada das fronteiras políticas estaduais e criação de espaço para ampliação da circulação de mercadorias, que deram impulso à acumulação de capital, o processo mesmo de circulação ampliada do capital permaneceu interdito, pela irresoluta questão da segmentação do mercado de trabalho e da questão agrária, ambos vinculados, em seu atraso e violência, pela aliança entre a burguesia industrial e oligarquias agrárias retrógradas (Oliveira, F., 1993, p.59).

Um ponto desta articulação que manteve um pacto entre burguesia industrial e latifúndios foi a possibilidade de, a partir da expansão da fronteira agrícola por uma agricultura tradicional em conjunto com o avanço agroexportador, garantir o abastecimento interno de alimentos às zonas urbanas de forma mais barata e divisas para o processo de substituição de importações. Uma massa de pequenos produtores de mercadorias para o mercado interno, com baixo nível de subsistência e, contando com a possibilidade de aumento da produção por ocupação de novas terras ou expansão da fronteira agrícola, possibilitou o fornecimento de bens e salários para as zonas urbanas, conformando uma estrutura salarial de baixos salários, tanto urbanos e rurais (Sorj, 2008).

Assim, a estrutura agrária concentrada sobre o poder dos latifundiários, uma massa de pequenos produtores rurais empobrecidos e a condição de produzir com baixa produtividade, mas com amplitude de oferta, dada a extensão de terras agrícolas

cultiváveis, permitia poupar divisas fundamentais para o processo de substituição de importações e poupar capital que, de outro modo, deveriam ser ingressados na produção agrícola (Sorj, 2008, p.16), além de baratear a força de trabalho. O avanço da fronteira por posseiros, acompanhada pelo capital comercial, em seguida se convertia em reforço à estrutura fundiária concentrada, pela desapropriação pela violência, compra ou ocupação ilegal para atividades de pecuária (Sorj, 2008), favorecendo os interesses dos latifundiários (Velho, 2009).

O processo de crescimento horizontal da produção agrícola foi permitido pela expansão dos investimentos em infraestrutura, expansão da frota de caminhões e penetração do capital comercial nos processos de ocupação de terras (SORJ,2008). Em síntese, se trata de um primeiro movimento de dominação do capital sobre a agricultura, através da circulação geral, do comércio e das comunicações reordenados pela ação do capital (Muller, 1989).

Mas o espaço para a apropriação de renda diferencial por fertilidade e localização das novas ocupações rurais e pelo investimento de capitais em benefício das terras acabou por ter um limite externo na dupla articulação da agricultura ao projeto industrializador, que foi atender tanto a necessidade de ampliação das exportações – que permitiria expandir a aquisição de bens de produção e avançar no processo de substituição de importações – , quanto o abastecimento interno de gêneros alimentícios, para reduzir a pressão salarial nas zonas urbanas, reduzindo assim o peso do capital variável na indústria em rápido crescimento. Entre os anos 1934-1937, período do Estado novo, o crescimento do produto agrícola avançou em torno de 3% apenas, enquanto o produto industrial avançava bem a frente, em 11% de taxa de crescimento (Abreu, 2014).

Frente a isto, nos anos 1940 e 1950 já existiam empresários agrícolas e industriais com uma postura política favorável à aquisição de fertilizantes químicos, máquinas e equipamentos, assistência técnica, entre outras, com o fito de modernizar e diversificar a agricultura, sobre a influência do padrão agrário americano e, em contraposição aos interesses agroexportadores, que advogam, como demanda política, o fim do confisco cambial e a defesa do livre mercado (livre câmbio) (Muller, 1989).

No segundo governo de Getúlio Vargas surgiu a atenção governamental para o problema das importações de fertilizantes e máquinas agrícolas. O consumo agrícola de bens de produção e insumos importados, entretanto, tendia a competir com a necessidade da indústria por divisas, na importação de bens de produção (Silva, 1998). No Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1957-1961), a ideia de modernização da agricultura também esteve presente, através de metas de produção de trigo, construção de armazéns, silos, frigoríficos, matadouros, fertilizantes e mecanização (Silva, 1998; Belik, 2007).

Este entroncamento, em que a produção agrícola, para expandir o excedente e atender a demanda urbano-industrial, necessita de insumos, máquinas e equipamentos que competem, em divisas, com o próprio processo de acumulação industrial demarcou, todavia, o fim de um padrão de acumulação da economia brasileira vinculada ao binômio latifúndio-minifúndio, dada a diferença entre o ritmo de demanda de divisas e gêneros agrícolas promovidos pela urbanização e industrialização, em sua fase pesada, e a capacidade de expansão da oferta agrícola tanto de produtos, quanto de mercado para o avanço da substituição de importações industriais (Muller, 1989), conforme também aponta Abreu (p. 118-119, 2014):

Na explicação da reaceleração inflacionária a partir de 1949, devem ser considerados, também, os argumentos da tradição estruturalista em alguns aspectos essenciais: (1) a pressão do processo de industrialização e urbanização sobre a oferta relativamente rígida de produtos agrícolas (devido à estrutura fundiária), levando à alteração de preços relativos em favor da agricultura, que se reflete em aumento generalizado de preços; (2) a pressão inflacionária derivada da elevação dos preços de exportação, e (3) o esgotamento relativo das margens de capacidade ociosa na indústria e na economia, em termos globais.<sup>3</sup> A oferta interna já havia perdido toda a capacidade de absorver aumentos de procura, mobilizando estoques ou intensificando a curto prazo a utilização da capacidade produtiva (Abreu, p. 118-119, 2014).

Em conjunto com esta crise econômica, há outra, de natureza política, que emerge nos anos 1950 e 1960. Até então, a luta pela terra por seus marginalizados, que sempre existiu, não havia convergido a uma forma de representação política, estando sempre à margem do espaço social (Velho, 2009); reprimida pela violência real das classes dominantes ou por uma violência quase formal, através do clientelismo (Sorj, 2008). De modo geral, um campesinato de massas no Brasil não

havia se formado por um conjunto de fatores que remontam a lei de terras de 1850, mas também fatores ligados à expansão da fronteira agrícola: a dispersão física no campo, um padrão de ocupação descentralizado, limites de comunicação (Sorj, 2008).

Entretanto, numa ordem social em crise, o discurso do atraso, que anteriormente havia sido empunhado pelas elites agrárias dominadas, ressurgiu dominante entre os anos 1950-1960<sup>14</sup> tanto pelo crescimento de movimentos camponeses como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião (Kageyama, 1993), quanto por meio do intenso debate realizado por meio de partidos como o PCB, organizações como a CEPAL, membros progressistas da Igreja Católica e dentro do próprio governo (Alentejano, 2015)<sup>15</sup> em prol da reorganização da estrutura agrária e do desenvolvimento.

O crescente movimento social, político e intelectual organizado em torno de uma nova crítica ao atraso na agricultura, às condições de vida dos camponeses e trabalhadores rurais e a crescente politização sobre o meio rural através de movimentos organizados como a Confederação Nacional dos trabalhadores Agrícolas, Ligas Camponesas, entre outros, tornaram o debate sobre o campo brasileiro uma questão de forte interpelação social por meio do significativo da justiça social, coroado pelo surgimento das reformas de base<sup>16</sup>. O histórico discurso de João Goulart (1961-1964) na Central do Brasil, em 13 de março de 1964 dá indicações desta dimensão significativa da reforma agrária no seguinte trecho:

---

<sup>14</sup> É preciso ter em mente que a reforma agrária se torna assunto dominante com o surgimento das organizações camponesas, sendo a mais importante delas as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. No entanto, a reforma agrária não se confunde com a luta pela terra que, segundo Florestan Fernandes (1998) citado por Mendonça (2010), nasceu com o surgimento do latifúndio, é, portanto, um fenômeno secular.

<sup>15</sup> Dentro deste último, por exemplo, existiram os programas de reformas de João Goulart, a criação da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária), a criação, pelo Congresso, do Estatuto do trabalhador rural, a regularização do sindicato rural e o Estatuto da Terra, já no período de ditadura militar, sob o comando de Castelo Branco (Alentejano, 2015).

<sup>16</sup> A articulação da questão agrária chegou mesmo até à lugares longínquos da realidade brasileira, pela atuação de Celso Furtado que, então superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), forneceu suporte para que a rede de televisão estadunidense ABC realizasse um documentário, *Brazil - The Troubled Land*, em que a vida do camponês pernambucano, as ligas camponesas e a dura opressão e dominação por meio do qual vivia um conjunto populacional que poderia, aos olhos tensos estadunidenses que viram Cuba se erguer debaixo de seu nariz, representar um risco (Carvalho, 2018). Em 1961, dentro da proposta da Aliança para o progresso organizada pelos EUA, em nome de uma reforma agrária moderada, com eficiência econômica e igualdade social (Alentejano, 2015)

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo (EBC, 2015).

No trecho, o recurso ao significante alforria implica a existência de um estado de prisão, de ausência de liberdade particular a um tempo histórico de domínio político do latifúndio; no contexto das críticas à estrutura agrária de então, tende a denotar o peso do atraso histórico das relações sociais de produção agrícola – da estrutura fundiária – por sobre os camponeses e trabalhadores do campo. Atraso que é tragédia social, empobrecimento, empecilho ao desenvolvimento e que demarcam um “nós”, os que querem uma reforma agrária a favor do progresso, e um “eles”, aqueles que submetem a terra e seus ocupantes às consequências da espoliação. Assim também há um povo brasileiro, como a sequência do discurso indica, contra os exploradores do povo e, por consequência, do Brasil, numa sequência metafórica que revela a presença de um antagonismo.

Este último aspecto da conta do contexto em que o discurso fora organizado, em que o então Presidente da República, João Goulart, enfrentava no Congresso Nacional forte oposição às medidas de reformas estruturais, entre elas a reforma agrária, que esteve na centralidade dos embates políticos do período (Ariovaldo, 2007), envolvendo setores das classes média esclarecidos, esquerda católica e laica, partidos políticos em diferentes propostas de reforma agrária (Martins, 1999).

O ponto principal da discussão sobre a reforma agrária esteve organizado sobre as questões do desenvolvimento nacional e capitalista no Brasil, seu eixo de articulação

discursiva tendeu a ser os entraves aos processos da industrialização, progresso e desenvolvimento (Silva, 1981; Kageyama, 1993; Sorj, 2008) em uma visão comum sobre o estado da questão fundiária, da distribuição fundiária e da injustiça e desigualdade no campo (Kageyama, 1993), ainda que em alguns autores clássicos sobre a questão agrária no país – Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado e Caio Prado Júnior – esta dimensão emergente do problema fosse processada por distintas formações discursivas, como no debate sobre teses do feudalismo ou de condicionantes próprias da forma de desenvolvimento do capitalismo brasileiro (idem, ibidem).

Em particular, o pensamento estruturalista cepalino organizou um conjunto de críticas influentes para explicar a crise econômica, o processo inflacionário e os limites para o crescimento a partir da disjuntiva entre um setor urbano-industrial moderno, ligado a inovação técnica-produtiva, e um setor rural-agrário atrasado, sem dinamismo econômico e marcado por uma estrutura fundiária que impedia o desenvolvimento de um mercado interno (Silva, 1981; Delgado, G., 2005). Assim, como motivo fundamental para a reforma agrária estaria o caráter inelástico da oferta de alimentos em relação às pressões da demanda industrial e urbana, que promovia uma transferência de renda do setor industrial para o setor agrícola, um processo inflacionário e crises de abastecimento (Delgado, G., 2005; Ramos, 2005).

Logo, dentro dos marcos da ideologia (discurso) do desenvolvimento, que premiava a acumulação do capital na indústria como uma forma de transformação social, havia um problema estrutural que justificava uma mudança na estrutura fundiária numa nova articulação crítica contra o atraso. O estado das relações sociais de produção na agricultura não apenas era apenas visto como incapaz de cumprir a contento, ao ritmo das exigências da urbanização e da industrialização do país, as suas funções – regular a mão de obra, abastecer o mercado interno e gerar divisas – , bem como o seu processo de reprodução, com base na relação latifúndio-minifúndio, extensão da fronteira e baixos salários, impediria a formação de um mercado interno para a indústria, de relevância fundamental para a continuidade do processo de substituição de importações, dada a inviabilidade da indústria nascente de competir no mercado externo.

Esta concepção do problema agrário ficou conhecida como distributivista e alinhou a questão agrícola, que se refere às transformações da produção em si mesma – onde se produz, o que e quanto – a uma questão agrária sobre as relações sociais e trabalhistas que envolvem a produção agrícola (Silva, 1981).

Em contraposição a esta perspectiva, de outro lado da fronteira social, mas dentro da mesma formação discursiva industrializadora, havia o pensamento conservador, liderado por Delfim Neto, que criticava a ideia de rigidez da oferta agrícola e, a partir daí, a própria noção de necessidade de reforma agrária. Este conservadorismo econômico defendeu que a agricultura cumpria sua função para o desenvolvimento econômico através da adequação a cinco atribuições: a) liberação de mão de obra sem redução da produção; b) criação de mercado para os produtos industriais; c) aumento das exportações e d) financiamento de parte da capitalização da economia (Delgado, G., 2005).

De modo geral se pode concluir que esta foi a natureza do embate hegemônico dentro desta segunda articulação discursiva sobre a questão agrária nos anos 1960: disputa entre um discurso distributivista e produtivista sobre o processo de desenvolvimento agrícola e da industrialização (Bruno, 1995), que tem como variável chave a inclusão ou exclusão da reforma agrária, como fronteira entre distintas cadeias de equivalências. No caso do modelo vitorioso, o produtivista, a questão agrária foi um elemento excluído da articulação discursiva, e em que se sobressai um desenvolvimento agrícola descolado da perspectiva de qualquer alteração distributiva das estruturas de poder de latifundiários sobre a propriedade da terra.

Com o golpe de Estado em 1964, este desenvolvimento da hegemonia como forma de organização do político no Brasil foi mais uma vez interdito, como tantas outras vezes na história do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Coutinho destaca que entre os anos 1930-1980, se pode observar períodos de ditadura explícita, tais como entre 1937-1945, no Estado Novo, e entre 1964-1985, na ditadura militar, com intervalos de articulação populista (1951-1964) e de hegemonia seletiva, com grande marco de exclusão social de populações rurais e urbanas que estavam fora do espaço de representação social e política.

Da crise, deslocamentos e antagonismos sociais dos anos 1950-1960, alocados no período histórico em que Carlos Nelson Coutinho (2006) destaca a existência de um limitado consenso social na base de dominação burguesa a favor da industrialização e do nacional-desenvolvimentismo, a hegemonia como forma de organização do político, até a redemocratização dos anos 1980, foi a demonstração pontual de um crescimento de uma sociedade civil recorrentemente interdita pelo veto das classes dominantes, burguesia industrial e oligarquias agrárias, às demandas populares.

Não se trata exatamente da inexistência de possibilidades históricas de outro desenvolvimento. No que tange a questão agrária, Ramos (2007) recorda que na concepção de Ignácio Rangel, apropriada de Lenin em seu estudo sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, haveria dois caminhos possíveis para o desenvolvimento capitalista no campo: a) uma via democrática/americana, por meio da qual a modernização e expansão da atividade agropecuária poderia ocorrer com transformação da estrutura fundiária, bem como através da ocupação de novas terras por formas parceladas; b) a via prussiana, em que a estrutura fundiária não é alterada e o pacto de poder político ocorre pela substituição da questão agrária pela resolução da questão agrícola, com a modernização do latifúndio.

Velho (2009), no livro “Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento” publicado em 1979, também expõe estas duas vias de desenvolvimento do capitalismo no campo. Com o destaque que, para o caso brasileiro, vislumbra a existência de um “capitalismo com dominância autoritária” alcançado pelos condicionantes da organização do sistema a partir de um regime de repressão da força de trabalho sem movimento de transição revolucionária para o capitalismo. De tal modo que, mesmo sobre o regimento geral das leis de movimento do capital, a diferença entre as relações capitalistas no Brasil e no desenvolvimento burguês clássico está na particular articulação entre a política e a economia numa sociedade parcialmente revolucionada, que se dá com a predominância do Estado na direção do processo de desenvolvimento do capitalismo e de aliança autoritária e conservadora.

A fronteira e o campesinato têm importante papel na análise do autor, na medida em que é por meio de ambos que ocorre uma acumulação primitiva que impulsiona a



acumulação de capital. Para manter o controle social desta ordem autoritária em que o campesinato é mantido como modelo de produção dominado, e que, de modo contrário, permitiria sua liberação e expansão, ocorre o processo de controle da expansão da fronteira e, por extensão, do campesinato, através da atuação e controle do Estado (Velho, 2009). Sendo este o sentido da permanência na mudança da estrutura social no Brasil.

É bastante conhecida a leitura do Brasil a partir da ideia da “revolução/transformação pelo alto” ou da “via prussiana”. Carlos Nelson Coutinho, um dos autores mais importantes desta interpretação no país, a partir de Lenin, mas principalmente da contribuição teórica de Gramsci, assimilou a trajetória de consolidação e generalização das relações capitalistas no Brasil por meio de “revoluções passivas”, em que as mudanças na ordem, frente a tarefas de transformação social, acompanham a manutenção de elementos que pertencem a um ordenamento político anterior, com o fortalecimento do Estado e engessamento da sociedade civil. (Coutinho, 2006).

Assim, a manutenção de um Estado interventor, mas marcado pelo patrimonialismo, corporativismo e por um sentido modernizador, acaba por constituir um modelo de sociedade burguesa em que a dominação é dissociada da hegemonia, logo, constituída de interesses econômico-corporativos que prescindem de qualquer dimensão ético-política (Coutinho, 2006).

Nos termos em que se move a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987), por empréstimo da ideia do universal como um lugar vazio, em que não há identificação entre o poder, o saber e a lei, ou, lido de outro modo, na ausência de força do movimento democrático-igualitário de denúncia às formas de subordinação, à hegemonia não pode se constituir como forma de aparição do político.

Em suma, a partir deste breve período de força da hegemonia, as cadeias de equivalências populares em torno do significante vazio das “reformas de base” de João Goulart foram desmobilizadas, tanto por meio da exclusão dos elementos revolucionários, pela força autoritária da sistematicidade do capitalismo no Brasil, mas também pelos processos de cooptação de partes de suas demandas, de elementos reformistas, por dentro da institucionalidade do novo regime político.

Neste sentido, a dinâmica do atraso na agricultura, denunciada, do ponto de vista da acumulação do capital, do nacional-desenvolvimentismo e da justiça social, pelos deslocamentos entre as necessidades de divisas e abastecimento interno para uma estrutura econômica em crescimento industrial e os limites para a expansão do excedente agrícola, bem como do ponto de vista de arcaicas relações sociais de produção, foi centralizada pela modernização conservadora do capital sobre o campo, numa aliança entre capital nacional, oligopólios globais e latifundiários (Muller, 1989; Sorj, 2008) numa lógica de transformação política que excluiu pela força as posições revolucionárias da questão agrária, enquanto buscou articular algumas destas demandas em cooptação reformista.

Num terreno de indecibilidade, a decisão política sobre a centralização de uma estrutura deslocada – a crise econômica no Governo de João Goulart (1961-1964) - ocorreu pela vitória e pelo poder de um dos lados das forças sociais em disputa, na união da burguesia industrial, oligopólios globais e latifundiários (Muller, 1989; Ariovaldo, 1998; Sorj, 2008) em torno de um golpe de Estado. A lógica da *modernização-desenvolvimento*<sup>17</sup>, que mais tarde ficou conhecida como “modernização dolorosa” (Silva, 1982), entre idas e vindas de articulação política<sup>18</sup>, daria o tom das transformações no âmbito rural após o golpe de Estado em 1964, em favor de um novo padrão de desenvolvimento agrícola, sem política de desenvolvimento rural.

### 3.3 DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO NEOLIBERALISMO

---

<sup>17</sup> Neste sentido, cobra relevância a mudança de política externa americana em favor da cooperação internacional e o surgimento da ideia de desenvolvimento, sobre a qual é relevante apontar que do ponto de vista das transformações no campo, a cooperação internacional e a ideia de desenvolvimento tiveram papel importante na construção do ideário de práticas assistencialistas e produtivistas (Mendonça, S., 2011, 2015).

<sup>18</sup> Delgado (2005, p.29-32) afirma que no início da ditadura militar, no diagnóstico do atraso na agricultura elaborado no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) entre 1964-1966, há uma combinação entre as teses de interpretação da agricultura elaboradas pelo Plano Trienal (1963-1964), de Celso Furtado, então Ministro da Fazenda de João Goulart, e uma orientação desenvolvimentista-funcionalista, contando com um diagnóstico de inadequação da estrutura agrária. Neste contexto, ainda segundo Delgado (ibid) tal pensamento é atingido por uma crítica do conservadorismo econômico, capitaneado pela figura de Delfim Neto, como resposta ao Estatuto da Terra, ao questionar, a partir de estudos econométricos, a adequação das teses cepalinas e ao proteger a estrutura agrária de qualquer crítica às suas funções para o desenvolvimento, a não ser a necessidade de sua modernização.

Podemos caracterizar esta terceira formação discursiva sobre o campo como um ponto de transmutação de identidades, atores, formas de organização política e modo de acumulação de capital. Uma transformação que atinge tantas áreas do social, ou seja, da lógica de reprodução da regularidade das identidades, tem como telão de fundo a estrutura instável de uma sociedade que foi questionada em sua regularidade anterior. Em termos gerais, podemos considerar que se trata de uma ruptura numa formação discursiva, expressada por um sentido de falta e uma plenitude ausente de uma comunidade.

Por sentido de falta e plenitude ausente teríamos duas caras de um vazio da estrutura social que funcionam como plataformas de ação na constituição de sujeitos e de uma relação hegemônica. A falta registra a marca de uma ausência na estrutura e de uma crise em sua recomposição que impede a identificação dos sujeitos, e a plenitude ausente da comunidade representaria aquilo que, como um universal vazio, permitiria a sua articulação discursiva através da conformação transitória e instável de uma sociedade.

Na década de 1960, estes dois componentes da relação universalidade-particularidade tiveram, por construção histórica, disjuntivas (antagonismos) que relacionaram o subdesenvolvimento contra o desenvolvimento, o atraso versus o progresso. Significantes articulados em estratégias discursivas por distintas forças sociais progressistas para expressar uma ordem política em substituição aquela em que o social se organizara pela permanência do latifúndio e do imperialismo como entraves ao pleno desenvolvimento social.

O ascenso político de uma classe média progressista, de movimentos sociais urbanos e rurais, da luta política por reformas de base para reorientar o processo de substituição de importações e reforçar o sentido universalizante da industrialização como discurso de desenvolvimento foram os pontos fundamentais, pontos nodais, que demarcaram um discurso antagônico, em cadeia de equivalências de demandas a articular a reforma agrária, o avanço de direitos sociais e trabalhistas, a luta contra a carestia, entre outras. Numa relação antagônica, do outro lado da fronteira, estavam as forças antagônicas que representava a aliança entre o latifúndio e o imperialismo. Isto denota o importante papel da reforma agrária como articulação discursiva do período como centro de um antagonismo social.

Neste diapasão, por associação metafórica, que é o terreno próprio em que a partir da linguagem se pode compreender a hegemonia, nos anos 1960, o significante reforma agrária seria o mesmo que desenvolvimento, progresso, justiça social e independência, em contraposição ao latifúndio, que representava o subdesenvolvimento, o atraso, a desigualdade e a dominação no campo das relações sociais. A modernização conservadora foi a interdição deste desenvolvimento, ao delimitar os antagonismos por intermédio do poder coercitivo do Estado.

Em termos mais gerais, por modernização entende-se a transformação técnica do processo produtivo na agricultura, em que há uma transição de uma economia natural, ou seja, de uma agricultura autossuficiente, logo capaz de reproduzir internamente todos os elementos necessários para sua autorreprodução, para uma agricultura especializada, que realiza trocas comerciais com outros setores, com o aprofundamento da penetração do capital sobre o processo produtivo no campo (Graziano da Silva, 1998). O sentido propriamente conservador da modernização se deu pela dimensão do avanço da penetração do capital sobre a agricultura, a transformar as forças produtivas, em concomitância com a manutenção e reforço de uma estrutura fundiária concentrada, ou seja, com a manutenção de um elemento de reprodução de uma exclusão social. Seu sentido também pode ser obtido por contraste à alternativa política democrática de avanço das relações sociais de produção capitalista a partir de uma reforma agrária, conforme Guimarães:

[...] a 'estratégia de modernização conservadora', assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (Guimarães, 1977, p.3 *apud* Pires; Ramos, 2009, p.416).

Por sua vez, a industrialização da agricultura, como nova lógica social, não é outra coisa que o movimento de expansão de mercados, de relações intersetoriais e de incorporação de progresso técnico na agricultura que passam a condicionar a produção agrícola tanto a partir da criação de uma indústria de bens de capital e insumos próprio para o campo (fertilizantes, rações, máquinas e equipamentos), quanto de transformações numa indústria processadora de alimentos e matérias primas (Silva, 1998; Guimarães, 1982; Sorj, 2008).

O primeiro autor a tratar do tema no Brasil foi Alberto Passos Guimarães (1982), que a respeito da unidade entre agricultura e indústria considerou que esta unidade se relacionava com a passagem de um capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, em que, a partir de acordos, cartéis, integrações verticais e horizontais ocorria a unificação entre atividades produtivas primárias e secundárias. O surgimento do Complexo agroindustrial representaria então uma ampliação das relações intersetoriais da agricultura a partir de seus produtos, que seriam destinados a indústrias processadoras e a partir de seu consumo, suprido por outro conjunto de indústrias provedoras de insumos.

Esta relação implica em possibilidade de aumento de produtividade na agricultura, mas perda de autonomia e capacidade de decisão dos agricultores. Os pequenos e médios agricultores passariam a ser constrangidos por um duplo corte, dado que seus preços estariam definidos em regime de concorrência, enquanto as indústrias à montante e à jusante seriam compostas por grandes corporações multinacionais, em estruturas de mercado respectivamente formadas por oligopólios e monopólios (Guimarães, 1982; Silva, 1998; Belik, 2007). Do ponto de vista do modelo de desenvolvimento econômico, a operação da modernização conservadora que transformou as relações de produção agrícolas no Brasil implicaria em aumento das desigualdades, concentração de propriedade e de renda e na formação de um novo ponto de desvio de renda da economia nacional para o exterior (Guimarães, 1982, p. 151).

Outro importante autor que buscou compor uma exposição sobre a existência do Complexo Agroindustrial como novo padrão de relações sociais de produção agrária foi Geraldo Muller, que descreveu o conceito de complexo e de industrialização da agricultura como segue:

Entenda-se por complexo agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O complexo agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. A industrialização da agricultura designa a incorporação das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. É o

resultado do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos. A agroindustrialização da agricultura designa a integração desta com os setores industriais e comerciais que operam com os produtos agrícolas, como agroindústria e supermercados, e cujas exigências técnicas e econômicas participam da regulação das atividades agrárias (Muller, p.130, 1989).

No trecho acima, percebe-se que dentro do complexo agroindustrial existem dois vínculos de relações com a agricultura: a indústria de bens de produção e insumo e agricultura e a relação agricultura e agroindústria. A dinâmica entre estes segmentos teve por base o aprofundamento da divisão social do trabalho na agricultura, ao ritmo induzido pela força da penetração do capital industrial e financeiro sobre o campo e na transição histórica do modo de produção tradicional – extensivo – para um modo de produção intensivo.

Este processo de produção intensiva implicava, por sua vez, numa variação da composição orgânica do capital aplicado no campo, com maior importância relativa e absoluta do capital fixo e capital circulante, que passam a valer como pilares da dinâmica de transformações do próprio processo de produção agrícola através da concentração de capital que o envolve, da difusão de progresso técnico que é sua forma de constituição e da racionalização da gestão na unidade produtiva (firma), bem como das mudanças na formas de trabalho a partir de seu padrão de acumulação e lucratividade (Muller, 1989).

Assim, na conceituação de Muller, a ideia de padrão agrário se constituiu, não como uma generalização da modernização agrária no campo para todos os produtores agrícolas, mas como um princípio de regulação social provido através das indústrias, constituídas por oligopólios, que a todos interceptara na figura de um critério de seletividade entre os produtores que podem entrar no jogo do capital sobre o campo e todo o resto, condenado à marginalidade (idem, ibidem). A ideia de Complexo Agroindustrial de Muller e sua dinâmica não conta com um jogo antagônico, entre “forças da agricultura moderna” e uma “agricultura tradicional”; não existem “estilos de agricultura”, com diferentes modelos de produção e organização social em competição, mas apenas uma arena na qual lutam “os iguais”, por crédito, incentivos fiscais, benefícios e favores públicos vinculados sobre a dinâmica industrial na agricultura.

Na sequência do debate nacional sobre a caracterização do Complexo Agroindustrial, surgiu como crítica esta dimensão macro e homogeneizante até aqui apresentada uma visão de “micro” complexos agroindustriais que a partir da análise histórica da economia brasileira, da relevância do progresso técnico e das variadas formas de dinâmica de integração entre indústria de bens de produção, agricultura e agroindústria buscou constituir um marco de entendimento do processo de industrialização da agricultura no Brasil a partir da especialização produtiva na agricultura e formação de diversos complexos agroindustriais.

Segundo esta abordagem histórica de Graziano da Silva e Kageyama os complexos agroindustriais<sup>19</sup> representaram um longo período de transformação na agricultura, que se origina na desagregação do complexo rural, a partir do aumento da divisão do trabalho na agricultura, com a externalização, para outros setores, de atividades de transformações de matérias primas, operacionais e de bens de produção. A partir desta dinâmica, que passa a constituir mercados, amplificam-se as trocas de produtos e serviços de outros setores com a agricultura, que, por sua vez, vem a ser uma atividade especializada de produção.

Este processo tem duas datas de corte histórico relevantes: a modernização da agricultura nos anos 1950 e sua industrialização, a partir de 1965, pontos com os quais abrimos este texto. O primeiro dá conta do cenário em que a lógica da expansão da fronteira agrícola é articulada à lógica de exploração mais intensiva no campo, pela importação de insumos, máquinas, fertilizantes, entre outros, que acaba por elevar o consumo de bens intermediários pelo setor agrícola. A industrialização da agricultura, no entanto, se torna alternativa possível de transformação da agricultura pelo próprio desenvolvimento de uma indústria de bens de produção no Brasil ainda nos anos 1955-1961 – através da fase de substituição de importações

---

<sup>19</sup> O termo “complexos agroindustriais”, no plural, é utilizado como referência à existência de múltiplas articulações entre indústria, agricultura moderna e agroindústria. Mesmo havendo entre estes eixos vínculos de relação mediados pelo capital industrial, não haveria uma regulação geral do setor ou especificidade fundamental capaz de servir como princípio de análise (Graziano da Silva, 1998). A dinâmica dos CAIs, é particularizada por cada complexo, região, produto etc. Inclusive por seu grau de integração que pode atender a distintas definições tipológicas, tais como: CAI completo, com vinculação total entre indústrias à montante e à jusante, tais como o complexo agroindustrial avícola, do açúcar e álcool, carnes e soja; CAIs incompletos, mais vinculados com a agroindústria e com poucas relação com um D1 agrícola específico; atividades agrícolas modernas, no entanto sem especificidades para trás ou para frente na cadeia e, por fim, atividades agrícolas artesanais destinadas ao mercado ou à subsistência, sem vínculos diretos com cadeias industriais (Kageyama, 1987).

da indústria pesada – petroquímica, siderurgia, materiais elétricos, entre outras (Silva, 1981).

Esta transformação da agricultura representa a sua conversão em mercado para a indústria e ocorre pela conformação de um departamento de bens de produção (D1) específico para o setor agrícola nos anos 60-70. Neste período são implantados no Brasil um conjunto de indústrias como a de tratores, de equipamentos agrícolas, fertilizantes, defensivos químicos, entre outras, que tinham por base de condições de existência a modernização da agricultura.

A formação dos complexos agroindustriais é a coroação da penetração do capital no campo, da imposição de sua lógica produtiva que orienta a agricultura como uma atividade especializada, em que a dinâmica industrial e tecnológica dá o tom das transformações produtivas agrícolas. O tripé que constitui os CAIs é conformado, por fim, com a agroindústria<sup>20</sup>, ao se organizar uma cadeia produtiva com vínculos para trás e para frente.

Tal construção política não poderia prescindir de medidas adotadas pelo Estado para a soldagem de interesses e classes que até então, em teoria, tinham por contradição fundamental a relação lucro capitalista, a renda da terra e o monopólio de seus proprietários. Entretanto, como vimos até aqui, a reforma agrária - como solução para um antagonismo que colocaria fim a uma contradição -, havia sido descartada do conjunto de opções políticas, tendo posto em seu lugar o reforço de um pacto de economia política entre capital nacional e internacional, que agora abrangia o fator renda da terra, com a aliança com o latifúndio modernizado, ou melhor, conforme aponta Ariovaldo(2001, p.186) não ocorria um “sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos - sobretudo do Centro-Sul do país - em proprietários de terra, em latifundiários”.

Existiram três articulações fundamentais neste processo que decorrem da ação estatal para a modernização agrícola e promoção de uma nova estratégia de desenvolvimento econômico: a primeira está no âmbito da construção de um arranjo

---

<sup>20</sup> Aqui o conceito de agroindústria não se refere apenas como uma atividade de extensão em relação à agricultura. Segundo Belik (2007), a agroindústria moderna é, em si mesma, resultado da integração do capital financeiro, industrial e/ou comercial.



de incentivo à industrialização da agricultura, com o foco de criar mercados para a indústria de bens de produção e insumos agrícolas; a segunda está no incentivo à agroindústria, com o fito de promover a exportação de bens agrícolas com beneficiamento industrial e, por fim, a terceira, está na regulação do trabalho e da terra.

Entre as políticas do governo em favor da modernização da agricultura que recobrem a primeira e segunda articulação podemos citar o papel do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) e juros reais negativos para os empréstimos, os subsídios, o direcionamento de depósitos a vista em bancos através de compulsório para o investimento em projetos de agro industrialização, os estímulo a empresas privadas dos setores de formação de bens de produção à agricultura, já a terceira articulação esteve sobre a formação de um mercado de terras disponível para especulação e a ampliação da financeirização da renda da terra, entre outros (Delgado, G., 1985; Silva, 1998; Sorj, 2008)<sup>21</sup>.

Este conjunto de articulações estavam vinculadas a mudanças importantes para a relação entre a economia e a política. O desenvolvimento das forças produtivas e o avanço da divisão do trabalho implicou numa especialização da produção agrícola entre distintas culturas, em diferentes graus de integração em complexos agroindústrias, e no acirramento das disputas pelo acesso aos recursos financeiros e fiscais do Estado, bem como de políticas específicas de apoio à grupos empresariais com negócios agrícolas (Silva, 1998).

No que é mais relevante para o entendimento destas questões, com a consolidação dos CAIs ocorre o fim de uma regulação geral que anteriormente era orientada através da dinâmica do mercado interna e/ou externo; assim que, cada CAI passa a apresentar uma relação particular e endogenamente constituída de relação entre seus integrantes, com problemas específicos definidos por região, cultura, processo de integração técnica e econômica etc. (Silva 1998). Graziano da Silva (1989) expõe a perda da regulação setorial da agricultura a partir de três pressupostos que relacionam uma dimensão técnica, uma lógica de integração de capitais e uma

---

<sup>21</sup> O trabalho de Delgado (1985) cobre as transformações ocorridas no período dentro do setor, através da ação do Estado e da formação de um novo bloco de poder em torno da agricultura no período que vai de 1965 a 1985.

heterogeneidade produtiva que implica em impossibilidade de realizar políticas econômicas gerais para o setor, a partir do clássico entendimento da divisão econômica entre agricultura, indústria e serviços.

Em primeiro lugar, a própria noção de divisão setorial entre agricultura e indústria perde valor analítico, quando a agricultura se converte em mercado para a indústria de bens de produção e insumos e se torna produtora de bens intermediários para a agroindústria (Silva, 1989). Num segundo ponto, a consolidação dos CAIs, entendida como um processo de integração de capitais, torna datada a concepção de conflito entre frações de classes com interesses opostos. Do ponto de vista do capital em geral, mesmo o obstáculo da renda da terra para a lucratividade industrial é refreado, quando o capital industrial e financeiro é territorializado, na busca de obter ganhos patrimoniais, de uma terra convertida em ativo financeiro. A própria integração indústria-agricultura-agroindústria permite ocultar o problema da renda da terra pela formação dos preços, pela transferência, para frente ou para trás na cadeia, de seu custo que, de outro modo, tenderiam a reduzir a lucratividade industrial (idem, *ibidem*).

Por último, Graziano da Silva (1989) afirma que diferentemente do complexo rural, em que a dinâmica de regulação era geral e dada por variações de mercado interno e/ou mercado externo, no caso dos Complexos agroindustriais não haveria tal vínculo, tendo no Estado o papel de constituir uma regulação, a partir da criação de medidas e parâmetros de rentabilidade dos capitais aplicados nos diferentes ramos produtivos, bem como da articulação, através de políticas públicas, como a de preços mínimos, como árbitro das contradições internalizadas no CAI.

Ao prolongarmos estas considerações, podemos entender que se, do ponto de vista econômico, não havia mais um princípio geral de integração que constitua a agricultura num setor, tampouco haveria a possibilidade de derivar de sua posição na esfera da produção em geral um conjunto de interesses verificável. Assim, o impedimento de constituição da nova classe social a partir de sua posição nas relações de produção deveria ser resolvido no envio do problema da unidade para o terreno da política, que é constituída como o fórum de articulação do interesse, por meio das demandas particulares de cada ator.

Neste sentido é que entendemos porque Graziano da Silva (1998) e Ortega (2005) fazem transitar a dinâmica de Complexo Agroindustrial como integração técnica e de capitais na agricultura para a ideia de complexo como “orquestração de interesses”, ou “máquinas de organização de interesses” em quadro de conflitos, no qual a relação entre as demandas dos atores nos complexos agroindustriais e o Estado é exposta não apenas por uma ampliação do intervencionismo estatal, mas também pela captura dos aparelhos de Estado por meio dos interesses de *lobbies* e grupos de pressão de determinados segmentos de empresários rurais, no que compreendem a existência do neocorporativismo e da feudalização/balcanização do Estado.

Os efeitos desta relação no Estado, para além das novas especificações tecnô-econômicas gerais dentro do bloco agrário, também se deram nos contornos de regulação, na relação corporativa dos aparatos estatais pela mediação das instâncias normativas, científicas, financeiras, produtivas e trabalhistas por meio de diferentes associações da burguesia agrária, entre as quais a mais importante representação política burguesa foi a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sindicato de classe da burguesia agrária com espaço privilegiado em comissões do governo, em representações nos diversos organismos internacionais como a antiga ALAC, a FAO, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras (Sorj, 2008).

Há também, por parte desta sistemática, o problema premente da questão agrária e dos pequenos produtores, elementos excluídos do sistema pela lógica de modernização conservadora e do modelo de desenvolvimento econômico promovido pelo regime militar. Uma vez silenciado os movimentos sociais em torno da questão da terra pelo uso da força, havia ainda para a estabilidade da ordem social, o problema da regulação dos conflitos entre os latifundiários, os pequenos proprietários e os trabalhadores agrícolas.

O problema pode ser colocado da seguinte forma:

A questão central que se coloca para a burguesia é a geração de novos mecanismos de controle político dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. A deterioração dos mecanismos tradicionais de dominação no campo, que gerou as mobilizações no período anterior ao golpe de 1964, colocou

frente à burguesia a tarefa de renovar a estrutura de dominação no campo, a partir de um papel ativo do Estado. A repressão, portanto, embora se tenha imposto e venha se impondo ainda hoje parcialmente como mecanismo imediato para resolver conflitos no campo, é um mecanismo que tende a ser substituído por novas estruturas político-ideológicas e econômicas de dominação (Sorj, 2008, p.60).

A ditadura militar apresentou um conjunto de medidas, em linha com os instrumentos de incentivo à modernização conservadora, para a questão agrária, ainda entendidas aqui como um problema de concentração de terras e de relações sociais de trabalho. Sobre o primeiro ponto podemos citar a criação do Estatuto da Terra, a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a promulgação de Emenda Constitucional que definiu o pagamento de indenização aos donos de terras expropriadas com títulos da dívida pública e definiu as bases legais para a reforma agrária; o Ato Institucional nº10, que eliminou da Constituição a necessidade de pagamento prévio de indenizações aos latifundiários; programas nacionais de colonização no Nordeste e na Amazônia. Estas medidas de reforma agrária restrita estavam direcionadas a evitar riscos políticos, tendo em conta o crescimento do desemprego urbano e da miséria no setor rural (Sorj, 2008).

Outra forma de interpelação das forças sociais subordinadas se deu por um conjunto de medidas de apoio aos pequenos produtores, como o estímulo à sua integração em cooperativas, a criação do Fundo de assistência técnica e previdência social para os trabalhadores agrícolas (FUNRURAL), o apoio às cooperativas e programas de desenvolvimento rural como o POLONORDESTE (Wilkinson, 1993; Sorj, 2008; Ferreira *et al*, 2009, Grisa, 2012).

Estas articulações não ocorreram sem disputa política, mesmo que em foro limitado pelo autoritarismo burocrático-estatal por sobre as agências de representação dos trabalhadores, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e a Confederação Nacional da agricultura (CNA), mas também pela articulação de outras agências de representação social não vinculadas diretamente ao Estado, tais como, do lado dos trabalhadores rurais e camponeses, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Alentejano, 2015).

O principal ponto a reter nesta relação é que a despeito do caminho do desenvolvimento da agricultura ter ocorrido através da modernização conservadora,

a participação do Estado, como agente mediador do processo, promoveu deslocamentos nas relações entre Estado, grandes proprietários e camponeses, na exata medida em que os vínculos de subordinação entre grandes proprietários e camponeses foram deslocados através da institucionalização de algumas demandas dos oprimidos, por intermédio do Estatuto Rural, conforme aponta Palmeira (1989, p.101):

O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade, aberta pelo Estatuto da Terra, de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o setor agrícola ou a agricultura, permitiriam a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês — o trabalhador rural — tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações (Palmeira, p.101, 1989).

Sobre estas formas de regulação e deslocamentos de identidades na relação latifundiários-camponeses existe num cenário com a ampliação da concentração da propriedade, ampliação das desigualdades no campo, avanço do subemprego ou desemprego aberto e, em consequência, êxodo rural (Muller, 1989). Em cenário de redemocratização, nos anos 1980, estes deslocamentos promoveram uma proliferação de sujeitos, tanto pela explosão da categoria de “trabalhadores rurais”, quanto pelas diferentes lutas populares que passaram a emergir politicamente, como a luta ecológica, por reforma agrária, pela participação social, pelo desenvolvimento sustentável e igualitário, entre outras formas de contestação da opressão social, fatores que expressaram uma socialização da política no Brasil.

A perspectiva de mudança da ordem social a partir da crise de um modelo de Estado brasileiro e do avanço da luta popular pela redemocratização dos anos 1980 – fatores que, em conjunto, desmontaram o modelo de regulação e dominação da modernização conservadora – antepuseram as elites dominantes a necessidade de rearticular a estrutura social em torno de uma nova forma de domínio político, em que um programa econômico estivesse alinhado a uma dimensão ético-política.

Conforme evidenciaremos no próximo capítulo, particularmente no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, este conjunto de fatores foram objeto de disputa num ajustamento das condições de acumulação de capital da economia brasileira à escala global, por meio do neoliberalismo, em contraposição à luta política nacional dos novos movimentos sociais ligados ao meio ambiente, da luta pela terra e trabalhadores rurais, atingidos por barragens, entre outros, em torno de uma articulação política da redemocratização.

Neste sentido, destacamos duas formas gerais de disputa pela constituição de relações de significação para a crise do Estado autoritário: uma direcionada por empresas transnacionais, do capital financeiro global, na busca de integrar o país a uma regulação privada global do capital, em que neoliberalismo e o agronegócio despontam, ou o agro neoliberalismo na acepção de Ioris (2018), e outra, de matriz popular, organizada por um novo ideário de desenvolvimento e de participação popular-democrática que reativou a reforma agrária como significante popular para um desenvolvimento agrário, vinculado a uma perspectiva de socialização da política e fortalecimento da sociedade civil.

Entendemos o neoliberalismo<sup>22</sup> como uma estratégia discursiva onde se buscou a transição entre um modelo de desenvolvimento e acumulação de capital ordenado pela participação ativa do Estado na economia, ao articular as relações entre capital e trabalho, a uma articulação em que as posições discursivas de constituição de uma ordem social variam em suas localizações diferenciais, no que toca ter em conta uma reorganização do posicionamento do Estado, um avanço das relações de mercado, o predomínio de grandes empresas transnacionais e do capital financeiro na organização do gerenciamento do processo de acumulação, coordenados pela liberdade de comércio e de mercado como formas de ampliação do espaço de cálculo do processo de acumulação de capital.

---

<sup>22</sup> Como um conceito, esta ideia de neoliberalismo é fugidia, tanto porque não há elementos claramente definidos que a denotem, sendo mesmo dissimile em suas diferentes abordagens teóricas (Plehwe, 2009), quanto porque variaram, nas experiências históricas, as formas de sua imposição e organização pragmática de seus postulados (HARVEY, 2005). O que isto indica, conforme bem apontado por Mirowski (2009) e Plehwe (2009), é que o neoliberalismo é mais do que uma doutrina econômica, mas uma articulação de um projeto político unificado apenas por um compromisso epistêmico de construção de um pensamento coletivo, uma comunidade discursiva, que por múltiplos caminhos teóricos e disciplinares, buscam organizar um campo discursivo.

Se, como Dahlberg (2014), considerarmos o capitalismo como uma combinação de elementos, unificados por uma prática hegemônica discursiva, ou seja, uma vinculação entre conceitos, objetivos, códigos e práticas, variedade de sujeitos sobrepostos e compartilhamento de características particulares em um todo aparentemente coerente, nossa concepção de neoliberalismo pode ser mais bem identificada como uma forma de organização discursiva destas relações no capitalismo. Podemos enquadrar este entendimento na ideia de formação de um novo espaço de constituição do social, que reorganiza sujeitos, antagonismos e articulações hegemônicas.

Assim o neoliberalismo pode ser visto como um projeto, na dimensão destacada por Mirowski (2009) como a construção de um princípio ético norteador da realização de uma sociedade mais eficiente, a construção de um pensamento coletivo de organização de uma boa sociedade, aquela em que há o predomínio do mercado na produção de um campo discursivo (Mirowski, 2009) ou, nos termos da teoria do discurso, na fixação de fluxo das diferenças (Laclau, 2000).

O neoliberalismo não é um projeto que apenas reordena os elementos do processo de acumulação, no que podemos compreender conceitos como a maximização do lucro, a propriedade privada, o livre mercado, entre outros, com objetos, como a economia do conhecimento ou a expropriação para impulso da acumulação a partir de objetos como matérias primas, energia, alimentos e trabalhos baratos (Moore, 2010), representa mesmo uma forma de organização destes conceitos e objetos a partir de uma configuração discursiva que os coordena por um conjunto de códigos e práticas, como a sua transformação em mercadorias intercambiáveis por um valor financeiro geral, com regras de comércio, investimentos, pesquisa científica e inovação que possibilitam um conjunto de novos regimentos para a sua valorização, novos métodos de regulação do trabalho e da natureza para a extensão do processo de expropriação do valor em codificações financeiras.

Neste sentido é um organizador de novas subjetividades, em que ganham destaque o papel predominante os mercados como forma de organização social, da racionalidade dos indivíduos no mercado, aos grandes acionistas e fundos de pensão, empresas transnacionais que, por sua vez, estão vinculados ao compartilhamento de características gerais, lógicas sociais, que tendem a coordenar

a conduta de agentes. É também nesta dimensão que a articulação de violência política e econômica, que foram suas formas de sedimentação (Harvey, 2005; Lazzarato, 2019), estiveram organizadas contra o intervencionismo estatal, a social-democracia, o comunismo, entre outras formações discursivas de mundo que orientaram conceitos, objetos, subjetividades, códigos e práticas de conduta.

No decorrer da década de 1990, a estratégia discursiva das elites agrárias no Brasil passou a ser conectada com uma formação discursiva neoliberal, mais do que com o liberalismo econômico do livre comércio mesclado com favores do Estado. Neste sentido, a própria ideia de agronegócio, como destaca Ioris (2018, p.28) “sofreu uma mutação e agora encapsula elementos do pensamento neoliberal” em relação à sua concepção original de 1950, no que o autor chama de agro neoliberalismo.

A condição de possibilidade dessa articulação tem vinculação com a violência do capital contra os Estados periféricos que, na década de 1970-1980, foram convertidos em países devedores, enredados na reciclagem de petrodólares pelo sistema financeiro e na necessidade de promover exportações para, em seguida, enviar recursos ao exterior, através dos juros da dívida externa (Friedmann, 1995; Moore, 2010). Comprometidos por um endividamento que os levou a uma crise fiscal, estes países foram forçados a fornecer alimentos e matérias primas baratos ao mercado mundial em forma de suporte ao endividamento externo, sendo então direcionados ao apoio ao livre comércio e ao predomínio das empresas transnacionais agroalimentares (Friedmann, 1995).

Conforme apresentaremos, a manutenção destas relações de subordinação aos mercados globais e ao capital financeiro constituiu um sistema de regularidades no ordenamento do social, em que o favorecimento de uma articulação entre Estado, regulação neoliberal de mercados, agroempresas transnacionais, sob o predomínio do discurso neoliberal de defesa da propriedade privada, mercado livre e livre comércio, constituiu uma hegemonia que não apenas converteu a produção agrícola no direcionamento à exportação de commodities, mas também realocou a distribuição de riqueza em favor de empresas transnacionais, por processos de fusões e aquisições, na concentração e centralização do capital no campo, assim como marginalizou a reforma agrária e outras demandas ligadas à soberania alimentar (Otero, 2013; Ioris, 2018).



Mas estes elementos não encerram a trajetória de articulação. A articulação econômica do agronegócio às correntes do comércio global esteve organizada por intermédio de uma articulação do político em torno de uma nova identidade das elites agrárias, que passaram a agrupar, por meio de suas demandas, uma cadeia de equivalências com outras diferenças, na conformação de um discurso sobre a valorização de uma boa agricultura, no cenário de formação discursiva do neoliberalismo. Ou seja, tratou-se de, politicamente, constituir a transição entre a crise do ordenamento discursivo da modernização conservadora, com as fragmentações sociais que dela e da redemocratização surgiram tanto na burguesia agrária, quanto nos trabalhadores rurais, e o acesso às lógicas sociais dos mercados e das finanças. De tal modo que a dimensão da reforma econômica articulada por esta estratégia discursiva estivesse alinhada com uma dimensão ético-política de valorização deste ordenamento social.

No próximo capítulo buscaremos contextualizar este entendimento que brevemente esboçamos a respeito do neoliberalismo e agronegócio no contexto da realidade brasileira no processo de crise do Estado e redemocratização no Brasil a partir do final dos anos 1970. Assinalamos a construção de uma interpenetração entre uma cadeia de equivalências democráticas e neoliberal como forma de estabilização da ordem social no país nos anos 1990 e as características desta oportunidade política em que o agronegócio despontou como estratégia discursiva hegemônica.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscamos descrever as distintas formações discursivas pelas quais as questões do desenvolvimento da acumulação de capital na agricultura e a questão agrária foram organizadas politicamente. Do ruralismo à modernização conservadora, buscamos identificar pontos nodais, antagonismos e formas de constituição de discursos das elites agrárias a partir de uma revisão bibliográfica. De modo geral, nosso intuito nesta seção não esteve direcionado ao fazer uma ampla descrição histórica destes processos. Nosso interesse foi mais preciso, no sentido de pôr em destaque, sobre a questão do desenvolvimento agrícola e da questão

agrária, um trajeto de investigação que parte da economia política para ser complementado com a teoria do discurso pós-marxista de Laclau e Mouffe.

No primeiro caso destacamos períodos históricos em que as condições de emergência da identidade das elites agrárias são articuladas como classe, vinculadas à formação do Estado nacional e sua relação com a sociedade civil em construção, sendo recorrentemente vetadas as possibilidades da hegemonia se constituir como forma de organização do político, ou seja, a manifestação da contínua impossibilidade de converter relações de subordinação em relações visíveis de opressão.

Todavia, no decorrer da segunda metade do século XX, principalmente em seu último quartil, o corte histórico da modernização conservadora, da integração técnica e de capitais entre indústria, finanças e capital agrário somados à redemocratização e, posteriormente, ao neoliberalismo, promovem alterações na forma de organização de interesses entre o Estado e as formas de representação de uma burguesia agrária na sociedade civil.

Dentro de um quadro de profunda instabilidade econômica, no contexto de hiperinflação, crise do modelo de Estado vigente desde 1930 e ascenso e proliferação de lutas populares, com proliferação de antagonismos, denúncia de opressão, para além da dimensão de classe, as condições de existência da burguesia agrária tiveram de ser transferida para fora da dimensão econômico-corporativa vinculada ao Estado, caminhando para a recomposição discursiva através de uma estratégia ético-política de constituição de uma hegemonia que, assim, garantisse o acesso à terra, ao capital e ao trabalho (neo)regulados pelo mercado e à prioridade das benesses do Estado. No quarto capítulo buscamos demonstrar as condições de possibilidade dessa articulação discursiva, logo, estamos interessados em identificar as condições de emergência da identidade do agronegócio. Enquanto no quinto capítulo nos dedicamos a estabelecer as lógicas políticas pelas quais esta identidade foi construída de 1990 até os dias atuais.

#### 4 CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

Neste capítulo buscamos trabalhar a concepção de constituição da hegemonia do agronegócio a partir de articulações sociais, políticas e econômicas entre o processo de redemocratização no Brasil e a construção de uma formação discursiva ordenada por lógicas sociais do neoliberalismo. O ponto central de nossa atenção está em torno da disputa pela reorganização das relações entre Estado e sociedade civil como condições históricas e contextuais de emergência da hegemonia do agronegócio. De modo que possamos identificar o surgimento de uma formação discursiva e do ajustamento de diferentes estratégias discursivas em seu entorno.

No quadro abaixo destacamos elementos existentes no campo de discursividade que são articulados e transformados em momentos de uma prática discursiva do agronegócio no decorrer dos anos 1990-2000, no que tomamos tanto como condições de existência para uma identidade do agronegócio, mas principalmente como fatores que ajudam a explicar o fundamento de uma ordem social favorável à estratégia discursiva de cadeias de equivalência do agronegócio. Articulamos estas relações através de três caracterizações, conforme a figura a seguir:

Tabela 3: Caracterização de elementos discursivos da ordem política de organização do agronegócio

Componentes de caracterização	Elementos de discurso
<p><b>Desigualdade de poder constituída a partir de elementos sedimentados numa estrutura</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Abertura e liberalização econômica;</b></li> <li>● <b>Desregulamentação de mercados agrícolas;</b></li> <li>● <b>Inserção externa subordinada;</b></li> <li>● <b>Pacto de economia política em favor do agronegócio.</b></li> </ul>

**Continua**

<p><b>Lógica da diferença: processo de ambiguidade entre significantes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Confluência entre neoliberalismo e princípios ético-democráticos como confluência entre agronegócio e agricultura familiar.</b></li> <li>● <b>Expansão do discurso de complementaridade ou da inclusão entre agronegócio e agricultura familiar</b></li> </ul>
<p><b>Construção de um exterior constitutivo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Exclusão da reforma agrária;</b></li> <li>● <b>Ausência de efetivação de política fundiária.</b></li> </ul>

Nos primeiros componentes da articulação discursiva buscamos descrever uma configuração econômica e política de crise e rearranjo social no Brasil em que o quadro de conflitos antagônicos e disputas discursivas conflui para a sedimentação de uma ordem social que veio a favorecer, como uma oportunidade política, uma posição diferencial dominante do agronegócio como uma identidade. Nisto procuramos explicar o que é sedimentado no social e a maneira pela qual este último contribui para o avanço ou recuo das articulações discursivas dentro de determinado contexto histórico contingente (Dahlberg, 2014), em especial aquelas ligadas ao agronegócio.

Por sua vez, a segunda caracterização, em decorrência da primeira, diz respeito ao processo de ambiguidade de uma operação política institucionalista ordenada pelo discurso hegemônico neoliberal que instituiu a ordem social, através do qual a lógica da diferença é dominante em relação a lógica da equivalência (Laclau, 2005), o que vai nos permitir esclarecer a forma como diferentes posições de sujeito foram hierarquizadas num sistema de significação que, a despeito de sua virulência social, econômica e política, foi agregador de diferenças.

Por fim, há ainda um terceiro critério que utilizamos para a identificação da natureza do político para o favorecimento da estratégia discursiva do agronegócio no contexto de nossa investigação, diz respeito a uma exclusão, um exterior constitutivo, que torna possível uma estrutura de significação do social em favor do agronegócio, sendo a condição de possibilidade fundamental de sua identidade.

#### 4.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA DEMOCRATIZADORA E NEOLIBERALISMO

Em primeiro lugar, partimos de um deslocamento, ou seja, a localização estrutural sobre um sistema de significação se dá pela manifestação de uma contingência radical, através do acontecimento de eventos que perturbam a ordem social e sua estabilidade, desabilitando o sistema de referências discursivas até então dominante. Dentro do quadro que até aqui descrevemos, a fonte de deslocamentos é oriunda de duas matrizes, com uma continuidade histórica e uma ruptura que marcam as transições entre um discurso da modernização conservadora e o início do discurso do agronegócio.

Como um processo, estas transformações podem ser verificadas em dois períodos históricos: a) a constituição de um padrão de acumulação de capital oriundo da modernização agrícola dos anos 1960-1980, b) a partir do boom das commodities em 2002, uma nova fase deste padrão por meio de uma nova inserção internacional da economia brasileira na divisão internacional do trabalho (Mattei, 2014), com um período intermediário de ajustamentos de sujeitos.

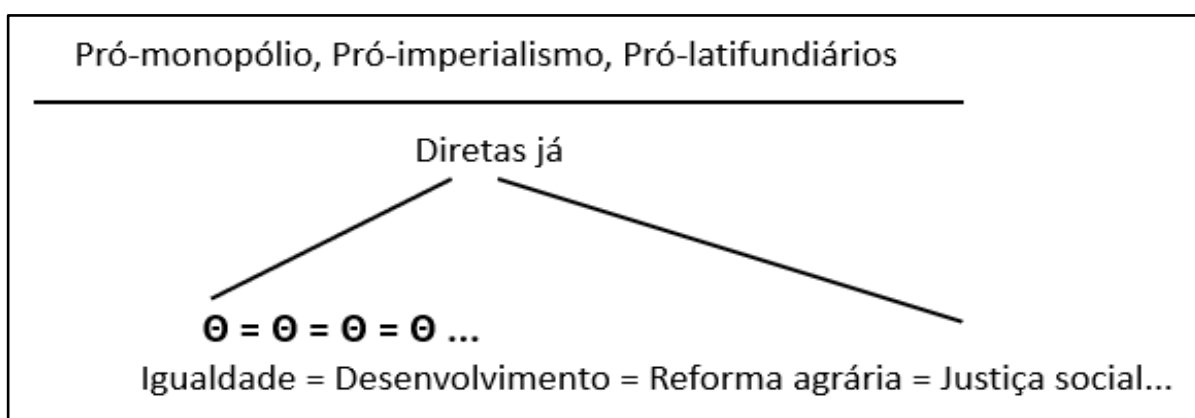
No primeiro período, com base na literatura e numa releitura que articula economia política e pós-marxismo do fenômeno, afirmarmos que tal ordenamento se constitui a partir de um “discurso da modernização” em cadeia de equivalência contra a reforma agrária, por ação articulatória no Estado, para regular um regime de práticas sociais financeiras, políticas e agrárias no intento de constituir o que Guilherme Delgado (1985) destacou como uma rentabilidade média do bloco de interesses de uma nova burguesia agrária e refrear a conflitualidade entre seus membros. A completar a articulação, para as classes dominadas o regime autoritário promoveu um conjunto de políticas de desenvolvimento local e criação de instrumentos institucionais de regulação da propriedade na montagem de um novo quadro de ordenamento das relações sociais entre grandes proprietários, camponeses - trabalhadores rurais - e o Estado (Palmeira, 1989).

Na crise do Estado e o processo de redemocratização a partir de meados dos anos 1970-1980, os alicerces de sustentação deste primeiro ordenamento social dominante foram sendo corroídos em decorrência da fragmentação política no

interior dos complexos agroindustriais, da crise de representação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pelo avanço político da reforma agrária (uma das bandeiras da redemocratização) a partir do agenciamento desta luta por movimentos sociais, partidos políticos, igreja católica, organizações da classe trabalhadora rural, intelectuais, entre outros grupos da sociedade civil (Silva, 1993) e, por fim, pelo ajustamento forçado da economia brasileira à globalização e aos mercados, que desmobilizou o papel de intervenção do Estado no setor agrícola (Leite, 1996).

Tal leitura não decorre apenas das especificidades das transformações das relações de produção levadas a cabo pela modernização conservadora no campo, na verdade a interpretação é catapultada contextualmente por uma série de antagonismos e deslocamentos sem mediação política num espaço de totalização social em que uma fratura e uma fronteira social emergem como um desafio à ordem como um todo, ao se constituir um período de intensa competição discursiva entre cadeias de equivalência opostas. Para aclarar esta disposição de argumentos, tratamos de esquematizar esses pontos a partir do diagrama abaixo, que representa, de forma simplificada, a composição do político no processo de redemocratização do Brasil.

Figura 1: Hegemonia e fronteira social no contexto da redemocratização brasileira



Fonte: Elaboração Própria. Adaptada de Laclau (2005, p.196).

Conforme pode se observar, o diagrama elenca a disposição de um antagonismo básico entre um Capitalismo Monopolista de Estado (CME)<sup>23</sup> e forças democrático-populares em cadeias de equivalência opostas, estas últimas representadas como demandas que, não sendo atendidas pelo polo dominante do sistema, transgridem a dimensão política de pedidos diferenciais à ordem social e se tornam exigências equivalentes uma à outra, por força de sua negação e conjunta oposição ao sistema dominante, numa interpretação dentro do modelo proposto por Laclau (2005).

Estas demandas, fruto das reivindicações de novos movimentos sociais, partidos políticos, entre outras organizações da sociedade civil, podem ser entendidos como significantes de uma falta comunitária e de um deslocamento sobre determinada sociedade que experimentou uma crise em seu sistema de regularidades, que, por sua vez, articulava lógicas sociais de dominação de monopólios globais, parte da burguesia nacional e dos latifundiários.

Segundo Daniel Mendonça (2007), neste contexto de crise e de acúmulo de demandas, a expressão “Diretas Já” – que, em sua particularidade, demandava o direito ao voto direto para o posto de Presidente da República, através da aprovação da Emenda Constitucional 05/1983 do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB/MS) –, fora alçada ao papel de um ponto nodal das demandas populares como articulação de uma forma de preenchimento deste vazio aberto por intermédio de um deslocamento estrutural. Trata-se da construção de um ponto nodal, de um significante com grande capacidade de condensação de significados, porque em nome dele passaram a ter uma superfície de inscrição muitas das demais demandas particulares (Mendonça, D., 2007) ao conformar uma lógica da equivalência, ao

---

<sup>23</sup> A discussão sobre a apropriação deste conceito ao caso brasileiro envolve a adequação e discussões sobre o próprio conceito no âmbito do marxismo (Teixeira, 1983) e dado que não é objeto desta tese, não a tomaremos com detalhe, ainda que seja útil destacar que estamos em proximidade com as ideias de Carlos Nelson Coutinho (1979, p.24) a este respeito, no que faz referência a existência no Brasil de uma via dependente de um Capitalismo Monopolista de Estado (CME), em conciliação com o latifúndio, como ponto mais elevado de uma tendência histórica no Brasil, a via prussiana. De tal forma que, para Coutinho, a luta democrática, como uma tarefa para as forças populares, encontra nisso um sentido histórico relevante que poderia realizar uma revolução democrático-burguesa deixada em aberto no Brasil e que, assim, poderia criar as bases para o avanço do socialismo no país. A forma teórica de entendimento do CME por Coutinho abre espaço para esta concepção, ao considerar que a relação entre Estado e capitais monopolistas não se dá de forma imediata, na ausência de mediação, mas sim pela correlação de forças pelo movimento do político (Meneses, 2013).

dividir o espaço social em dois a partir de uma fronteira (a linha pontilhada superior da figura) contra um regime opressor (a parte superior da figura).

A vitória política deste “imaginário popular oposicionista”, ainda que por sobre uma eleição indireta para presidente da República, em 1985, abriu o caminho para o exercício de um novo sentido de representação social, democrático e popular (Mendonça, D., 2007), na construção de um significante vazio próprio das forças democratizantes vitoriosas, um desenvolvimentismo norteado pela formação de uma nova configuração do social pelo político: o regime de participação democrática, norteado pela proposição de uma nova relação entre Estado-sociedade civil, em que esta última ganha destaque como parte do sistema político, na construção de novos sujeitos, na luta contra a pobreza, a desigualdade e em favor de um desenvolvimento igualitário (Dagnino, 2004).

Esta articulação, do ponto de vista da participação democrática na década de 1980, foi profícua na luta pelo avanço da “socialização da política”<sup>24</sup> com a demanda por valorização dos espaços públicos, a ampliação da sociedade civil, os processos participativos e a ideia de que o poder político poderia ser compartilhado na relação Estado-Sociedade Civil (Dagnino, 2004; Burgos, 2015)<sup>25</sup>. Assim que, empresários, políticos, movimentos sociais, economistas e intelectuais de oposição encontraram este eixo de lógica política como resposta à crise do modelo substituição de importações; uma articulação comum (Filgueiras, 2006; Pinto; Balanco, 2008) em defesa de uma estratégia de desenvolvimento econômico.

---

<sup>24</sup> Por socialização da política aludimos ao conceito ampliado de sociedade civil em Gramsci e a decorrente concepção política do eurocomunismo, em especial aquela aventada por lideranças do então Partido Comunista Italiano (PCI), que faz menção à parcial desalienação da sociedade civil ou espaço da política a partir da sociedade civil, através do desdobramento de uma estrutura da sociedade civil em uma superestrutura própria, por intermédio de sindicatos, intelectuais, partidos, até o fenômeno das organizações de massas, conforme aponta Meneses (2013, p. 677-678).

<sup>25</sup> Como exemplos práticos de ampliação da sociedade civil neste período histórico podemos citar a institucionalização de um discurso democrático através dos seguintes fatores: o direito ao voto dos analfabetos, a liberdade de organização partidária, a eleição direta para presidente da República, a eleição direta nas capitais dos estados, a representação política para o distrito federal no Congresso Nacional, um plano nacional de reforma agrária, entre outras medidas que se somaram à realização da Constituição de 1988, esta última que, vale também destacar, impôs restrições ao capital estrangeiro, abriu maior espaço para empresas estatais, bem como para o maior controle do Estado sobre o mercado (Sallum Jr., 2003), assim como definiu um ordenamento territorial que reconheceu a função social da terras (artigo 186); criação de unidades de conservação (artigo 226); um regime de terras étnicas para populações indígenas (artigo 231) e quilombolas (ADCT, artigo 9) (Delgado, G., 2020).



A crise do regime opressor implicava não apenas um esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, sua ideologia e forma de intervenção estatal, através da crise fiscal do Estado, mas também de um modo de articulação Estado-Sociedade civil, das relações capital e trabalho e do padrão de administração dos conflitos distributivos como proposição de extinção do Estado em sua postura de contenção da Sociedade civil (Diniz, 2016 [1975]).

Nestas circunstâncias, em meio a agendas como estabilização econômica, inserção externa e instituição da democracia (Diniz, 2016 [1975]), a dificuldade de articulação de um polo dominante hegemônico, capaz de redimensionar a expansão da sociedade civil e estabilizar a crise do Estado, após o fracasso dos planos heterodoxos de estabilização da inflação e controle da dívida, abriu espaço para o avanço da articulação política a partir de um discurso neoliberal sobre parte das elites empresariais, mídia, intelectuais e parte das classes populares nos anos 1990 (Sallum Jr., 2003; Fiori, 2007; Filgueiras, 2008), que passaram a ser interpeladas sob o signo de um contenção: o neoliberalismo.

Diniz e Bresser-Pereira (2007) apontam que não apenas o fracasso em encontrar uma fórmula política para o controle da inflação, da dívida externa e da sobrevalorização cambial implicou na derrota de um Pacto Democrático-Popular liderado pela burguesia industrial, mas o próprio vácuo de poder e a ausência de um discurso sobre estas questões, em cenário de ascensão do neoliberalismo no mundo, ajudaram a promover o avanço de uma coalizão neoliberal, que vinculou o setor financeiro, o agronegócio, setores de construção civil e industriais.

A conjunção do cenário de demandas sociais em proliferação vis a vis as restrições exógenas de credores privados externos, governos estrangeiros, organizações multilaterais, além da ação coordenada de forças conservadoras no país, implicaram num limite à possibilidade de que o processo de redemocratização pudesse operar um pacto social sobre o Estado e a sociedade brasileira num novo ideário desenvolvimentista (Sallum Jr, 2003) e numa nova relação sociedade civil-sociedade política que quebrasse de vez o vínculo com o modelo de lógica autoritária no Estado.

Neste processo, um novo discurso passa a formar um sistema de relações e constituir um significado para a crise do Estado em sua matriz fiscal, na forma de inserção internacional do país e no processo de avanço da participação da sociedade civil. Articulador da liberalização, desregulamentação e privatização o discurso neoliberal se tornou o regramento social da constituição da estabilidade do Estado e das identidades diferenciais no sistema de significação, com a emersão da estabilidade da inflação e de seu corolário, o ajuste fiscal, como um momento discursivo privilegiado no conjunto do sucesso da estratégia neoliberal de cooptação discursiva.

Isto significa dizer que, do ponto de vista da crise fiscal e de inserção externa, a estabilidade de conexão entre a economia brasileira e os mercados globais, através do controle da inflação - com juros altos, câmbio sobrevalorizado e abertura econômica - deram destaque ao capital internacional como pilar de resolução de uma crise de Estado não resolvida pela pactuação de interesses internos relacionada ao antigo modelo de acumulação por substituição de importações.

Por sua vez, a dimensão cultural-política da participação da sociedade civil neste arranjo foi objeto de rearticulação de discurso a respeito de sua inserção no sistema político, através da junção entre princípios éticos-políticos neoliberais e democráticos (Dagnino, 2004) numa reformulação da ideia de sociedade civil (Burgos, 2015). Esta reformulação tratou de enaltecer outra forma de agregação sociopolítica na sociedade civil, quer seja pelo critério pluralismo liberal, quer seja pela nova concepção da própria sociedade civil, que passou a estar atrelada à ideia de mercado<sup>26</sup> e estruturada por figuras como organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais de interesse público (OSCIP) terceiro setor, fundações empresariais<sup>27</sup>, quanto ordenadas pelo discurso técnico e pela ética do compromisso

---

<sup>26</sup> Para compreender a história dos deslocamentos do conceito de sociedade civil na literatura e, em especial, no Brasil, o texto de Burgos (2015) sintetiza os debates, tradições e contornos históricos que compõem este caminho.

<sup>27</sup> Segundo Fontes (2010), às lutas populares dos anos 1980, com a proliferação de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, demonstraram o crescimento de uma sociedade civil capaz de aportar a agenda pública nacional uma infinidade de demandas, tais como a luta pela igualdade, a solidariedade, contra a dependência e dívida externa, pelas reformas sociais e universalização de políticas públicas. O crescente embate político por uma reordenação social, no entanto, fora reordenado pela ação política de Organizações Não Governamentais e por Associações Privadas Sem Fins Lucrativos, que tenderam a complexificar a disputa na sociedade civil sobre o deslizamento da visão, então dominante, desta última como um espaço virtuoso frente ao Estado.

(Dagnino, 2004; Martins; Neves, 2010; Fontes, 2010, Burgos, 2015) em torno da busca de soluções e proposições parciais a problemas de ordem totalizante.

Logo, a coalizão de poder em torno do neoliberalismo logrou consolidar uma nova conexão contingente da ordem social que relacionou discursivamente as relações de mercado, a participação democrática e a “estabilidade” tanto da relação Estado-sociedade civil, quanto da inserção do país no mercado global. Este esforço propositivo que conforma o político<sup>28</sup> deu o tom a uma forma de consenso, operado não sem contradições. Esta ordem de fatores políticos não é outra coisa que a própria constituição do político, como uma sedimentação de uma forma de sociedade e um modo de produção e reprodução de discurso.

O problema fundamental é que esta sedimentação do social e a relação de constituição entre identidades, por meio do reforço da participação e da proposição, só pode mesmo ocorrer através de um exterior constitutivo que é quase sempre obnubilado pela força de um consenso: a exterioridade de qualquer forma de luta social que ameaçasse a ordem de significação organizada pelo neoliberalismo em seu ideário de inserção nos mercados. Ou seja, se a partir da socialização da política, podemos conceber a ampliação da sociedade civil como um espaço reivindicação, expectativa de direitos (Meneses, 2013), o que ocorre na estratégia hegemônica ético-política do neoliberalismo é o enclausuramento desta potencialidade, através da alteração dos contornos críticos da sociedade civil para uma alienação no Estado e nas diferenças.

---

Com o ataque que representou o neoliberalismo sobre os trabalhadores urbanos, rurais, camponeses e pequenos agricultores, entre outros grupos subalternizados, a sociedade civil e suas lutas populares passaram por um ajustamento em torno de demandas imediatas mediatizadas pelo apoio e, posterior transformismo, das ONGs e das FASFIL. Somente entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) na vertente das associações patronais profissionais rurais aumentaram de 4 mil para 25 mil (BRASIL, 2002, p.43 *apud* Fontes, 2010, p.286). Dentro de um universo total da criação de FASFIL gerais, que partiram de 105 mil em 1996 para 276 mil em 2002, tratando sobre temas diversos como educação, saúde, moradia, meio ambiente, desenvolvimento rural, entre outras (Fontes, 2010, p.283). Estas entidades representavam a ponta de lança do empresariado que passou a organizar a sociedade civil em torno de demandas e acessos privilegiados ao Estado e às determinações de suas funções, tais como a formação de políticas públicas

<sup>28</sup>Mouffe (2007, 2018) concebe uma diferença entre o político e a política. O político é a dimensão do antagonismo, o caráter sempre presente da negatividade e que pode assumir diferentes formas de expressão. A política é o conjunto de discursos para o estabelecimento de certa ordem, uma determinada forma de canalizar os antagonismos.

O caráter desta nova ordem social não foi, portanto, somente da exclusão das bandeiras democrático-populares formuladas a partir da representação de movimentos sociais e partidos populares, ainda que seja adequado destacar o processo de quase criminalização que os primeiros, fundamentalmente, sofreram na década de 1990 (Burgos, 2015, p. 183). Ocorre ainda um ordenamento despolitizante da sociedade civil (Dagnino, 2004; Burgos, 2015) ao rearticular dimensões ético-política populares como cidadania, participação, igualdade e representação, contornando a concepção de sociedade civil de uma dimensão como espaço de conflito, para espaço de harmonização social (Fontes, 2010; Martins; Neves, 2010; Burgos, 2015) e luta por influência no Estado a partir de cada diferença, onde a dimensão do exercício do poder perdera sua substância de prática (Burgos, 2015).

Com a *derrota e exclusão política da radicalidade dos movimentos populares* no final do século XX e início do século XXI por um modelo de desenvolvimento com igualdade, argumentamos que igualdade, desenvolvimento, reforma agrária, justiça social, desenvolvimento sustentável, entre outros significantes, num contexto histórico que reproduziu a dificuldade de estabilidade da economia brasileira frente aos imperativos dos mercados globais, as diferenças de uma estrutura de significação foram rearticuladas hegemônica e institucionalmente em torno da posição de sujeito discursiva “cidadã, democrática, neoliberal e participativa” como regras de práticas sociais (lógicas sociais) na construção de uma passagem ordenada de integração da economia brasileira à ordem da globalização dos merca

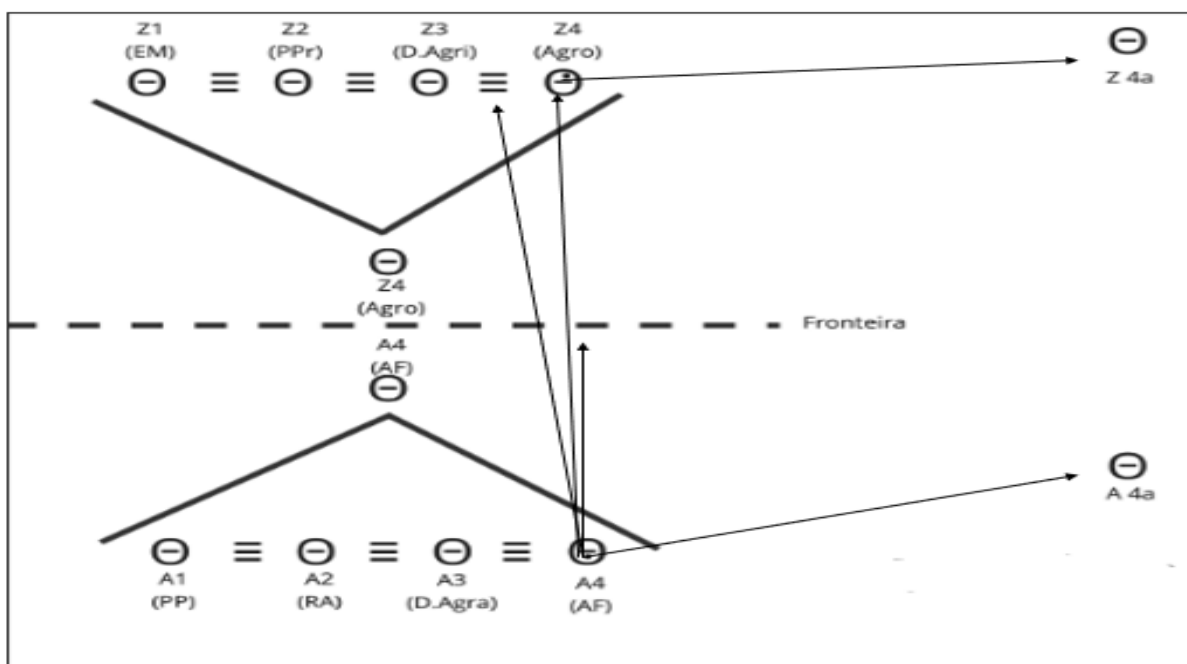
Laclau (2005), para esclarecer sua lógica do político, sustenta que se o regime opressor lograr bloquear o fluxo de equivalência popular, ao rearticular suas demandas sobre a lógica política das diferenças, ou seja, atendendo-às parcialmente e fora do contexto totalizador e contestador, poderá reconquistar a hegemonia ao desarticular a cadeia de equivalências popular. Em extensão a esta possibilidade, logo de outro modo, mas com o mesmo fim, a disputa hegemônica pela constituição de uma ordem social, numa lógica política, pode se dar em duas vertentes diferentes: uma lógica da equivalência, em que a fronteira social entre um “nós” e um “eles” é criada, no que Laclau entende o surgimento de uma lógica populista, ou por uma lógica da diferença, em que se reforça o sentido de totalização

institucionalista da ordem social ao eliminar uma fronteira interna a partir da organização das identidades em posições diferenciais dentro de um sistema discursivo (Laclau, 2005).

Conforme apontamos anteriormente, consideramos a vigência desta última articulação discursiva após a redemocratização no Brasil e avanço do neoliberalismo. Em teoria, a consequência de sua articulação contra a fronteira do social é tornar o significante da falta comunitária em significantes flutuantes, a saber, significantes que, pressionados por cadeias de equivalência opostas tornam o particularismo de cada demanda em significado indeterminado, nos termos de Laclau (2005, p.198), “significantes cujo sentido está, assim, “suspenso””.

Vejamos, num quadro estilizado, a utilização deste argumento para cadeias equivalenciais do agronegócio (neoliberalismo) e da agricultura familiar (democracia)<sup>29</sup> a partir de um modelo de análise e apresentação desenvolvido por Herschinger (2011) e por nós adaptado ao nosso objeto de estudo:

Figura 2: Cadeias de equivalência e estratégia de diferença: Agronegócio e agricultura familiar



<sup>29</sup> A ideia de que existem dois projetos diferentes, um ligado ao neoliberal e outro ao democratizante é proposto por vários estudiosos do tema, entre os quais Nelson Giordano Delgado (2012) e Fernandes (2005).

Fonte: Elaboração própria (2023). Adaptada de Herschinger (2011, p.38)

Através da figura acima, podemos acompanhar um breve exercício estilizado da exposição do argumento de deslocamento de uma fronteira social e de antagonismos. Vamos partir da existência de duas cadeias de equivalência, uma vinculada aos movimentos sociais e à agricultura familiar e outra ao agronegócio e o neoliberalismo, pontos que desenvolvemos mais à frente neste capítulo.

Note que a parte inferior da figura relaciona as diferenças que, em articulação de equivalência, constituem uma articulação discursiva vinculado à agricultura familiar, tendo como uma plataforma de inscrição, um ponto de condensação de diferenças, o ponto nodal A4, o próprio significante agricultura familiar. Assim cada diferença – tais como as políticas públicas (PP) localizado em A1, a reforma agrária (RA) em A2, o desenvolvimento agrário (Dagro) em A3 e a agricultura familiar (AF) na posição A4 – encontra no significante “agricultura familiar (AF)” A4, um significante de maior condensação de sobredeterminação. Neste caso nos referimos a um significante particular que pode exercer a função de uma universalidade, a cumprir o papel de hegemonizar um discurso e suas diferenças.

Na parte superior da figura plotamos uma simplificação de cadeia de equivalências que tem como ponto de condensação o agronegócio, no que alocamos diferenças como Estado mínimo (EM) localizado em Z1, proteção à propriedade privada (PPr) que é Z2, desenvolvimento agrícola (Dagri), Z3, e, por fim, o Agronegócio (Agro) na posição Z4, como elementos, articulados também por um ponto nodal, a elevação desta última diferença a posto de equivalente geral da cadeia.

Do modo como está inicialmente estruturada a figura, cada posição diferencial na cadeia da agricultura familiar tem como reflexo um bloqueio para a construção de sua identidade na cadeia do agronegócio. Assim que A1 tem como antagonismo Z1, A2 tem como antagonismo Z2 e assim sucessivamente. Ao se quebrar o vínculo das diferenças entre as posições diferenciais, cada uma delas é equivalente a outra na negação de um antagonismo da cadeia opositora, a partir de um equivalente geral próprio, respectivamente, a agricultura familiar e o agronegócio.

De que modo é possível teoricamente romper com estas equivalências e construir uma totalidade institucionalista? De que forma é possível converter antagonismos

em posições diferenciais de subordinação dentro de uma estrutura discursiva? A alternativa é desmobilizar a fronteira que separa a parte superior e inferior da figura e expõe o antagonismo entre cada cadeia de equivalência. Herschinger (2011) destaca que uma das estratégias possíveis é retirar das cadeias de equivalência certas particularidades, que passariam então a ser representadas não por seu equivalente geral, mas por sua própria demanda diferencial.

Em nossa figura, a agricultura familiar é um elo da cadeia de equivalência que é particularizado (A4a), de modo a promover a quebra dos vínculos de formação de uma identidade política na relação “nós X eles”. Uma vez que a cadeia de equivalência tenha se rompido num quadrante do discurso, a mesma quebra tende a ocorrer no quadrante contraposto, representante do antagonismo. Assim, a agricultura patronal também é particularizada. Na quebra dos vínculos de ambas as cadeias de equivalência, a depender da extensão do sucesso desta estratégia, todos os elementos partes do discurso se tornam significantes flutuantes<sup>30</sup>.

O que ocorre quando se articula uma totalização institucionalista é representado nas setas que vinculam as diferenças contra a fronteira antagônica (linha pontilhada que divide as duas cadeias de equivalência). Ou seja, as diferenças são retiradas de seu contexto de enunciação equivalente e particularizadas como demandas, são transformadas em significantes flutuantes, logo, dispostas a diferentes articulações discursivas. Como forma de desmobilização de uma cadeia de equivalências antagônicas, às demandas mobilizadoras de crítica e protesto à ordem social são transformadas ao serem tratadas em sua diferença particular pelo pluralismo das identidades e diferenças, por meio da qual se objetiva uma inclusão democrática de demandas sociais contestadoras à ordem da estabilidade, enquadradas em posições diferenciais dentro do sistema de significação, concorrendo interna e pacificamente para o seu ordenamento (Dahlberg, 2014).

---

<sup>30</sup>Observe que D1, como significante vazio, é compartilhada por duas cadeias de equivalência, que para o agronegócio e a agricultura familiar pode ser entendido pelo significante do desenvolvimento rural. Em nosso caso, a parte inferior à linha pontilhada resulta das forças democratizantes, já a superior e diagonal, com a inclusão de um D1 também para o sistema opressor, é representada em sua reorientação no sistema discurso através do neoliberalismo (agronegócio).

A partir deste dispositivo de totalização institucionalista da ordem social, abre-se a possibilidade de articulação destas demandas numa estrutura de significação que se estabelece através da relação entre identidades diferenciais e um outro, excluído; logo também é aberta a possibilidade de, contingencialmente, vincular as bandeiras do agronegócio à demandas do desenvolvimento sustentável, da reforma agrária, da redistribuição de renda, da agricultura familiar, entre outros, conforme apresentaremos adiante neste capítulo.

Assim é que se torna compreensível um ponto teórico de reconstituição desta ordem como uma totalidade institucionalista, em que a forma de articulação de identidades parciais se dá em torno de suas diferenças. Isto significa dizer que ao invés de ser a parte que reclama o todo, a *plebs* que quer se tornar *populis*, a partir de uma fronteira social, são as diferenças que, ao operarem dentro de um espaço social relativamente homogeneizado de representação (Laclau, 2005).

A confluência entre o neoliberalismo e a redemocratização, reproduzida, em forma setorial estatal, no reconhecimento entre o agronegócio e a agricultura familiar para os mercados nos anos 1990, representa a ordenação do conflito e do antagonismo sobre um espaço legítimo de negociação entre agentes que reconhecem suas diferenças e a vigência de um campo comum de disputa, nos valendo da ideia de agonismo de Mouffe (2007). Num plano setorial estatal, a agricultura familiar e agronegócio passaram a disputar, através de reconhecimento e participação no Estado e articulação na sociedade civil, a busca de um reforço no sentido de particularidade de cada um destes grupos sobre o campo, representando, em conflito particular e hierarquização geral, a confluência superior entre o neoliberalismo e a perspectiva democratizante.

Nesta direção, visto de um ponto geral, existem muitos discursos que atravessam um campo de discursividade, com igual condição de validade, podendo, na verdade, mobilizar agentes sociais, promover articulações de identidades e, até mesmo, organizar um horizonte político com pretensões hegemônicas a partir de um ponto nodal. Assim reafirmamos o princípio de que não há nada no social fora do discurso, dos processos de significação, assim como a ideia de que o social é rodeado por um excesso de sentido, o que valida a ideia de uma disputa discursiva entre diferentes estratégias dentro de uma formação discursiva, no caso em que tratamos, uma



formação discursiva que vincula o neoliberalismo e a participação democrática, agronegócio e agricultura familiar. Toda prática social hegemônica é a tentativa de fixar parcialmente o fluxo destas diferenças como momentos num significante mais geral, um ponto nodal (Laclau, 2011).

No entanto, ainda que possam existir vários discursos no campo da discursividade, há um conjunto de fatores que podem dar vantagens a uns, enquanto deprimem a outros. É necessário lembrar não só que toda construção do social se dá pela tentativa de controle do campo discursivo ou por uma exclusão de possibilidades históricas. Esta é uma dimensão do poder importante na teoria do discurso, mas não alcança, não basta ter apenas isto em conta. É preciso explicar, neste cenário, quais condições concorrem para o maior avanço de um determinado discurso e como estas condições exprimem a natureza de uma ordem social, ou seja, expõem a contingência do poder que estabilizou uma social.

Há discursos mais plausíveis que outros e isto é parte fundamental da desigualdade de poder e mesmo anterior ao estabelecimento de um discurso dominante (Dahlberg, 2014). Toda decisão que estabiliza uma estrutura se dá por meio de uma contaminação entre necessidade e contingência e neste processo há formas de interpelação mais prováveis que outras e que só podem ser esclarecidas por intermédio do contexto, a historicização e da compreensão das condições de existência das identidades (Laclau, 2011) que entendemos como ajustamentos discursivos econômicos e políticos. Nas próximas seções buscamos demonstrar como os ajustes econômicos e políticos pós-modernização conservadora confluíram para a construção de condições de possibilidade de um discurso agrícola do agronegócio, enquanto contribuíram para subordinar um discurso agrário vinculado à agricultura familiar camponesa.

#### 4.2 AJUSTAMENTO E EMERGÊNCIA DO AGRONEGÓCIO

Dado o núcleo de articulação discursiva do neoliberalismo como um projeto, o econômico é aqui entendido pela representação de uma articulação discursiva dominante na constituição de lógicas sociais que são uma das bases para a formação de uma estratégia discursiva hegemônica do agronegócio. A própria ideia

de economia pelo domínio dos mercados, implica o entendimento da tentativa articular todas as relações sociais, fixar o fluxo das diferenças, por meio daquilo que caracteriza o neoliberalismo e as finanças, que é a conversão de todos os elementos em um único equivalente geral, no que Moore (2010) destaca a busca pela transformação da realidade em um fluxo genérico de renda por sobre uma economia real. Logo, o econômico é também político e vice-versa.

No Brasil, entendemos por ajustamentos econômicas as alterações institucionais de regulação pró-mercado dos anos 1990, com a reordenação da economia brasileira ao fluxo global de capitais, que alteraram profundamente tanto a composição das elites agrárias, em favor da concentração e centralização de capitais sobre empresas transnacionais, quanto as próprias condições de possibilidade de organização de uma estratégia discursiva do agronegócio. Elementos como o modelo de Estado, as regulações econômicas nacionais e internacionais, as empresas transnacionais do agronegócio global e o mercado financeiro foram, em contraposição ao modelo de desenvolvimento organizado pela substituição de importações e do Estado intervencionista, articulados discursivamente na construção de uma relação entre o agronegócio e o neoliberalismo.

Delgado (2012) expõe estas transformações que interpelam a burguesia agrária no Brasil a partir de três conjunturas do processo de integração da economia brasileira a economia global, após a década de 1980, que adaptamos segundo a nossa perspectiva de trabalho entre complexos agroindustriais, transição e ajuste, agronegócio:

Tabela 4 - Três conjunturas de organização política para a burguesia agrária

<b>TEMPORALIDADE</b>	<b>AJUSTAMENTO ECONÔMICO</b>	<b>BURGUESIA AGRÁRIA</b>
<b>CICLO 1983-1993</b>	<b>CRISE DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES</b>	<b>COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS</b>

**Continua**

**Continuação**

<b>CICLO 1994-1999</b>	<b>MUDANÇA NEOLIBERAL</b>	<b>TRANSIÇÃO E AJUSTE</b>
<b>CICLO 1999-ATUALMENTE</b>	<b>INSERÇÃO EXTERNA SUBORDINADA</b>	<b>AGRONEGÓCIO</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Delgado (2012).

Num primeiro ciclo (1983-1993) Delgado (2012) destaca a participação do setor agrícola e agroindustrial como responsável pela geração de saldos comerciais para envio de renda líquida ao exterior, com o intuito de refrear a crise do endividamento externo do Brasil. Este primeiro ciclo se iniciou ainda no final dos anos 1970, após dois “choques do petróleo” em 1973 e 1979 que, em conjunto com a subida dos juros americanos também em 1979, promoveram uma crise de crescimento econômico no Brasil, aceleração do processo inflacionário e o avanço da turbulência do endividamento público.

Como resposta a esta pressão econômica externa e interna, o governo militar buscou nos encadeamentos agroindustriais uma forma de fazer frente tantos aos constrangimentos externos, no que se refere à dívida externa e a deterioração do fluxo de capitais para o Brasil, que se aprofundou em decorrência da moratória mexicana de 1982 ( Leite, 1996; Silva., 1998; Delgado, 2012), quanto no front interno, a partir de uma política de incentivo à produção de produtos agrícolas para o mercado interno, no auxílio ao combate ao processo inflacionário (Leite, 1996).

O processo se tratou de uma operação a três níveis de ajuste à crise econômica: a) alcance de maior nível de autossuficiência de recursos e poupança de divisas, através do estímulo ao setor sucroalcooleiro e política orientada a autossuficiência no complexo tritícola; b) estímulo ao aumento de exportações, por intermédio das cadeias agrícolas e agroindustriais em ascensão a partir da década de 1970: soja, suco de laranja e carne; c) política de estímulo à produção ao mercado doméstico, através do Programa de Garantia de Preços Mínimos, principalmente nos setores de pecuária leiteira e bovina, trigo e massas (Wilkinson, 1995 *apud* Leite, 1996, p.120).

A alternativa de constituir um drive exportador de produtos agrícolas e agroindustriais contou com duas maxidesvalorizações da moeda nacional, uma realizada em 1979 e outra em 1983, no intuito de alterar os preços relativos em favor dos produtos exportados pelo Brasil, em cenário de deterioração dos termos de troca

para estes últimos no mercado internacional (Silva, 1998; Dias; Amaral, 2001; Delgado, G. 2008). Como resultado, no que se refere ao envio de renda líquida ao exterior com o pagamento de juros da dívida externa, a opção do drive exportador foi eficiente, tendo o saldo comercial, entre os anos de 1983 e 1985 alcançado a cifra de algo próximo a 75% dos juros da dívida externa do país (Silva, 1998).

Todavia, o ajuste macroeconômico que explicou este desempenho contou, de um lado, com uma redução da importação de insumos e bens de capital e da massa de salários, pela alocação dos custos do ajustamento ao setor industrial e aos trabalhadores, além de uma redução do preço internacional das commodities (Leite, 1996; Silva, 1998) o que, em conjunto, restringiu as possibilidades de crescimento econômico, levando a um quadro de recessão econômica (Dias; Amaral, 2001).

Em crise fiscal, com o crescimento da dívida pública interna e externa, alta inflação e desvalorização cambial e submetido a ajuste fiscal, as possibilidades de manutenção do modelo de modernização da agricultura suportada pelas intervenções estatais encontravam entraves significativos. Logo, os subsídios ao crédito rural foram restringidos, dada a ausência de capacidade do Estado em sua manutenção (Silva, 1998; Dias; Amaral, 2001; Colletti, 2006).

Entre 1985 e 1986, com o Plano Cruzado, já no governo de Sarney (1985-1990), ocorre um primeiro conjunto de variações na política agrícola, com estímulo à produção através do crédito rural, preços mínimos e valores de custos básicos reajustados, não mais apenas em direção ao drive exportador, no favorecimento de produtos agrícolas e agroindustriais de grandes produtores e empresas rurais, mas na direção dos pequenos produtores de arroz, feijão, mandioca e milho (Silva, 1998) na busca de garantir o abastecimento interno e controle inflacionário (Delgado, G., 2008).

Dentro do ajustamento fiscal do governo, ainda 1986, foi encerrada a “Conta Movimento” do Banco Central, forma pela qual o Banco do Brasil alcançava se financiar para, entre outras coisas, prover recursos à política agrícola. Delgado (2012, p.85) chama a atenção também para o fim do “Orçamento Monetário”, pelo decreto nº9.444/874, e a transferências de fundos para o crédito rural à Secretaria do Tesouro, advindo do Banco Central. Estes dois eventos são marcos de uma

mudança em institucionalidades públicas que alimentavam o sistema de recursos para a sustentação da intervenção Estatal na agricultura, mas a década de 1990 ainda traria uma série de outras transformações institucionais que alteraram a composição das relações das articulações entre Estado e a burguesia agrária.

Podemos identificar neste período de crise da modernização conservadora os seguintes elementos: a) redução dos gastos públicos com a agricultura e reorientação de instrumentos institucionais de política agrícola do Estado para o mercado; b) abertura comercial que estão vinculados às restrições do fluxo de capital para o Brasil, a crise fiscal do Estado e às medidas de ajuste econômico à globalização.

No primeiro ponto, Gasques (2001) registra que o mais relevante na redução da intervenção do Estado na agropecuária nos anos 1990 está mesmo no crédito rural, com redução significativa de financiamento para custeio e investimento. Uma mudança institucional ajuda a explicar este ponto: é a lei 8.427/92, criada ainda no governo Collor (1990-1992), por meio da qual o Estado passa a financiar o crédito rural através do mecanismo de equalização de taxas de juros, no diferencial entre aquilo que representa o custo de captação de recursos, somando-se custos administrativos e tributários, ou seja, os recursos remunerados em termos de mercado, e a taxa de juros do crédito rural (Gasques, 2001; Coletti, 2006), que, a partir de 1996, passou a ser fixa, ainda constituindo-se em subsídio nos contratos de operação do crédito rural (Favaret Filho, 2002).

Há mudanças não apenas com o retraimento das posições do Tesouro Nacional no financiamento agrícola, através do Banco do Brasil, mas na própria redução da expressividade dos gastos públicos com o setor, no conjunto maior dos esforços dos ajustes fiscais (Gasques, 2001; Gasques; Spolador, 2003, p.20). Entre os anos de 1980-1984 os gastos públicos com o componente agricultura, observados apenas a partir do orçamento fiscal da União, tiveram um montante de 5,75% dos gastos totais nos dispêndios da União, passando para 5,55% no período de 1984-1989 e sofrendo uma queda de participação relativa ainda mais profunda para 2,39% (1990-1994) e 2,1% entre 1995-1999, a partir de valores de gastos totais do Estado (Gasques, 2001, p.8). Outro ponto que chama a atenção é que a parte mais significativa da decisão sobre os maiores volumes de recursos não estavam nas mãos do patronato

rural, por intermédio do ministério mais diretamente vinculado ao setor, mas eram de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Segundo Faveret (2002, p.35), o Ministério da Fazenda passou a gerir o maior montante de recursos destinados ao custeio, comercialização e seguro, enquanto a pasta ministerial vinculada à agricultura foi mais direcionada às atividades como eletrificação rural, formação de estoques, defesa sanitária e desenvolvimento rural. O que parece representar, mais do que uma divisão funcional do Estado, propriamente uma redistribuição política do processo de representação entre um grupo de pressão vinculado aos problemas macroeconômicos e o grupo de pressão orientado pelas elites agrárias. Apenas para fins de ilustração da perda de influência do patronato que tal ordem de orientação de dispêndios apresenta, no montante de recursos da função agricultura em 1999, desagregado por atores, 43,36% foram destinados ao controle do Ministério da Fazenda, 33,35% ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e 16,82% ao Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário (Gasques, 2001, p.15).

Outro ponto em destaque nas mudanças institucionais são os preços mínimos pagos ao produtor. Na década de 1980, a redução de recursos do sistema nacional de crédito rural teve como contrapartida a utilização da política de garantia de preços mínimos (PGPM) (Coletti, 2006, p.136), a razão de ser de tal mudança pode ser compreendida tanto pela necessidade de resguardar uma capacidade de participação de agricultores atomizados nas cadeias do agronegócio, através do estabelecimento de uma barreira institucional à pressão sobre a formação de preço dos produtos agrícolas a partir da ação de oligopólios a montante e a jusante do setor (Grazianoda Silva, 1993), quanto pela necessidade de permitir condições econômicas de exploração de terras em zonas de fronteira agrícola (Gasques, 2003, p.18, *apud* Coelho, 2001).

Já na década de 1990, com o avanço do discurso neoliberal, este instrumento de intervenção no setor também varia de composição, em direção a uma redução da participação do Estado nos processos de comercialização de produtos agrícolas, em favor do direcionamento privado. O PGPM era dividido em duas operações fundamentais: Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF).

Segundo Gasques (2003, p.19) o mecanismo de financiamento da EGF relaciona o financiamento da estocagem do produto, de tal modo que assim o agricultor pode realizar a venda de suas mercadorias numa época mais adequada, em termos de preços recebidos em relação a oferta – trata-se de um instrumento de controle de estoque; na AGF, por sua vez, ao contrário da EGF, o agricultor vende o produto ao governo com o intuito de obter o preço mínimo, garantido pelo Estado.

Este modelo de intervenção foi idealizado ainda na década de 1940 (Coletti, 2006, p.136), mas sofreu alterações com o processo de abertura comercial e o ajuste fiscal. A lei nº 8.427, de 27/5/1992, que já citamos, também no governo Collor foi responsável por sua reformulação através da criação de um “Prêmio de Liquidação de Estoques” representando, segundo Gasques (2001, p.16) “um subsídio aos mutuários que fizessem a liquidação de seus empréstimos, ou mesmo evitassem as frequentes prorrogações” e, em 1996, foi extinta a opção de venda da produção ao governo por meio do EGF (Gasques *et al*, 2004, p. 17).

De modo geral, estas articulações caminhavam no sentido de reduzir os estoques em poder do Estado, bem como ampliar a participação privada nos processos de comercialização, para ampliar, por sua vez, as opções de comercialização foram alocados outros instrumentos institucionais, como Prêmio para o escoamento de Produto (PEP), bem como o Sistema de Opções, de tal modo que permitisse o fortalecimento da participação da iniciativa privada assim como a garantia de preços mínimos aos agricultores, novamente o governo entraria como uma espécie de equalização de preços para a iniciativa privada, cobrindo o *gap* entre os preços de garantia e preço de mercado (Gasques, 2003).

O segundo ponto geral de alteração do pacto de economia política da modernização conservadora, em termos de mudanças de política econômica, esteve no processo de abertura<sup>31</sup>, articulado em 1987, com a criação de normas de abertura do mercado agrícola, mas com a iniciação de reformas para a redução tarifária sobre

---

<sup>31</sup> Ressaltamos que não estamos optando por uma ordem cronológica das alterações de mecanismos institucionais que impactam no antigo pacto de economia política da modernização conservadora e que mudanças num dos pontos destacados tendem a estar relacionadas com outros, tais como os impactos do processo de abertura na política de garantia de preços mínimos.

importações iniciada em 1991 (Gasques *et al.*, 2004)<sup>32</sup> e no Acordo de Ouro Preto, em 1994, que constitui o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Segundo Delgado (2012) este processo eliminou o conceito de “mercado interno protegido”, que até então, tanto para indústria, quanto para a agricultura, havia permitido um espaço para o que ficou conhecido na literatura como processo de substituição de importações. A abertura comercial atingiu inúmeros setores, mas numa comparação entre o setor agrícola e industrial, o cenário foi pior para o primeiro, arrancando das elites agrárias o sinal de que sofriam discriminação (Delgado, N., 2008).

A abertura, a redução do suporte estatal em termos do montante de crédito rural e da política de preços mínimos, de estoques públicos de alimentos, entre outras medidas direcionadoras que passaram a realizar a transição pós-modernização conservadora, há também o desmonte das institucionalidades de regulação do setor agrícola por produto, como o fim Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) (Delgado, G. 2012).

De tal modo que, desprotegida para enfrentar a concorrência externa fortemente subsidiada, com recuo nos suportes de crédito e atingida por subsequentes processos especulativos financeiros com os preços de produtos agrícolas e com a terra, o setor naufragou em endividamentos periódicos e crise de rentabilidade nos ciclos dos programas de estabilização econômica.

Desde o Plano Cruzado, as políticas de estabilização inicialmente, promoveram um aumento dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno e do preço da terra, como resultado da especulação financeira em ativos reais da economia, que acabavam por induzir agricultores a ampliação de investimento e endividamento (Gasques *et al.*, 2004). Quando do fracasso dos planos, com as subsequentes inversões de posições dos agentes do mercado, em busca de ativos financeiros, a queda dos preços das terras e dos produtos agrícolas no mercado interno produziam queda da renda agrícola e insolvência nos pagamentos de débitos contraídos (Gasques *et al.*, 2004), lançando o setor, em toda a década de 1990 e, inclusive

---

<sup>32</sup> Segundo Gasques e outros (2004, p.16), em 1991 foi estabelecido o cronograma de redução tarifária média para grupo de produtos agrícolas, insumos e equipamentos de 32,2% para 14,2% no decorrer do período de 3 anos.



após seu surto de sucesso com o avanço dos preços das commodities, entre 2001-2004, a um longo processo de transferência de renda para o capital financeiro.

É característico do segundo ciclo (1994-1998), transição e ajuste, de relação entre agronegócio e economia internacional, o retorno do fluxo de capitais ao Brasil, com folga de liquidez que deu impulso às políticas de liberalização econômica e transformaram o setor agrícola em âncora da estabilidade macroeconômica na famosa hipótese da "âncora verde" do Plano Real.

A prática de altas taxas de juros, câmbio sobrevalorizado e liberalização comercial sustentada em liberalização, desregulamentação e privatização implicaram em queda ou estagnação da produção de alguns produtos agrícolas, principalmente aqueles vinculados à agricultura familiar, aumento de importações de produtos agrícolas e queda do preço das terras (Delgado, N. 2008, p.20), o que levou a eliminação de muitos produtores rurais, com diminuição da área plantada, de empregos agrícolas e aumento do endividamento.

A revista *Agroanalysis*, importante espaço especializado de produção de informações sobre o agronegócio, registrou o conteúdo dos anos de desmonte dos mecanismos de sustentação da modernização conservadora, ampliados pelo Plano Real. Dentre os principais pontos de críticas, em muitas das suas edições estão: o processo de abertura comercial indiscriminada e as altas taxas de juros, que, em cenário de liquidez internacional e câmbio sobrevalorizado, ampliaram as importações subsidiadas por diferencial de juros e por política protecionista de países centrais; a disparidade entre preços agrícolas em queda e a inflação, os planos econômicos e seus resultados em endividamento do setor e queda da rentabilidade na agricultura. Em edição de 2000, Luiz Antônio Pinazza e Regis Alimandro registram um balanço da década de 1990 para o agronegócio:

:

Quando o Plano Real (julho de 1994) veio à luz e ajustou a macroeconomia a custo de pesada taxa interna de juros e sobrevalorização cambial, a agricultura estava financeiramente capenga. Em 1996 contudo, os estoques de alimentos remontaram a 15 milhões de toneladas. Diante de tantos outros problemas, isso é um mar de tranquilidade para o governo. Sem bloqueios e resistências, carregados de subsídios na origem, os produtos estrangeiros invadem o mercado doméstico e cobrem o déficit interno. Neste diapasão transcorre a década de 90, principalmente quando o real esteve

sobrevalorização. As importações no período superaram a casa de 80 milhões de toneladas, o tamanho atual da safra brasileira.

Por sua vez, os preços dos alimentos sofreram quedas reais e não acompanharam a inflação. A agricultura é chamada a âncora verde do Plano, mas paga um preço caro por isso. A situação do segmento endividado do setor piora e não encontra meio de capitalização para fechar o seu passivo. [...] As dívidas dos produtores são multiplicadas por planos econômicos e por manipulações escandalosas de indexadores econômicos. A dívida cresce e a renda cai. Quando o produto não paga, é rotulado de caloteiro. Será exagero observar que a década perdida para a agricultura foi a de 90? (Pinazza; Alimandro, 2000, p.17-19).

No entanto, houve fatores positivos ao agronegócio, então mais conhecido como *agribusiness*, no contexto do Plano Real. Um dos mais importantes é a própria estabilidade de preços domésticos, que rompeu com a instabilidade inflacionária sobre o compromisso financeiro do crédito agrícola, o que resultou, já em 1996, em uma taxa de juros nominal no empréstimo do crédito rural; um cenário de aumento da cotação de preços internacional de commodities permitiu aumento de saldo comercial no setor; a queda do preço dos insumos agrícolas – fertilizantes, defensivos e medicamentos –, em decorrência da abertura comercial e do câmbio sobrevalorizado, permitiu maiores investimentos no aprimoramento do padrão tecnológico produtivo, gerando de maior produtividade, queda de custo de produção e ampliação da lucratividade; a isenção do ICMS sobre exportação de produtos agrícolas, a partir de 1997, beneficiou os complexos de soja, café, açúcar, laranja e carnes; medidas de securitização de dívidas, como o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), forneceram alívio financeiro (Melo, 1999).

Em síntese sobre este período dos anos 1990, que intitulamos de “transição e ajuste” representou o sepultamento de parte das políticas estatais agrícolas que formaram o antigo paradigma de controle estatal sobre o complexo de interesses em torno de um bloco agrário, abrindo espaço para processos de centralização e desnacionalização de capital no setor agroindustrial (Teixeira, 2013) através de fusões e aquisições ou mesmo da privatização de empresas estatais (Benetti, 2004), novas áreas de integração de negociações de mercado (Belik, 2007)<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Uma das transições mais relevantes desta lógica é a mudança da visão de soberania alimentar para a segurança alimentar, da razão geopolítica de Estado para a “geopolítica” feita nos mercados.

Entretanto, o momento que abre o ato hegemônico do agronegócio, por sua vez, ocorreu com a crise do Plano Real, em 1998, dentro de um terceiro ciclo de articulação entre economia internacional e agronegócio, através do retorno da política de obtenção de divisas por meio das exportações (Delgado, G. 2012) principalmente de produtos agrícolas e agroindústrias.

O alto endividamento do governo, o acúmulo de déficits em transações correntes e a vulnerabilidade externa promoveram como tema fundamental da ordem, após a estabilização da inflação, o empenho no esforço exportador para suplantar o risco de ataque especulativo contra o Real, após a ocorrência da crise asiática em 1997, Rússia e mesmo do Brasil, em 1998. Como primeira linha de ação, o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso apostou nas exportações agrícolas, fortalecendo, com incentivos públicos, o agronegócio (Delgado, G., 2012; Alentejano, 2015)

A estratégia de aceno do governo à burguesia agrária, após este longo período de ajustamentos, se deu nas seguintes frentes: a) investimento em infraestrutura (Programa Eixos do desenvolvimento); reorganização do sistema público de pesquisa para atender às demandas das grandes empresas do setor, em particular com a Embrapa; regulação frouxa do mercado de terras e mudança de política cambial (Delgado, G., 2005; 2013; Alentejano, 2015).

Como se vê, uma estratégia de recuperação da renda da terra como renda da terra diferencial por meio do barateamento dos custos de transportes, armazenamento e distribuição; bem como pela estratégia de captura de mais valia global por intermédio dos produtos agrícolas. Deste modo, retorna como um pilar de reorganização de um sistema de poder as elites agrárias e agroindustriais, que havia, em todo o período anterior, sido gradualmente alijada das prioridades públicas. As commodities, a propriedade privada e o comércio exterior ganham fôlego na cadeia de equivalências do discurso neoliberal.

Neste espírito, Fernando Henrique Cardoso criou o Fórum Nacional da Agricultura (FNA), numa articulação entre governos e empresários para discussão de eixos temáticos de demandas do agronegócio. Naquele então, surgiram as 10 bandeiras da burguesia agrária: 1) financiamento do agronegócio; 2) modernização da

comercialização interna e externa; 3) desoneração e simplificação tributária; 4) redução do Custo Brasil; 5) desenvolvimento tecnológico; 6) modernização da defesa agropecuária; 7) sustentabilidade; 8) pequeno produtor em regime de agricultura familiar; 9) política fundiária; 10) coordenação das instâncias do agronegócio (Pompéia, 2018).

Pompéia (2018) aponta as seguintes questões por trás das bandeiras do agronegócio: a) a “invasão” de terras” (redução do apoio à reforma agrária); b) questionamento da legislação trabalhista; c) posição de luta no comércio exterior; d) retorno de política agrícola. Para o tratamento dessas demandas foi criado, pelo governo FHC, o CONSAGRO (Conselho do Agronegócio)<sup>34</sup>. Consagrar, vale dizer, é investir algo por um caráter/função sagrada, a nomeação não é pouco oportuna, quando se considera que para as lideranças do setor sua localização nas políticas públicas deveria ter o caráter estratégico para o país. A brecha aberta por esta estratégia de ajustamento externo do governo FHC foi o caminho pelo qual o agronegócio agilizou sua profissionalização como ente requerente de reconhecimento/legitimidade frente aos poderes públicos e à sociedade civil, o caminho pelo qual buscou organizar seu discurso como hegemônico.

A possibilidade de ataque especulativo contra a economia brasileira e a sua efetivação em 1998, com os subsequentes pedidos de socorro ao FMI (1999, 2001 e 2003), formaram uma espécie de consenso, pelo menos entre economistas e empresários (Tavares, 2003), de que a questão fundamental para a solvência do Estado estava ordenada pela vulnerabilidade externa da economia brasileira e seus prolongamentos como risco de estrangulamento externo. Este tipo de risco justificou a manutenção do tripé macroeconômico, com metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante com taxas de juros elevadas, que penalizavam investimentos em áreas sociais e produtivas, ou sejam, reduziam o espaço de articulação de forças sociais contra hegemônicas à financeirização (Bresser-Pereira, 2016) e, por extensão, favoreciam a ordem neoliberal reinante.

---

<sup>34</sup>Foi em 1998, que o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Consagro, o Conselho do agronegócio como um fórum, de caráter consultivo, para a articulação entre poder público e grupos privados para a implementação de estratégias para o agronegócio elencadas pelo FNA. Esta medida só foi revogada em 2019, pelo decreto número 10.087. Segundo a ABAG (2021), o CONSAGRO funcionava por câmaras setoriais dentro do MAPA, entre elas: Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel, Citricultura, Milho e Sorgo, Financiamento e Seguro do Agronegócio, Infraestrutura e Logística, Insumos Agropecuários e Negociação Agrícola Internacional.

É fundamental a compreensão deste processo, porque ele é o elo entre uma cadeia de discurso neoliberal, que guiou, pelo ajustamento da economia brasileira as mudanças institucionais anteriormente citadas e o sentido político da articulação discursiva do agronegócio. Trata-se daquele elemento sedimentado e de uma contingência, que mencionamos no começo deste texto, que conduz a maior ou menor probabilidade de uma conexão contingente entre discursos.

Desde os anos 1980, o contínuo endividamento externo e a dívida pública, associados ao processo inflacionário, rondam a economia e a política brasileira, através de pressões internas e externas que ameaçam instabilizar a ordem social. Com a variação de modo de ajuste no período entre 1994-1998, em que há um afluxo de capital financeiro para o Brasil, todos os outros momentos, com menor ou maior intensidade – do fim da ditadura militar até ao início do governo de Luís Inácio Lula da Silva – há um movimento daquilo que Guilherme Delgado (2005, 2012) assinalou como “ajustamento constrangido” à ordem global, através das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais para cobrir déficits na conta corrente e realizar ajuste fiscal, para fazer frente ao crescente montante dos passivos externos.

De tal forma que da crise da dívida, iniciada pela moratória do México em 1982, a crise asiática em 1997, russa e brasileira, de 1998, a pressão externa por meio da dívida e a ameaça do ataque especulativo rondou a América Latina, como forma de imposição às medidas de ajustes macroeconômicos em favor do capital financeiro e ao livre comércio.

Assim, o ordenamento deste deslocamento da estrutura social, nos anos 1990, por um discurso neoliberal que universalizou sujeitos através do significativo da estabilidade, pôde se tornar hegemônico no país. De tal modo que, conforme aponta Paulani (2003), além de construir uma visão de uma política macroeconômica verdadeira, porque tida como universalmente válida, alocou sobre o discurso uma retórica em bloco de legitimação que percorreu da direita à esquerda da aspecto político, no que entendemos como encadeamento de significantes - lógica da equivalência - entre um adequado trato da coisa pública, transparência, austeridade e gestão fiscal responsável numa divisão do espaço social com um antagonismo, os inimigos da estabilidade, identificados por qualquer política heterodoxa, lida como

contra a lógica do mercado, tidas como não responsável, não transparente, não austera, em si mesma contra a estabilidade

Esta mesma circunstância de centralização da questão do estrangulamento externo e predomínio de discurso neoliberal é que abre espaço para a orientação de articulação política da burguesia agrária a partir de um eixo de reorganização discursiva de identidade do agronegócio, quando do crescimento exponencial dos preços das commodities e a correspondente expansão de saldo comercial principalmente do complexo de soja, mas também do milho, carnes, celulose, entre outras, somadas as commodities minerais que passam a se constituir uma posição estratégica do agronegócio no Estado (Delgado, G., 2012).

Em suma, para a burguesia agrária o quadro de crise do Estado e ajustes neoliberais podem ter representado ambivalências de uma desestruturação dos mecanismos de suporte financeiro da atividade agrícola por parte do Estado entre meados de 1980 e 1990 e um aumento de graus de possibilidade em sua articulação discursiva em 1999, movidos ao sabor da conjuntura da internacionalização de empresas globais à jusante e à montante do setor e desregulamentação financeira, movimento auxiliado internamente por medidas institucionais de regulação sobre a agricultura brasileira na globalização dos mercados (Delgado, G., 2005, 2012; Teixeira, 2013).

Como base destas articulações do Estado em favor do capital nacional e estrangeiro e grandes proprietários na agricultura (Mattei, 2014), ocorreu uma regulação estatal, no favorecimento de monopólios globais de sementes, da abertura do setor ao processo de centralização e concentração de capitais operado em escala mundial, da proteção intelectual através de patentes; do aumento da taxa de permissibilidade do uso de agrotóxicos, das negociações bilionárias de dívidas, de incentivos fiscais que tendiam a favorecer empresas multinacionais de pesquisa agrícola e outros, como a Lei Kandir, que possibilitou o aumento da competitividade do setor agroexportador pela isenção de tributos a produtos primários exportados (Teixeira, 2013), entre outras.

Na vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, foi expandido um momento de esperanças na reformulação deste contexto do poder

neoliberal e ascenso do agronegócio. Todavia, a manutenção do consenso macroeconômico neoliberal e de uma determinada forma dependente da relação com a economia global expandiu a pavimentação do caminho de associação entre saldos comerciais por exportação de *commodities* e modelo de inserção externa do país, como forma de superar as tendências ao estrangulamento externo e resolver a crise de pactuação sobre o Estado em suas relações externas e internas.

Decisão ocorrida não inteiramente livre do exercício de pressão dos mercados internacionais, dado que, antes mesmo da eleição de Lula à presidência da República em 2002, a perspectiva de sua vitória implicou em ataques especulativos contra o real, com depreciação da moeda, aumento do prêmio de risco do país, queda da entrada líquida de capitais, conformando, conjuntamente com uma alta dívida líquida do setor público e baixo nível de reservas internacionais um quadro de descontrole macroeconômico (Barbosa, 2010), numa forma de imposição de um modelo de ajustamento em que, também, se reestruturou, para países endividados, o setor agrícola à promoção das exportações e suporte ao domínio de grandes corporações transnacionais de produtos agrícolas e seus encadeamentos à montante e à jusante (Friedmann, 1995)

A manutenção e ampliação desta decisão, somados a um conjunto de medidas setoriais de regulação no favorecimento do agronegócio e seus encadeamentos globalizados – como a aprovação de produção com transgênicos, legislação de biossegurança, renegociação de dívidas, subsídios, apoio à internacionalização de empresas do setor pelo BNDES, bem como um conjunto de medidas de regularização da grilagem na fronteira agrícola (Teixeira, 2013), entre outras ações – não apenas deram seguimento ao fortalecimento à estratégia de mundialização e especialização da agricultura patronal em novo cenário de divisão internacional do trabalho, quanto fortaleceram um “pacto de economia política” da burguesia agrária no Estado (Delgado, G., 2012).

O Instituto Lula (2021) no fornece dois aportes de argumentos sobre o apoio ao agronegócio e sua funcionalidade econômica nos governos petistas, o primeiro diz respeito ao aumento do crédito concedido ao setor que passou de 27,6 bilhões na safra 2002/2003, do período FHC, para 156,1 bilhões no período Lula-Dilma de 2014/2015, um valor cinco vezes maior em pouco mais de 10 anos. Este primeiro

enunciado ocorreu no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) em 2010, que o Instituto Lula nomeia como “Orgulho de defender o Brasil”, numa operação metonímica em que defender o Brasil, por uma operação retórica de contiguidade, é defender “commodities brasileiras”, como pode se observar abaixo:

Todos nós hoje somos testemunhas de que o Brasil está dando certo. Está dando certo porque eu não tenho vergonha de chegar em qualquer país do mundo e defender o algodão brasileiro, defender a cana e o álcool brasileiro, defender a soja brasileira, defender o milho brasileiro, defender o empresário brasileiro. Não tenho nenhuma vergonha e muito menos demérito. Sinto orgulho de defender as coisas que este país faz (BRASIL, 2010).

Já no discurso da então presidente Dilma Rousseff o Instituto Lula destaca a proficiência do governo petista em financiar o agronegócio: “Se gastar mais, tem mais”. Na abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014, em Lucas do Rio-Verde/MT, a presidente afirmou o seu compromisso com o agronegócio e destacou o crescimento do empenho financeiro do governo federal com o setor:

Eu lembro que quando nós chegamos no governo, em 2003, eu lembro que a política agrícola tinha limitações fortes. A limitação, primeiro, da disponibilidade de crédito, e a segunda no nível de juros. Sabe quanto era – a gente esquece as coisas –, mas sabe quanto era o total de recursos de crédito para agricultura na safra de 2002/2003? O que foi realizado, eu vou falar o que foi realizado. Foram 27 bilhões de reais. Vinte e sete bilhões de reais hoje é quase todo o programa de armazenagem. Hoje, 27 bilhões de reais mostram que não era compatível com as necessidades da agricultura deste país. Nesta safra, nesta safra nós nos comprometemos com 136 bilhões de reais. E dissemos o seguinte: se gastar mais, tem mais. Se gastar mais... sempre dissemos isso, desde 2011, gastou mais, tem mais. Por que isso? Por que o governo é generoso? Por que o governo sonhou com isso e fez? Não. É porque isso é crucial para o desenvolvimento do país. Ninguém faz agricultura sem crédito e sem juros adequados (BRASIL, 2014).

Este atrelamento contínuo entre a ideia de desenvolvimento do país e o agronegócio fora recorrentemente justificado pelos dados do crescimento da produção agrícola, do aumento do saldo da balança comercial e do novo cenário internacional, com a



elevação dos termos de troca das commodities, bem como caminhou conjuntamente com a redução das ações de política agrária dos governos petistas após 2005.

Com este afluxo de riqueza social sobre a forma de renda da terra, pela venda em grande escala de mercadorias agrárias e minerais com, segundo Carrera (2017), produtividade de trabalho internamente mais altas do que aquelas definidas pelo preço normal no mercado mundial, fora possível ao governo brasileiro, assim como o de vários países da América Latina, em movimento análogo (Svampa, 2012), assegurar a permanência do modelo de ajustamento externo à economia global, ampliar políticas de crédito e investimentos, promover uma política de desenvolvimento social, conciliando o suporte à específica forma de valorização do capital fundada no rentismo financeiro-agrário e a lealdade de determinados grupos sociais ao projeto político em operação (Petras, 2014) de “conciliação de classes”, por meio do qual os conflitos são subordinados às convergências (Favareto, 2017).

#### 4.3 O ALINHAMENTO DE DIFERENÇAS

A ideia de conciliação de classes ou, nos nossos termos, de uma articulação no estabelecimento de uma lógica diferencial, nos coloca sobre outra margem do problema do sistema de significação institucionalista, que inicialmente apresentamos como a articulação do neoliberalismo com princípios democráticos de participação social. Se, como dissemos, o estabelecimento de um discurso neoliberal foi constituído como contexto de imersão de identidades, a segunda condição de possibilidade de construção destas últimas esteve sobre os processos de ajustamento das próprias posições de sujeito organizadas neste contexto.

Vimos que, para as elites agrárias, este ajustamento foi favorável, no sentido de que puderam, contextualmente e contingencialmente, alcançar uma estratégica posição que acabou por lhe conferir vantagens na disputa pela reorganização de um discurso para o desenvolvimento rural, após o debacle da modernização conservadora. Já no caso das classes dominadas no campo também defendemos a hipótese de que ocorreu um ajustamento de posição numa lógica diferencial, após os deslocamentos da crise da “modernização conservadora” e da ditadura militar, mas no sentido de extirpá-lo de uma cadeia de equivalências popular. No que tange a forma de acolhimento das demandas das forças populares do campo ou, dito de outro modo,

a transformação das demandas dos movimentos sociais das reivindicações às petições, exprimem a transição da lógica da equivalência à lógica da diferença na conformação de uma ordem social favorável ao agronegócio.

Como já mencionamos, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra tiveram importância seminal nas lutas políticas dos trabalhadores rurais e camponeses pós-1964, pelo modo em que, primeiro, reconheceram a existência destes últimos como uma categoria social (Picolotto, 2009) mas, principalmente, permitiram a interferência do Estado na questão agrária, na asserção da quebra do padrão tradicional de dominação das elites agrárias no campo (Palmeira, 1989). Além disto, a utilização destas institucionalidades – os Estatutos supracitados – ao constituírem um sujeito particular, o trabalhador rural, como equivalente geral para todos os diferentes grupos sociais no campo, permitiram à CONTAG, agremiação de representação nacional oficial dos trabalhadores agrícolas, a atuação direta em situações de conflito, no propósito da reforma agrária e da extensão dos direitos trabalhistas (Medeiros, 2001; Picolotto, 2009).

Entretanto, na esteira da modernização conservadora do período ditatorial, com exceção de pequenas propriedades rurais nos Estados do Sul do Brasil, que avançaram com o processo de modernização dos anos 1965-1983 (Schneider, Cassol, 2013, p.9), a maioria dos pequenos produtores – produtores de baixa renda, pequenos agricultores, produtores de subsistência – experimentaram a transformação produtiva e econômica no campo como endividamento, desemprego, êxodo rural, expropriação de terras, entre outras, atropelados por apenas duas alternativas de política pública cronologicamente sucedidas: nos anos 1970, a integração à dinâmica da modernização produtiva alinhada aos interesses agroindustriais, através dos programas regionais de desenvolvimento rural como o POLONORDESTE<sup>35</sup> e, nos anos 1980, por meio de programas sociais de alívio à

---

<sup>35</sup>O programa de modernização para pequenos produtores tradicionais do Nordeste (POLONORDESTE) foi um programa de desenvolvimento rural focado em segmentos de pequenos produtores com viabilidade econômica, dentro da perspectiva da modernização da agricultura nos anos 1970 e de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado a envolver modernização em processos de suporte à produção (crédito, assistência técnica e comercialização), infraestrutura econômica e social. Dada a exclusão da reforma agrária como política de redimensionamento da estrutura fundiária, o programa se tornou a política pública de referência para a reorganização da relação latifúndio-minifúndio, na busca por constituir uma classe média rural no campo. A modernização deste setor produtor de alimentos esteve muito vinculada à ideia do acesso ao

pobreza, como o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, ambos influenciados por políticas do Banco Mundial para o desenvolvimento rural (Grisa, 2012).

Este último, como um programa do Governo José Sarney, já, portanto, no período democrático, estava contido no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989) e compunha um conjunto de 6 programas do “Projeto Nordeste”, vinculados aos pequenos negócios não agrícolas, projetos de irrigação, ações de saúde e saneamento básico, com o foco de eliminar a pobreza absoluta no campo, na ausência de reconhecimento dos pequenos produtores como relevante categoria econômica, fatores que, somados a falta de participação social na construção do projeto, implicaram na oposição ao mesmo pela CONTAG (Grisa, 2012).

Após a redemocratização, emergiram socialmente um variado conjunto de demandas em torno de novos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Conselho Nacional de Seringueiros, Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no campo, entre outros que passaram a constituir múltiplas identidades, a partir da particularidade de cada um de seus participantes. Emergiram identidades como a dos Sem-terra, dos atingidos por barragens, das mulheres trabalhadoras rurais, de pequenos produtores, povos indígenas, entre outras (Medeiros, 2001) na configuração de ascenso de críticas à CONTAG em sua relação com o Estado, no que, em âmbito geral da luta dos trabalhadores, ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”, a partir do surgimento da Central Única dos Trabalhadores, em 1983 (Picolotto, 2009).

A multiplicidade de movimentos e reivindicações fez, para o caso da representação das forças populares no campo, implodir a categoria social de unidade destes grupos no regime militar: o trabalhador rural (Medeiros, 2001). Na luta por direitos, e pela própria criação de direitos, na expansão da sociedade civil da redemocratização (Dagnino, 2004), a heterogeneidade dos antagonismos sociais se unificava contra o regime opressor e o discurso da modernização, trazendo de retorno ao espaço

---

crédito, como forma de acesso a recursos para obtenção de tecnologia, insumos modernos e implementos agrícolas (Wilkinson, 1986).

público a dimensão contestatária da ordem social por meio da reforma agrária, da extensão dos direitos trabalhistas às zonas rurais, por uma nova política agrícola, contra a violência no campo (Picolotto, 2009, 2011).

Os primeiros impasses destes novos sujeitos se deram na própria constituição, no assomo das vitórias políticas das representações de classe das elites agrárias tanto no terreno da reforma agrária (Ferreira; Alves; Carvalho Filho, 2009), quanto na definição da lei agrícola (Grisa, 2012). Além disto, com a crise financeira do Estado e o avanço das práticas de ajustamentos do neoliberalismo no Brasil, entrava em declínio um conjunto de políticas de intervenção governamental no setor agrícola, pela redução dos estoques públicos, liberalização comercial, queda do volume de recursos direcionados à política agrícola e pelo Plano Real, que em sua política de juros altos e câmbio apreciado, promoveu queda na renda real do setor agrícola, em especial aquele vinculado à agricultura familiar (Delgado, N.G., 2012, p.46-47).

Frente ao ajustamento neoliberal e uma correspondente crise dos sindicatos de representação de forças populares no campo, a opção de política adotada por muitos movimentos sociais e sindicais ligados à questão agrária e agrícola passou pelo caminho de reivindicações propositivas (Picolotto, 2011), por meio de demandas de uma reconversão e reestruturação produtiva destes atores do campo (Ferreira; Alves; Carvalho Filho, 2009) e através de uma transição para construção de um novo discurso de representação, menos voltado à pautas como reforma agrária e direitos trabalhistas e mais direcionadas à construção de um projeto alternativo de desenvolvimento social, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (Picolotto, 2009) uma nova categoria equivalencial de sujeitos no campo, ou seja, uma nova forma de constituir uma unidade entre as diferenças.

Marco desse deslocamento, que pode ser entendido como parte da construção de proximidade entre a CUT e a CONTAG (Picolotto, 2009), foi a articulação política dos mais diversos movimentos no campo em prol de lutas sociais por direitos pelos “Gritos da Terra do Brasil” – manifestação política que antes regionalizada no Norte e Nordeste do país se estenderam para todo o campo brasileiro, através da DNTR/CUT (Picolotto, 2009; Sabourin, 2010; GRISA, 2012), contando com participação da CONTAG, MST, MAB, CNS, Mobilização Nacional dos Pescadores, e Coordenação das Articulações dos Povos indígenas do Brasil (CAPOIB) (Grisa,

2012). Com petições direcionadas à reforma agrária, agrícola, direitos sociais, trabalhistas, previdência, saúde, o movimento também contava com outras, mais direcionadas ao novo projeto de desenvolvimento rural, como o crédito rural para pequenos agricultores, financiamento de máquinas e equipamentos, garantias de comercialização, destinação de recursos de Fundos Constitucionais para a atividade produtiva de pequenos produtores, entre outras (GRITOS da Terra Brasil, 1994; *apud* GRISA, 2012, p. 117)

Schneider e Cassol (2013, p. 9-10) assim sintetizam estes processos que entendem como a primeira fase de um (re)descobrimto da agricultura familiar:

Pelo lado sindical, havia dois movimentos em curso. De um lado, o início da década de 1990 revelava uma crise de legitimidade sindical da vertente majoritária formada pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Esta crise estava relacionada a concorrência pela representação política com outros movimentos sociais emergentes (especialmente o MST, Movimento dos Sem Terra), a dificuldade de encontrar respostas aos efeitos da abertura comercial neoliberal e, sobretudo, aos problemas decorrentes do desgaste da noção “trabalhador rural”, que já não era confortavelmente aceita pelos dirigentes sindicais dos Estados Sul do Brasil, onde o processo de colonização com imigrantes europeus permitiu a formação da pequena propriedade rural autônoma, que foi fortalecida pelo processo de modernização agrícola dos anos 1965-1983. Esta crise de representação do sindicalismo ia levar a uma aliança política inédita da CONTAG com o Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT (Central Única dos Trabalhadores, a central sindical criada por Lula) em 1995 (Schneider; Cassol, 2013, p. 9-10).

Na questão agrária e agrícola as lutas sociais, os movimentos sociais, em especial a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e DNTR/CUT (Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores), pressionaram e obtiveram ganhos de abertura na dimensão de uma nova identidade política e por um projeto alternativa de desenvolvimento rural atrelados a uma política agrícola específica para a agricultura familiar - que operou tanto com crédito para investimento e custeio através da criação do Programa de Valorização do Pequeno Produtor Rural em 1993 (PRONAP) e seu substituto, o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1995 (Grisa, 2012, Sabourin, 2017; Mattei,2016).

Neste contexto, não menos importante é o avanço da articulação desta categoria política, como fruto tanto da agência de movimentos sociais, sindicais e acadêmicos, quanto de apoio político e científico de agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em parceria com o Incra em 1994. Estas articulações acabaram por abarcar os assentados, arrendatários, os parceiros, os meeiros, os grupos de pequenos produtores integrados à agroindústria, através de políticas públicas de crédito, agora sobre apenas uma nomeação: agricultura familiar (Grisa, 2012; Toledo; Zonin, 2020).

Em síntese, nesta primeira geração de políticas direcionadas à agricultura familiar, iniciada na primeira metade da década de 1990, se deu por um processo de instrumentalização da categoria agricultura familiar por movimentos sociais, representações sindicais, políticos e gestores, somados a estudiosos do mundo rural que, passaram a ver neste conjunto de pequenos produtores, organizados em torno do trabalho dentro do núcleo familiar sobre a terra, um modelo de desenvolvimento rural. Portanto, passaram a reivindicar do Estado políticas específicas de incentivo a este setor, como crédito, seguro agrícola e defesa do pequeno produtor através de políticas agrícolas atreladas ao reconhecimento desta identidade social (GRISA, 2012). Neste período surgem ações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e assentamentos (Delgado, N., 2012; Grisa; Schneider, 2014). Estas medidas buscam promover uma capitalização da agricultura familiar e abrir formas de integração aos mercados (Grisa, 2012).

A forma de concretização desta política e identidade esteve subordinada a um contexto político neoliberal, em que as medidas de apoio do Estado confluíram para os princípios, os regramentos sociais de um determinado discurso dominante sobre o desenvolvimento rural entendido como agrícola, na construção de políticas públicas que favorecessem a consolidação ou entrada dos agricultores familiares nas relações de *comodificação* da produção de alimentos (Carneiro, M., 1997; Grisa, 2012; Sabourin, 2017).

A própria definição de agricultura familiar adotada esteve vinculada à expressão daqueles grupos capazes de serem inseridos no mercado, nas cadeias produtivas

do agronegócio. Entendidos sobre a divisão entre agricultura familiar consolidada, de transição ou periférica a partir do estudo da FAO/INCRA em 1994, o direcionamento inicial do crédito rural foi no favorecimento dos dois primeiros grupos, que poderiam, numa lógica produtivista associada a um único e dominante modelo de desenvolvimento agrícola, alcançar maior grau de tecnificação e maiores rendimentos monetários para fazer frente ao crédito público (Carneiro, M., 1997).

Segundo Sabourin (2017), a constituição desta política pública de apoio a um modelo específico de agricultura familiar esteve sustentada por uma coalizão de interesses entre sindicato (parte da CONTAG) e Governo Federal, fundamentada por uma articulação entre a proposta política de apoio à agricultura familiar e o neoliberalismo. De modo que, nas disputas pelo significativo agricultura familiar, este período é marcado por seu atrelamento ao combate à pobreza rural e correção de falhas de mercado, na segunda metade dos anos 1990, seguindo uma influência de proposição de políticas focalizadas propagadas por organizações internacionais como o Banco Mundial. Esta nova orientação geral de políticas setoriais foi iniciada com o Programa Comunidade Solidária de FHC e continuado por Lula através do programa Fome Zero – Bolsa Família (Grisa; Schneider, 2014)

De tal forma que, sob o contexto de aproximação entre o critério da democracia, e o discurso neoliberal, um determinado modelo de desenvolvimento agrícola, vinculado ao produtivismo, passou a ter predomínio sobre a constituição de instrumentos de apoio à agricultura familiar que tenderam a favorecer processos de diferenciação social na agricultura familiar, em favor dos agricultores mais capitalizados do sul, sudeste e centro-oeste do país (Grisa, 2012; Toledo; Zonin, 2020), além da promoção de maior concentração dessa produção agrícola em milho, soja e café, commodities integradas nos circuitos de comercialização do agronegócio

Ainda que se reconheça que a criação do PRONAF consolide a agricultura familiar como categoria política (Schneider; Cassol, 2013), bem como que tal reconhecimento implicou numa bifurcação entre agentes presentes no campo brasileiro (agricultura patronal e familiar) em diferentes agriculturas (Sabourin, 2007) na possibilidade de disputa de recursos no Estado, a forma de arregimentação dominante da institucionalidade política se deu no sentido de constituir relações de complementaridade entre estas diferentes identidades sobre um enfoque produtivista

(Grisa, 2012; Grisa; Wesz Junior; Buchweitz, 2014), do combate à pobreza e à desigualdade social e direcionado por regramentos sociais de mercado, daí que se tornou logicamente possível integrar as demandas da agricultura familiar com o discurso do agronegócio num mesmo espaço de representação política, como é possível observar no discurso de posse do então presidente Lula em 2002:

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos (Brasil, 2003).

Nesta lógica de complementaridade, que nada mais é do que o domínio lógico da diferença como forma de construir o social, o caráter relevante da impossibilidade de romper com a ordem social, o rebaixamento da reforma agrária e de uma política de desenvolvimento agrícola que considere os distintos “estilos de agricultura” existentes na sociedade brasileira e suas possibilidades econômicas, sociais, políticas e culturais são partes constitutivas de cadeia equivalencial dos trabalhadores rurais e camponeses enfraquecidos pela captura do significante agricultura familiar e de um projeto de desenvolvimento agrícola alternativo à agricultura patronal.

Como princípio de orientação bivalente de forças sociais no aprofundamento desta orientação política, existente, na verdade, desde os anos 1990 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorreu a entrada em cena democrática no Estado de movimentos sociais ligados à defesa da segurança alimentar e nutricional, à agroecologia, camponeses, entre outros, na disputa pela formulação de políticas públicas e pela concepção de desenvolvimento rural (Grisa, 2012)

Na esteira destes debates, influências e ordenamentos políticos, a lei número 11.326 de 24 de julho de 2006, no Governo Lula, reconheceu a agricultura familiar como uma entidade em si mesma, criando uma forma jurídica ocupada por pessoas que administram e trabalham com mão de obra própria (familiar), dentro de 4 módulos



fiscais, entre outros condicionantes (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2013). Schneider e Cassol (2013, p12) entendem neste fato o surgimento de um novo momento para a agricultura familiar e a disputa pela ideia de desenvolvimento rural:

A terceira fase do debate sobre agricultura familiar no Brasil compreende o momento atual. Na falta de um fato marcante para determinar o seu início, arrisco a dizer que a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 com os dados sobre a agricultura familiar, que ocorreu em 30 de setembro de 2009, pode ser considerado o ponto de partida. A partir da publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006 sobre a agricultura familiar estabeleceu-se um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil (Schneider; Cassol, 2013, p. 12).

Sintoma deste maior grau de participação de diversidade de atores sobre o problema do desenvolvimento rural, além da lei da agricultura familiar, (Lei 11.326 de 24/07/2006), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15/09/2006), a Lei da Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188 de 11/01/2010) e o decreto 6040, de 07/02/2007 que instituiu a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, o Programa Brasil Quilombola, decreto 4.887 de 20/11/2003 (Delgado, 2012). Além do Plano Safra para a agricultura familiar, bem como a extensão do Pronaf, já nos anos 2000, para uma maior diversidade de públicos, como o Pronaf Jovem, mulher, agroindústria, agroecológico, semiárido, entre outros (Delgado, 2012; Grisa, 2012). O que revela um aspecto de disputa política dentro de uma expansão de diferenças numa totalidade institucionalista pelos contornos tanto do entendimento do que é a agricultura familiar, quanto da ação pública vinculada a este entendimento no significativo desenvolvimento no campo.

Esta terceira ordem de deslocamento do significativo da agricultura familiar foi pautada pela ideia de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, e encontrou seu ponto de entrada no Estado a partir do primeiro governo Lula, com o maior espaço de articulação política para os movimentos sociais. Diferente da primeira geração, focada na obtenção de instrumentos de política agrícola específicos para a agricultura familiar e a segunda, focada em políticas assistenciais e correção de falhas de mercado, esta terceira foi direcionada à construção de mercados a partir da intervenção do Estado (Grisa; Schneider, 2014).

São apresentados como parte desta articulação público-privada os representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, organizações do campo agroecológico, políticos e gestores públicos, organizações da sociedade civil e estudiosos da Segurança Alimentar e nutricional (Grisa; Schneider, 2014). Fruto desta terceira operação política são os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Produção e uso de biodiesel (PNPB), Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade (PGPM Bio) e a formulação de uma política de certificação através de selos de diferenciação, tanto de produções com participação da agricultura familiar, quanto de quilombolas (Delgado, N.G. 2012; Grisa; Schneider, 2014).

A despeito do avanço das forças sociais progressistas vinculadas a um projeto de desenvolvimento rural - além do rural – alternativo ao modelo produtivista, o movimento de ambivalência no governo Lula tornou-se superior àquele ocorrido nos governos de Fernando Henrique Cardoso pelo reforço tese da complementaridade entre agronegócio e agricultura familiar, além da maior abertura do governo aos movimentos sociais, num reforço do espaço de ampliação das diferenças abarcadas na totalidade institucionalista. Como vimos, uma série de políticas de favorecimento da agricultura familiar ampliou a diversidade e a participação de novos sujeitos, movimentos sociais e sindicatos através de políticas públicas sem, no entanto, ameaçar a predominância política do agronegócio.

De tal modo que, a confluência deste impasse pode ser concebida de diferentes maneiras. Podemos argumentar que, do ponto de vista de sua face neoliberal, há o predomínio do capital financeiro, dos credores externos, da especulação contra a produção, do pacto com o agronegócio, entre outros. No que podemos ser surpreendidos pela argumentação contrária que defende que, do ponto de vista de sua face democratizante, há o avanço dos direitos sociais, do emprego e da renda, da agricultura familiar, das políticas de desenvolvimento territorial, dos sujeitos participantes de uma disputa discursiva entre outras. Como entender este conjunto de dados?

O ponto esclarecedor, dentro desta perspectiva de um contexto político de ambivalência, é a existência de uma totalidade institucionalista onde cada diferença

entre sujeitos coletivos encontra resposta (positivas ou negativas) a suas demandas de forma isolada, mantendo, cada qual a seu modo, uma particularidade insertada numa equivalência geral. Desta forma é, aparentemente, ampliado o espaço para o fortalecimento da disputa discursiva entre diferentes paradigmas sobre a questão agrária e agrícola, mediados por um poder governamental que estaria em disputa.

Em síntese, dado este panorama que fundamenta uma “livre circulação discursiva”, é que o entendimento da hegemonia ganha relevo como problema político. Como se discutiu anteriormente, esta totalidade institucionalista não paira sobre o nada, mas sim sobre a confluência entre dois princípios ético-políticos: o neoliberalismo e a democratização. Assim, o núcleo da política sobre o critério da ambivalência é a permanência de uma tensão controlada entre sujeitos sociais em torno destes projetos. A política, como forma de negociação de conflitos entre antagonismos, encontrou uma ampliação do consenso em torno da ideia de participação, cidadania no acesso à esfera pública, conformando um espaço político comum onde o agronegócio e a agricultura familiar poderiam conviver através da produção de discursos; estes últimos reduzidos de sua radicalidade antagônica pela mediação institucional pelo espaço de complementaridade.

A construção deste espaço discursivo de complementaridade não implica simplesmente na aceitação da diversidade classista da sociedade ou das identidades sociais, do pluralismo político e das regras da democracia liberal; tampouco a permanência do critério da ambivalência sobre as políticas governamentais pode ser interpretada como falsa consciência de lideranças políticas, traição de antigos aliados, ambiguidade de uma estrutura ou até explicado como derivação da natureza do Estado no capitalismo. A continuação de um núcleo de complementaridade de ação e do espaço de ambiguidades é mais bem compreendida na constituição de uma lógica sobre o político, numa forma de ordenação discursiva que inscreve o caráter antagônico das relações sociais nas margens da política, como administração e limitação de espaços de conflitos.

As identidades do agronegócio e a agricultura familiar, como operações discursivas que, respectivamente, representam o avanço do neoliberalismo e o projeto democratizante (Delgado, N., 2010), são a expressão multinível desta forma de constituição do social. Deste modo, a vinculação da ideia de complementaridade

entre ambos os pares dicotômicos reproduz um terreno de disputa abrandada entre projetos de totalização discursiva que enlaçam a sociedade civil e o Estado ao conformar um ponto de não ruptura, onde os antagonismos são refreados pela lógica do tratamento de demandas dentro de um modelo diferencial

Os exemplos que demonstram a vigência desta lógica, podem ser compreendidos pela própria divisão institucional dos governos petistas, onde, por meio do MAPA, Ministério da Casa Civil, Ministério da Fazenda, entre outros, predominava a força de influência do agronegócio e o projeto neoliberal, enquanto isso, através do MDA e o MDS, os grupos sociais ligados à agricultura familiar e ao projeto democrático obtinham mais capacidade de ação (Delgado, N., 2012; Pompéia, 2018). Ao se tratar de um espaço político de convergência, a fronteira antagônica é limitada, a presença de um outro, a agricultura familiar, é condição de identidade do agronegócio numa configuração social onde a ambiguidade<sup>36</sup> entre ambos não é transformada, a configuração do espaço político institucional reduz a perspectiva da ação crítica.

Há dois pontos que temos que considerar desta relação de complementaridade e ambiguidade. O primeiro deles diz respeito à ocultação da desigualdade de poder presente na ordem constituída, de tal modo que na relação entre identidades a partir de suas diferenças, não há espaço para a definição de fronteiras internas ao sistema de significação. O segundo, por sua vez, exprime a possibilidade de um contínuo jogo discursivo entre significantes flutuantes, de tal forma que significantes como desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, preservação ambiental e mesmo de agronegócio e agricultura familiar, por exemplo, podem ser deslocados em seus significados e atrelados a diferentes discursos.

Entre ambos os pontos, a fragilidade de uma cadeia de equivalências e de um significante vazio próprio da agricultura familiar que consolide demandas sociais em torno de si, possibilita uma série de estratégias discursivas do agronegócio no

---

<sup>36</sup>O termo, que contou com o apoio inicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e da CONTAG, FETRAF é, ainda hoje, intenso alvo de disputas sobre seus significados. A aceitação do agronegócio sobre a agricultura familiar foi variável, às vezes é possível verificar uma rejeição em nome de apenas um agronegócio – com o que se tem o termo “agronegocinho” – numa articulação de inclusão; em outras se aceita a existência de reduzida participação da agricultura familiar nas disputas pelo erário público, em nome de uma relação de complementaridade (Pompéia, 2018), e, por fim, há uma dimensão de clara relação de oposição, antagonismo (Sauer, 2008, Pompeia, 2018).

cooptar destes significantes. Outro problema é que a ambiguidade manifesta a realização de uma realização contingente: a decisão de manutenção de uma ordem social através de um pacto político em torno do agronegócio e das finanças globais, um determinado modelo de produção, as suas funções macroeconômicas, dentro de uma ordem neoliberal, que acaba por ser constituído como critério de referência da ação de poder, de uma relação social e de uma exclusão.

Deste modo, as condições de existência da hegemonia do agronegócio estão dadas pela atuação de um Estado-sociedade civil que tendeu a ser dividido em duas orientações na seletividade de suas instituições<sup>37</sup>: uma que expressa a necessidade de regulação do capital, como o objetivo de ampliar as funções macroeconômicas do agronegócio, e outra que deve garantir uma canalização de conflitos políticos. A combinação desta estratégia numa política econômica de ampliação da captura de mais valia por meio da renda da terra, associada ao reforço de um princípio de lealdade dos cidadãos ao Estado, ou seja, a dualidade entre favorecimento do Estado aos processos de acumulação e o caráter socializado da ordem estatal, implica numa dificuldade de apreensão sobre a natureza da estrutura e dos projetos que nela se expressam, que só pode ser revelada a partir do critério de uma exclusão (Offe, 1984).

Como uma violência originária de uma sedimentação do social, a exclusão faz desvanecer um sistema de possibilidades alternativas e institui uma presença objetiva que desembaraça a visão da ambiguidade ou, nos termos da teoria do discurso, de uma indecibilidade da estrutura (Laclau *et al.*, 2000). Logo, estamos no terreno de uma relação de poder, com determinados mecanismos que, por sua vez, se tornam a condição de existência das identidades e seus jogos discursivos

---

<sup>37</sup> Sobre o critério de seletividade das instituições, Offe (1984) aponta para um modo de atuação do Estado ordenado por um sistema de regulamentação seletiva de ocorrências e por um processo de seleção que as torna compatível com os interesses globais do capital, por ele também administrados. As regras de seleção operam na atualização de somente um conjunto possível de resultados/acontecimentos e pela produção de uma homogeneidade/consistência nos acontecimentos, numa racionalidade que permite a coesão do sistema. Tais processos, por estarem além da ação apenas destinada a valorização do capital, implicam numa complexidade para compreender a natureza deste Estado que decompõem interesses de classe pela política de influências com característica pluralista. A adaptação dos critérios de seleção do Estado e seu caráter de favorecimento a este ou aquele grupo, só podem ser observadas pelo contexto histórico e por um critério de exclusão, entre múltiplas possibilidades possíveis de acontecimentos históricos. Esta abordagem de Offe se aproxima da teoria do discurso pós-marxista não apenas por negar uma essencialidade última na economia ou no Estado, mas também por ter em conta o critério da exclusão, de uma negatividade histórica, como o marco dos processos sociais.

(Laclau; Mouffe, 1987). A exclusão que norteia um espaço discursivo de complementaridade entre agronegócio e agricultura familiar se dá pela ausência da reforma agrária ou por sua redefinição em margens menos conflitivas (Tavares, 1996), como política pública de combate à pobreza ou favorecimento da integração de uma agricultura familiar capitalizada aos mercados.

Uma vez colocado fora do espaço público uma dimensão radical da reforma agrária, fora também possível dar seguimento à ambiguidade do político nos termos que aqui mencionamos. A identidade da agricultura familiar, reelaborada durante a década de 1990 dentro do horizonte neoliberal, com o intuito de, primariamente, expulsar a dimensão camponesa, democrática e popular da luta pela terra sob a tese do “novo mundo rural” (Fernandes, 2005; Ariovaldo, 2015), realiza nesse princípio de articulação de poder o ponto de arranque para articulações contingentes do agronegócio em torno de significantes flutuantes.

Cabe remarcar que este é o ponto de referência da articulação discursiva do agronegócio, sem o qual nem mesmo outros aportes discursivos como sustentabilidade, tecnologia, segurança alimentar, entre outros, poderiam ser inteligíveis. Baseados numa leitura de Derrida, Laclau e Mouffe (1987) compõem o significado do exterior constitutivo para a política, afirmam que as identidades estão primariamente baseadas na exclusão de algo e, em um segundo momento, no estabelecimento de uma hierarquia entre os polos que se expressam por esta exclusão. Uma exclusão forma uma fronteira que estabiliza diferenças, é o momento de uma violência originária no social, sobre a qual a sociedade se constituirá, ao mesmo tempo em que terá como tarefa impossível a sua plena realização.

Todavia, mesmo que sobre o critério de uma exclusão, as cadeias de equivalência entre forças antagonizadas e antagonizantes podem apresentar uma tensão, quando uma das forças buscar agregar em seu sistema, demandas que pertencem à ordem antagônica. O caso em que aqui marcamos, na confluência entre o neoliberalismo e a democracia (agronegócio e agricultura familiar camponesa), expressa este momento discursivo, em que significantes próprios à cadeia de equivalência das forças populares são traduzidos em elos nos momentos do discurso neoliberal. Este movimento permite tornar o significante vazio da cadeia antagônica em significante flutuante, ou seja, de débil significado, disposto a muitas articulações discursivas.

Assim, no predomínio da lógica da diferença, numa única forma de socialização capitalista, a agricultura familiar bem como a agricultura patronal podem ocupar o mesmo espaço de realização econômica e social; tendo como única diferença entre estes um diagnóstico de hierarquização de diferenças recorrente: a distância crescente do acesso à tecnologia, recursos e mercados, considerada resultante do baixo incremento de capital, da ausência de políticas públicas corretas e de falta de estímulo ao empreendedorismo (Navarro, 2016; EMBRAPA, 2018) como formas de alcance de um determinado desenvolvimento rural.

Através desta operação de inclusão e neutralização dentro de um espaço compartilhado de inscrição da “agricultura familiar e o agronegócio” no Estado e na sociedade a agricultura patronal alcança uma fundamentação da dominância do modelo econômico liderado pelo agronegócio, que é a forma de uma sinédoque por onde pode ser expressa uma pretensa capacidade de geração de emprego, renda, desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente, entre outros apelos discursivos que constituem este primeiro passo da lógica política do desenvolvimento no agronegócio (Pompéia, 2020).

De modo que, no interdito entre diferentes agências do Estado, divididas entre distintos grupos de pressão, com diferentes formas de conexão com as bases, além da relação dicotômica com o agronegócio, os contornos da ideia do que é a agricultura familiar, como uma identidade, se tornaram flutuantes, ainda que com pêndulo a favor de uma agricultura familiar empresarial, que se vincula ou pode vir a se vincular às cadeias agrícolas mundializadas do agronegócio. Já a contraparte camponesa da agricultura familiar, ainda que tenha contado com a diversidade dos programas de fomento, não pode avançar com um projeto político em decorrência do predomínio do modelo de desenvolvimento rural como desenvolvimento agrícola e do modelo de desenvolvimento ordenado pelo neoliberalismo no Estado, o que se configura como mais uma evidência do estabelecimento de uma lógica da diferença que favoreceu a posição discursiva do agronegócio, ao impedir a constituição de uma cadeia de equivalências antagônica em torno da agricultura familiar e um projeto de desenvolvimento nacional que lhe fosse próprio.

#### 4.4 A QUESTÃO AGRÁRIA COMO EXCLUSÃO CONSTITUTIVA

Que tipo de exclusão abre espaço para a constituição de pontos de ambiguidade, deslocamento de significantes, a articulação de elementos dispersos e a estruturação de uma totalidade institucionalista por meio do discurso, conforme apresentamos acima? Para avançarmos neste ponto, tomamos o caminho de uma interpretação histórica e teórica do sentido de reforma agrária, que já mencionamos como a exclusão constitutiva da ordem social favorável ao agronegócio.

O processo de exclusão da reforma agrária percorreu um longo caminho, desde o processo de modernização conservadora nos anos 1960-1970 até os dias atuais. Como questão agrária, o problema das relações sociais no campo permaneceu vigente no país após o longo período de ditadura sobre o guarda-chuva do Estatuto da Terra e de movimentos sociais ligados à Igreja e à Contag (Picolotto, 2009). Na redemocratização e em seu período subsequente, houve uma pulverização do número de movimentos sociais que buscavam ser o ponto de articulação desta luta em torno do problema da reforma agrária (Delgado, N.G., 2010)<sup>38</sup> e que elevaram a questão a uma divisão social entre forças sociais democráticas, vinculadas à defesa da reforma agrária, e aquelas oligárquicas, ligadas à defesa da propriedade.

Neste cenário, com o início da Constituinte em 1988, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as entidades de representação da patronato rural se dividiam entre a União Democrática Ruralista (UDR), liderada por Roberto Caiado; a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAP), liderada por Roberto Rodrigues (então presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras) e Alysso Paolinelli (presidente da CNA), aproximando agências como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização de Cooperativas brasileiras e a Sociedade Rural

---

<sup>38</sup> Entre eles: o Movimento dos Sem-terra (MST) criado em 1984, na Central Única dos trabalhadores foi criado o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (1988), a instituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (1991), a criação do Conselho dos Seringueiros (1995). Estes movimentos e outros organizaram o primeiro Grito da Terra em 1994 e formularam uma pauta nacional de reivindicação que contava com as seguintes demandas: reforma agrária, política agrícola para a agricultura familiar, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grisa, 2002). A partir de 2002, estes movimentos, muitos deles pensados como movimentos sócioterritoriais, experimentaram um salto de 17 movimentos para 34 em 2008, ampliando a diversidade, áreas de atuação e demandas sociais (Dataluta, 2016).



Brasileira (OCB) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) (Mendonça, S. 2010 , Pompéia, 2018).

A disputa por hegemonia discursiva sobre a reforma agrária entre UDR e FAAP durou boa parte do processo constituinte. Os métodos empregados pela UDR rememoram as cenas do documentário *The Troubled Land*, quando outros grupos de interesse do setor queriam deixar de lado, pelo menos na imagem pública, esta dimensão bárbara do setor. Entretanto, de um ponto de vista prático, quando se tratava da defesa da propriedade, nos momentos mais críticos de decisão, se formava um bloco de adesão que juntava UDR, setores “progressistas” do ruralismo, partes da burocracia estatal e a grande imprensa (Bruno, 1996, Ferreira; Alves; Carvalho Filho, 2009).

Segundo Bruno (1996), havia propriamente uma divisão de tarefas entre as diferentes organizações que, enquanto competiam, pela hegemonia discursiva do setor, unificaram-se contra um inimigo em comum. A UDR ficava com uma intermediação das reivindicações do campo sobre governo e parlamento, em defesa do pequeno, médio ou grande proprietário; as cooperativas, em especial a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), buscavam soluções econômica e melhores condições de vida para seus parceiros associados e os sindicatos patronais, como a SRB e a SNA, seriam as entidades de reivindicação sobre políticas na área agrícola

Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009) reuniram alguns dos posicionamentos discursivos destes principais protagonistas das discussões em torno do PNRA e da Reforma Agrária na Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

A Sociedade Rural Brasileira defendia a relação entre direito à propriedade, liberdade e democracia ao associar a ideia de liberdade econômica a um conceito mais amplo de liberdade do homem. Assim defendia, contra a reforma agrária, a terra como propriedade produtiva para aqueles que queiram e que saibam trabalhá-la (Ferreira; Alvez; Carvalho Filho, 2009, p. 172).

A Confederação Nacional da Agricultura, por sua vez, criticava a desapropriação de terras produtivas e entendia a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA)

como resultado da ação de agitadores. Assim como a SRB, articulava o discurso da modernização agrícola, em que capital e tecnologia se tornaram mais proeminentes que a terra, como fator de produção, assim que, para quem não tenha capital ou tecnologia, não haveria de ter a necessidade de terra. O apoio da CNA a reforma agrária se dava em terras públicas ociosas, por processos de colonização (Ferreira; Alvez; Carvalho Filho, 2009, p. 172)

Por fim, a OCB divulgava o cooperativismo como alternativa para a resolução de conflitos, problemas econômicos e sociais no campo. Segundo a organização, a reforma agrária teria boa finalidade se fosse articulada a ideia das cooperativas, crédito, tributação progressiva em terras ociosas ou especulativas, proteção a terra produtiva, entre outras medidas de gerenciamento institucional (Ferreira; Alvez; Carvalho Filho, 2009, p. 172).

Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), CONTAG E CPT formavam o grupo de entidades de apoio à campanha nacional pela reforma Agrária, em que o direito à propriedade e sua vinculação com a liberdade só poderia ocorrer na ausência do latifúndio, na criação de possibilidade máxima e mínima de tamanho de propriedade para pessoa física ou jurídica e avanço nas relações de trabalho e produção no campo, na medida daqueles direitos que já foram garantidos aos trabalhadores urbanos (Ferreira *et al.*, 2009, p. 173).

Os grupos representantes dos interesses agrários dominaram o terreno da luta política na Constituição. Após derrotarem o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, seu efeito de bloqueio na Constituinte fez com que a reforma agrária aparecesse no texto constitucional, junto com função social da terra, mas a partir de critérios frouxos, sem limite máximo da propriedade de terras, sem referências ao latifúndio, entre outras<sup>39</sup> (Alentejano, 2015; Ferreira; Alvez; Carvalho Filho, 2009, p. 172).

---

<sup>39</sup> A constituição de 1988 é o marco por meio da qual se organizam, delimitam e se estabelecem estes e outros conflitos e redefinições da ordem social. Como uma forma de institucionalização de regras do jogo, a “Constituição Cidadã” acabou por garantir um impasse entre forças antagônicas ao não constar em sua letra nenhuma referência ao latifúndio, mas favorece avanços ao reconhecer a terra como uma função social em áreas destinadas à produção agropecuária (artigo 186), direitos trabalhistas, criação de unidades de conversação (artigo 226) e regime de terras étnicas para populações indígenas (artigo 231) e quilombolas (ADCT, artigo 8). A ausência de regulamentação de uma série de dispositivos jurídicos e a vitória dos senhores de terra sobre a defesa da

Este primeiro capítulo da derrota da reforma agrária no processo de redemocratização em muito esteve vinculado a capacidade de organização da burguesia agrária, em sua versão ruralista moderna, pela fragmentação das forças progressistas, distância entre o discurso e ação em prol da Reforma Agrária, apoio das classes médias - dado a criação de uma política do medo em relação ao avanço revolucionário -, entre outros fatores (Ferreira; Alvez; Carvalho, 2009), mas não encerrou a questão agrária, assim como, tampouco, criou para a burguesia agrária a oportunidade política de unidade discursiva superior a determinadas conjuntura de enfrentamento político.

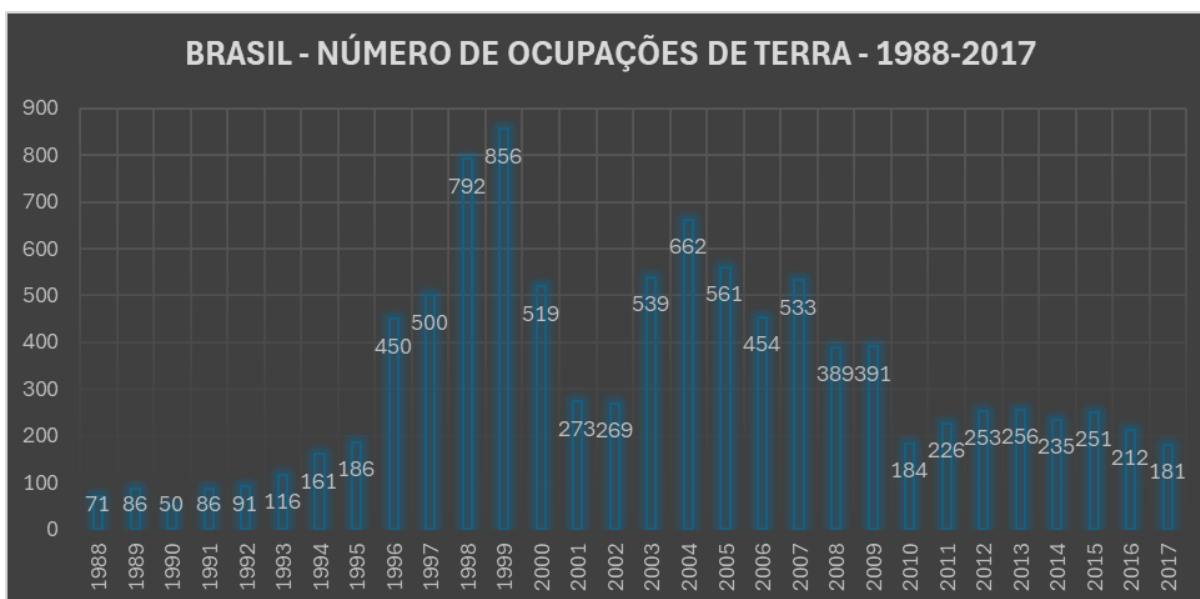
Assim que, após as tentativas frustradas de resolução da reforma agrária através do I PNRA (1985), com uma previsão de assentamentos de 1.400.000 famílias, numa área de 43.090.000 hectares, e a vitória dos ruralistas na Constituinte, garantindo a propriedade privada produtiva proteção contra a reforma agrária, as novas proposições de assentamento rural caíram substancialmente. No governo Collor, a proposta de assentamento foi de 500 mil famílias e no de Fernando Henrique Cardoso, a proposta de assentamento não passou de 280 mil famílias no período de 1995 – 1998 (Ariovaldo, 2007, p.129-130). Se em termos de metas, comparadas ao I PNRA, o número da proposição governamental de assentamentos novos caiu nos anos 1990, o mesmo não pode ser dito da efetiva realização da reforma, que, já na segunda metade dos anos 1990, teve expressivo crescimento, motivado pelo ascenso das lutas populares em torno da questão agrária.

Neste primeiro gráfico, podemos observar que o número de ocupações de terra, como forma legítima de luta política dos movimentos sociais, cresceu significativamente a partir de 1996, saindo de um total de 186 ocupações em 1995 para 450 em 1996; daí em diante demonstrando forte movimento contestatório ao governo até 1999, quando são tomadas, por parte do governo federal, medidas de criminalização das ocupações e paralisação deste instrumento político de luta pela terra. As ocupações voltaram a crescer apenas após o novo ciclo eleitoral, com a vitória do Partido dos Trabalhadores, em 2003.

---

propriedade abriu um espaço de contínua batalha por novas rodadas de reorganização discursiva na direção de um regime fundiário da terra-mercadoria (Delgado, 2020). Neste sentido, a disputa em torno dos regimes fundiários deu seu passo inicial, como marca distintiva de uma batalha discursiva que tenderia a crescer como uma nova questão agrária, como teremos oportunidade de abordar em outro momento nesta tese.

Gráfico 1– Brasil – Número de ocupações de terras – 1985-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de DATALUTA (2018, p.13)

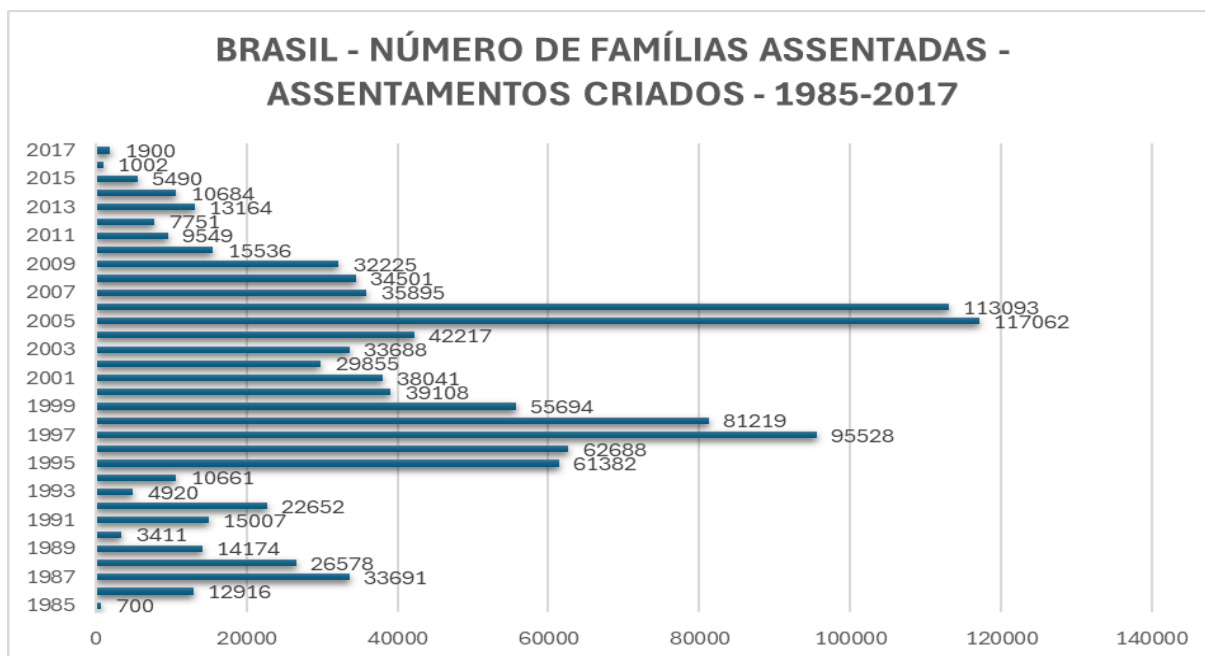
As lutas sociais no campo tiveram real impacto sobre a realização da reforma agrária, como é possível verificar no espelhamento entre o gráfico 1 e os gráficos 2 e 3. Nos mesmos períodos em que há um agigantamento das ocupações, ou seja, da luta de classes, tanto em termos de números de territórios ocupados, quanto em número de famílias (Dataluta, 2018), há o avanço significativo da reforma agrária, com o crescimento das políticas agrárias, como é possível verificar no gráfico 2, com o número de assentamentos rurais e no gráfico 3, com o número de famílias beneficiadas num contexto histórico que vai da segunda metade dos anos 1990 até meados dos anos 2000.

Gráfico2– Brasil – Número de Assentamentos Rurais – Assentamentos Criados – 1985-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de DATALUTA (2018, p.21)

Gráfico 3 – Brasil – Número de famílias assentadas – Assentamentos criados – 1985-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de DATALUTA (2018, p.21)

Na década de 1990, a luta pela terra alcançou maior visibilidade e força pública, através da ação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores

Rurais sem Terra (MST) e outros movimentos sociais contestatórios. Em 1992, o MST foi recebido pelo então presidente da República, Itamar Franco, no Palácio do Planalto, o que teve significado político importante para o movimento, frente aos processos de repressão que sofreu no período anterior, do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) (MST, 2011)

Como decorrência das lutas populares pela reforma agrária, já no início da presidência de Fernando Henrique Cardoso a reforma agrária foi lançada como uma das prioridades do governo. A luta pela Terra ganhava cada vez mais apoio popular, com o MST angariando apoio internacional da Via Campesina, o tema da questão agrária retratada na mídia, através de novelas. A fundação FHC menciona que:

Fernando Henrique Cardoso fez da reforma agrária uma de suas prioridades e definiu uma meta ambiciosa para o seu primeiro governo: assentar 280 mil famílias.

Em seu primeiro mandato, aumentou muito a violência no campo. Dois episódios foram marcantes: os massacres de Corumbiara, em 1995, no Estado de Rondônia, com nove trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros e policiais; e de Eldorado dos Carajás, em 1996, com 19 mortos pela PM do Pará. A comoção provocada por esses episódios gerou simpatia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na opinião pública. O MST ampliou as suas alianças dentro e fora do país e intensificou as invasões de terra (ocupação, segundo o movimento) como forma de pressionar a aceleração da reforma agrária. Em resposta à crise provocada pelo massacre de Eldorado de Carajás, o governo nomeou Raul Jungmann Ministro Extraordinário de Política Fundiária, pasta diretamente ligada à presidência.

A política de reforma agrária de FHC se propôs a ser mais ampla do que a distribuição de terras para os assentados. Por isso, lançou uma política de crédito subsidiado para apoiar a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 1996. Criou também o Banco da Terra, estratégia conhecida como reforma agrária de mercado, por prever empréstimos subsidiados para a compra de terra para assentamentos, e por isso criticada pelo MST, favorável unicamente às desapropriações.

No entanto, vale registrar que, ainda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foram mobilizadas uma série de estratégias de desarticulação da ofensiva contestatória dos movimentos sociais. Estratégias tais como uma política de criminalização de tática de luta de movimentos que ocupassem propriedades

(medida provisória previa a proibição por dois anos de avaliações, bem como vistorias, em terras ocupadas e a marginalização das ações de reforma agrária para aqueles que fossem parte das ocupações), o estímulo da transformação da reforma agrária em problema de mercado, com a criação do Projeto Cédula da Terra/Banco da Terra, o estímulo à criação de movimentos sociais que primassem pela negociação, a formação de uma frente de intelectuais em oposição aos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais da questão agrária (Ariovaldo, 2007).

Segundo Martins (1999, 2003), os números da reforma agrária do governo FHC condiziam com o seu papel como demanda política para um ator, a agricultura familiar, naquela condição histórica em que a reforma agrária perdera a radicalidade de sua orientação como questão fundante de um impasse histórico do capitalismo brasileiro, ainda na segunda metade do século XX. Assoma-se a isto o crescimento lateral do tema da reforma agrária, fora do âmbito da representação política no Estado. Sendo assim o seu processo, no contexto histórico presente, a relevância da questão agrária, estaria na inclusão dos excluídos na institucionalidade do Estado, com a constituição de políticas públicas num acordo que aponte para a reforma agrária como fortalecimento da agricultura familiar em convivência com a agricultura patronal (Martins, 2003).

No governo Lula, o mesmo tipo de abordagem da questão foi dominante com a hegemonia da CONTAG, FETRAF e CUT Rural sobre o MDA e a tese da reforma agrária como política social compensatória (Ariovaldo, 2007). Ainda segundo Ariovaldo (2007), o governo Lula estava dividido entre duas orientações sobre a Reforma Agrária, uma organizada pela Secretaria Agrária do PT e ligada a políticas setoriais compensatórias e outra impulsionada por movimentos sociais. Ou seja, desenhavam-se duas matrizes de intervenção sobre a questão agrária: a) reforma agrária guiada por um princípio social, de luta contra a pobreza e a miséria; b) por um avanço de uma reforma agrária massiva, com desapropriação de terras improdutivas, participação de movimentos sociais, sindicatos e inclusão dos camponeses no processo de produção nacional (Ariovaldo, 2015).

A equipe do MDA, no começo do governo Lula, era composta por distintas forças atuantes de movimentos sociais. A Secretaria da Agricultura Familiar foi inicialmente ocupada por um representante da FETRAF; a Secretaria do Desenvolvimento

Territorial e do Reordenamento Agrário com indicados da CONTAG e o INCRA com um nome indicado pelo CPT e MST, Marcelo Resende. O conflito de orientações políticas entre o MDA e o INCRA, respectivamente, na gestão Miguel Rossetto e Marcelo Resende, ficou patente através da demissão do presidente do INCRA, acusado de “aparelhamento” do órgão, dado a nomeação de superintendentes do instituto vinculados ao MST e a pressão dos ruralistas contra a ascensão do movimento de ocupação de terras improdutivas. O ato foi considerado uma traição do governo aos movimentos sociais encapados pela CPT e MST, que passaram a não apoiar o novo presidente do órgão (Scolese, 2003).

Este conjunto de fatores estabeleceu uma hegemonia do polo CONTAG, FETRAF e CUT RURAL no governo Lula, sobre os temas da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, o que, por sua vez, favoreceu a vitória da perspectiva de reforma agrária por um princípio social de inclusão (Ariovaldo, 2007, 2015). Ainda assim, pressionado pela ação dos movimentos sociais, no primeiro governo Lula (2002-2006) foi organizado II PNRA. Do documento enfim aprovado, após uma redefinição que reduziu a meta de assentamentos novos de 1 milhão para 400 mil, havia um composto de 11 metas de política agrária e agrícola, além dos assentamentos novos:

Tabela 5–Metas II PNRA – 2003/2006

<b>Meta 1</b>
<b>400.000 novas famílias assentadas</b>
<b>Meta 2</b>
<b>500.000 famílias com posses regularizadas</b>
<b>Meta 3</b>
<b>150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário</b>
<b>Meta 4</b>
<b>Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos</b>
<b>Meta 5</b>
<b>Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado</b>
<b>Meta 6</b>
<b>Implementar Cadastro georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais</b>

Continua



## Continuação

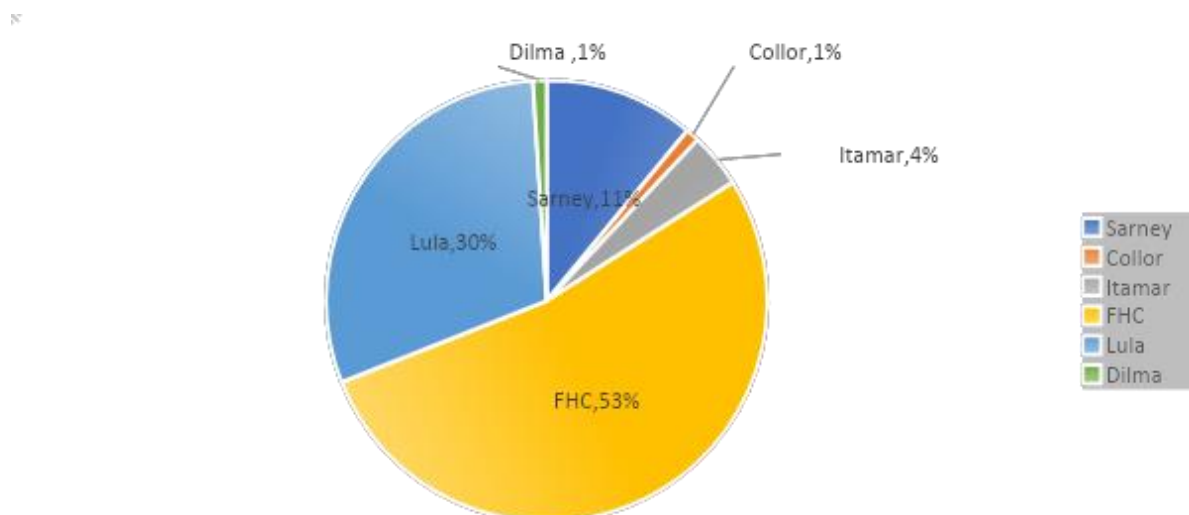
<b>Meta 7</b>
<b>Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas</b>
<b>Meta 8</b>
<b>Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas</b>
<b>Meta 9</b>
<b>Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária</b>
<b>Meta 10</b>
<b>Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas</b>
<b>Meta 11</b>
<b>Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2003, p.38)

As divulgações governamentais sobre o cumprimento destas metas ocorreram por número de beneficiados, o que incluía todas as metas para as famílias assentadas. A desagregação dos dados, no entanto, mostrava que somando os dados de 2003, 2004 e 2005, período de crescimento do número de famílias assentadas, na verdade cumpriu-se apenas 25% da meta do II PNRA, informação que ficava obscurecido pelo anúncio de total de famílias beneficiadas e a correspondente junção de metas com objetivos desiguais (Ariovaldo, 2007).

De modo geral, o desempenho nos processos de assentamentos e desapropriações de terras, transcorreu com um ascenso no número de famílias assentadas entre 2003-2006 e área incorporada entre 2003-2005, passando para uma redução em ambos os indicadores até o final do segundo governo Dilma Rousseff (Alentejano, 2015). Numa comparação do número de imóveis desapropriados entre 1985-2011 por governos, de José Sarney e Dilma Rousseff, é possível observar com clareza a redução da participação da desapropriação como forma de arrecadação de terras para a reforma agrária:

Gráfico 4: Número de Imóveis Rurais Desapropriados por Governo - 1985-2011



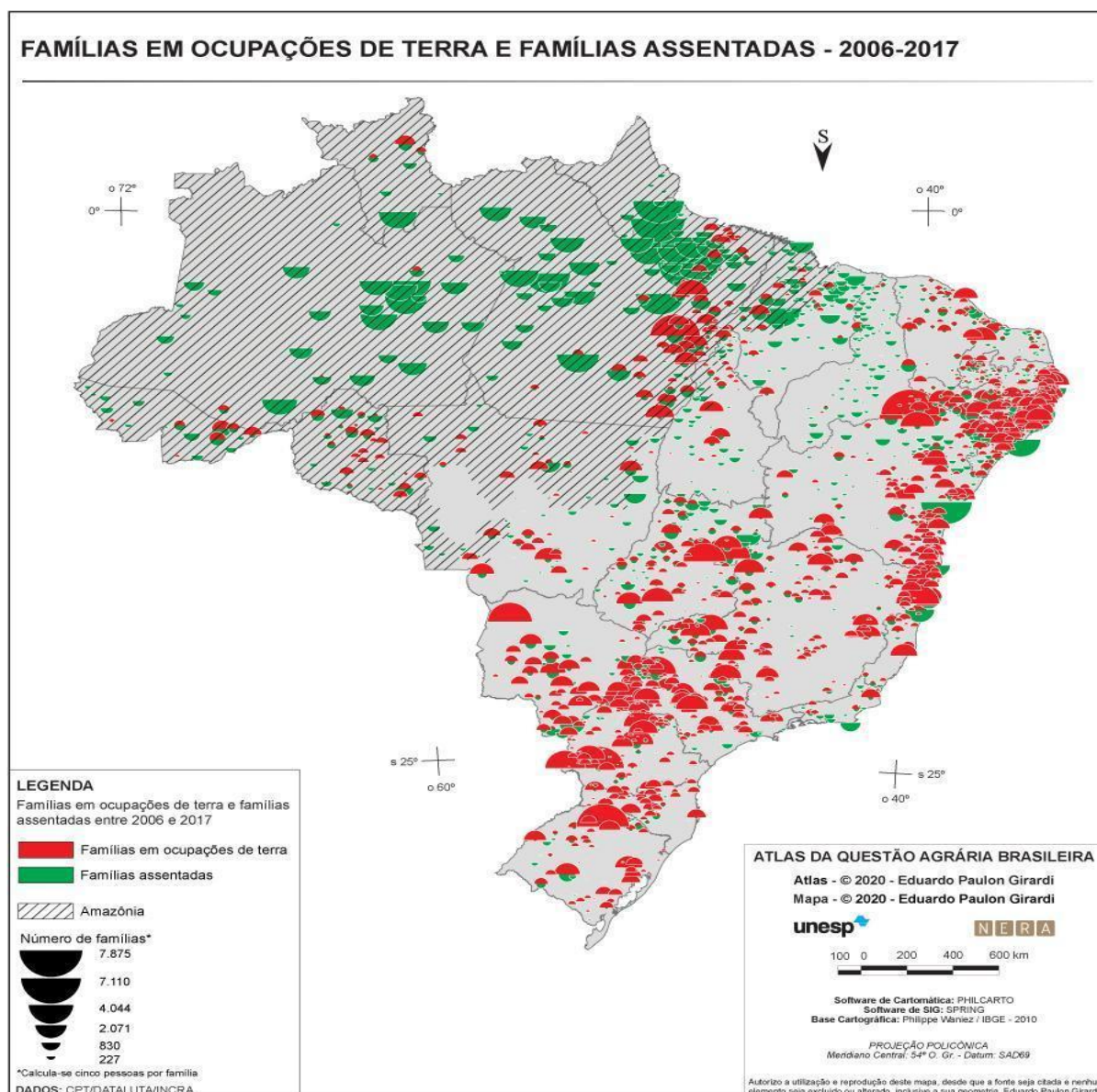
Fonte: Elaboração própria a partir de Alentejano (2015, p.4)

A opção pela continuidade de uma reforma agrária como um problema cíclico de administração das coisas e não do governo dos “homens” e que se tornou “menos conflituosa” tanto pela reduzida participação dos mecanismos de desapropriação de terras por parte do Estado<sup>40</sup>, quanto pelo caráter regional dos assentamentos que passaram a ser concentrados na região norte (Ariovaldo, 2007; Navarro, 2014 Dataluta, 2017) no que Stédile (2020) chamou não de reforma agrária, mas colonização por assentamentos pontuais.

O fato da reforma agrária por assentamentos, independente da discussão de sua taxonomia, ter se concentrado na região norte, portanto distante de grande parte dos conflitos fundiários do país, implica que “utiliza-se da fronteira agropecuária para criar uma válvula de escape para a questão agrária no Nordeste e Centro-Sul” (Sampaio; Rossini, 2020), conforme pode-se observar no mapa abaixo, que relaciona famílias em ocupação de terras e famílias assentadas no período entre 2006-2017.

Figura 3: Famílias em ocupações de terra e famílias assentadas - 2006-2017

<sup>40</sup> Navarro (2014) sustenta que a reforma agrária quer dizer não programa de aquisição de terras pelo Estado, mas redistribuição do direito de propriedade, que acaba por ter impacto sobre a concentração de terras.



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2020

Entre 1975-2015, 45% das famílias assentadas e 74,6% da área destinada aos assentamentos ocorreram na região norte, sendo a proporção de ocupações, no período de 1988-2015, como um indicador de região de conflito sobre terras, muito maior, tanto em número de famílias atingidas, quanto em número de atos de ocupação, no Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e, por último, a região Norte (Dataluta, 2017).

Este processo de constituição de uma reforma agrária social e a exclusão de uma reforma agrária radical, tendo implícita a perspectiva da impossibilidade de reversão do quadro de expansão do agronegócio, conformou – de forma entusiástica, crítica

ou propositiva, mas de toda forma reificadora – o quadro de coexistência entre agricultura patronal e familiar, com diferente participação para a ordem social que se buscou estabelecer. Deste modo, a lógica da equivalência do período de redemocratização abriu o passo para a lógica da diferença.

Tais ordenações não são em si mesmas reificadoras, apenas o são na medida em que se dão – este é o ponto principal de nossa argumentação –, sem a abertura de um espaço por meio do qual a reestruturação do direito de propriedade e da produção agrícola encontre um projeto emancipatório coletivo que tensione a administração das coisas para além das articulações dominantes do latifúndio, do modelo de produção da Revolução Verde, do padrão de desenvolvimento econômico e sua concentração de renda e riqueza e a forma de inserção internacional da economia brasileira que conformam o agronegócio, sendo portanto, sua exclusão, uma condição de possibilidade para a existência de uma ordem social que lhe favorecesse.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo nos dedicamos a encontrar as condições de existência de identidade do agronegócio e de sua hegemonia que, definidas na relação entre a necessidade e a contingência, podem concorrer para o avanço de articulação discursiva de algumas identidades, em detrimento de outras. Partimos do pressuposto, exposto teoricamente, a respeito de uma ambiguidade no social, através de um discurso articulado entre neoliberalismo e princípios ético-democráticos, como componente de abertura para jogos de linguagem em torno de significantes flutuantes. De tal forma que pudemos reconhecer as formas contingentes de conformação de sujeitos e re-centramento de estruturas através de ajustamentos econômicos e políticos que acabaram por convergir para uma totalidade institucionalista, onde o espaço para o antagonismo foi restringido na construção de uma ordem social.

Demonstramos como as burguesias agrárias e os trabalhadores rurais tiveram transformadas as suas formas de identificação e representação política, a partir destes deslocamentos e ajustamentos estruturais, os primeiros convertidos em agronegócio e os últimos em agricultura familiar, como dois equivalentes gerais, em

cadeias de antagonismos. A desmobilização das equivalências da cadeia de antagonismos da agricultura familiar, através da captura do significante agricultura familiar à ordem do sistema de significação, permitiu não só um enfraquecimento da divisão política no social, da fronteira do político emergida após a redemocratização, como também ampliou a consolidação do discurso organizado em torno do agronegócio.

Logo, fazemos referência a uma série de fatores que, de forma contextual, confluem para que possamos identificar os pontos de possibilidades que nortearam o agronegócio como um discurso, uma identidade, num espaço de complementaridade com a agricultura familiar. Todavia, obter condições de existência não garante que determinado objeto tenha a capacidade de “objetivar-se” como discurso totalizante. Foi preciso ainda articular elementos dispersos do campo discursividade em torno de uma configuração social, dominar o campo da discursividade (Herschinger, 2011), para fazer coincidir os limites de sua articulação discursiva com os limites de um sentido de comunidade dos agentes. Desta forma, é possível constituir um espaço homogêneo, situando uma totalidade e uma fronteira antagônica limitada, ao criar um terreno de identificações. Dito de outro modo, é preciso, *após a definição de determinada condição de existência, encontrar as formas articulações no jogo político que relacionem a identidade do agente hegemônico, as diferenças e os antagonismos.*

As práticas articulatórias do agronegócio estiveram orientadas para esta relação no aproveitamento de um discurso em que a falta constitutiva da estrutura anterior – as discussões sobre como promover o desenvolvimento numa nova configuração global e numa nova forma de inserção internacional – estavam presentes. Exemplo desta articulação do contexto histórico pode ser observada num dos primeiros trabalhos mais consistentes de divulgação de ideias da ABAG, no livro “Segurança Alimentar: uma Abordagem do Agribusiness” onde se expõem a necessidade de conscientização da sociedade brasileira sobre a importância do então ainda intitulado Agribusiness para a resolução de 4 desafios do Brasil: o desenvolvimento sustentável, a integração à economia internacional, a melhoria na distribuição de

renda e a preservação do meio ambiente (ABAG, 2003)<sup>41</sup>, a ordenação e transformação deste discurso é a continuidade desta pesquisa na próximo capítulo.

---

<sup>41</sup> Esta “visão da ABAG” já tinha sido apresentada 10 anos antes por um dos seus personagens mais ilustres, Ney Bittencourt, em discurso na cerimônia de posse da diretoria e conselho da ABAG em 06 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional (ABAG, 2020).

## 5 O AGRONEGÓCIO COMO UM DISCURSO

Neste capítulo discutiremos a identificação do agronegócio como um processo de constituição de uma identidade. Assim que, diferentemente dos capítulos anteriores, em que buscamos estabelecer bases de compreensão mais fixas para nosso objeto, o que deu um caráter mais estático ao desenvolvimento de seu entendimento, buscamos agora identificar o agronegócio em movimento de sedimentação e crise de ordenação como identidade. Isso implica em relativizar qualquer pretensão de colocar sobre as condições de produção de discurso e identidade um fundamento para a compreensão dessa identidade, ainda que, como se verá, tais ordenamentos estejam presentes.

O mais importante, aqui resulta a maior dificuldade de entendimento, está em identificar o agronegócio e a constituição de sua hegemonia como um objeto sobre deslocamentos, mas que não pode prescindir da tentativa contínua de organizar, pelo político, o social, que é necessariamente instável e precário. Avançaremos sobre estes pontos através da compreensão da formação de uma unidade política do agronegócio, o processo de constituição de si, promovido por arranjos entre identidades do setor, governos, mídia e condições de discurso para, em seguida, caminhamos para o ponto final desta tese, a transição da lógica da diferença – em parte exposta no capítulo anterior - pela lógica da equivalência e o limite do processo de construção de uma identidade do agronegócio.

### 5.10 PRINCÍPIO DA UNIDADE POLÍTICA

Resta-nos especificar, a partir desta lógica do político,<sup>42</sup> as relações hegemônicas do agronegócio na construção de si e de um outros, seus desafios constitutivos, sobre

---

<sup>42</sup> Para sustentar a importância de pensar o político no ordenamento do agronegócio, nossa premissa é de que longe da hipótese de epílogo nas Ciências Sociais de uma disputa entre tendências de “interpretação agrarista” e de uma “visão agrícola”, com a vitória do economicismo e tecnicismo da segunda propalada por Navarro (2019), está o dado contínuo da realidade numa permanência histórica da luta pela terra que, segundo Florestan Fernandes (1998) citado por Sônia Regina de Mendonça (2010), nasceu com o surgimento do latifúndio e se desenrolou junto a ele, é, portanto, um fenômeno secular que não se apagará do presente, mesmo quando o que for visível de sua existência seja apenas a rugosidade do caminho do passado a conformar os passos atualizados.

duas formas de operação do político na constituição do social: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Neste sentido, a importância da disputa por significantes para a atividade produtiva do agronegócio tem um caráter explicativo ontológico, e uma operação política ôntica. É ontológico no que se refere a fundação contingente de uma ordem, como expomos no capítulo anterior e retomaremos nesse, e ôntico, no sentido de ordenação de um discurso coerente para esta ordem, um discurso que visa desempenhar o papel de função ontológica na fixação de um significado para o desenvolvimento rural e, em extensão, de um país rural.

Há algumas vias por meio das quais podemos sustentar esta afirmação do discurso, que já no quarto capítulo apresentamos como a impossibilidade de afiançar a hegemonia do agronegócio apenas por condições de existência de sua identidade numa conjuntura econômica e política marcada pelo problema do estrangulamento externo, bem como pela emergência de uma nova forma de inserção externa. A lógica aqui sustentada pode mesmo ser afiançada numa dedução de “caráter materialista”, pois o modo de organização da produção numa formação socioeconômica sustentada pela superexploração da natureza não pode, hoje, estar baseado na legitimação da troca de mercadorias equivalentes, dado a percepção, neste tempo histórico, sobre a relação progresso vis a vis as próprias condições de manutenção do sistema social, com crises ambientais, sociais, alimentares e geopolíticas em que o papel dos alimentos, fibras, energia e o meio ambiente ganharam relevância política.

Podemos retirar essa hipótese da concepção dos ecossocialistas sobre a importância das condições de produção, como forma de contradição/crise no capitalismo. Segundo O'Connor (1991) há uma segunda contradição no desenvolvimento do capital ligada a depredação de condições de produção plasmadas tanto na força de trabalho, quanto em bens comunais. A garantia da regularidade de oferta destas mercadorias depende cada vez mais de forçosas relações societárias de controle e distribuição de recursos. Assim, podemos entender que a crise ecológica precisa ser socializada para garantir o suprimento de

---

Assim, a luta pela terra e a luta por reforma agrária continuam a ser uma marca no rural brasileiro, formada pelas velhas e novas violências do latifúndio recém modernizado; reescrita, a partir da inserção global que este último postula, em um ponto crítico de disputa pela regulação do uso da terra, o que demarca a contínua presença de um antagonismo social.



recursos naturais como terra, água e serviços ecossistêmicos, o que, em nosso entender, reforça o caráter político das mercadorias fictícias, impõem a necessidade de legitimação, justificação e discurso. Não há possibilidade de sustentar o arranjo de uma dominação apenas através da troca de equivalentes entre sujeitos jurídicos iguais por meio da, por exemplo, expansão de terras incluídas no circuito do mercado, tornando-se necessária a entrada de sujeitos minimamente convencidos sobre estas alternativas históricas

Em reforço a estas considerações, é possível ainda mais uma evidência, agora concedida pelo discurso de intelectuais que organizam culturalmente o agronegócio, através do paradigma do capitalismo agrário, como novo programa de pesquisa de desenvolvimento agrícola que surgiu através das “Sete teses sobre o mundo rural Brasileiro”. Em certa altura da argumentação deste documento sobre um “novo padrão de acumulação” da agricultura brasileira, Buainain *et al* (2013, p.120) asseveram:

Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas sendo esta operada quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? Ou o melhor objetivo nacional seria obter o mesmo resultado econômico-produtivo, porém, também integrando parcela significativa dos produtores médios e de menor porte econômico ao mesmo processo de transformação? Se a segunda resposta for a selecionada pela sociedade, então a ação governamental precisa ser modificada, provavelmente de forma radical – e com urgência (Buainain, *et al*, 2013, p. 120).

Considerando que exista tal “sociedade”, o ponto que nos interessa nesta disjuntiva não são as escolhas previamente limitadas dos agentes sociais, também previamente identificados, sobre o melhor objetivo na localização em que o nacional e o racional confluem, de diferentes lugares, para o mesmo ponto. O que é relevante – para além da certeza explícita dos autores num determinado padrão de acumulação que “deve”<sup>43</sup> se estabelecer, como fora bem captada por Costa (2013) –

---

<sup>43</sup> Portanto, expressa um caráter normativo onde a vontade de determinado pesquisador seleciona dados da realidade em proveito da sua própria visão de ordenação do mundo. Este tipo de perspectiva é claro no trabalho de Buainain *et al*. (2013) quando da elaboração das sete teses promove dois recuos analíticos: o primeiro em reduzir sua própria afirmativa de um suposto novo padrão de acumulação, ao restringi-la a organização da produção e ao processo de trabalho; o segundo é em considerar que seu novo padrão agrário não implica numa tendência no sentido marxista, no que podemos ler que não significa algo como um processo derivado do

, diz respeito ao esforço político de construção de uma pergunta que elabora uma sociedade em coerência. Logo, por extensão, este padrão de acumulação organizado pela renda da terra em condição de financeirização é, em si mesmo, dependente de meios discursos que promovam uma legitimidade e justificação, bem como garantam a coerência da decisão que fundou, no final do século XX, um pacto de economia política.

Neste ponto, nossa questão é tomar claro, dentro deste horizonte institucional da organização política, a estratégia do agronegócio na captura de significantes flutuantes que promovessem um processo de legitimação de sua atividade e identificação de seu corpo particular com o lugar vazio do universal. Este processo implicou um discurso sobre si e sobre o outro, sobre uma fronteira do social e seus deslocamentos limitados, e, de forma mais direta, sobre determinados conteúdos sociais que organizavam o sentido social de uma comunidade. Neste sentido, buscar uma sociedade e identidade coerentes implica em estabelecer um padrão de verdade discursiva, domínio simbólico, a partir tanto de uma exclusão, quanto da organização de significantes flutuantes que dão sustentação a uma ordem social, daí a possibilidade de interpelar sujeitos e “sociedade” sobre a produtividade de um nome, de uma escolha e caminho: o agronegócio.

Dados estes esclarecimentos, nossa tarefa nesta seção é demarcar, do ponto de vista da articulação discursiva, aquilo que Bruno (2016) chamou de Tempo do agronegócio, como uma forma de dominação simbólica. Como se deu este processo de construção discursiva? Sobre qual falta constitutiva esta identidade emerge? Quais são as condições de existência sobre as quais o discurso é articulado? Quais oportunidades políticas são aproveitadas e com quais recursos são organizadas? Quais são seus significantes fundamentais, qual seu ponto máximo de condensação em uma cadeia de equivalentes? Quais são os limites de sua articulação? São muitas perguntas, por algumas delas já atravessamos.

---

desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção dentro de um padrão de acumulação (Buainain *et al.*, 2014). Isto, somada a pergunta sobre o que deseja a sociedade, dentro de uma específica leitura sobre o inelutável processo de desenvolvimento da agricultura, nos leva a crer que tais proposições tenham a perspectiva de reordenar o debate político em torno não das hipóteses/teses por uma análise crítica, mas de seus núcleos fundamentais de articulação discursiva, tais como: a não necessidade da reforma agrária, a perspectiva do desenvolvimento rural ordenada pelo desenvolvimento agrícola do agronegócio

Se considerarmos que o discurso é objetivo, ou seja, se materializa em instituições, crenças e rituais, podemos nos dar por satisfeitos, com os dados apresentados até aqui, que demonstram a reflexibilidade entre padrões discursivos do agronegócio e sua centralidade no social, pela articulação de instituições em sua direção discursiva, tais como, em termos gerais, a reativação do Sistema Nacional do Crédito Rural<sup>44</sup>, os sucessivos acordos de renegociação de dívidas e a política fundiária ineficiente, o suporte midiático (Delgado, G., 2012; Reydon, 2014, Pompeia, 2018), que, entre outras, permitiram e estimularam, a expansão da fronteira agrícola pelas contínuas rodadas de regularização fundiária na Amazônia Legal, ou mesmo pela política de expansão da fronteira agrícola regulamentado pelo Estado, por exemplo, na região do MATOPIBA<sup>45</sup>- acrônimo para novas áreas de expansão de commodities, em regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O que ainda nos interessa demarcar são as condições de emergência - ponto articulado no capítulo anterior - e as formas de articulação que compõem o processo hegemônico do agronegócio na produção de uma ordem e que, portanto, criam formas de identificação entre estrutura e sujeito, apagam alternativas históricas, sedimentam uma sociedade ao ocultar a marca de sua contingência (Laclauet *al.*, 2000). Em termos mais objetivos, nosso foco é entender como o discurso do agronegócio foi hábil, ao enfrentar antagonismos, em promover alocações discursivas que fortaleceram uma cadeia de equivalências hegemônica da burguesia agrária, como um processo de unidade política.

De onde surge, então, o movimento que permite construir uma unidade política no agronegócio. Como podemos, ainda neste sentido, pensar a articulação discursiva hegemônica do agronegócio e a formação de sua identidade? Ou seja, por que é possível falar de agronegócio como um discurso? Poderíamos pensar que um grupo de lideranças patronais, agroindustriais e seus intelectuais orgânicos, com

---

<sup>44</sup> Segundo Delgado (2012), tomando por base os anos 1990/1992, entre 2001-2010 o crédito rural coordenado pela reativação do SNCR, cresceu 148%.

<sup>45</sup> Pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 279/16, a então presidenta Dilma autorizou a criação da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA e reconheceu legalmente a região. Esta agência teria a função de implementar um plano diretor do MATOPIBA, organizado pelo MAPA e as empresas privadas como a FreedomPartners (um fundo de investimento) e The Boston Consulting Group (empresa de consultoria), com o foco no crescimento do agronegócio na neste espaço e investimentos em saúde, educação, infraestrutura (Brasil, 2016). O MATOPIBA é acrônimo composto pelas siglas dos seguintes estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Representa uma nova fronteira agrícola do agronegócio em expansão.

influências do pensamento parido nos EUA a respeito do agribusiness, passou a implementar nos trópicos o mesmo conteúdo discursivo alienígena e, em parte, há verossimilhança nesta ideia, pelo que indica a pesquisa de Pompéia (2018), mas isto constitui um projeto de hegemonia?

Na teoria do discurso, o sujeito e a identidade surgem de uma falta constitutiva. Há algo que impede a plenitude das identidades e há também, como correspondência, uma tentativa falida, mas necessária, de responder a esta falta. Nos anos 1990, as demandas não atendidas do setor, sua dispersão de elementos discursivos e fontes de representação, bem como o conflito com grupos antagônicos implicaram na necessidade de constituir uma identidade que pudesse ordenar uma cadeia de equivalências, com o intuito de organizar-se como grupo de pressão sobre o Estado.

De modo que, a falta que está vinculada à organização do agronegócio e o aproveitamento de uma oportunidade política pode ser compreendida a partir de duas matrizes de elementos na constituição desta identidade, uma de ordem econômica e outra política. Do ponto de vista da matriz econômica, o arranjo criado pela modernização conservadora havia sido esfacelado, com a crise do Estado nos anos 1980; através do desenvolvimento dos complexos agroindustriais, bem como, de forma mais acelerada, a partir da década de 1990, com os processos de desregulamentação e abertura econômica e financeira da economia brasileira, os suportes institucionais do Estado direcionados à agricultura foram desmontados (Delgado, N., 2012; Alentejano, 2015; Pompeia, 2018).

O problema, como veremos adiante nas palavras de lideranças do setor, é que no decorrer dos anos 1980-1990, a agricultura patronal ainda estaria ligada a um paternalismo estatal e sobre “ataque” dos movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, num processo de crescente apelo popular em favor da luta pela terra e as lideranças patronais não encontravam unidade de propósito para a realização do combate.

A partir desta vinculação de falta, provinda de um Outro que impede a identificação plena de uma identidade, foi arrematada discursivamente por lideranças dos complexos agroindustriais um estratagema de unidade política de representação, com o projeto de tornar os “modernos agricultores” partes de um eu coletivo, uma

identidade com capacidade de dominar o campo da discursividade, definir um Eu e um Outro

Esta rearticulação política ocorreu pela expansão discursiva de um ponto de condensação de forças em torno de sua função macroeconômica na balança comercial, vis a vis os crescentes déficits no comércio de produtos manufaturados e saída de capitais da balança de serviços, como já mencionamos. Neste sentido, este discurso sobre os recursos obtidos através da renda da terra foi estratégico na definição de uma seletividade das instituições estatais em sua dupla função, de regulação do capital e da canalização dos conflitos políticos (Offe, 1984), em favor da estabilidade econômica agora não mais contra o processo inflacionário, mas contra a possibilidade de ataques especulativos e estrangulamento externo, assim, o agronegócio teve condições objetivas de projetar seu poder discursivo.

Ao ser constituída esta lógica política como uma organização ontológica, ou seja, como a formação de um campo social, tal qual descrevemos no capítulo anterior, sua materialização ôntica demandou a articulação de elementos sociais dispersos pela constituição de uma formação discursiva que desse concretude à transformação promovida pela lógica política em direção a uma lógica social. Trata-se de um processo de dominação simbólica a partir do discurso das elites agroindustriais, como bem pontuou Bruno (2016).

A estratagem de construção de um sistema hegemônico do agronegócio perpassa esta concepção desde, pelo menos, o último quartil do século XX, após a experiência da FAAB na Constituinte como uma organização política que congregou um processo de formação de representação do setor; bem como após este período, com a crise política e econômica pela qual passaram os grupos agroindustriais e o patronato rural nos anos 1990, com a retirada do suporte do Estado à atividade agropecuária, a queda da renda do setor e crise de endividamento, somadas às pressões dos movimentos sociais e o agravamento da questão agrária, bem como da pulverização de entidades de representação no setor através do processo de representação por entidades vinculadas a cada cadeia de produção.

Na esteira destes fatos, é que surge o sentido de compreensão do projeto de construção da imagem do agribusiness-agronegócio, processo que foi objetivado

pela agregação, no decorrer do tempo, por esforços de intelectuais, de governos e lideranças políticas em torno de um discurso de unidade<sup>46</sup>, contra uma reforma agrária radical, em favor de políticas públicas e reformas pró-mercado direcionadas para o setor da agricultura patronal e na direção de sua constituição como pilar fundamental para o desenvolvimento econômico.

A ABAG foi uma das primeiras organizações políticas a adotar este suporte discursivos ainda ao início da década de 90, no momento de sua constituição como entidade de representação, ao afirmar que sua tarefa política era “defender posições coerentes no apoio a políticas de desenvolvimento do Agribusiness que, felizmente, se confundem com o próprio desenvolvimento do país (ABAG, 1993, p.11). Ainda neste período a mesma organização já apresentava seu objeto de representação por agenciamento de um discurso através de estatísticas: “(...) é de longe o maior negócio do país, representando quase 40% de seu PIB, mais de 40% de suas exportações e é, de longe, o setor da economia que mais emprega mão de obra” (ABAG, 1993, p.9)<sup>47</sup>. Esta operação de justificação se torna um argumento *ad nauseam*, incansavelmente reproduzido por representantes do setor privado do agronegócio, por nomes do setor público, ligados ou não diretamente à atividade de concertação, mídia e intelectuais, órgãos científico-técnicos, com diferentes linguagens (Pompéia, 2018).

Lerrer (2020) pesquisou esta articulação da burguesia agrária por meio de um estudo sistemático das publicações da Revista Agroanalysis, entre os anos de 1994-2004, por onde passaram a escrever intelectuais, pesquisadores, lideranças do

---

<sup>46</sup> No capítulo anterior também já mencionamos a existência de cursos de graduação, pós-graduação e institutos de pesquisa, destes últimos, um dos mais importantes é o Agropensa, como parte dos grupos de suporte da articulação discursiva do agronegócio. Roberto Rodrigues, liderança proeminente do patronato rural, já na década de 1990 apontava para a importância de constituição de um discurso científico e acadêmico para formular uma base de concepções sobre o complexo agroindustrial, com o intuito tanto de unificação, num cenário de pulverização de entidades de classe rurais, quanto do pleito de políticas públicas (Rodrigues, 1996). Apenas como uma menção a mais, no sentido do fortalecimento desta visão de expansão de um discurso, há o projeto da ABAG-RP chamado “Agronegócio na Escola”, que entre 2001 e 2020 contou com a participação de 255.292 alunos, 3.397 professores e atuou em 111 municípios e 626 escolas em São Paulo. O projeto capacita professores para “desenvolverem livremente a temática do agronegócio em sala de aula” (ABAG-RP, 2023), se trata não só da formação de estudantes sobre os princípios ideários do agronegócio, mas da própria pulverização da função dos intelectuais, dos produtores de ideias a seus reprodutores em escala mais ampla que as instituições do agronegócio.

<sup>47</sup> Atualmente o CEPEA- USP (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) é um dos responsáveis pela confecção deste aparato discursivo macroeconômico.

patronato rural. Duas entrevistas mencionadas por Lerrer (idib.) e publicadas na *Agroanalysis* merecem destaque por evidenciarem os esforços políticos em torno deste direcionamento de estratégia do setor, a primeira de Roberto Rodrigues, figura proeminente do agronegócio até os dias atuais, e a de Luiz Haffers, ex-presidente da SRB entre os anos de 1996 a 2002.

Roberto Rodrigues, que posteriormente, em 2003, alcançaria o cargo de Ministro da Agricultura – elevando o “agronegócio” a um posto no governo<sup>48</sup> – já em 1996 mencionava a necessidade de rearticular a imagem do setor em torno de uma nova concepção da agricultura e do agricultor brasileiro, por meio do qual buscava constituir uma base científica e acadêmica para um novo discurso sobre a agricultura e a identidade do agricultor. Neste sentido, afirmou Rodrigues (1996, p.2): “ficou claro que nos faltava uma base acadêmica consistente para que o posicionamento do setor agrícola e do agribusiness fosse harmonioso, consistente e legítimo”.

Luiz Haffers (1998), por sua vez, foi mais enfático na questão da imagem das elites agrárias, ao elencar os problemas do setor frente aos seguintes pontos: a reforma agrária, a sensibilização da opinião pública em favor dos movimentos sociais, em especial ao MST, vis a vis uma posição contrária da imprensa em relação aos fazendeiros e produtores médios, tidos como “latifundiários reacionários” (AGROANALYS, fevereiro, 1998, p.3). Haffers apresentou ainda a questão central para parte das elites agrárias no período, que está ligada ao problema de sua inserção dentro de um sistema democrático: “o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o legislativo, que pressiona o executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho, que era conhecer o ministro. Hoje isso não funciona mais” (AGROANALYSIS, fevereiro, 1998, p.3).

Logo, a articulação do consenso no setor, do convencimento da opinião pública e da orientação da civilidade (dimensão ético-política de uma comunidade) de suas

---

<sup>48</sup> A edição de fevereiro-março de 2003 da Revista *Agroanalysis* marca a chegada de Roberto Rodrigues ao ministério da agricultura no início do Governo Lula. Sob o título: “Revolucionário: um agricultor no Ministério da Agricultura”. Nesta edição citada, Roberto Rodrigues defende sua posição no governo como representação do Partido do Campo, das Cooperativas e do Agronegócio (PCCA) no poder, sigla criada pelo mesmo para identificar que, a despeito de não ser oriundo de nenhuma força político partidária atuante no momento, era parte do “maior partido do Brasil, aquele que gera milhões de empregos no país e é responsável por 40% das exportações (AGROANALYSIS, fev/mar, 2003, p.3)

proposições alcançou uma posição fundamental na lógica política de modernização do patronato rural e seu projeto de hegemonia. A formulação deste consenso passa pela junção de uma série de aparelhos ideológicos que buscam constituir um discurso e legitimidade às enunciações do que é o agronegócio. Para tanto, foram congregados em torno deste propósito universidades, institutos de pesquisa, partidos, membros do parlamento, entre outros produtores e reprodutores de discurso ocupando vários espaços de influência e decisão política.

O discurso do agronegócio se tornou dominante na mídia, em parcerias com grandes empresas privadas do setor de comunicação, como o jornal Estadão e o Grupo Globo. Ocorre também por meio de uma série de propagandas publicitárias como o “Sou Agro” (NOVA/SB), “Time Agro Brasil (CNA/SEABRA); “Agro: a indústria é a riqueza do Brasil” (GEHARDT, 2021). Comentaristas econômicos e políticos, muitos deles convidados a participarem dos eventos do agronegócio, destacaram, e ainda o fazem continuamente em telejornais, rádios e em sites de notícias o PIB do agronegócio, sua participação nas exportações e fomentam a imagem de um setor moderno e pujante.

Nas agências do Estado, o predomínio organizado do setor também é notório no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e não só influência, mas presença direta que ocorre em inúmeros ministérios, secretarias de Estado, parlamento, órgãos reguladores, universidades, entre outros. No Congresso reúne uma bancada numerosa, da qual participam muitos partidos de distintas filiações ideológicas, conhecida como Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), parte de uma aliança conservadora apontada por críticos como: a bancada do boi, da bala e da bíblia. Para o poder judiciário, representantes do agronegócio ora aventam a possibilidade de se criar uma “justiça agrária” (Rodrigues, 2002, p.66) com caráter de classe, apostas da formação de especialistas numa espécie de direito agrário (Bueno, 2018, p.47), quanto propostas de redução do espaço de “judicialização” de temas do campo (Bueno, 2018; ABAG, 2016), com a proposição de criação de câmaras de mediação e arbitragem para a resolução de conflitos no campo contra um judiciário tido muitas vezes, “um obstáculo ao desenvolvimento do País” (Sampaio, 2006, p.33).



Organizações interprofissionais do agronegócio operam em várias frentes de trabalho organizativo e articulam, numa guerra de posições, estes diferentes espaços de decisões, como evidenciou Pompéia (2018) em seu estudo sobre a concertação do agronegócio. O Instituto Pensar Agropecuária (IPA), por exemplo, foi criado em 2011 por meio de entidades do setor, e visa contribuir para o processo de institucionalização do agronegócio através da cooperação técnica (Pompéia, 2020). Além do IPA, há a Confederação Nacional da Agricultura (CNA)<sup>49</sup>, entidade de representação oficial, com ramificações por processos de representação em diversos espaços políticos em aparelhos estatais e privados. A CNA é responsável pela Organização do Conselho do Agro<sup>50</sup>, entidade que reúne outras associações do setor Agropecuário, como a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e organizações por produto como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL).

Outro importante órgão de produção do consenso hegemônico dos negócios sobre a forma de cornucópia agrícolas é a Abag – Associação Brasileira do Agronegócio -, uma entidade formada por empresas que estão vinculadas ao setor, ao somar desde bancos, agroindustriais, grandes “produtores” até parte da mídia. No discurso da entidade, há apenas um agronegócio (Sauer, 2008; Bruno, 2010; Pompéia, 2018), independentemente das inúmeras disputas por terra, tecnologia, renda fundiária e políticas públicas com a agricultura familiar, por exemplo. Como instituição de propaganda, pressão e formação de interesses, a ABAG busca constituir um significado político para a palavra Agronegócio, através da interpelação da percepção social sobre o setor e seus representantes, num discurso de unidade que aglutina produtores rurais, empresas agroindustriais e aqueles produtores de bens de capital agrícola e a população em geral. Entre as atividades mais expressivas promovidas pela ABAG estão o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CAB), a publicação de material informativo e livros expondo a visão da entidade sobre temas como o Estado e a segurança alimentar, e o Agrishow, uma feira de negócios que

---

<sup>49</sup> Segundo Pompeia (2020) IPA, CNA e FPA são as agências atualmente dominantes no processo de concertação do agronegócio.

<sup>50</sup> Em 2018 o Conselho do Agro lançou um documento, reunindo 15 entidades do setor, para formular um Plano de Estado referente ao Agronegócio, no período de 2018-2030. O documento foi entregue aos candidatos à presidência do período e advogava representar não o interesse do setor, mas da economia e da sociedade brasileira.

entre fabricantes de máquinas, equipamentos, insumos e produtores rurais e o programa educacional “Agronegócio na escola”, da ABAG – Ribeirão Preto.

Como uma característica do setor é a multifiliação institucional, há muitas outras entidades, como a Coalizão (Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura), o Conselho Superior do Agronegócio (COSAG/FIESP), outras de caráter regional, tais como a Aprosoja-MT e AMPA, organizações de criadores de animais, entre outras a nível municipal. Para termos um ponto de localização mais geral das formas de produção de representatividade neste campo, podemos identificar três padrões de representação presentes na literatura, cobrindo o período do complexo rural, complexos agroindustriais (CAI) e o agronegócio.

Ortega (2005) a partir de uma leitura de Moyano (1988) apresenta uma divisão dos processos de representação ao associar a cada transformação das forças produtivas na agricultura, uma forma específica de organização política. Numa primeira etapa, dentro de uma estrutura agrária ordenada por aquilo que Graziano (1998) chamou de complexo rural, a forma de organização política foi de representação unitária, bem como seu discurso foi ligado ao ruralismo – aqui considerado como ideologia de reação conservadora à industrialização (Ortega, 2005) –, com foco na defesa do particularismo da agricultura frente a sociedade e em nome do protecionismo (Ortega, 2005; Silva, 2012). Este padrão de representação, guiado por um corporativismo tradicional, era tutelado pelo Estado e dominava a lógica política até 1960 (Silva, 1998).

Com o processo de industrialização e modernização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais, houve uma ampliação dos atores em torno do campo, com uma maior participação de outros grupos de interesses; diversificação e especificação de atividade agrícola por produto, assim surge, na década de 80 e na esteira da crise financeira do Estado, o neocorporativismo, um segundo padrão de representação (Silva, 1998, 2012) associado a uma auto-organização de várias entidades agrárias e agroindustriais.

Ortega (2005) interpreta o padrão atual de representação como uma fase mais desenvolvida do processo de corporativização do patronato rural, organizado em torno do agronegócio. Superada a dimensão dos CAIs, conceito que implica em

subordinação da agricultura aos setores industriais (agroindústria), o novo padrão de representação se realizaria pela criação de entidades interprofissionais organizadoras da especialização produtiva no campo, onde estariam representados grupos e associações à montante e a jusante da fazenda, bem como os produtores. Trata-se de uma institucionalização de interesses, pela formulação de pontos em comum nos diferentes complexos do agronegócio, bem como outros setores da sociedade e do Estado, com o fito de promover uma representação, aqui entendida como a resolução de conflitos internos e gestão política. Este processo se dá pela hegemonia de um pequeno núcleo de organizações, onde suas cúpulas realizariam a representação política pelo alto<sup>51</sup>, como forma de tentar constituir uma unidade entre setores dentro e fora da porteira agrícola (Ortega, 2005).

Ao propor integrar logicamente as relações entre desenvolvimento das forças produtivas e um modo de representação lastreado por um fator contingente de aglutinação política por super organizações interprofissionais, a ideia de neocorporativismo apresentada por Ortega (2005) não expõe a lógica política do agronegócio frente aos desafios crescentes das lutas em temas que vão além do crédito, financiamento, seguro rural e proteção da propriedade, nem é capaz de explicar as transformações de agência política do setor.

A generalização de temas sobre os quais os empresários rurais têm de responder pelo apelo à unidade, tais como as questões ambientais, a questão das terras indígenas, de quilombolas, entre outras petições que, da forma como são politicamente organizadas, também dizem respeito às atribuições de uso do território nacional, exige alto grau de legitimação política numa sociedade de massas organizada sobre suporte das instituições da democracia e os reclamos pela socialização dos espaços democráticos. O espaço aberto pela ampliação da sociedade civil, nos anos 1990, foi crescentemente ocupado por meio da articulação público-privada em Câmaras Setoriais, onde diferentes agentes promoviam suas

---

<sup>51</sup> Esta interpretação privilegia uma determinação econômica das transformações das forças produtivas, estabelecendo uma relação entre uma maior divisão social do trabalho nos complexos agroindustriais e uma correspondente pulverização de demandas e interesses. Tal atomização de atores é então resolvida por intermédio da criação de superinstituições de representação, altamente concentradas e hierarquizadas, ao formular, pelo alto, um jogo positivo entre uma plêiade de atores e o Estado.

lógicas discursivas em prol de determinados interesses em concertação de caráter fechado.

Isto, no entanto, não resume a trajetória de interconexão entre a tensão da democracia e do neoliberalismo, a proliferação de antagonismos da ordem social de confluência entre neoliberalismo e democratização imprime um deslocamento contínuo das lógicas de participação, cidadania, igualdade, democracia, através de um necessário processo de convencimento ideológico que conclama a construção de uma ordem social coerente não apenas pela concertação societal, através do neocorporativismo, mas também da sua unificação pela base, através da enunciação dos discursos que respondam a petições sociais cada vez mais generalizadas.

Já a interpretação do padrão atual por Pompeia (2020) menciona uma forma de concertação de outra natureza, numa relação entre entidades intersetoriais que são fortemente hierarquizadas e com distintas formas de penetração, tanto na tentativa de influenciar a opinião pública, quanto atuar no espaço público. Este terceiro padrão de representatividade<sup>52</sup> defendido por Pompéia (2018; 2020) estaria direcionado a alcançar a convergência política do agronegócio numa nova forma de relação entre agentes privados e públicos exatamente para o tratamento de temas transversais, a saber: crédito, a política sanitária, o seguro rural, a infraestrutura, entre outras.

A ideia de concertação é pensada como forma de cooperação e produção de acordo entre as diferentes entidades do setor em temas que atravessam as diferentes cadeias produtivas, bem como racionalização dos diferentes interesses dentro de um setor em que os agentes têm multifiliação<sup>53</sup>. De tal modo que a análise da concertação promovida é uma forma de conceber as trocas de posições, funções e estratégias entre entidades – como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – em sua relação público-privada.

---

<sup>52</sup> Portanto, considerando o corporativismo e neocorporativismo como seus antecessores, mas sem expressar de que modo haveria uma transição entre forças produtivas e relações de produção que permitiriam esta nova forma de representação.

<sup>53</sup> A ideia de multifiliação no campo está relacionada à atomização de muitos produtores rurais vis a vis suas relações com oligopólios, o reclamo à proteção do Estado e a especialização dos produtores rurais, rompendo um discurso unitário e possibilitando a existência de vários interlocutores credenciados ao Estado (Graziano, 1998).

A proposição, a partir de Pompeia (2018), de uma espécie de divisão social de tarefas entre entidades do agronegócio em competição não é algo essencialmente novo, em termos de análise, a mesma questão foi observada por Bruno (1996), na pesquisa sobre as funções repartidas entre a FAAB e a UDR na Constituinte de 1988. O eixo realmente inovador da proposição de uma terceira forma de representação está na ideia de concertação para constituir unidade de representação em temas fundamentais que cobrem demandas de todos os distintos agentes do setor, como forma de contornar, não evitar, as fragmentações oriundas do processo de especialização por produto ocorrida na industrialização da agricultura e mesmo as divergências de interesses entre produtores e agentes à jusante e à montante em torno do agronegócio.

Esta abordagem da concertação do agronegócio é esclarecedora das disputas internas entre as entidades em torno de demandas e a suas tratativas sobre as instituições públicas e o convencimento na sociedade civil. No entanto, pode descarrilar facilmente para a expressão de disputas parlamentares, formas de acordos e seus bastidores e até mesmo as intrigas, conformando aquilo que Gramsci chamou de pequena política.

Se a primeira teoria da concertação não dá conta - porque nem ao menos parece não se propor o problema -, de resolver a questão entre novos antagonismos no processo de redemocratização; a segunda abordagem do problema não considera, de forma direta, para os efeitos de um padrão de representação, os deslocamentos de fronteiras sociais, dos antagonismos e da heterogeneidade constitutiva que reformula qualitativamente em alterações políticas, a identidade do agronegócio. Nossa abordagem do problema da representação visa dar contribuição ao entendimento de algumas destas limitações pela explicitação das condições de existência do agronegócio, alinhada com a soldagem contingente de identidades na construção de um espaço discursivo.

O ponto em que fazemos interferência, se bem compreendido pela diferenciação entre o político e a política, pode ser demarcado pela busca em evidenciar a construção de uma lógica social em que os agentes do agronegócio não são vistos como atores constituídos e prévios à conformação de uma ordem social, mas conformados no próprio desenvolvimento desta ordem, na disputa contra

antagonismos. Por isto fazemos referência não ao posicionamento progressista ou conservador do agronegócio ou seu domínio simbólico como identidade pré-constituída, mas sim como identidades em contínua construção, através de lógicas discursivas.

Duas lógicas políticas são articuladas com este fim, a primeira é aquela ligada a uma totalização institucionalista, onde, de forma isolada, são congregados identidades parciais e suas petições, dentro de uma ordem social estabelecida que subtrai as demandas de seu contexto de origem, da raiz de seus problemas e motivações, articulando-as em instituições desmobilizadoras de antagonismos na exata medida em que busca conciliar a formação discursiva e a comunidade em seus limites (Laclau *et al.*, 2000). Já a segunda é ordenada pela lógica da equivalência onde o espaço político é organizado por uma divisão fundamental entre um nós e um eles e por onde pode ser constituída uma totalidade de caráter populista (Laclau, 2005). Pode se tratar também de uma transição de uma lógica adversarial da política para uma lógica de inimigos.

Como afirmamos, a primeira ordem política foi organizada por meio de uma exclusão, a potencialidade da reforma agrária como parte de um horizonte político e suas possibilidades históricas. Soma-se a isto as especificidades setoriais as quais foram submetidos agronegócio e agricultura familiar, ambos ordenados para atender a funções específicas de uma totalidade social, a saber, respectivamente, uma função macroeconômica e uma função social. Isto, que chamamos de espaço de complementaridade, fora responsável por uma redução do antagonismo, é, portanto, condição de identidade do agronegócio e da abertura para sua operação ideológica, mas também possibilidade de expansão de diferenças dentro de um sistema de significação.

Se atentarmos especificamente para a forma com a qual esta ordem política se estabeleceu, ou seja, uma determinada arquitetura de integração a mercados globais, sob dominância do capital financeiro, com o qual é articulada uma solução para a crise do Estado no final dos anos 1990, podemos, ainda no campo dos efeitos das condições de possibilidade para a lógica política, explicar um modo de transição de uma lógica política da diferença para a equivalência: a necessidade crescente de expansão da fronteira agrícola, para sustentar níveis de extração de excedente que

proponha a permanência da função macroeconômica do agronegócio, bem como a extração privada da renda fundiária, implica um acúmulo de tensões que tendem a desmontar o espaço de complementaridade entre diferentes identidades.

Outro ponto em destaque é que, a multiplicação de diferenças, na totalidade institucionalista, permite a multiplicação de focos de antagonismos, em nosso caso organizados pela irrupção de lutas indígenas, quilombolas, pelo meio ambiente, pela terra, pela água, entre outros, exprimem o retorno de um exterior constitutivo que, sob outro nome, fazem ressurgir a questão agrária como algo de inegociável na estrutura de representação da “concertação” do agronegócio.

Ao invés de representar apenas uma mudança nas entidades de representação do patronato rural ou de sua temática de articulação, que se torna mais conservadora sobre o ascenso da ideia de segurança jurídica, como destacou Pompéia (2018), o aparecimento destas questões, que são os novos nomes da terra, tende a promover uma alteração da lógica política de organização do social, em que se transita da disputa discursiva por inclusão de significantes flutuantes numa cadeia de equivalências do agronegócio a uma divisão e simplificação do campo social entre aquilo que é construído discursivamente como agronegócio e aquilo que o ameaça, que é a sua anticomunidade.

Deste modo, o problema do discurso passa a ser estritamente relevante não para a soldagem do que se poderia conceber como forma de constituição de alianças entre interesses ou entidades heterogêneas, mas para a própria formação da vontade na constituição da representação. Como comentamos, tendo por consciência de que a política agrícola e o veto à política agrária se ganham primeiro na sociedade civil, ou melhor, no agenciamento do Estado por meio da organização de interesses na sociedade civil, antes de existir um problema da representação numa forma de relação entre entidades interprofissionais e Estado, temática da ciência política bem desenvolvida nas discussões sobre o neocorporativismo, há a tentativa de delimitação de um campo discursivo e a luta por qual será a sua civilidade como forma de representação simbólica. Esta ordem de significantes é o que pretendemos explorar mais a fundo nas próximas seções, ao elencarmos a construção de si organizada por agentes do agronegócio, uma definição de um outro e a cadeia de equivalências de um discurso hegemônico do setor.

## 5.2 AGRONEGÓCIO COMO ORGANIZADOR DA BOA AGRICULTURA

Conforme apontamos na metodologia desta pesquisa, o entendimento de um discurso do agronegócio que empreendemos é realizado por uma análise das “Sete teses do mundo rural no Brasil”, o documento “Visão 2030” da Embrapa, com o acréscimo de editoriais e textos informativos e de opinião da Agroanalysis, além do Congresso Brasileiro do Agronegócio (CAB), realizados pela ABAG, como partes da construção de uma estratégia discursiva. Como buscamos evidenciar, é possível identificar uma complementaridade e similaridade entre estes textos que compõem a imagem de que o desenvolvimento do agribusiness “se confundem com o próprio desenvolvimento do país” (ABAG, 1993, p.11); de que este desenvolvimento agrícola é não apenas um modelo possível de desenvolvimento rural, mas o modelo real (Buainainet *al.*, 2013) de um país agrícola (EMBRAPA, 2018, p.49).

Esta ordenação de significantes no sistema discursivo do agronegócio parte de um ponto nodal, que é demarcado pela específica forma como constituem a si e aos outros. No discurso do agronegócio, este ponto nodal pode ser identificado pela ideia transformação de uma agricultura moderna, vis a vis o que consideram como a agricultura atrasada, em termos gerais: o progresso técnico e o acesso aos mercados.

Esta operação política parte conexão da construção de um novo relato com uma contingência histórica, em que emergem elementos discursivos como o progresso tecnológico, a pesquisa científica e a assessoria técnica baseadas numa ontologia científica; o mito de um *agricultor pioneiro* (Buainainet *al.* 2013; EMBRAPA, 2018), “um especialista em plantar e criar” (ABAG, 1993), que, por sua vez, personifica o *protagonismo do capital* em expansão modernizadora no deslocamento geográfico da modernidade agrícola do sul do país para o centro-oeste (Buainainet *al.*) e para outras regiões de fronteira agrícola (EMBRAPA, 2018).

Buainaine outros (2014), construíram a mais recente e abrangente narrativa desta transição nas “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, a começar pela indagação de três perguntas fundamentais que alcançam um entendimento de quando o



processo de surgimento desta agricultura se iniciou, quais foram os agentes que participaram efetivamente e quais foram os elementos fundamentais desta transformação. Pontos que, segundo Buainaine outros (2014) em termos gerais, caminham para a afirmação da tendência de um novo padrão de desenvolvimento agrícola no Brasil.

Sobre as Sete teses, muitos autores já destacaram seu intuito de construir um programa político para o campo, através da exaltação do capital, da tecnologia da revolução verde (Costa, 2013), na busca de fazer coincidir o desenvolvimento agrícola como desenvolvimento rural a partir de três argumentos centrais: a) dado o protagonismo do capital na explicação do aumento de rendimentos agrícolas, não há mais questão agrária; b) a produção agropecuária no Brasil tem como fonte uma agricultura moderna com um reduzido número de agricultores, portanto não há mais espaço para uma ideia de reforma agrária que dinamize o mercado interno; c) o Estado perde centralidade na direção da agricultura, frente a um modelo de ordenamento institucional mais amplo e complexo (Mattei, 2014).

Para nós, no entanto, o ponto fundamental que liga estas três articulações está na exclusão do poder como forma de organização política e econômica na agricultura, ou melhor, na exclusão de relações de fora do mercado sobre a dinâmica do campo. Assim que, tanto a narrativa das “Sete Teses”, quanto da “Visão 2030”, Agroanalysis e do CAB, pressupõe três deslocamentos, sobre os quais já tratamos nesta tese: a reforma agrária, a agricultura familiar camponesa e uma forma particular de ação do Estado, no lugar dos quais fazem emergir três novos elementos: a razão econômica, a empresa agrícola e o mercado, como norteadores de uma nova institucionalidade guia do desenvolvimento agrícola como desenvolvimento rural.

Inicialmente, em posição de correspondência, reforma agrária, a agricultura familiar camponesa e Estado desenvolvimentista são dispostos como elementos antagônicos à identidade de cada um dos sujeitos que participa da nucleação de identidade do agronegócio, é o que tem em comum, como oposição, negatividade, na conformação de uma equivalência antagonizada.

Vamos recompor esta articulação discursiva sobre os três significantes fundamentais do agronegócio: o modelo econômico, a empresa agrícola e o predomínio do capital

com o intuito de demonstrarmos a estratégia de representação que buscam organizar discursivamente. O núcleo de nomeação desta cadeia de equivalência é a formação do agronegócio, que como significante, ainda que apresentado uma única vez nas Sete Teses, para fazer referência ao que os autores chamam de “generalizações rígidas” (Buainainet *al.*, 2014, p.113) entre este último e a agricultura familiar, se corresponde a agricultura moderna (*idem*, *ibidem*, p.113). No caso do documento da Embrapa, o cenário é inverso, apenas uma vez se encontra o significante “agricultura moderna”, enquanto a palavra “agronegócio” aparece 50 vezes, a “agricultura familiar” 17 vezes, dentro de um universo maior da aparição do significante “agricultura brasileira”, que é predominante, ocorrendo 64 vezes no corpo do texto.

Em primeiro lugar, a datação de origem desta agricultura moderna é, geralmente, condicionada ao período da modernização conservadora, em que o crédito rural subsidiado e a criação de instituições de apoio à extensão e pesquisa agrícola deram o impulso para uma transformação da agricultura, vinculada ao paradigma tecnológico da revolução verde e forte intervenção estatal, que possibilitaram a expansão da produção agrícola brasileira para além de regiões tradicionalmente capitalizadas do Sudeste-Sul, para novos espaços de produção agrícola no centro-oeste. A emergência do mercado e de agricultores profissionais, guiados pela técnica e pela razão econômica

É, no entanto, na descrição dos acontecimentos pós 1990 que a articulação discursiva se transforma, pelo surgimento de novos atores e o desaparecimento de outros, na superação de elementos do atraso, na ideia de uma “fuga do Estado” da direção da agricultura (Buainainet *al.*, 2014, p.117) e de um reforçado caráter de ação de atores privados, na especial figura do pioneiro externo que avançaram em terras vazias (Heredia; Palmeira; Leite, 2010) na “caminhada dos sulistas” (EMBRAPA, 2018) para o centro-oeste, em que transitam elementos do passado para uma modernidade do presente/futuro.

Em particular, o surgimento deste sujeito, guiado pelo protagonismo do capital e de posse dos conhecimentos tecnológicos, que passa a dinamizar o processo de desenvolvimento da agricultura através de uma empreitada (caráter empreendedor) no aproveitamento de oportunidades de preço, conhecimento e capital, sintetiza em

muito a imagem disposta pelas elites agrárias sobre o que é o agronegócio e seu papel dinâmico na construção da modernização da agricultura do país.

A particularidade desta ideia guarda o sentido de um giro modernizador da agricultura comercial que visa construir discursivamente um sujeito mítico, empreendedor, racional, de conhecimento técnico, guiado pelas diretrizes monetárias, financeiras e pelo lucro e que tende a inaugurar uma nova sociabilidade no campo, em detrimento à concepção de que o moderno também é fruto de uma rearticulação da organização de interesses de uma burguesia agrária que parte da modernização do próprio latifúndio (poder sobre a terra) e de sua articulação no Estado (Heredia *et al.*, 2010; Mattei, 2014). Este sujeito representa a plenitude da cadeia de equivalências do discurso no setor.

Esta estratégia discursiva não é inócua quando se percebe o vínculo que tende a expressar com o alegado passado, em que o latifúndio é deslocado discursivamente em favor da figura deste empresário agrícola em busca do lucro. Em paralelo metafórico com o “doce comércio”, que substituiu as paixões de uma sociedade estamental para uma sociedade mercantil na ordenação social pela virtude do interesse, do ganhar dinheiro como forma de legitimação do capitalismo (Hirschman, 2000) a imagem desta agricultura moderna, que emprega a racionalidade da fábrica e busca conjugar os pequenos, médios e grandes proprietários a uma mesma ordem e figura social é a medida do discurso de que sobre o governo do arbítrio, da violência, derivadas do controle da terra, emerge uma nova racionalidade, em que os resultados econômicos e sociais da exploração não são mais a expressão de uma desigualdade de poder (as paixões), mas da lógica econômica do desenvolvimento agrícola realmente existente (os mercados) que, mais racionais, podem resultar numa composição mais harmônica entre os que podem participar de sua lógica de reprodução social.

Nas Sete Teses, em decorrência da ideia de que, dado a dinâmica schumpeteriana operada na agropecuária (inovação), a tendência à concentração da produção, diferenciação social entre produtores, tende a constituir polarizações no campo em que:

De um lado, está um grupo muito reduzido de produtores extremamente preparado para extrair o máximo das enormes

oportunidades que vêm sendo abertas para a ampliação de suas atividades; e de outro, a vasta maioria dos produtores de menor renda, os quais vão sendo empurrados contra a parede, em um ambiente concorrencial que se acirra diuturnamente (Buainainet *al.* 2013, p.114).

A “Visão 2030” também sustenta a existência da concentração de renda no campo a partir do pressuposto da existência de um mecanismo de seletividade social, em nome da complexidade da gestão, dificuldade de acesso a mercados e o conhecimento tecnológico por parte de pequenos produtores, concorrem para a desistência da atividade rural por parte de pequenos produtores (Navarro; Campos, 2013 *apud* EMBRAPA, 2018), de tal modo que conclui que o movimento de concentração da produção e da riqueza no campo é fruto de fatores aparentemente neutros de seletividade de mercado, como uma tendência irreversível. Para famílias pobres que resistirem e continuarem no campo, ainda que sob condições de baixíssima renda, a solução apontada são o desenvolvimento de tecnologias e políticas públicas para aumento de produção e renda local, bem como políticas de transferências de renda para aqueles que, ao não poderem viver da agricultura, possa sobreviver pela ação de políticas compensatórias do Estado.

A migração de jovens do campo para a cidade e a redução da população economicamente ativa no campo, em parte pelas condições anteriormente apontadas, redundam na tese do esvaziamento demográfico e no correspondente aumento do custo de mão de obra<sup>54</sup>, duas dimensões que dialogam com a ideia de “via argentina” de desenvolvimento rural presente nas Sete Teses, o esvaziamento populacional do campo, que, por sua vez, complexifica, segundo a Embrapa (2018), as condições de sobrevivência do pequeno produtor por questões de aumento de

---

<sup>54</sup> Há inúmeros fatores que explicam estes dois processos, como política de distribuição de renda, salário-mínimo, período de crescimento econômico com geração de empregos, mecanização da produção no campo, atração de população jovem para vida urbana com outras oportunidades (EMBRAPA, 2018), entre outros fatores sociais arrolados para explicar a queda da população economicamente ativa no campo. Aqui nos interessa apenas remontar o discurso do Agropensa a partir de seus elementos, de tal modo que a lógica segue a partir de determinados mecanismos de seletividade social de mercado (um modelo pré-ordenado de pacote tecnológico, mercado e propriedade), onde tem-se como resultados um determinado modelo de expansão geográfica; um determinado processo de concentração de renda e da produção; um determinado caminho de sucesso por cadeias produtivas integrada a mercados globais; uma determinada concentração e centralização nos processos de processamento e distribuição; um determinado esvaziamento do campo; um determinado aumento dos salários rurais; um determinado estímulo econômico ao aumento da aposta no pacote tecnológico. Como se vê pela nossa tentativa de expressar uma anáfora, o discurso está movido por um movimento circular de retroalimentação.

custo, dificuldade de acesso à tecnologia poupadora de mão de obra, entre outras questões de argumento circular.

Um outro ponto que, neste sistema discursivo, também trabalha contra os pequenos produtores, é aquele que faz referência aos processos de centralização e concentração de capitais a jusante e a montante das fazendas, processos que foram aprofundados nos anos 1990-2000, principalmente na cadeia de distribuição de alimentos (Wilkinson, 2003). Nos anos 1990, por meio da entrada de empresas estrangeiras no varejo brasileiro, bem como através de fusões e aquisições no mercado nacional (Concha Amin; Aguiar, 2006), avançou o processo de concentração de poder de mercado de grandes redes de atacado e varejo<sup>55</sup>. Com base na literatura sobre o tema, a Embrapa (2018) aponta que este processo de concentração e centralização do varejo, somado aos grandes grupos industriais de alimentos e bebidas também concentrados, tendem a promover pressões na margem de lucro dos produtores agrícolas, em especial os pequenos produtores<sup>56</sup>.

Sobre estas condições, no documento do Agropensa e em especial sobre a megatendência “mudanças socioeconômicas e espaciais na agricultura” que há um movimento retórico definidor onde esta lógica econômica que penaliza e empobrece as alternativas à agricultura familiar camponesa se encontra com uma retórica universalizante na transição do que chamam de Brasil Agrário ao País Agrícola - ambas metáforas de condensação de significados -, associados aos fatores que estariam ligados às mudanças dos movimentos de deslocamentos populacionais no campo e que passam a fundamentar a subtração da lógica do latifúndio, no ordenamento sócio territorial, pela lógica do mercado.

No antigo Brasil agrário, advertem, teriam ocorridos migrações por razões sociais, “fatores de expulsão (por causa da precariedade da vida social rural)” (EMBRAPA,

---

<sup>55</sup>Segundo a revista SUPERHiPER (2020), as 50 maiores empresas do varejo alimentar abocanharam 47,8% do resultado do setor de supermercados e atacarejos no ano de 2019. Um resultado crescente, em comparação a 2017 (44,8%) e 2018 (46,5%).

<sup>56</sup>Dentre as possíveis alternativas a respeito dos impactos gerais desta primeira megatendência, que tendem a penalizar principalmente os pequenos produtores, as soluções apontadas são, entre outras: qualificar mão de obra rural para atividades mais especializadas e tecnificadas; fortalecer o comércio local, pelo cooperativismo, associativismo e circuitos curtos de produção e comercialização; aumentar o poder de barganha de produtores em cadeias agroalimentares, bem como outras operações com caráter de pesquisa, ciência, tecnologia e gestão territorial (EMBRAPA, 2018).

2018, p.49). Já no país agrícola, as migrações seriam de pessoas e capital, processo em que a demanda pela terra teria em si vínculo ao fator modernizante de determinantes econômicos e financeiros<sup>57</sup>:

A predominância de determinantes sociais foi a marca mais decisiva no passado, por essa razão alguns autores mencionam que estaríamos observando a transição do “Brasil agrário” do passado, sob o qual predominavam os temas ligados à concentrada estrutura fundiária (e seus termos correlatos, como “latifundiários”) e também os temas relacionados à pobreza rural e à falta de direitos trabalhistas no campo, para um país agrícola. Atualmente os determinantes principais passaram a ser aqueles de natureza econômico-financeira, e os fatores “terra” e “trabalho” vêm deixando de ter a proeminência que demonstraram no passado. Sob essa nova óptica, o fator principal para explicar o crescimento da produção e da produtividade do setor agropecuário passa a ser a tecnologia e sua incorporação pelos produtores rurais em suas atividades (EMBRAPA, 2018, p.50).

O desaparecimento da figura do poder tem também outros efeitos sobre a agricultura familiar camponesa não apenas no que podemos chamar de ênfase de empobrecimento agrícola, mas também questão da reforma agrária. No discurso do agronegócio, o crescimento da produção nos últimos anos decorreu de um avanço da produtividade total dos fatores, em que o fator capital cresceu mais do que a terra e o trabalho, como forma de explicar o avanço dos rendimentos agrícolas, segundo Gasques (2000) citado por Buainain (2013, p.111) e Gasques e outros (2017) citado pela Embrapa (2018, p.15).

A instrumentalização deste dado, repetido em constância no discurso agronegócio, como medida de desenvolvimento, visa, ao mesmo tempo, explorar a importância crescente da racionalidade do investimento de capital para o alcance dos recordes de produção agrícola e demarcar um deslocamento da terra, como condição de existência da organização de seu poder econômico e político, ou, nos termos de Mattei (2014, p.109), “que a terra não é mais um ativo de valor econômico

---

<sup>57</sup>O texto da Embrapa (2018) aponta para outros fatores do movimento de territorialização/espacialização da agricultura moderna no Brasil, entre eles estão o deslocamento para regiões de uma nova fronteira agrícola, o MATOPIBA, a substituição de pastagens por lavoura de grãos, os determinantes de legislação ambiental e a demanda por terras de investidores estrangeiros e as possibilidades abertas pela tecnologia, na utilização de pastagens até então degradadas.

determinante”, o que, por sua vez, como, de outro modo também é apontado por Heredia, Palmeira e Leite (2010), permite fazer transitar discursivamente, na defesa da manutenção do controle fundiário, os significantes “propriedade” e “tradição”, para “atividade empresarial” e seus termos correlatos, no desenvolvimento do país.

De modo que, extrapolando este discurso do eu, em relação a um outro, o que separa o agronegócio de seus antagonismos não é a terra ou a área de produção comandada, mas o capital, a tecnologia e o lucro, ou seja, o mercado. A implicação política dessa articulação resulta em tornar a questão agrária algo exterior às exigências da moderna agricultura no mundo globalizado. Resulta disto a negação da existência de razão econômica para que a reforma agrária seja objeto de política pública, numa reformulação de um discurso clássico sobre os efeitos da modernização conservadora no campo, como já discutimos no capítulo anterior.

Na revista *Agroanalysis*, o tema foi recorrentemente abordado sobre esta perspectiva durante os anos 1990 e 2000, principalmente após 1995, momento que se amplia a luta pela terra. Roberto Rodrigues (2006, p.8), em entrevista à *Agroanalysis* destaca este ponto, articulando estes elementos citados, ao ser perguntado sobre qual seria a imagem do agronegócio na sociedade urbana:

Não existe mais o jeca-tatu ou o coronel dos grotões. Nosso agropecuarista é eficiente, capaz e competitivo, o que dá à própria reforma agrária um conceito diferente de 50 anos atrás, quando de fato nossa agricultura ainda tinha núcleos de grande incompetência

De tal forma que, para o discurso do agronegócio, pensar em reforma agrária e agricultura familiar campesina como alternativa para dinamizar um mercado interno e promover um processo de desenvolvimento econômico é uma ideia para a qual não há razão. Em outra ocasião, Roberto Rodrigues, no culto à escala, ratifica esse entendimento, ao afirmar que

Enquanto movimentos ideológicos falam em reforma agrária no Brasil, na Argentina cerca de 30 mil fazendas foram incorporadas por outras entre 1961 e 1990. No mundo todo o tamanho das fazendas vem crescendo, porque não é possível sustentar a renda em pequena escala (Rodrigues, 1996, p.52).

Ainda na década de 1990, a reforma agrária também foi descrita como resultante não da estrutura concentrada da terra e do latifúndio ou de uma tendência do

processo econômico na agricultura, mas da política econômica de abertura comercial, na redução acelerada de barreiras tarifárias, importação de produtos agrícolas com subsídios de países exportadores, política de juros altos e câmbio sobrevalorizado: “erros da política econômica para o campo provocaram uma crise social verdadeira que, bem trabalhada, se transformou em problema político, traduzido pela falácia da reforma agrária” (Rodrigues, 1998, p.17).

Se a reforma agrária é apresentada como uma exclusão<sup>58</sup> em relação à dinâmica da agricultura, parte da agricultura familiar é, inicialmente, elemento de divisão-inclusão dentro do modelo discursivo do agronegócio na exaltação discursiva da escala de produção:

No início dos anos 70, a Sadia trouxe esse modelo de integração. Foi uma estratégia fabulosa para a pequena propriedade! Foi uma forma do pequeno ter acesso a tecnologia. É a parceira do ganha-ganha. A agroindústria fornece o material genético, a nutrição, a assistência de manejo e veterinária. Em contrapartida ele (o pequeno agricultor proprietário) entregava o material pronto para o abate (...) E aí foi a maior reengenharia, porque você já pensou se a Sadia tivesse que investir em milhões de granjas!! (Pinazza, 2007, p.4 *apud* Bruno, 2016, p.146).

O argumento serve também como forma de legitimidade do agronegócio, a partir da contaminação entre as características da atividade produtiva da monocultura, com outras práticas de produção que são, no entanto, incluídas no agronegócio, através do discurso de uma lógica sistema, na ideia propalada pela ABAG, de que o agronegócio é um sistema que congrega agentes, ações, instituições, interesses e processo (Bruno, 2022). Aliás, no discurso de Ney Bittencourt de Araújo (ABAG, 1993), na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da ABAG, no dia 6 de maio de 1993, no Congresso Nacional, a palavra “sistema” aparece 14 vezes, como “sistema novo” em referência ao *agribusiness*, vis a vis uma chamada agricultura tradicional, “eficiência do sistema”, “lideranças do sistema”, “sistema do agribusiness”, “agentes do sistema”, “segmentos do sistema”, entre outras.

---

<sup>58</sup>Pompeia (2018) destaca que em seu surgimento, a ABAG defendeu a reforma agrária como política pública, posicionamento que foi sendo reduzido, com o avanço da luta social pela terra neste período. Do mesmo modo que, inicialmente, defendeu a existência de um ministério para a agricultura familiar. O critério agregador, todavia, são as relações de mercado.



O modelo “sistêmico” serve de modo articulatório para a ideia de um só agronegócio, através das cadeias produtivas e sua inserção em mercados. De tal forma que se produz um efeito de distanciamento entre o que se pode entender por agronegócio como “grandes produtores” e empresas globais à montante e a jusante, vinculados à produção monocultora, e uma concepção mais abrangente, em que tudo que perpassa relações de mercado é agronegócio, onde o conceito expressa apenas uma organização, como na alegoria de Pinazza, em que o agronegócio é descrito como uma orquestra que “possui bons músicos (os tomadores de decisão da iniciativa privada e do governo) e bons instrumentos (empresas e organizações), mas cada um segue uma pauta diferente: a percussão, o sopro e as cordas não entram em sintonia e a orquestra desafina” (Pinazza, 1997, p.8).

Em publicação do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - ESalq/USP (CEPEA), entidade responsável por estimar o “PIB do agronegócio”, em parceria com a CNA, é definido o significante agronegócio também deste modo, inclusive, em que pese a consideração da necessidade de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, este último, enquanto conceito, é alocado de forma subordinada a um conceito maior de agronegócio, que o engloba e constitui:

Por suas raízes históricas, agronegócio não implica distinção entre categorias – por tamanho, tecnologia, por exemplo – dos participantes das cadeias produtivas. No Brasil, tem sido largamente utilizado, de maneira imprópria, o conceito de agronegócio para referir-se à categoria de grandes produtores agropecuários, cuja produção é predominantemente comercializada nos mercados interno e externo. Com isso desloca-se analiticamente os pequenos produtores – inclusive os de subsistência - das cadeias produtivas às quais devem se integrar por meio de programas de apoio ao desenvolvimento rural. Tais cadeias podem ser mais curtas (local, regional) ou mais longa (nacionais ou globais), mas são sempre formas organizacionais de agregar valor às matérias primas, gerando adicionais de renda. Evidentemente, dentro do agronegócio, especificamente de seu segmento agropecuário, persiste uma variedade de categorias socioeconômicas, que demandam atenção e apoio do Estado especificamente direcionados. Situam-se aí programas de cooperativismo, crédito, comercialização, extensão rural, assentamentos e reforma agrária, cujo objetivo é ter o progresso socioeconômico alcançando a totalidade dos produtores rurais. Para adequação de políticas agrícolas, estabeleceu-se, por exemplo, em 1995, o conceito legal de agricultura familiar, em geral identificada como pequena produção, que contaria com até dois empregados assalariados permanentes e eventualmente com temporários. Uma vez que esse produtor configura-se como um alvo mais difícil de ser alcançado pelos instrumentos gerais de

política (como crédito rural, preços mínimos, seguros), o conceito de agricultura familiar é operacionalmente útil. Entretanto, os agricultores familiares fazem logicamente parte do agronegócio, na medida em que integram – ou deveriam integrar - cadeias produtivas para que seus produtos atinjam mercados mais amplos, em diferentes formas, locais e momentos no tempo (Barros, 2022).

No decorrer dos anos 1990 e 2000, esta ordem discursiva de classificação variou, na direção da total integração da ideia de campo ao agronegócio, no que Bruno (2016, p. 143) chama de três momentos históricos de tempos do agronegócio:

Um primeiro, identificado como o tempo da agricultura moderna, agregaria três principais grupos sociais: o moderno empresário rural, o agricultor familiar “integrado” e “vocacionado” e os agricultores familiares “sem condição”. Compondo um segundo momento, caracterizado como tempo da agroindústria, teríamos três agriculturas, o agricultor empresarial de mercado, o agricultor familiar orientado pela lógica da empresa-família e o agricultor familiar “marginal”. No terceiro momento, considerado o tempo do agronegócio, o discurso sobre a estrutura social no campo resume-se à presença de dois grupos sociais: o agronegócio e o empreendedor familiar rural (Bruno, 2016, p.143).

De modo que se pode compreender que no discurso classificatório do agronegócio frente a agricultura familiar, esta última passou por diferentes processos de divisão, num primeiro momento ordenado pela ideia-chave de vocacionados ou não vocacionais; num segundo momento pela interpelação da noção de empresa e marginalização e num terceiro período, pela quase completa assimilação de diferenças, com a exclusão total de milhões de produtores rurais, “não vocacionados” e “marginais”.

Neste processo de ordenação de diferenças para a construção da identidade de agronegócio há também um discurso sobre a reordenação do Estado, em que, inicialmente, se enfatiza a deserção deste último do suporte ao discurso anterior, da modernização conservadora:

O Estado foi “saindo à francesa”, o que é comprovado pelos gastos públicos na agricultura. Abre-se assim uma nova fase, na qual os agentes privados serão os principais atores do desenvolvimento” (Buainain *et al.*, 2013, p.116)

A percepção de que o espaço para as elites agrárias no Estado estava sendo reduzidas na década de 1990, ou de que a continuidade do projeto de modernização

agrícola por meio do financiamento estatal era uma ideia para o qual não se tinha dinheiro é também expressa pela ABAG: “o modelo agrícola intervencionista da década de setenta, baseado no crédito farto e subsidiado e nos estímulos à modernização tecnológica, com suas virtudes e defeitos, faliu” (ABAG, 1993, p.51).

De tal forma que, numa conjuntura de ajuste interno e externo do Estado, com o avanço da globalização e da concorrência com produtos agrícolas importados, por meio de processos de abertura comercial e financeira, redução de tarifas de importação e desmonte de regulações, créditos e gastos públicos do Estado em relação à agricultura, as elites agrárias passaram a construir uma nova forma de acesso ao poder a partir de um novo discurso, em que o Estado anterior – que lhe foi útil com créditos e subsídios fartos – é identificado como um inimigo da sociedade, “esta clama por progresso, probidade, segurança, respeitabilidade e justiça. O Estado lhe oferece retrocesso, corrupção, violência, desemprego, escândalo e injustiça” (Araújo, 1993, n.p.).

Marcos Sawaya Jank (1994, p.12-13) na Agroanalysis esclarece esta dimensão, em artigo publicado na Agroanalysis:

Ora, apesar de algumas lideranças ainda insistirem na viabilidade da velha política agrícola “paternalista”, estando, portanto, permanentemente dependuradas no ministro da Agricultura de plantão, o fato concreto é que os mecanismos tradicionais de apoio à agricultura foram sepultados por um Estado falido, que não cuida sequer da educação, saúde e segurança de seus cidadãos.

(...)

O Estado, por absoluta falta de recursos, não pôde mais controlar a produção e os mercados agrícolas, numa reviravolta inédita na história brasileira. Os recursos para as políticas de crédito rural e preços mínimos reduziram-se a 20% do que eram 10 anos atrás. No lugar do forte dirigismo e controle do passado, surgiram novos mecanismos de financiamento e comercialização das safras, como a “compra antecipada” das agroindústrias, as trocas insumo-produto, os mecanismos informais de crédito e, daqui para a frente, os certificados de mercadorias, a cédula do produtor rural e as bolsas de mercados físicos e futuros.

Roberto Rodrigues (1995, p.1), em artigo na Agroanalysis também expõe a mesma concepção de Estado falido:

Quase todo o instrumental de política agrícola foi bancado pelo Estado nas últimas décadas, desde o famoso modelo de substituição de importações. Com a falência do Estado – que

de tanto interferir criou demandas que não consegue mais atender -, faliram também instrumentos como preço mínimo, crédito, seguro etc. Os investimentos em tecnologia foram reduzidos, praticamente não se fez nada em termos de recursos humanos e a infraestrutura foi sucateada. Por outro lado, todos os planos destinados a estabilizar a economia nos últimos nove anos (a exceção foi o Plano Bresser) provocaram perdas para o setor rural.

O ponto relevante não é que o Estado não tinha mais serventia às demandas do agronegócio. Apesar da ideia de “falência” associada a palavra Estado nos anos 1990 (Rodrigues, 1995, p.7), política pública (Rodrigues, 2002, p.4) e instrumentos de política agrícola (Rodrigues, 1998, p.14) na Agroanalysis, o destaque está mais direcionado sobre a necessidade rearticular a posição diferencial deste Estado, na disputa pelo direcionamento da política agrícola, mas também da política monetária, cambial, fiscal, de comércio exterior, infraestrutura ou seja, aquelas que impactam o preço dos produtos agrícolas, a competitividade e o endividamento do setor.

Grande parte das queixas do setor nos anos 1990 decorreram da concorrência com produtos agrícolas importados, com alegada margem de subsídios; das políticas de estabilização da moeda que implicaram em perdas para o setor rural, com assimetria de ajustamento entre o preço dos produtos agrícolas recebidos pelos produtores e o custo da dívida; e do fim do suporte do Estado através do crédito rural subsidiado, sem a construção de uma alternativa de financiamento adequado à produção agrícola.

De forma que a problemática de maior relevância, na década de 1990, para além dos pleitos em torno do crédito rural, se deu entre globalização, liberalização e estabilidade da moeda, que Roberto Rodrigues chamava ora de “tríplice colisão” (Rodrigues, 1998a, p.14) ora “tríplice trombada” (Rodrigues, 1998b, p.15) e a correspondente questão do endividamento do setor agrícola, fator de unidade de agregação (Bruno, 2022) contra um Estado responsável por equívocos das políticas econômicas de ajustamento macroeconômico e, por consequência, da própria crise financeira dos produtores rurais.

As demandas do que Pompéia (2018) intitula de concertação se direcionam exatamente à participação do agronegócio nas definições do ajustamento da economia brasileira, da realocação do Estado e da economia brasileira numa nova

divisão internacional do trabalho, a partir da perspectiva de competitividade e inserção do agronegócio nesse cenário, nas demandas sobre câmbio, juros, financiamento, negociações internacionais de abertura de mercados e endividamento. Este último, em particular, referia-se não apenas à capacidade financeira do setor, mas à sua imagem na opinião pública:

O agricultor brasileiro sofreu muito em 1995. Muitos perderam seus tratores e suas terras. Foram acusados, generalizadamente, de caloteiros. Amargaram prejuízos consideráveis. Sofreu também a indústria supridora da agricultura. Muitos deram férias coletivas, demitiram, acumularam prejuízos. Outras fecharam suas portas” (AGROANALYSIS,1996, p.7).

Neste diapasão, a primeira tentativa de rearticulação política das elites agrárias se deu, como já afirmamos, na constituição de uma nomeação política que integrasse diferentes segmentos do setor em torno da palavra Agribusiness, que representava uma unidade ampla de instituições e organizações, compostas, segunda a ABAG (1993, p.61) por três categorias majoritárias:

Na primeira, estão as operacionais, tais como os produtores, processadores, distribuidores, que manipulam e impulsionam o produto fisicamente através do sistema. Na segunda, figuram as que geram e transmitem energia no estágio inicial do sistema. Aqui aparecem as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisa e experimentação, entidades de fomento e assistência técnica e outras. Por último, situam-se os mecanismos coordenadores, como o governo, contratos comerciais, mercados futuros, sindicatos, associações e outros, que regulamentam a interação e a integração dos diferentes segmentos do sistema.

No intuito de constituir um discurso este primeiro movimento de articulação dos agentes do agronegócio ocorreu pelo agenciamento da ideia de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar, temas que estavam na agenda pública nacional e internacional na primeira metade dos anos 1990 (Pompeia, 2018, 2021). Elementos de discurso que seriam coordenados através de políticas públicas favoráveis ao agribusiness no Brasil, no alcance do desenvolvimento sustentado, da integração à economia internacional, da distribuição de renda e da proteção ao meio ambiente (ABAG, 1993).

Além disso, com o intuito de ganhar legitimidade na opinião pública e, em derivado, inserção de suas demandas no Estado, a ABAG defendia políticas de produção e acesso à alimentação, tais como o aumento do salário-mínimo, programas de merenda escolas, vale compras, políticas para redução do custo de comercialização e distribuição de alimentos e melhoria de infraestrutura, reforma agrária, política agrícola específica para produtores nacionais e outras propostas sociais para o campo (Pompeia, 2018), . Ou seja, a organização política do agronegócio se deu, inicialmente, por uma dimensão ético-política que buscou se apropriar de significantes flutuantes disponíveis como forma de ordenar uma dominação simbólica.

Pompeia (2018) afirma que a legitimação do governo de Fernando Henrique Cardoso a respeito da concertação do agronegócio se deu de forma reticente num primeiro momento. Mas algo mudou, e este ponto de mutação está referido à condição do agronegócio em realizar saldos em balança comercial. O instrumento institucional que demarcou esta fase de transição foi a criação do Fórum Nacional da Agricultura (FNA): “é a expressão mais acabada do intento de associar Estado e iniciativa privada na busca de uma sinergia positiva capaz de dar nova alavancagem à economia brasileira” (AGROANALYSIS, out./1997, p.5).

Daí em diante, mas principalmente a partir da desvalorização do real, em 1998, e a subida dos preços das commodities, em 2002, o agronegócio alcançou uma posição de destaque no Estado e avançou em seu discurso ético-político a partir de uma dimensão de desenvolvimento: o modelo de negócio das cadeias agroindustriais e sua forma de inserção externa, na figura do “Brasil como celeiro do mundo” e responsável pela “segurança alimentar global” (Alentejano, 2020).

Em síntese, quando dizemos “discurso de desenvolvimento do agronegócio” ou seu “discurso ético-político” falamos da tentativa de constituir uma liderança intelectual e moral, mas também de um programa político de controle sobre a agenda do Estado, do controle sobre o direcionamento da aplicação dos recursos públicos, do controle do território e do destino de seus habitantes, através da tentativa de domínio simbólico de um campo discursivo sobre o que é, ou o que tende a ser, o rural no predomínio das cadeias produtivas do agronegócio mundializado. A partir desta perspectiva geral, a temática deste discurso não é outra coisa que a tentativa de

constituir uma regularidade de posições de sujeitos no campo social. De modo que, inicialmente, a construção desta identidade perpassou, conforme apontamos, três fontes de antagonismo: o Estado, a questão agrária e as lutas populares por direitos para o alcance de um outro desenvolvimento no campo, desvinculado do ideário da modernização conservadora, da qual o agronegócio é herdeiro e continuador.

Dada a existência de um sistema de significação favorável, organizado pela confluência entre o neoliberalismo e bandeiras democráticas numa ordem política organizada pela lógica das diferenças, como expusemos no capítulo anterior, foi possível aos agentes encontrarem uma brecha política, a partir da qual passaram a produzir discursos agregadores sobre o campo, tornando o tema do desenvolvimento rural um significante flutuante, o que significa dizer, disposto à significação por diferentes cadeias discursivas. Logo, também um significante sem significado. Esta brecha, somada às outras condições de possibilidade que mencionamos no capítulo anterior, permitiu a disputa por um princípio ético-político sobre o sentido do desenvolvimento do país e do desenvolvimento rural a confluir para a construção de uma identidade do agronegócio, que, por sua vez, passa, através de uma articulação discursiva, a agregar outros significantes, de modo geral, passa a ter força agregadora de discurso.

Podemos elencar elementos chave que esta estratégia de composição do discurso do agronegócio como agricultura moderna alcançou organizar, são significantes como desenvolvimento, progresso técnico, integração à economia internacional, distribuição de renda, proteção ao meio ambiente, segurança alimentar, sustentabilidade e estabilidade econômica que, atrelados ao ponto nodal de uma agricultura moderna de mercado, constituíram uma relação discursiva em que o modelo de desenvolvimento rural - tema de grande destaque na esfera pública dos anos 1980-2000 (Delgado, 2010; Schneider, 2010) pode ser entendido sob o feixe economicista do desenvolvimento agrícola.

Assim, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade, que tomamos por pressuposto como um significante vazio das forças democratizantes vinculadas às lutas dos trabalhadores agrícolas dos anos 1990, pode se tornar débil, flutuante, de modo que seu significado foi parasitado por uma cadeia de equivalências opositoras. Neste sentido, os grupos sociais congregados em torno não apenas do agronegócio, mas

principalmente através do seu papel político e econômico, construíram uma representação geral eficiente da imagem da agricultura patronal, ou seja, articularam significantes sobre a sua proposição discursiva ao promover uma associação entre a sua atividade produtiva e condições ético-políticas como formas de expressar uma plenitude social e exercer uma dominação simbólica.

A imagem de uma economia competitiva porque é agroexportadora, organizada em torno de uma estratégia bem-sucedida de investimento em tecnologia, inovação e empreendedorismo dos pioneiros – a ideia do agricultor especialista e moderno – foram as marcas discursivas fundamentais que permitiram vincular a extração da renda da terra a um horizonte de plenitude do social com o predomínio das funções macroeconômicas da agricultura.

Este processo não pode ser explicado apenas pela força das manipulações, de uma forma de guerra de informação, como a criação do PIB do agronegócio, nível de produção agrícola e produtividade, entre outras menções estatísticas tão comuns ao setor. Tampouco pode ser explicada apenas pela alta dinâmica econômica dos preços das commodities, do aumento das exportações, do potencial de demanda global e inserção em cadeias produtivas globais, entre outros princípios articulatórios de legitimidade. Ou seja, não se trata apenas de ideologia, no sentido de falsa consciência, ou de força de um campo material de uma classe fundamental.

Um processo de construção de uma identidade, da captura de significantes flutuantes e do fortalecimento de um discurso promoveram o avanço da força de um sentido social ligado ao agronegócio. Trata-se, portanto, de uma forma de organização e construção do social que é política, e que varia entre a constituição de uma identidade dentro de uma ordem institucional a uma clara definição de fronteira entre o vasto território do que é o agronegócio – agroindústrias, bancos, investidores, produtores - e o exterior do social, os não aptos à agricultura ou não aderentes à moderna agricultura e suas demandas, com o intuito de forjar arranjos políticos que são favoráveis aos primeiros.

A lógica do discurso alocado neste processo visa a constituição de um sistema de referências que organiza uma regularidade da dispersão entre sujeitos, estruturando um espaço de dominação. A ideia de agronegócio constitui um “modelo de negócios”



que funciona como modo de coordenação discursiva entre bancos, grandes empresas, mídia, governo e até mesmo grupos da agricultura familiar. Neste sentido, os pequenos, médios e grandes produtores são alocados num sistema de diferenças onde a variabilidade de posições não está no poder e luta pela terra e na denúncia da exclusão, ou seja, na questão dos direitos e da democratização da sociedade, mas sobre a possibilidade de ter acesso à tecnologia, ao crédito, ao conhecimento técnico, entre outros fatores significantes que informam políticas governamentais num direcionamento antirreforma agrária e pró-agronegócio.

O sucesso deste discurso está na formação de uma arena legitimada de regras, de disputas, que cria a si mesmo, enquanto cria também o outro em lógicas sociais. Assim como o sucesso desta operação discursiva pode ser aferido pelo compartilhamento desta lógica discursiva por outros grupos, setores políticos e econômicos, que, por aceitarem uma determinada perspectiva de inserção internacional da economia brasileira no mundo, acabaram por dar suporte as posições tendencialmente hegemônicas do agronegócio no campo, garantindo-lhe as perspectivas que esses grupos buscavam readquirir: sua permanente participação nos cálculos das principais políticas econômicas do Estado (Petras, 2014; Pompeia, 2018).

Bruno (2010) ao definir o agronegócio exatamente como “palavra política” apresenta algumas características do processo de constituição desse discurso que são: a) ideia de unidade, pelo mote das cadeias produtivas, elos de interdependência; b) busca pelo lucro/riqueza, sob a identidade do empresário do agronegócio; c) tecnologia, emprego e melhores condições de vida no campo-cidade, que se tornam quase não diferenciáveis; d) ausência de alternativas históricas para a dimensão do Brasil como celeiro do mundo, como destino rural; e) valorização de si e desqualificação do outro, sendo o outro aquele que não assume a visão de mundo do agronegócio; f) construção de um espaço de representatividade.

Por força do discurso de unidade que se congrega às demandas de desenvolvimento, justiça social, igualdade, crescimento econômico, defesa do meio ambiente, entre outros, esta articulação existe na medida em que tenta desarticular a noção de que “atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário, atrás do banqueiro

organiza-se a Associação de criadores; atrás da sociedade anônima decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção, flagra-se o pistoleiro” (Bruno, 1997, p.11).

Pompeia (2020), ao analisar este processo, menciona a ideia de que o fortalecimento do poder político dos donos dos negócios com a terra está associado a uma operação de sinédoque política, onde, em nome dos frutos da concepção de agronegócio - muito mais ampla que os grandes proprietários de terra, ganham os grandes produtores, é fortalecida sua representação por meio da Bancada Ruralista (FPA) e organizações interprofissionais.

O que é absolutamente correto, se considerarmos que a parte que corresponde à agricultura e pecuária, dentro do agronegócio, é bastante reduzida no “PIB do setor”. Mas uma sinédoque, em si mesma, não garante nenhuma hegemonia. Há outros dois processos que são necessários para a conquista política desta relação hegemônica, que são a metonímia e a metáfora, a partir de análise da retórica como marca do político (Laclau, 2011).

A metonímia do agronegócio se dá pela constante reprodução do discurso – legitimado pela mídia, partidos, presidentes da República, entre outros – de que a atividade do agronegócio garante os recursos (divisas) necessárias para o país. De tal forma que se pode conceber o estabelecimento de uma relação contingente entre agronegócio e obtenção de recursos em dólares (exportações) como uma relação necessária. A transformação da economia brasileira pela reprimarização de sua pauta de exportações, e os repetidos superávits da atividade agro empresarial, em todos os momentos colados a imagem de “salvação da lavoura”, permitiram que fosse produzida uma ideia de que para o problema da inserção internacional e do desenvolvimento o agronegócio era uma alternativa, numa articulação que contraria mais de meio século de predominância do discurso industrializador impulsionado pela Comissão Planejamento Econômica para a América Latina (CEPAL).

Do mesmo modo, os recordes de produção de commodities, atrelados aos discursos inicialmente da segurança alimentar e posteriormente aos saldos da balança comercial refletem-se na consolidação de uma imagem de importância estratégica do setor para o país. No entanto, o ponto relevante é que este processo metonímico se converte em metáfora e evita pôr em causa seu processo de constituição social,

ao garantir duas potências de discurso: a) a capacidade de obnubilar a forma como a ordem social foi politicamente constituída; b) ao constituir bloqueios que dificultam a aparição das exclusões desta ordem por meio de outro discurso metafórico.

Assim, a importância política de se estabelecer este discurso dominante que atrela sinédoque, metonímia e metáfora está na produção do que é socialmente visível dentro de determinada totalização de uma comunidade. Ou seja, este discurso organiza as margens do possível e do impossível de ser inscrito social (Raiter, 1999) e, assim, permitiu ao agronegócio colocar um freio principalmente às críticas às consequências socioeconômicas de seu modelo de produção, conforme também aponta Pompéia (2018, p.236):

[...] se os líderes da concertação eram acusados de promover desemprego no campo, aludiam às criações de postos de trabalho na cidade, em função do dinamismo do agronegócio como um todo (ou seja, como noção); às críticas sobre contribuírem para a concentração de renda e propriedade, respondiam com sua participação no PIB, que, argumentavam, beneficiaria a todo o país. Em respeito às manipulações classificatórias: quando estavam lutando pelo orçamento público para os grandes empreendimentos patronais ou pelo direcionamento das pesquisas a esses empreendimentos, a agricultura familiar também estaria, argumentavam os líderes da concertação, sendo beneficiada, pois os esforços seriam para contemplar o “agronegócio” como um todo, que incorporaria a agricultura familiar; quando os confrontos se agudizavam, como no caso das disputas dentro da Embrapa no começo do governo Lula, porta-vozes do bloco intersetorial enfatizavam a especificidade da agricultura familiar, dizendo que não se podia privilegiar os produtores familiares, ou, ainda, preterir o “agronegócio”, uma vez que a empresa seria voltada a “resultados”.

Em síntese, este estratagema se dá sobre uma operação contra a possibilidade de articulação da crítica à ordem, enquanto a estabelece. De tal modo, para se contrapor às críticas a sua atividade, as instituições de representação do agronegócio podem ocultar, por seu ato de nomeação metonímica e metafórica, a existência viva de sua ordem latifundiária por meio da manifestação de contaminação retórica entre sua identidade e bandeiras com significantes flutuantes, como produtivo, tecnologia, lucrativo, abrangedor, numa operação retórica de legitimação.

Todavia, como pretendemos destacar, a formação de uma cadeia de equivalências com a constituição de uma fronteira, num deslocamento da lógica da diferença à lógica da equivalência, não está nestes avanços políticos do agronegócio a partir do alcance de políticas públicas e de uma construção de si, mas no discurso que permitiu constituir o que Pompéia (2018) menciona como unidade ruralista-industrial-parlamentar.

### 5.3 LÓGICA DA EQUIVALÊNCIA: O AGRONEGÓCIO COMO SEGURANÇA JURÍDICA

Concluimos na seção anterior que na década de 1990 e início dos anos 2000 os principais pontos de antagonismo do agronegócio se deram numa contraposição a uma reforma agrária ampla, a um Estado desenvolvimentista e à própria existência de um outro modelo de desenvolvimento rural fora das relações de mercado, que foram, um a um, incluídos como posições diferenciais dentro de um discurso hegemônico ordenado pelo agronegócio. Nesta disputa, elementos como tecnologia, lucro e mercado passam a reger o sentido de unidade do setor, como modelo de agricultura moderna, frente a uma agricultura discursivamente construída como atrasada. A coordenação de atores sobre o significativo do agronegócio como agricultura moderna serviu inicialmente para ordenar posições políticas do setor sobre questões como câmbio, juros, subsídios, acordos comerciais<sup>59</sup>, endividamento, entre outros fatores.

Todavia, isto não encerra o processo de construção da identidade do agronegócio, que é dinâmico e instável. Dentro de nossa própria abordagem teórica o discurso opera por meio contextual e histórico nos processos de identificação de sujeitos, assim como pela concepção de que toda tentativa de dominar o campo da discursividade é falida, dada a impossibilidade de fechar uma ordem social, marcada por antagonismos. No entanto, os antagonismos podem ser assimilados por um

---

<sup>59</sup>ABAG, UNICA e ABIEC chegaram a criar um instituto, chamado ICONE, para realização de pesquisas e estudos com o intuito de fornecer suporte ao governo em negociações internacionais envolvendo o agronegócio. Em março de 2004, a revista *Agroanalysis*, veiculou matéria com informativo sobre a opinião de entidades como ABAG, CNA, ABIOVE, SRB, UNICA, entre outras, com propostas sobre as negociações internacionais do Brasil na ALCA.

ordenamento social como uma diferença a mais, quando não divide o espaço político, o que reduz o seu ímpeto de negatividade (Laclau; Mouffe, 1987)

Em direção a este último ponto, de início, ainda no começo do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o modelo discursivo do agronegócio baseado na ideia de uma agricultura moderna alcançou efetividade política na aproximação entre o governo e algumas lideranças do agronegócio, como pode ser evidenciado pela nomeação de Roberto Rodrigues ao cargo de Ministro da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) e Luiz Fernando Furlan, nomeado como ministro no Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio (2003-2007).

Esta aproximação se deu tanto pelo apoio dado pelas elites do setor ao Programa Fome Zero – a revista *Agroanalysis* na edição de dezembro-janeiro de 2003, por exemplo, deu amplo destaque à iniciativa, com uma edição especial sobre o tema. Além disso, no Plano Estratégico para o Agronegócio 2002-2010, elaborado pela ABAG em 2002, entre os 10 pontos da competitividade, está o apoio a políticas progressistas, a partir da ideia de cidadania e inclusão, onde se defende uma política de aumento do salário-mínimo, programas de alimentação para a população, políticas públicas para saúde, educação, saneamento público (Pompéia, 2018), em aproximação discursiva com as políticas do novo governo.

A relação entre governo e elites do agronegócio rendeu frutos, através da organização do discurso do agronegócio, sob liderança da ABAG, nas políticas do governo para a agricultura patronal. A *Agroanalysis*, já na eleição de 2002, em seu editorial “O Agronegócio é o seguinte”, realizou menção ao sucesso de interpelação do significativo agronegócio em relação aos candidatos à Presidência da República no período:

(...) os principais candidatos em boa hora descobriram o conceito de agronegócio e a ele se referiram reiteradas vezes. De uma hora para outra, o Brasil parece descobrir que o agronegócio é o maior negócio do país, seja em termos de geração de emprego, de renda, de divisas, de tributos ou de capacidade de atrair investimentos. É o Brasil urbano, tecnologicamente moderno e sofisticado, a descobrir que o agronegócio, sozinho, responde por um superávit crescente com o exterior (...) que viabilizou o primeiro saldo comercial positivo do país desde 1994 (AGROANALYSIS, out./2002, p.9)

Já no advento do cenário do estabelecimento de um novo governo, o primeiro Congresso Brasileiro do Agronegócio (CAB), realizado em junho de 2002, foi responsável pela construção de uma visão política do setor em favor do agronegócio brasileiro, no documento intitulado “Carta do Agribusiness brasileiro na Perspectiva 2010”, endereçado aos então presidentiáveis e à sociedade em geral.

O documento supracitado buscou relacionar metas de expansão da produção, consumo e comércio exterior para as cadeias do agronegócio, políticas públicas e ações privadas na direção desta meta; organização e coordenação de interesses públicos e privados no agribusiness, além do fortalecimento da imagem do setor, associado à imagem do país; políticas públicas que garantam isonomia na competição internacionais e nas negociações internacionais; modernização e configuração de instrumentos legais que reduzem obstáculos à competitividade no setor, o que, por sua vez, trariam benefícios ao país, como o abastecimento e a melhoria na alimentação nacional, o aumento da renda no campo com impacto multiplicador sobre as zonas urbanas, potencial de superávit na balança comercial em 2010 e aumento da renda per capita no interior, o que permitiria promover redução de desigualdade de desenvolvimento interno entre zonas urbanas e rurais (ABAG, 2020).

Em seu segundo CAB (2003), com a presença do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o tema em questão se tomou pelo reconhecimento das vantagens comparativas do agronegócio brasileiro, associadas a custos de produção menores na agricultura vis a vis seus competidores externos, como uma marca de racionalidade econômica e importância competitiva do setor. O tema da criação de vantagens competitivas foi alocado para as atividades que estão além fazenda, à montante e à jusante, em parte em consonância com a ideia aventada no CAB anterior, do fortalecimento de *agriclusters*.

No MAPA, Roberto Rodrigues foi responsável, junto com Ivan Wedekin, então secretário de política agrícola, pela implementação deste plano estratégico da competitividade do agronegócio articulado nos dois primeiros CABs:

No caso do MAPA, o planejamento estratégico saiu do 1º Congresso Brasileiro de Agribusiness, em junho de 2002, que traçou as políticas para os chamados ‘10 Cs’ da

competitividade do agronegócio. Avançar cada vez mais neste caminho é a meta do ministro Roberto Rodrigues, com o total apoio do presidente Lula. Prova disso é que o Plano Agrícola e Pecuário para 2004/05 está concentrado nos 'três' Cs da competitividade: capital, comércio e condução ao mercado (AGROANALYSIS, jul./2004, p.4).

Em outubro de 2003, em editorial da revista Agroanalysis há outra demonstração que caracteriza a proximidade entre agentes públicos e as demandas das elites agropecuárias, derivados, segundo a revista, da volatilidade do fluxos de capitais à economia brasileira no final dos anos 1990, a conseqüente imposição de um aperto de liquidez ao país, que, no entanto, teve “desdobramentos interessantes, pois mostrou a potencialidade do agronegócio como fonte de divisas e seu grau de competitividade nas transações internacionais” (AGROANALYSIS, outubro, 2003, p.7), o que acabou tornar o agronegócio tema de atenção das autoridades públicas:

É sintomático notar que da agenda do governo Lula pelo menos três temas, dos quais dois são bem mais novos, estão associados à agricultura. O primeiro, ligado à negociação na OMC, Alca e Mercosul. O segundo, à questão dos transgênicos. O terceiro, mais antigo e sempre polêmico, associado à reforma agrária (AGROANALYSIS, out./2003, p.7).

Este processo se converteu em apoio do governo ao agronegócio, na construção de institucionalidade que permitiu o avanço de interesses privados no financiamento de produtos agropecuárias, mas principalmente na expansão do crédito, mesmo em cenário de política monetária restritiva, como aponta o editorial da Agroanalysis

Mesmo com todo esforço de reter a expansão monetária, em termos de recursos, a dotação de R\$ 32,4 bilhões para o sistema nacional de crédito rural realizar o capital de giro na safra 2003/2004, contra R\$ 25,86 bilhões no ano anterior, significou a mostrar clara da atenção das autoridades governamentais para com o agronegócio (AGROANALYSIS, Nov./2003, p.7).

Apesar do estreitamento da proximidade do governo federal com certos segmentos de representação do agronegócio, principalmente aqueles ligados a ABAG, as relações com o patronato rural e agroindustrial não foram simples, dado que envolviam pressão de movimentos sociais por reforma agrária, ocupações de terras sob o predomínio do agronegócio – ainda que fortemente repudiadas pelo governo -, disputas classificatórias com a agricultura familiar, discussões sobre o direcionamento das pesquisas da Embrapa em favor da agricultura familiar;

questões ligadas a definição do trabalho em condições análogas à escravidão e à fiscalização do Ministério do Trabalho (MTE), bem como críticas sobre o impacto do agronegócio ao meio ambiente (Pompeia, 2018).

Já em março de 2002, antes de se tornar ministro e mesmo antes de alguns destes pontos de conflitos ganharem uma configuração discursiva de maior antagonismo, Roberto Rodrigues os apontava como tensões para o agronegócio:

Sob a respeitável mas discutível bandeira da reforma agrária, violência de toda ordem têm sido cometida por invasores que destroem impunemente o patrimônio público ou privado, proprietários que por não terem seus direitos garantidos acabam se armando para se defenderem, forças políticas que não cumprem a lei ou a cumprem arbitrariamente, governo que sobrem no muro para não se desgastar, acadêmicos que se posicionam ao sabor das ideologias, e os verdadeiros problemas da reforma agrária não são discutidos seriamente. A questão trabalhista se transformou em fantasma para empregados e empregadores na zona rural. Quase sempre o empregador é considerado a priori devedor em processos cuja instrução já é impressa por escritórios de advogados que vivem exclusivamente dessas causas. As relações comerciais entre agricultores e indústrias de transformação são outro problema. Se a indústria de sucos, por exemplo, despreza contratos assinados porque a safra é maior que o previsto ou porque os preços caíram, os produtores estão perdidos: sua produção é perecível e a lentidão da Justiça não lhes permite uma luta equilibrada. Meio ambiente é polêmico: Há promotores obrigando agricultores a assinar compromissos de reflorestar áreas cultivadas há décadas sem base legal suficiente. Punições são impostas a fazendeiros porque áreas da mata de sua propriedade pegaram fogo, embora sejam absolutamente inocentes: é a culpa solidária

Além disso, entre 2004-2006, a agricultura comercial amargou uma crise de rentabilidade, oriunda do aumento do preço do petróleo, valorização do real, juros altos e queda do preço das commodities, com um correspondente aumento do endividamento no setor (AGROANALYSIS, 2006). Segundo Carneiro (2008), pressionados pela questão fundiária e pelo endividamento, com uma forte conflito intraclasse, o patronato rural - representação do setor agropecuário - realizou o "Tratoração: o alerta ao Campo" em 2005, reunindo entidades como a CNA (organizadora), OCB, UDR, SRB, federações estaduais, entre outros representantes do setor em torno de demandas como a renegociação de dívidas dos proprietários rurais, seguro rural, crédito rural, importação de agrotóxicos, contra propostas de aumento de índice de produtividade da terra, mais espaço no Estado, entre outros.



Este tipo de manifestação, que representou a tentativa de conformação de identidade ainda principalmente vinculada ao endividamento e à reforma agrária, no entanto, não era consenso entre as distintas entidades. Carneiro (2008) afirma que na ABAG, por exemplo, havia uma total recusa à manifestação de rua; Famasul indicava risco de imagem negativa para o setor; a OCB defendeu que o melhor seria a argumentação técnica. O exemplo do Caminhonazo de 1995 é ponto esclarecedor das desconfianças sobre este método de formação política, naquela altura, aponta Biondi (1996), a imagem do movimento ficou associada à caloteiros em busca de privilégios, tudo o que o grupo de representação ligado a ABAG e à renovação da imagem do agronegócio queria evitar.

Entretanto, como resultado das manifestações, o governo Lula liberou 3 bilhões de reais para que agricultores pudessem pagar suas dívidas com fornecedores de insumos. No acordo entre governo e patronato rural, realizado por intermédio do então governadores Blairo Maggi (MT), Marconi Perillo (GO), Germano Rigotto (RS) e Paulo Souto (BA) que acompanharam o movimento do Tratorazo, o governo federal resolveu, inicialmente, não tratar da questão da renegociação de dívidas como aquelas vinculadas ao Programa de Saneamento de Ativos (PESA), dada a existência de produtores inadimplentes (SEMAT/MT, 2005) que, segundo a Revista Agroanalysis, “ deixaram de pagar, na esperança de uma ampla renegociação” (AGROANALYSIS, dez./2005, p.44).

No processo de uma nova renegociação de dívidas, entidades do agronegócio, em especial a CNA, aglutinados à crescente força política da Frente Mista Parlamentar da Agricultura e Pecuária (FPA), que desde o período de 1999-2003 passou a buscar ocupar a maior parte dos espaços políticos e a profissionalizar a operação de defesa dos interesses comuns entre elite agroconservadora e industriais modernos (Vigna, 2001) criaram

Um grupo de trabalho do endividamento (GT), do qual fazem parte parlamentares e técnicos da Comissão de Agricultura da Câmara (Capadr). O resultado disso foi a elaboração de uma proposta que recebeu o nome de Programa de Reestruturação do Passivo Rural Brasileiro. A intenção é viabilizar as negociações das dívidas acumuladas pelos assentados da reforma agrária, agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores rurais. O montante envolvido é de R\$ 70,19

bilhões É a terceira grande renegociação. A primeira foi em 1995, com a Securitização, seguida pelo Pesa e pelo Recoop. Depois, em 2001, com o agrupamento desses três programas, a agricultura caminhava em crescimento mas, nas safras 2004/05 e 2005/06, veio a crise de renda, muito em conta das adversidades climáticas e da valorização do real em relação ao dólar. O objetivo, agora, é readequar as dívidas vencidas e propor melhores prazos e condições de pagamento, além de bônus que servirão de estímulo para o produtor antecipar a quitação de suas parcelas. O anteprojeto é inovador e apresenta soluções realizáveis para limpar a nuvem escura que paira sobre o setor rural do País. Uma forma de olhar à frente, pois a solução do problema do endividamento é um passo certo para desenvolver o agronegócio brasileiro (AGROANALYSIS, set./2007, p.32)

Este movimento foi consubstanciado na quarta maior renegociação de dívidas da agropecuária do governo Lula, através da Lei 11.775/08 sancionada em setembro de 2008 (Hashizume, 2009), com a rolagem de dívidas no montante próximo de 75 bilhões de reais, vale lembrar que somente entre os anos de 1998 e 2005, o governo havia gasto com subvenção ao agronegócio, nas renegociações de dívidas do PESA e do RECOOP 22,6 bilhões, segundo editorial da revista Agroanalysis, que no entanto, naquele momento arrematava: [...] É um valor respeitável. Mas se considerarmos a contribuição do agronegócio para o País, valeu a pena [...] (AGROANALYSIS, outubro de 2006, p.3). Em outro editorial da revista Agroanalysis, a mesma retórica discursiva de validação é empregada:

É claro que, a luta por recursos públicos, com oferta limitada diante das demandas existentes, deve ser contínua. As lideranças do agronegócio devem mostrar para a sociedade o retorno das aplicações das verbas para aumentar a competitividade da produção agropecuária. Se existiram os custos dos subsídios concedidos ao setor durante 1998 a 2005, por conta de repactuação das dívidas com a securitização, Pesa e Recoop, os seus benefícios em termos da segurança alimentar familiar interna e na geração de divisas foram bem maiores. Isso é o que vale (AGROANALYSIS, jan./2007, p.3).

Todavia, esse movimento de favorecimento ao agronegócio para o qual o discurso de legitimação por fatores econômicos encontrava respaldo no atendimento de demandas do governo passou a enfrentar crescentemente um outro conjunto de antagonismos contra os quais não tinha condições de agregação discursiva (Pompeia, 2018). O avanço nacional e internacional de questões como meio ambiente (desmatamento e questões climáticas), territórios e territorialidades de

povos indígenas e quilombolas, luta contra o trabalho em condições análogas à escravidão, entre outras lutas que são parte da matriz das forças democratizantes, passaram a ganhar terreno no campo dos direitos e do antagonismos sobre o campo e, portanto, a deslocar a articulação discursiva do agronegócio da lógica despersonalizada do mercado e da agricultura moderna à outra forma de legitimação política.

Podemos lançar mão de explicar estes impasses do agronegócio a partir da enumeração de alguns pontos de impulso de multiplicação de demandas e atores a partir de políticas de direitos<sup>60</sup>, por distintos agrupamentos sociais, como a ratificação da Convenção 169 da OIT pelo Brasil em 2002 (Isa, 2009); PEC 438/01 que estabelece a expropriação, sem direito à indenização, para todo proprietário de terras que utilizar “trabalho escravo, aprovada em 2012; a assinatura do decreto nº4.887/03 de novembro de 2003, que instituiu procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombo (Brasil, 2003); o decreto 6.040 de fevereiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Brasil, 2007); o decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, da Lei de Crimes Ambientais, dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas (Brasil, 2008), a criação do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) pelo decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009).

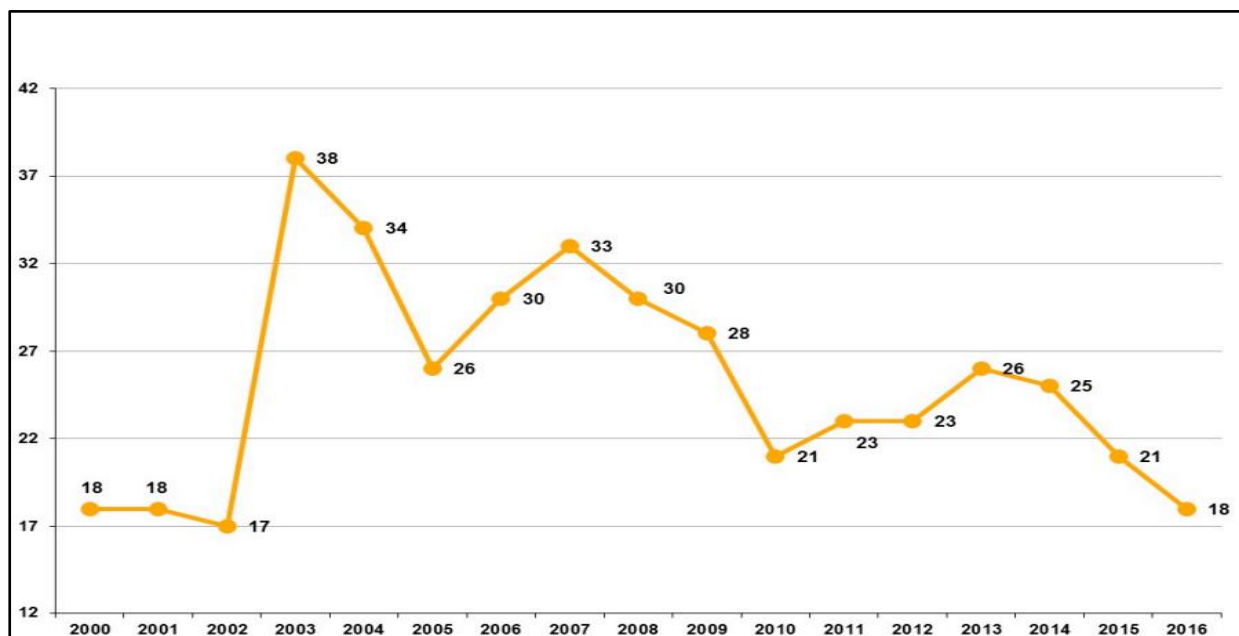
Além disso, ocorre no início do governo Lula uma ampliação de movimentos socioterritoriais que variam em quantidade e diversidade. Entre 2000-2001, o número de movimentos socioterritoriais permaneceu estável, em 18, para após o começo do governo Lula, em 2003, apresentar um crescimento para 32 movimentos, um avanço de 77,7%, resultado que, com alguma redução, permaneceu superior ao registrado em 2002 durante boa parte do Partido dos Trabalhadores no governo

---

<sup>60</sup>Não é nosso objetivo adentrar nos contornos das demandas/direitos e antagonismos que demarcaram uma reordenação discursiva do agronegócio, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, o que queremos destacar é, de modo geral, a existência de uma interdiscursividade com a qual a construção inicial do agenciamento do discurso do agronegócio, como gerenciamento despersonalizado de cadeias de valor, foi incapaz de abarcar em totalidade, constituindo-se em desafio à sua conformação discursiva.

federal, ainda que com vertiginosa queda após 2007, chegando ao mínimo patamar desta série histórica após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015.

Gráfico 5 - Brasil – Evolução dos movimentos socioterritoriais - 2000-2016



Fonte: DATALUTA, 2017, p.14.

Esta inicial ampliação de movimentos socioterritoriais, de políticas públicas e instrumentos legais de garantias de direitos aos povos indígenas e quilombolas, de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento rural podem ser entendidas como pontos de multiplicação de antagonismos e de espaços de relativa autonomia para diversos discursos numa totalidade institucionalistas que, conforme afirmamos anteriormente, teve caráter expansivo e agregador, ou seja, amplificou as possibilidades de integração de diferentes sujeitos numa ordem social. Dada a alta expressividade que estas demandas ganharam em fóruns, acordos e mídia internacional e nacional, além da ampliação de conflitos territoriais pelo avanço da fronteira agrícola seu potencial de contestação ao domínio discursivo do agronegócio tendeu a ter um esfera mais ampla de interpelação em relação ao tradicional antagonismo entre reforma agrária e latifúndio.

Este processo guardou uma relação complexa para a articulação de hegemonia do agronegócio organizada por uma totalidade institucionalista que, do ponto de vista teórico, foi elucidada por Jessop (2019, p.13):

A discourse of difference transforms negatively-charged contradictions in to positively differentiated contrarities and creates the ideological conditions needed to integrate diferentes subjectivities into a system of democratic politics. But the dominant class can go too far in absorbing and legitimating the demands of those in subordinate positions so that the latter forces can impose their own discourse with in the state apparatus during crises in ways that undermine that class's neutralising capacities.

No assomo destes antagonismos, tanto o patronato rural, quanto os setores agroindustriais, passaram a constituir consenso de que sofriam discriminação, eram vítimas de desconhecimento por parte do governo e da sociedade sobre o agronegócio, assim como da suposta vocação agrícola do país (BRUNO, 2020). Na verdade, estes sentidos de falta, novamente reclamado como base de organização de sua identidade - já mencionamos que o mesmo discurso fora operado na transição da modernização conservadora para a agricultura moderna - foram articulados na busca pelo reforço de um sentido de plenitude da identidade do agronegócio frente a novos antagonismos, o que demandou o rearranjo de uma cadeia de equivalências, a partir de um novo ponto nodal.

Dado que a articulação discursiva contra a ameaça da reforma agrária e o endividamento, termos de constituição de unidade em torno de um projeto do agronegócio nos anos 1990, não era mais eficiente na sutura entre os elementos discursivos integrantes do setor, uma nova articulação de elementos discursivos se mostrou necessária para o controle da fragmentação política e da ameaça à sua identidade, conforme aponta Pompeia (2018), faltavam narrativas e estratégias:

Os temas da reforma agrária e da dívida tinham potencial para diminuir atritos dentro desta arena e produzir consensos momentâneos. No entanto, os conflitos e desafios políticos de então demandam maior capacidade de orquestração. Em um momento no qual se intensificaram disputas relacionadas a grandes questões nacionais e internacionais, os agentes patronais não detinham unidade razoável de pleitos, narrativas para defendê-los e estratégias para implementá-las

É possível observar a procedência desta problematização nos CAB de 2005, 2006 e 2007, 2008 e 2009 em que os temas da sustentabilidade e da organização do Estado são repetitivamente articulados em torno da imagem do agronegócio. No primeiro caso, a percepção explorada é instituída tanto pela concepção da

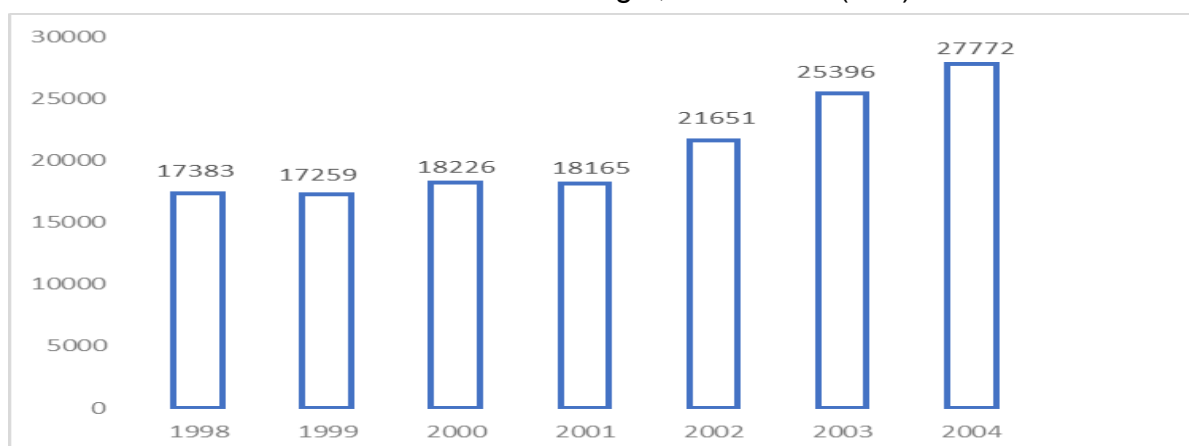
relevância de novas barreiras não tarifárias no comércio internacional, quanto da sensibilidade da opinião pública quanto aos temas vinculados ao meio ambiente e à sustentabilidade, em período de críticas ao agronegócio em ambas as áreas.

Em editorial, “O Agronegócio é o seguinte”, a revista *Agroanalysis* explorou o tema nestes termos: “se as medidas tarifárias e os subsídios de exportação tendem a regredir, crescerão aquelas ligadas a temas sociais, ambientais e tecnológicos. Os conceitos da sustentabilidade avançam sobre o agronegócio (AGROANALYSIS, jan./2006, p.3). No mesmo ano, em outra oportunidade, no caderno especial da ABAG na *Agroanalysis*, a questão da sustentabilidade e a opinião pública foi novamente levantado:

O discurso da sustentabilidade sensibiliza a opinião pública, principalmente a partir da declaração da Comissão Brundtland, de 1990, aprovada na Rio 92, de que “atender às necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades” (Lovatelli, 2006, p.12).

Em meados dos anos 2000, o ponto central das críticas estava sobre o avanço do desmatamento no país, vinculado à expansão territorial do agronegócio, em particular tanto sobre a ampliação da área plantada de soja, quanto do deslocamento da pecuária para regiões ao norte do país (FSP, 2005; REPÓRTER Brasil, 2006). Os dados abaixo evidenciam a aceleração do desmatamento na Amazônia Legal a partir de 2002, com pico em 2004.

Gráfico 6 - Desmatamento na Amazônia Legal, 1998-2004 (km<sup>2</sup>)



Fonte: Adaptado de INPE (2023, p.7).

Já no quarto CAB, realizado em 2005, a palavra sustentabilidade apareceu em destaque. O discurso em defesa da sustentabilidade foi construído em conjunto com dois significantes que lhe são postos como contraposições oriundas de antagonistas ao agronegócio: a “ideologia” e a “falta de compreensão estratégica do agronegócio para o desenvolvimento do país” (ABAG, 2020, p.23) e motivados por críticas tidas como injustamente direcionadas ao setor, que, segundo Roberto Rodrigues, no processo de repetição do argumento de justificação da agricultura moderna, tem atuação produtiva, tecnológica e preservacionista: “se não tivéssemos evoluído tecnologicamente e gerencialmente nos últimos anos, a terra necessária para termos a produção de grãos deste ano seria muito maior. Portanto, nosso padrão tecnológico é preservacionista” (AGROANALYSIS, outubro de 2006, p.8).

Entretanto, segundo Pompeia (2018), o agronegócio ou segmentos dele, em especial a soja, teve seus interesses associados por parte da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à uma dimensão contrária à sustentabilidade, e esta associação avançou politicamente tanto no cenário externo, em grandes veículos de mídia e ONGs, quanto no cenário interno, dado o avanço do desmatamento no período, a ameaçar os negócios da cadeia produtiva da soja, o carro chefe do agronegócio no Brasil.

No mesmo período, ocorreu a associação entre a ocorrência de trabalho análogo à escravidão e o avanço da fronteira agrícola do agronegócio. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, realizada pela repórter Elvira Lobato (FSP, 18/07/2004), às fiscalizações do Ministério do Trabalho davam conta de que no município de Sorriso, uma vitrine do agronegócio, Darcy Ferrarin, Valdir Daroit e Nei Frâncio, entre os maiores produtores da região, foram autuados. A multinacional belga Sipef também foi autuada pelo relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o trabalho análogo à escravidão. Ainda segundo o jornal, de 1995 até 2004, “foram resgatados 11.969 trabalhadores rurais que se encontravam em condição análoga à de escravo” (FSP, 18/07/2004), com casos no Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins e Rondônia, espaços de avanço do agronegócio.

Neste caso, a crítica ao conceito de trabalho em condições análogas à escravidão foi mobilizada pelos agentes do setor, principalmente contra a aprovação da PEC

438/01, Projeto de Emenda Constitucional, que definia a expropriação, sem direito à indenização para os proprietários, de terras que fossem autuados na prática do trabalho em condições análogas à escravidão.

Germani, identificado como advogado agrário na coluna “Legislativo” da revista *Agroanalysis* de julho de 2004, emprega a crítica ao conceito de trabalho escravo, buscando associar o último ao trabalho informal, segundo ele, uma prática corrente no país em inúmeros setores. A construção retórica de substituição entre os significantes “trabalho escravo” e “trabalho informal”, no entanto, não se prestou exatamente à crítica do conceito de trabalho escravo, mas a seus efeitos de expropriação da propriedade rural, em favor de um interesse oculto, a reforma agrária, bem como expandir as associações do perigo à propriedade para os agentes urbanos, como forma de somar forças contra a aprovação da PEC 438/01:

Para aumentar a percepção do legislativo federal relativamente ao trabalho informal, é necessário ampliar os efeitos da PEC para as atividades urbanas. Uma empregada doméstica, com ganho de um salário mínimo para trabalhar sete dias por semana, se desejar voltar para sua terra natal, mas não puder pagar a passagem de ônibus, não seria uma trabalhadora em regime de escravidão? O servente de pedreiro, morando na obra, em condições sub humanas, com ganho miserável, não seria ele um “escravo”? E as confecções informais “empregadoras” de imigrantes bolivianos, que chegam a trabalhar quatorze horas por dia a troco de comida? Nos atuais termos da PEC, se forem ampliados seus efeitos para o setor urbano, os bens destes “empregadores” seriam expropriados. Quem sabe, assim, os legisladores, percebendo os riscos que até pessoalmente passariam a correr, deixassem de confundir as relações trabalhistas informais, a permear por todo o País em todos os setores, com o regime de escravidão. Sob tal percepção e com a conseqüente alteração no texto da PEC, com certeza, ao proprietário rural restaria o alívio de não vir a servir de fonte de recurso grátis para a reforma agrária (Germani, 2004, p.50)

Inicialmente como forma de contornar a crise, principalmente aquela relacionada à cadeia de soja e o desmatamento da Amazônia Legal, e a ameaça do vinda do mercado europeu de embargo de compras do produto, grandes *tradings*, como a ADM, Bunge, Cargill e Maggi, constituíram a “Moratória da Soja”, com o objeto de não comprar o grão oriundo de plantações em que ocorresse trabalho escravo, transgênicos, desmatamento ilegal e invasão de terras, com o comprometimento de



entidades do agronegócio nesta mesma direção, tais como a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Associação Nacional de Exportadores de Cereais (ANEC), seguindo a “exigência dos consumidores de países desenvolvimento de padrões ambientais e trabalhistas mínimos na produção de commodities (Agroanalysis, agosto de 2006, p.47).

No entanto, nesta mesma edição, este e outros pontos de crise no acesso ao mercado por parte do agronegócio foram tratados de modo distinto, conforme o título de seu texto editorial: “O Agronegócio é o seguinte: a fraqueza do setor rural”:

[...] em nome da sustentabilidade e pela resistência dos grandes canais de distribuição da Europa na importação da soja, os processadores que atuam no Brasil declararam uma moratória ambiental de dois anos para os produtores da região amazônica. A atitude é inédita. O assunto ganhará destaque nos próximos meses. Paralelamente, acusados de não atender padrões de qualidade adequados, um grupo de produtos nacionais poderão sofrer embargos de importantes importadores. Uma missão prioritária para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O curioso é que os complexos problemas ligados ao setor rural são discutidos hoje nos grandes centros urbanos. Nos gabinetes atapetados, de terno e gravata, se debate questões cruciais para o campo, em longos e exaustivos embates jurídicos. É o que ocorre no caso dos organismos geneticamente modificados na CTNBio e nas disputas comerciais da Organização Mundial do Comércio. Na regulamentação da área de reserva legal e na aplicação dos índices de produtividade para efeito de reforma agrária, aparecem mais mazelas (AGROANALYSIS, agos./2006, p.3).

O ponto de conflito, que de certo modo anuncia o novo ponto de coordenação política do agronegócio como segurança jurídica, foi a ausência de controle dos agentes do setor sobre riscos político-institucionais que afetavam o agronegócio. Buainaine outros (2014) classificaram como risco político-institucional uma miríade de elementos externos que afetam o agronegócio, tais como intervenção do Estado nos mercados agrícolas até as políticas agrícolas e comerciais de outros países, todavia o risco político-institucional que tem mais destaque se refere, no plano nacional, as diferentes agências e ministérios que interferem no agronegócio através de normas, portarias, resoluções, projetos de lei, que alteram as regulamentações do setor. No entanto, para os autores, o fator que realmente implica em risco para o setor, não é necessariamente a quantidade de instâncias de regulação sobre a

atividade econômica, mas a possibilidade de atuação de outras forças políticas no agenciamento de discursos que interfiram no setor:

Como se não bastasse a quantidade de instâncias de discussão e decisão sobre a atividade econômica “agricultura”, há outro grave problema que transparece de maneira muito clara e afeta dramaticamente as relações entre o Estado e suas políticas, e os setores privados da agropecuária: o uso especialmente político dos ministérios e demais instâncias estatais (Buainainet *al.*, 2014, p.180)

Como reflexo destas ameaças, no CAB realizado em 2006 foram apresentadas as propostas da ABAG para os candidatos à Presidência da República, estes últimos foram convidados a apresentarem também as suas propostas para o agronegócio, fato marcante do evento foi a ausência de resposta do então Presidente da República e candidato à reeleição, reflexo da tensão entre o agronegócio, setores progressistas e o governo federal, sobre temas como a questão agrária, indígena e do trabalho em condições análogas à escravidão (Pompeia, 2020).

Como demonstração de indisposição das relações agronegócio e o governo federal, a revista *Agroanalysis* em fevereiro de 2006, em editorial sobre as eleições para a Presidência da República e Congresso Nacional naquele ano, conclamou as lideranças do setor ao exercício de “comprometer os candidatos com as prioridades do setor (*AGROANALYSIS*, fev./2006, p.3), em seguida, referindo-se ao governo Lula, declarou expressamente que este último “não possui capacidade e vontade para atender as demandas do setor (*IDEM, IBIDEM*).

Frente ao antagonismo no campo dos direitos humanos e do meio ambiente, no Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2006 a carta política do agronegócio<sup>61</sup> anunciou 15 prioridades como pleitos de seus agentes, entre os itens estão aqueles que demandam dotação orçamentária para o MAPA, atenção ao crédito e endividamento rural, seguro rural, tributação, entre outras. Todavia, o que definiu a mudança de estratégia discursiva do setor esteve alocada à crítica sobre a forma de organização administrativa do governo federal com a proposição da inclusão de atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca no MAPA, esta

---

<sup>61</sup>O documento foi veiculado na edição de maio de 2006 da *Agroanalysis*, através de um Caderno Especial da ABAG, intitulado: Propostas do Agronegócio para o próximo presidente da República.

última sobre o controle dos agentes do agronegócio, como busca de controle sobre os espaços de veiculação discursiva de críticas ao agronegócio:

Para tratar do agronegócio, o papel soberano e único deve caber ao MAPA, assim como acontece nos demais países. Não faz sentido, seja do ponto de vista econômico ou administrativo, o estabelecimento de estruturas e organizações paralelas, com orientações conflitantes nas questões associadas ao meio ambiente, biossegurança e posse e uso da terra, dentre outros. Muitos assuntos vitais são politizados e tratados com ideologia, contra os reais interesses nacionais

(...) É imperioso também que as atribuições hoje submetidas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Secretaria Especial da Pesca e às áreas de florestas econômicas alocadas no Ministério do Meio Ambiente sejam concentradas no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As questões pertinentes à reforma agrária devem ficar subordinadas diretamente à Presidência da República (AGROANALYSIS, maio/2006, p. E14-E15)

Outros dois pontos de destaque, segundo Carlos Lovatelli, então presidente da ABAG, foram os temas da segurança fundiária e da sustentabilidade, em contraposição à bandeira da reforma agrária, que frequentemente aparece como ameaça oculta (EXAME, 09/10/2008). A articulação discursiva pode ser associada ao fato de que em 2007, o V Congresso Nacional do MST teve o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular” em que a ideia de sustentabilidade, a agroecologia e a reforma agrária foram apresentadas como uma cadeia de equivalência em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio, que representa a unidade entre o capital estrangeiro, as transnacionais, grandes grupos econômicos que estariam a dominar a agricultura do país.

Nos anos seguintes, o tema da sustentabilidade também esteve presente nas pautas de atenção do setor sobre duas orientações retóricas: a primeira vinculada a uma operação metonímica, em que o significante de sustentabilidade foi correlacionado à fatores econômicos, sociais e ambientais - economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto - a constituir a discurso de legitimação do agronegócio (ABAG, 2020), conforme a apresentação da ABAG dos objetivos do VIII CAB:

Traz à luz as múltiplas visões sobre o tema do agronegócio e da sustentabilidade. Como uma das principais fronteiras agrícolas do globo, o Brasil atrai para si os olhares de todo o

mundo. Na condição de vitrine do planeta, o País precisa mostrar a sua capacidade de produzir e ofertar produtos de qualidade. Ter uma agenda mínima, com posição firme para transmitir credibilidade.

[...]

O agronegócio desperta para a sustentabilidade: equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental, o conhecido triple bottomline. Essa tendência ganha força geral e faz parte dos anseios da civilização moderna. Processos de verificação, certificação e monitoramento dos produtos agropecuários estão na ordem do dia (ABAG, 2020, p.26)

Já no oitavo Congresso do agronegócio a estratagem discursiva do setor foi converter o significante sustentabilidade à palavra agronegócio, incluindo-a em sua cadeia de equivalências numa operação metafórica. Não se tratou mais de promover uma aproximação discursiva entre significantes em que o agronegócio poderia ser uma das posições discursivas de identificação da sustentabilidade, mas afirmar que o agronegócio é a única forma possível de realizar a sustentabilidade, de tal modo que ser a favor da sustentabilidade, como uma particularidade, é também ser a favor do agronegócio (ABAG, 2020).

Segundo Pompeia (2018), com o intuito de “inflexionar o espírito do agronegócio” para lidar com o tema ambiental, entidades dos setores também criaram o Instituto Ares; lançado por 19 entidades do setor que tinham a função de “estimular as cadeias do agronegócio brasileiro a adotarem práticas mais sustentáveis em seus processos produtivos e preparar o setor para um futuro de pressões crescentes de mercado e ameaça de barreiras não-tarifárias” (UNICA, 2007).

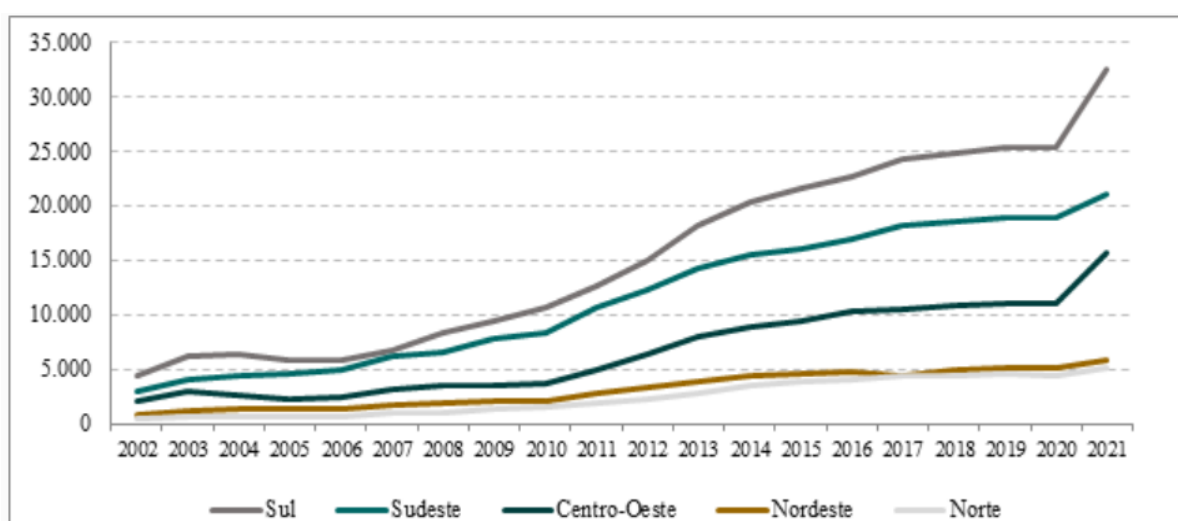
Esta inflexão esteve marcada por um conjunto de fatores que ampliaram as possibilidades de acumulação de capital através do setor, com o aumento da demanda de commodities derivada do crescimento populacional e da renda de países emergentes, o avanço do capital financeiro sobre as commodities, em que a terra ampliou papel como reserva de valor; aumento do preço das terras pela ampliação da demanda pela tríade alimentos-forragem-biocombustíveis, entre outros pontos que foram constituídos, no plano global, numa crise de alimentos em 2007, na aceleração, a partir de 2008 de processo do que ficou conhecido na literatura como *landgrabbing*/estrangeirização de terras.

Este crescente interesse pela apropriação de terras vinculados à demanda global por alimentos, ração, celulose, entre outros; de matérias primas para

agrocombustíveis, resultou em atração de investimentos para o Cone Sul, dado o seu papel de novo eixo do comércio mundial de commodities nas cadeias de soja, milho, carnes; dos biocombustíveis (canal - etanol); floresta plantada (papel e celulose), além de serviços ambientais que poderiam ser precificados em mercados de carbono (Borraset *al.*, 2011; Wilkinson, 2017).

Esse processo gerou uma expansão espacial da lavoura no Brasil, a partir de investimentos de capitais no agronegócio do próprio setor; de setores próximos, convergentes ou sinérgicos; de capitais não tradicionais nas relações do agronegócio; empresas de imóveis rurais; Estados ricos em capital, mas pobres em recursos naturais; fundos de investimento a buscar ganhos com a valorização das commodities, investimentos oriundos do estímulo dos ganhos monetários vinculados à precificação de serviços ambientais (Wilkinson *et al.*, 2010 *apud* Sauer; Leite, 2012). O avanço da fronteira agrícola do agronegócio e está ampliação do interesse do capital estrangeiro sobre o setor foram, segundo Sauer e Leite (2012), os principais fatores vinculados à valorização do preço das terras no Brasil que, como podemos observar na tabela abaixo, cresceu em todas as regiões do país nos últimos anos, sendo mais elevados nas regiões Sul e Sudeste, segundo dados da empresa de consultoria IHS MARKIT:

Gráfico 7 – Preço de terras agrícolas por região (2002-2021)



Fonte: (OLIVEIRA, J.)

Na direção destes condicionamentos, no início de 2010, ABAG e FIESP somaram forças na representação do agronegócio com o intuito de promover três articulações: alterações nos marcos legais, reestruturações administrativas no governo federal e mudança de imagem do setor (Pompeia, 2018, p.261). A partir deste ponto foi erigido um novo estratagema para o Agronegócio, tanto para se contrapor à luta por direitos territoriais de remanescentes quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, camponeses, trabalhadores rurais, entre outros, quanto para se apropriar ou incluir no mercado um conjunto de terras sobre a condição de mercadorias (Almeida, 2011; Pompéia, 2018).

Este processo, que Almeida (2011) chamou de agroestratégias, foi consubstanciado numa tentativa de alterar a legislação que tipificava o trabalho em condições análogas à escravidão, mudança na legislação trabalhista, com redução de direitos; alteração das instituições do Estado, para, em nome do critério de gestão, reduzir os espaços de atuação de antagonistas políticos; e, por fim, uma reorganização da imagem dos grandes produtores possibilitada por estas mudanças na regulação do trabalho e da terra. Como veremos na descrição CAB da ABAG, realizados a partir desta data, estes temas ganham centralidade discursiva.

É relevante pontuar que, nesses aspectos, há inicialmente um princípio de convergência entre as propostas da ABAG e COSAG, organizadas no documento “Agronegócio - Desenvolvimento e Sustentabilidade: Plano de Ação 2011/2014/2020 e a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), processo inicialmente limitado do ponto de vista prático da constituição de uma identidade do setor. Na revista Agroanalysis, onde personagens como Roberto Rodrigues - então presidente do Conselho Superior do Agronegócio (COSAG)- tinham influência, a posse de uma nova Bancada Ruralista, com cerca de 217 congressistas, ganhou parca menção em espaço que a revista intitulava como “Agrodrops”.

Na edição supracitada, a informação sobre a formação de uma nova bancada ruralista foi oriunda de uma fonte secundária - o que indica uma relação de relativo distanciamento do objeto - , uma matéria publicada no jornal Valor Econômico, por meio do qual a Agroanalysis selecionou alguns pontos que teriam sido anunciados pela FPA como temas de debate nesta magistratura: a reforma do Código Florestal; as regras do processo de criação de unidades de conservação e áreas indígenas; a

revisão da legislação trabalhista; a revisão dos índices de produtividade usados para fins de reforma agrária; a liberação de organismos geneticamente modificados; a facilitação de registros de agrotóxicos (AGROANALYSIS, abr./2011, p.11).

Dentre estes temas, tanto ABAG, quanto COSAG, nas propostas às presidenciais destacadas no 9ª CAB, de 2011, apresentavam convergência com a FPA nas demandas de atualização de marcos legais como o Código Florestal, o Estatuto da Terra, a Legislação Trabalhista no campo, crítica a destinação de terras para indígenas e remanescentes de comunidades quilombolas (ABAG, 2011, p.31). No entanto, segundo Pompeia (2018), a aproximação sistemática entre as entidades que representavam majoritariamente grandes empresas do agronegócio e a FPA - mais diretamente vinculada à agropecuária - só viria a se dar no advento da criação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), em 2011, exatamente pela aproximação dos temas das mudanças de marcos regulatórios como uma agroestratégia de apropriação de terras.

O ponto nodal de articulação desse novo discurso do agronegócio passa a ser a (in)segurança jurídica<sup>62</sup>, no que, em sua particularidade, significa dizer não apenas a inviolabilidade da propriedade, como na contraposição à reforma agrária, mas também à fixação discursiva do próprio significado dado à terra (propriedade), como fator de produção e de reserva de valor em antagonismo a outros sentidos de território e territorialidade. Se como conteúdo concreto a segurança jurídica faz referência à propriedade, como ponto nodal, conforme apresentaremos na próxima seção, seu raio de articulação é muito superior a esta definição, tendo por referência elementos tão díspares como o controle sobre instituições que regulamentam a atividade do setor, reforma trabalhista, tributária e limitação do espaço de competição discursiva dentro do Estado com outras forças sociais.

Sobre o exclusivo e decisivo ponto da segurança jurídica ligado à terra, recordemos que, no discurso anterior, a terra, como princípio de desigualdade de poder entre diferentes sujeitos, havia sido fator de exclusão, em favor do predomínio do capital, tendo assim também excluído do espaço de significação hegemônico a possibilidade

---

<sup>62</sup>A insegurança jurídica, como um significante particular que exerce a função de ponto nodal, está diretamente vinculada à propriedade da terra, mas, no seu papel de equivalente geral, também abarca outros significantes, como a regulamentação do trabalho, do meio ambiente, das instâncias institucionais que interferem na lógica produtiva do agronegócio, entre outras.

de realização de uma reforma agrária. Internamente ao modelo discursivo do agronegócio, sua posição foi de subalternidade em relação ao protagonismo do capital. Com a exclusão deste elemento da cadeia discursiva, a agricultura camponesa, o latifúndio e a questão agrária foram conjuntamente desarticulados como significantes no campo, o que cooperou para a construção de uma hegemonia agregadora de diferenças, com a ampliação de demandas de grupos subordinadas dentro do paradigma de domínio da agricultura moderna.

A terra, como elemento excluído<sup>63</sup>, no entanto, continuou a ser fator de articulação de diferenças que, uma vez tendo negadas as suas possibilidades de existência, dado o avanço político e econômico do agronegócio, passaram a movimentar em torno dela seu sentido de identidade política, na luta das retomadas indígenas, nas manifestações de rua, no combate ao uso de agrotóxicos, ao desmatamento, às mudanças climáticas, entre outros fatores que não dizem respeito à contraposição latifúndio em antagonismo aos camponeses, mas ao agronegócio em antagonismo à diversidade de identidades do que os camponeses e trabalhadores rurais são fora desta relação social, somados à lutas indígenas, quilombolas, pelo meio ambiente, na disputa por modelos civilizatórios que demonstram que o campo da discursividade em torno da terra é mais amplo que a tentativa de dominação simbólica empregada pelo agronegócio.

De tal forma que este retorno da terra, como um exterior constitutivo, como algo que permite, mas ao mesmo tempo ameaça a estabilidade da ordem social hegemônica do agronegócio, forçou às elites agrárias e agroindustriais a reconstituir ao político o seu lugar na formação do social, ou seja, a realinhar os elementos discursivos que compunham sua ordem social hegemônica.

Frente ao desafio de forças antagônicas que deslocaram o sentido cristalizado do eu do agronegócio, na conformação de uma lógica do capital, de uma naturalização de um único modelo de desenvolvimento agrícola, tanto a identidade dos agentes, quanto a delimitação do campo discursivo e agentes tiveram de ser modificadas. Na

---

<sup>63</sup>O significante terra, em si mesmo, não tem significado. Este só pode existir a partir de sua diferença com outros significantes, como terra de trabalho, terra de povos indígenas, terra como reserva de valor, fator de produção, entre outros. Quando mencionamos a terra como elemento excluído, estamos fazendo referência a uma destas possíveis associações, no caso, aquela vinculada à terra de trabalho, da reforma agrária.



primeira direção, por meio de um retorno à posição defensiva dos interesses patrimoniais das elites no campo; na segunda, através de uma nova definição de um eles - o outro que tendia a impedir a plenitude da identidade do agronegócio -, atrelado à organizações não governamentais e Estados competidores, movimentos progressistas, povos indígenas e quilombolas, trabalhadores rurais, os não aptos à agricultura, bem como contra todo sujeito que define a terra e o território contra as mercadorias fictícias.

Neste contexto, Pompeia (2018) afirma que a unidade entre empresários, ruralistas e parlamentares, na relação entre o IPA, CNA, FPA e outras entidades de representação do agronegócio, a despeito de suas diferenças internas, se deu pelo empobrecimento das pautas do que chama de concertação. A despeito do termo empobrecimento, que pouco esclarece sobre o objeto, mas auxilia na compreensão do fenômeno, trata-se menos de uma relação entre progressismo e conservadorismo que invoca, do que de uma rearticulação do político na conformação do agronegócio que, para realizar a sua identidade, passa a depender do estabelecimento de uma nítida fronteira entre um nós e um eles, entre aqueles que estão interpelados pelo discurso de seus agentes e os outros, que ameaçam seu sentido de boa sociedade.

Bruno (2012), por sua vez, apresentou a compreensão deste processo ao vaticinar a necessidade do agronegócio de se despojar da despersonalização da lógica do capital que oculta o interesse do proprietário. Como vimos antes, esta lógica do capital não representa algo no qual os sujeitos são apenas como portadores de seus efeitos, mas a própria constituição do processo de identificação destes por uma articulação discursiva, em que a terra, o capital, a tecnologia e o trabalho são articulados como elementos discursivos sobre o ponto nodal do progresso técnico, avanço do capital e da agricultura moderna, aquela que se orienta pela lógica mencionada pela autora: a “despersonalização dos processos sociais como um mecanismo de poder” (Bruno, 2012) que tem um contexto e contingência própria de realização social. Adiante, a autora conclui que “em algumas situações, como agora, faz-se necessário trazer os sujeitos deste processo como meio de valorização dos sujeitos do agro” (Bruno, 2012). Na esteira do tema da comunicação do setor e o ponto nodal da segurança jurídica, na dimensão universal que apresentamos, é que passa a aparecer a conformação de um novo discurso do agronegócio.

Quais a identidade destes sujeitos? Qual discurso constitui seu processo de identificação? Uma nova identidade e não apenas uma mudança de qualidade de pautas dos agentes do setor, se tornou peça fundamental para a construção de um devir Estado, na forma em que os discursos da ABAG expressavam sua demanda de tornar-se parte do sedimentado nos interesses presentes no aparelho estatal, portanto fora da disputa política. Vejamos por meio da descrição como este discurso tendeu a ser articulado.

Em 2010, no nono congresso do agronegócio,<sup>64</sup>, do ponto de vista das relações de antagonismos no setor, o incômodo se deu com a forma como o setor é visto, as críticas que lhe são endereçadas no campo dos direitos humanos e meio ambiente e as dificuldades de construir estratégias de comunicação que somem as distintas representações do setor. Nesse CAB, o então sócio-diretor da DPZ Propaganda, Roberto Duailibi, resumiu os problemas da construção da identidade elites agrárias e agroindustriais nos termos do marketing:

Em centros urbanos não existe a imagem do produtor rural. Ele é no entity, quer dizer, não entidade. Os adversários exploram marcas poderosas. São latifundiários, arrogantes e ricos, exploram o trabalho escravo e infantil, desmatam e destroem florestas, plantam combustível ao invés de comida, expulsam o pequeno agricultor, contratam milícias e assassinos. Amigos de transgênicos e agrotóxicos, eles poluem rios, fazem rodeios e têm agrobóys (ABAG, 2010, p.11).

Roberto Rodrigues (2014), em entrevista ao Roda Viva, mencionou duas ideias que marcam historicamente a imagem do negócio no campo: a ideia de que “em se plantando tudo dá” e a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato. Nada disse sobre os jagunços, pistoleiros e seus associados estatais. Anteriormente, em artigo no jornal a Folha de São Paulo, disse exatamente o contrário, fez o agro derivar a transformação do “caipira”, o fim do “Jeca Tatu” e da substituição do “caboclinho” pelos empresários rurais modernos:

---

<sup>64</sup>O evento também contou com a participação dos candidatos à presidência mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto àquele tempo, a saber, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva, que responderam, em vídeo exibido no Congresso, sobre as metas estabelecidas para o agronegócio pela ABAG, conjuntamente com outras entidades e empresas privadas ligadas ao agronegócio no Brasil. Foram definidos 6 pilares para o Agronegócio: Pilar 1 – Garantia de Renda para o produtor; Pilar 2 – Infraestrutura e logística; Pilar 3 – Política de comércio exterior; Pilar 4 – Pesquisa, desenvolvimento e inovação; Pilar 5 -Defesa agropecuária; Pilar 6 – Institucionalidade.

O caboclinho reservado de outrora foi substituído por um empresário rural moderno, ligado no computador para saber o que acontece na BM&F ou nas Bolsas de Chicago e de Tóquio. Usa a tecnologia tropical mais moderna do planeta para manter competitivo o agronegócio brasileiro, ganhando mercados e criando empregos e renda em todos os setores da economia; está preocupado com os altos custos de produção e a falta de recursos para o crédito rural neste ano em que temos uma chance rara de crescer num mercado mundial carente de alimentos.

Esse produtor rural moderno e eficiente, construtor da riqueza interior do Brasil, todavia, ainda tem seu bucolismo, e sua alma segue generosa e aberta. Ainda sonha com seu país melhor e vida digna para todos, especialmente para os trabalhadores que labutam no campo, de sol a sol. E ainda se emociona com os cânticos da procissão de São Pedro, e, com a família arrumada, leva as filhas, os netos, todo mundo, para se divertir com a vizinhança, embalados todos pela sanfona que toca noite adentro, varando as frias noites de junho na esperança de um verão pródigo (Rodrigues, 2008).

O décimo congresso do agronegócio, realizado em 2012, aponta estas conformações discursivas. Sob o título “Mudanças e paradigmas”, o congresso debateu o problema da comunicação do agronegócio na construção de sua identidade para a opinião pública e na defesa de seus interesses no Estado. Nos painéis “Agronegócio e Sociedade” e “Agronegócio e Governo”, os temas destacados foram sobre a importância do agronegócio para o Brasil, em sua posição geopolítica e na construção de um projeto nacional, onde o ponto máximo de referência foi a alegada contribuição da agricultura brasileira para alimentar o mundo.

No debate a respeito da visão da sociedade urbana sobre o que José Luiz Tejon Megido – participante do painel – chamou de “sociedade agrícola brasileira”, a discussão esteve marcada entre um alegado desconhecimento da sociedade urbana sobre o que é o agronegócio e o atrelamento de sua imagem ao latifúndio como as maiores preocupações (ABAG, 2011). Bob Costa, da Nova SB, agência de publicidade e propaganda responsável pela campanha “Sou agro”, neste sentido, destacou que dado que a sociedade não vê o agronegócio em seu cotidiano, não o reconhece, abriu-se o espaço para que prevalecesse “agenda criada por outras variáveis” (ABAG, 2011, p.26), como a discussão sobre o meio ambiente por parte de grupos ambientalistas, ONGs e movimentos sociais.

O tom das discussões sobre a estratégia de comunicação passou pelo reforço do fator emotivo como forma de interpelação da população urbana, principalmente aquilo que foi compreendido como nova classe média ou classe C (ABAG, 2011); assim, o foco das campanhas midiáticas, como se viu na prática do Sou Agro, Time Agro Brasil e Agro: a indústria é a riqueza do Brasil (Bruno, 2012) estiveram voltados para valores que, já neste painel, foram mencionados como elementos discursivos de interpelação desta classe em ascensão no período, o sucesso, o progresso e a vida dos novos consumidores, imaginário discursivo que se coadunam com uma “visão triunfalista do agronegócio”, mote pelo qual, segundo Almeida (2011) foi constituída uma estratégia de legitimação e justificação do agronegócio, frente a questões ambientais, econômicas e sociais na disputa pela captura de territórios.

O agenciamento organizado por movimentos sociais da palavra agronegócio em colagem de significantes como desmatamento, trabalho análogo à escravidão, conflitos fundiários com populações indígenas e quilombolas, traduziam-se obstáculos ao contínuo emprego deste termo para os processos de justificação das elites agrárias, que passaram a tentar empregar a palavra agro, na retirada de seu complemento, negócio. Desta feita, o movimento de valorização do agronegócio, a partir de campanhas de marketing e de um novo discurso, passou a buscar performar um papel agregador na reorganização da imagem do setor: Agro, excluído o significante negócio.

Gerhardt (2021) buscou identificar a constituição da ideia de agro como uma luta por fixação de sentidos a respeito do agronegócio como a organização de uma multiplicidade de associações presentes nas campanhas publicitárias do setor. Segundo o autor, esta organização discursiva buscou massificar uma “neologização infinita”, como metonímia infinita, pela incorporação de outros significantes, como brasileiro, nação, mulher e homens, jovem, ator, pessoa que, como diferenças, passassem a encontrar um sentido de universalidade pela identificação com o agro, sendo, portanto, agrob Brasileiro, agronação, agromulher e agrohomen, agroator, agropessoa, entre outros.

Nesta direção, em 2014, um ano de eleição para cargos no executivo e legislativo no governo federal e estaduais, dois painéis do CAB foram utilizados para discutir a forma como a sociedade urbana enxerga o agronegócio (valorização) e o

lançamento de um documento, endereçado aos presidenciais, com as propostas do setor em reunião de mais de 50 entidades no Cosag (FIESP) – “Agronegócio Brasileiro 2015-2020 – Propostas de Plano de Ação aos Presidenciais” (protagonismo).

No painel “A sociedade e o agronegócio”, José Luiz Tejon Megido, professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), conjuntamente com Víctor Trujillo, então diretor do Instituto de Pesquisa e Estatísticas de Sorocaba (IPESO) divulgaram uma pesquisa intitulada “O eleitor e o agronegócio brasileiro” que visou medir, entre outras coisas, se havia pontos de confronto dos interesses do agronegócio com a sociedade e, a partir dos resultados da pesquisa, a possibilidade de presidenciais incluírem aspectos ligados ao setor em seus programas de campanha.

A pesquisa foi realizada em Porto Alegre, São Paulo, Goiânia, Salvador e Belém, composta de 75 questões e com índice de confiabilidade de 95%. No que se refere a visão dos entrevistados sobre o agronegócio, 87,5% consideraram que o setor é muito importante para a economia de sua cidade; 90,8% também o consideraram muito importante para a economia de seu Estado e surpreendentes 91,2% responderam que o consideram muito importante para a economia brasileira. 91,9% disseram que sim, “o desenvolvimento do agronegócio é importante para geração de empregos; 82,5% responderam sim para a pergunta se a oferta de alimentos dependerá da capacidade do futuro presidente orientar e apoiar o agronegócio (ABAG, 2014).

A pesquisa também buscou evidenciar a posição dos eleitores com relação aos candidatos em sua relação com temas caros ao agronegócio e ao setor em si mesmo, alguns dos resultados reproduzimos abaixo:

Tabela 6 - Preferência do eleitorado sobre os candidatos à Presidência da República de 2014 e sua relação com o agronegócio

<b>81,2% preferem um candidato que entenda de agronegócio;</b>
<b>92,8% preferem um candidato que reduza os impostos dos alimentos;</b>
<b>84,3% preferem um candidato que tenha política para apoiar a agropecuária;</b>
<b>83,7% preferem um candidato que dê maior atenção aos agricultores;</b>
<b>81,8% acham que um presidente que não apoia a produção de alimentos não se importa com a qualidade de vida das pessoas;</b>
<b>72,8% não votam em candidato com descaso para com a agricultura.</b>

Fonte: (ABAG, 2014, p.23)

Na mesma pesquisa, se fez uma segmentação dos eleitores em 4 categorias, nomeadas de agroconscientes, que representavam 37% dos eleitores, seriam pessoas com “ótima consciência política em relação ao agronegócio” (ABAG, 2014, p.26); biourbanos, 29% dos eleitores, favoráveis à biocombustíveis, preocupados com meio ambiente nas cidades, não veem razão nas reclamações do agronegócio, entre outras características; os agrolots seriam 21% dos eleitores, que teriam opiniões difusas sobre o agronegócio, por último existiriam os agroindiferentes, como 13% dos eleitores (ABAG, 2014).

Não foi a primeira vez que o setor se utilizou desse expediente para medir o impacto de suas atividades sobre a opinião pública. Gerhardt (2021) registrou que em 2013 a ESPM já havia realizado uma pesquisa de opinião pública sobre o agronegócio, a empresa Basf, em 2014, também somou esforços e recursos no intuito de construir pesquisas para mapear a visão de consumidores e produtores sobre o agronegócio no Brasil, segundo o Canal Rural (2014). Todavia, como destacou Gerhardt (2021), mas também, no próprio 13º CAB, Bolívar Lamounier, então sócio-diretor da

Augurium Consultoria, ambas as pesquisas da ESPM compartilham de viés positivo, tanto na forma como as perguntas são feitas, tanto quanto ao não expor aos entrevistados os conflitos do setor. Vale lembrar que segundo Gerhardt, na pesquisa da ESPM de 2013, 40% afirmaram nunca terem ouvido falar sobre agronegócio; já na pesquisa apresentada por Tejon e Trujillo no 13º CAB, 89,4% afirmaram faltar informações sobre o agronegócio, o que, em si mesmo, abre um enorme distanciamento entre o otimismo dos índices positivos sobre o setor e o grau de conhecimento dos entrevistados sobre o que estavam a responder.

No décimo primeiro congresso (2012) – “Brasil – Alimentos e energia – Seguranças Globais”, o discurso do Brasil como protagonista para o papel de garantir a expansão da oferta global de alimentos e energia foi ampliado. Três explicações podem ser arregimentadas para este destaque, que já havia sido feito no CAB de 2011 por Roberto Rodrigues, primeiro a subida do preço das commodities a partir de 2007, bem como a crise dos alimentos no período em esfera global; segundo o estímulo dado tanto pela divisão internacional do trabalho, através da demanda presente e prospectiva, quanto de instituições internacionais como a FAO e OCDE, ao papel do Brasil como país com potencialidade para suprir parte da demanda global de alimentos em ascensão e, por fim, a derrota discursiva que o agronegócio sofreu no campo da segurança alimentar e nutricional internamente, tanto pelo destaque dado à agricultura familiar neste quesito, quanto às críticas ao valor nutricional de alimentos ultraprocessados<sup>65</sup>.

A partir destas questões, o discurso do Agronegócio como garantidor da segurança alimentar se torna cada vez mais “globalizado”, associado ao também ao papel da segurança energética. Por intermédio desse vínculo discursivo, o agronegócio, como baluarte da segurança alimentar global, se complementa, no discurso do 11º

---

<sup>65</sup>O Guia Alimentar para a População Brasileira foi lançado em novembro de 2014 pelo Ministério da Saúde. De forma geral, o documento recomenda o maior consumo de alimentos *in natura* e apresenta uma classificação dos alimentos (NOVA) a partir do tipo de processamento industrial, sendo 4 tipos de alimentos classificados: alimentos *in natura* ou minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; alimentos ultraprocessados. Pompeia e Schneider (2021) destacam que a relação causal estabelecida pela NOVA entre o consumo pela população de alimentos ultraprocessados com obesidade e outras doenças crônicas foi um ponto de crítica entre entidades de representação de agroindustriais e o governo, em controvérsias sobre alimentação e saúde pública.

Congresso da ABAG, com o Brasil como *player* global na oferta de alimentos e energia.

Entretanto, se como vimos este processo articulação discursiva do termo agro foi amplificado, numa relação de um grupo cada vez maior de significantes que poderiam ser materializados no significante agro, como, por exemplo, sou ecologista (uma posição diferencial), mas também sou agro - uma diferença que se universaliza - de tal modo que sendo agroecologista, por um processo de contiguidade entre significantes, realizo minha plenitude ausente na identificação de que quem não é agro, não pode ser ecologista e, ao contrário, ser ecologia é ser agro. Trata-se de um processo em que uma diferença, agro, alimenta-se de outras diferenças na constituição de uma cadeia de equivalências, de modo que este último se torna uma identificação universal. O exercício retórico poderia ser realizado para uma variedade ampla de significantes. Gerhardt (2021, p.10) parece ter trabalhado exatamente nesta perspectiva ao buscar entender os mecanismos de subjetivação empregados pelo discurso do agronegócio:

Embora suas organizações e lideranças se movimentem com força (econômica) e influência (política), os mecanismos produtores de professores, desejos, mães, amigos, cabelos (agros) já não mais delas necessitam para seguir produzindo, pois, voltando de novo ao slogan da campanha Agro é Tudo, a linha de montagem e seus funcionários estão por toda parte e em todo lugar. São eles todos agro.

Entretanto, existem limites à atividade de articulação de elementos dentro de uma cadeia discursiva, o agronegócio como sustentável, provedor de segurança alimentar no mundo, produtivo, tecnológico, moldado pela gestão profissional, entre outros, pois, quando reúne estes significantes pelo ponto nodal da segurança jurídica e a defesa da propriedade privada, não pode agregar sob sua cadeia de equivalência elementos que ameacem a ordem de seu discurso. Se a agroestratégia, conforme apontou Almeida (2011) estava direcionada a justificação e legitimação de expropriação de territórios indígenas, quilombolas, de pequenos posseiros, ribeirinhos, entre outros, estes são os limites da amplificação discursiva do setor e a defesa irrestrita da propriedade a fronteira que estabelece o limite no político contra aqueles que impedem a realização de plenitude social do agronegócio.



Quem ameaça o agro (negócio)? A resposta é inequívoca no 12º CAB: são os indígenas, os órgãos estatais que determinam o aumento das unidades de conservação, os ambientalistas, as organizações não governamentais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No 13º CAB voltou-se novamente à carga contra o governo, a “morosidade” das licenças ambientais do IBAMA, os marcos regulatórios e a alegada insegurança jurídica. No painel “Expansão de área para aumento da oferta”, coube a Evaristo Eduardo de Miranda, então coordenador na Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais da Presidência da República” e membro da “Embrapa Territorial” calibrar o discurso contra as reservas indígenas e unidades de conservação:

Existe, no Brasil, o mito de muita terra disponível. No entanto, entre o período de antes da Constituição de 1988 e 2013, assistimos, no País, a uma redução das áreas potencialmente disponíveis para a agricultura, paralelamente à expansão das áreas indígenas e das unidades de conservação. A área indígena corresponde à soma dos territórios ocupados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e um pedaço de Minas Gerais. As unidades de conservação correspondem a todo o Nordeste e boa parte de Minas Gerais. Assim, as áreas das propriedades rurais no Brasil perderam muito espaço em vinte anos (...) A agricultura continuará a perder área ocupada. Há muita demanda para criar mais unidades de conservação, terras indígenas e obras de infraestrutura – tudo isso em cima da agricultura (ABAG, 2012, p.19).

O mesmo discurso técnico foi anteriormente promovido por Evaristo Eduardo de Miranda e outros pesquisadores da Embrapa Territorial em publicação da Agroanalysis, em sua edição de nº12, volume 28, de dezembro de 2008 e no 7º CAB da ABAG, no mesmo ano. Na revista, numa matéria especial intitulada “O Alcance da legislação ambiental e territorial mudanças climáticas e agricultura”. A Agroanalysis (dezembro de 2008, p.26) assim introduz o estudo:

Em um país de grande extensão territorial como o Brasil, a impressão geral é de que há terra disponível em abundância para a produção de alimentos, de energia, ou mesmo para o crescimento das cidades. Não é verdade. Um estudo realizado por pesquisadores e analistas da Embrapa avaliou o alcance territorial de medidas que destinam áreas à proteção ambiental ou ao uso exclusivo de populações minoritárias. Sua conclusão contraria o que parecia incontestável. O Brasil, em termos legais, possui menos disponibilidade de áreas do que se imagina para ocupação econômica urbana, industrial e agrícola.

Miranda e outros (2008), nesta última edição citada da Agroanalysis, concluíram seu estudo com a seguinte asseveração:

Tem sido absolutamente insuficiente a eventual busca de compatibilização do alcance territorial da legislação ambiental com outras demandas territoriais – dos indígenas ou quilombolas, com programas sociais de assentamentos e reforma agrária – com o crescimento da economia agrícola, urbana, industrial e energético-mineradora. O impasse entre legalidade e legitimidade no uso e ocupação das terras deve agravar-se ante as demandas e expectativas por mais terras por parte de ambientalistas, indigenistas, movimentos sociais, agricultores etc. Questões de governança territorial e impasses na gestão desses conflitos já chegaram ao Supremo Tribunal Federal. Para o ordenamento territorial, a impressão é de que o Brasil acabou (Miranda *et al.*, p.31, 2008).

Bernardo Esteves, da Revista Piauí, investigou, entre outros assuntos ligados à específica biografia de Evaristo Eduardo de Miranda, este artigo e o que, a partir das críticas a sua metodologia, ficou conhecido como “a fábula da margem do rio<sup>66</sup>”. O relevante a se apontar é que, a partir deste estudo, que indicou que apenas 29% das terras do país poderiam ser utilizadas pelo agronegócio, grupos ligados ao setor passaram a ter argumentos técnicos em defesa da flexibilização de leis ambientais, em especial sobre o Código Florestal (Esteves, 2021).

Em outro painel do 12º CAB da ABAG, nomeado como “Políticas Essenciais para atender o aumento da oferta”, nota-se a inconformidade de representantes do agronegócio com a política do governo para o agronegócio e seus temas de interesse. Roberto Rodrigues é explícito ao dar o novo tom político do que viria a se concretizar efetivamente após o golpe de 2016, com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República:

Este é o 12º CAB. Se pegarmos os anais de cada um deles, chegaremos à evidência de serem todos iguais, com a

---

<sup>66</sup>Segundo Bernardo Esteves, Evaristo Eduardo de Miranda teria realizado, com uma equipe de pesquisadores, e atendendo à demanda do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), uma investigação para identificar a quantidade de terras que estavam protegidas por legislação ambiental no Brasil. O dado descoberto pelos pesquisadores, conforme citamos, revelou que poucas terras estariam à disposição da atividade produtiva. O caso é que, para alcançar esta informação, sob a dificuldade de não se ter dados sobre a largura da margem da maior parte dos rios da Amazônia, a equipe de Miranda teria utilizado o maior valor possível, o que ampliou as áreas sob proteção artificialmente, fazendo com que fosse encolhida aquelas de possível destinação à produção agrícola (Esteves, 2011).

repetição das mesmas críticas, queixas e mea culpas, sem definirmos responsabilidades e tomarmos providências. (...) É o momento de propormos, como fizemos na Constituinte, uma agenda de termos. O candidato de qualquer partido só será votado se assinar um documento, registrado em cartório, comprometendo-se a cumpri-lo (ABAG, 2012, p.39)

Em outro comentário, Roberto Rodrigues disse: “O desafio é construir e colocar uma agenda à prova, mas não como fizemos várias vezes no passado: chamamos os candidatos, fizemos propostas e perguntamos o que achavam. Ninguém respondeu. Então, é o seguinte: assinará ou não o compromisso” (ABAG, 2012, p. 40).

O 13º CAB teve como lema “Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo”, foi realizado em 2014. O presidente da ABAG, como de costume, abriu o evento e, em seu discurso – “Base do desenvolvimento Nacional” (ABAG, 2014), recordou temas que já haviam sido enunciados na CAB anteriores, como a ideia de um país agrícola “eleito (...) para liderar a importante expansão da oferta de alimentos nas perspectivas globais crescentes da demanda de alimentos neste século (ABAG, 2014, p.5), agregam-se a esta dimensão outro título, desta vez auto atribuído, de país “campeão mundial da preservação” (ABAG, 2014, p.5).

Novamente os entraves a esta trajetória de desenvolvimento ou seu “lado complexo” são as demandas de novas áreas de conservação, de terras indígenas, de assentamentos e quilombolas, bem como os critérios de definição de reserva legal e área de proteção permanente e os alegados reflexos disso, em aumento do preço das terras e, em consequência, o aumento do custo dos alimentos. A mesma posição foi reiterada neste CAB por Luis Carlos Heinze, então presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), que afirmou existir um processo de ideologização nas definições de unidades de conservação, remarcação de terras indígena e quilombolas, sem especificar exatamente o que entende por este neologismo. Outros pontos que também foram destacados como partes da “ideologização” foram as regras do Código Florestal e a aplicação da legislação trabalhista através da Norma Regulamentar nº 31 (ABAG, 2014)

Em fevereiro de 2016 a Frente Parlamentar da Agricultura decidiu apoiar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em agosto, no 15º Congresso da ABAG – “Liderança e Protagonismo”, as críticas ao governo deram o tom de uma transição

política do agronegócio que abriria espaço para que as mudanças de marcos legais apoiadas pelo setor encontrassem foro aberto no Estado.

Segundo o então presidente da ABAG, Carlos Lovatelli, as dificuldades da população urbana em entender o que é o agronegócio estiveram marcadas por um movimento ideológico que ocupou espaços nas instituições, promoveu divisão entre as classes e experimentações econômicas equivocadas (ABAG, 2016). Medidas amargas para a população, mas necessárias para os negócios exigiam um novo pacto que o patronato rural estava pronto a apoiar:

Nossas lideranças, atentas, devem estar preocupadas com os atendimentos dos pedidos da população, mas, também, devem ter sabedoria de que a reação popular às medidas disruptivas é inevitável e será preciso comunicação competente para sensibilizar a sociedade sobre o tema (ABAG, p.10, 2016).

Chegava o tempo de reformas, de mudanças de marcos legais, do lema “menos governo e mais mercado” (ABAG, 2016) anunciadas no começo dos anos 2010 e reforçadas por uma “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017” do IPA<sup>67</sup>-FPA entregue em maio de 2016 para o ainda vice-presidente da República, Michel Temer. A reforma trabalhista, previdenciária, do Estado, entre outras, passaram para a ordem do dia efetivamente, bem como temas que envolvem investimento estrangeiros em propriedades rurais, facilitação na liberação de moléculas de agrotóxicos, regularização fundiárias de terras, resolução de conflitos por demandas de terras indígenas e destinação de terras devolutas ganharam força no discurso do agronegócio numa unidade entre ruralistas, industriais e parlamentares propulsionada pelo reordenamento da cadeia discursiva do setor em torno da ideia de segurança jurídica para garantir ordem pública e melhorar a atratividade de investimentos.

#### 5.4 RUPTURAS E CONSERVADORISMO

Na análise que realizamos, defendemos que no predomínio da lógica das diferenças, as diferentes agriculturas, sobre o guarda-chuva do espaço de complementaridade, onde as demandas são atendidas isoladamente de seu contexto de emergência,

---

<sup>67</sup>Recordamos que entre as muitas representações do agronegócio no IPA, encontra-se a própria ABAG.

conformaram uma lógica ambígua e desigual de poder em que, como aponta Favareto (2017), as políticas de estímulo à inclusão conviveram, de forma esquizofrênica, com políticas de incentivo a um modelo de inserção externa, concentrador de renda e riqueza, mas gerador de divisas externas.

Concluimos anteriormente que a dubiedade da lógica da complementaridade poderia ser revelada, em sua articulação, pelo critério de uma exclusão, que permitiria os desenvolvimentos discursivos de demandas com caráter antagônico reduzido no Estado. Todavia, como a exclusão constitui e ameaça o fundamento contingente de uma ordem social, esta não é um fim, um fechamento total de uma estrutura, mas uma abertura para novos deslocamentos de discursos. Portanto, temos um campo de discursividade sempre aberto, apenas temporariamente articulado, por uma tentativa necessária e previamente falida de uma hegemonia. Isto condensa boa parte da narrativa que expusemos sobre este período histórico que discutimos nas páginas anteriores. A hegemonia como uma tentativa de dominar o campo da discursividade é uma impossibilidade, dado a contínua proliferação e fragmentação de diferenças. Assim, o que move uma estrutura e os sujeitos são esses deslocamentos, que exprimem uma falta.

Nas transformações do discurso do agronegócio, como um deslocamento, aparece algo de novo que começa a ser pronunciado após a crise dos alimentos de 2007 e a crise financeira global de 2008, se estende e se aprofunda como um abismo sobre demandas e demandantes da lógica diferencial. O modelo de organização política que, com abundância de recursos financeiros, beneficiou empresários industriais, trabalhadores, grupos rentistas, financeiros e o agronegócio através da renda da terra e do fluxo de capitais externos à economia brasileira começou a ruir, principalmente a partir de 2011 e os prolongamentos da crise internacional de 2008 que atingiram a economia brasileira no início da década de 2010.

Como tentativa de contrarrestar a crise de acumulação sobre os impactos da crise financeira global em 2008, o governo federal fez sua parte, no sentido de buscar gerenciar o ciclo econômico de acumulação de capital e do lucro capitalista, ampliou os gastos públicos, reduziu impostos através de desonerações tributárias, capitalizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para incentivar exportações, criou uma política industrial para grandes empresas nacionais, entre

eles grandes empresas do agronegócio, no que obteve sucesso em retrair, momentaneamente, os efeitos de deslocamento promovidos por intermédio da crise internacional (Bresser-Pereira, 2016). Todavia, o aprofundamento do declínio econômico global a partir do segundo semestre de 2011, a redução do crescimento chinês e a ampliação da oferta de matérias primas acabou por contribuir para uma queda dos preços das commodities, com o fim de um ciclo de preços positivos (Petras, 2014).

Como continuada resposta à crise, o governo federal optou por uma tentativa de reorientação do pacto político ao ampliar uma série de políticas de incentivos estatais à atividade econômica, no que ficou conhecido como “nova matriz econômica”, baseada na ideia de ampliação da competitividade da indústria brasileira, com redução da taxa de juros, busca pela redução da sobreapreciação cambial e redução do impacto tributário sobre as atividades produtivas. Além disso, o governo federal promoveu projetos de investimento em infraestrutura e reforma do setor elétrico, com o objetivo de redução do custo de produção das empresas, assim como controle de capital e ampliação de proteção de produtos nacionais da concorrência de produtos estrangeiros. Ainda assim, mantendo as políticas de desenvolvimento social, com ampliação do salário-mínimo e políticas de distribuição de renda. Ou seja, buscou a manutenção da ação estatal no incentivo à acumulação de capital em concomitância com a preservação da guarida ao ordenamento da legitimidade política encontrada sobre a base das massas populares e seu acesso ao consumo.

De todo modo, isso que Singer (2015) definiu como um “ensaio desenvolvimentista”, incluía não apenas um conjunto de políticas econômicas pró-investimentos produtivos e manutenção de uma ação social, mas a construção de um outro pacto econômico-político:

Da perspectiva dos grupos dominantes, o modelo excluía o capital financeiro e suas ramificações cosmopolitas, mas apoiava-se decididamente nos industriais e nas grandes construtoras, afinal tratava-se de reindustrializar o país e ampliar sua infraestrutura. Por outro lado, no âmbito da população, enfatizavam-se as novas classes médias e os trabalhadores, ampliando-se o espectro das políticas sociais e dando menor importância às classes médias tradicionais. Definiu-se também um maior protagonismo do Estado e de suas burocracias na condução do processo de crescimento por

meio dos seus bancos públicos, em especial o BNDES e, também, da Petrobras, principais agentes da nova política industrial (Carneiro, 2017, p.62).

Entretanto, o ensaio de reorganização do pacto político durou pouco, em 2013 o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou um ciclo de subida da taxa de juros, que acabou por ser o início da desmontagem do novo modelo econômico proposto pelo governo (Bresser-Pereira, 2016). A queda dos preços das commodities, principalmente a partir de 2014 (Celik, Kóczán, 2016), somada às dificuldades de fazer avançar a economia a partir do estímulo ao investimento (Petras, 2014), somados aos efeitos de uma guerra ideológica organizada por críticas do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, bancos estrangeiros, imprensa internacional e nacional contra as políticas de intervenção econômico estatal no Brasil, em prol da redução dos gastos públicos, de impostos, reformas estruturais contra direitos trabalhistas e a favor de privatizações (Singer, 2005), mudaram o rumo do jogo político.

Já em 2013, a crise econômica se associou a crise política, com as manifestações de junho daquele ano, que mobilizou as insatisfações das massas com o padrão de vida precário, a deficiência dos serviços públicos, o alto endividamento das famílias, entre outros pontos que, organizados pela bandeira do moralismo típicas das classes médias, contra a corrupção, formaram uma conjuntura de dupla crise: uma no processo de acumulação de capital e outra na capacidade de legitimação do regime político (Petras, 2014).

Sob a debandada da burguesia industrial do pacto produtivista proposto pelo governo Dilma, reuniram-se o agronegócio e às finanças, sob o suporte da classe média tradicional (Singer, 2015; Carneiro, 2017), para a coordenação de uma dominação política liberal conservadora:

Em 2013, a burguesia industrial, cansada de baixos lucros, senão de prejuízos, debilitada pelos anos de desindustrialização e desnacionalização, sem líderes com clareza ideológica, repetiu o que tinha feito na crise de 1960 e juntou-se aos capitais rentistas, incluindo a classe média rentista, o setor do agronegócio e os financistas (Bresser-Pereira, 2016, p.373)

Temos por pressuposto que é a partir de 2016, com o golpe de Estado conciliado com a manutenção dos mecanismos democráticos liberais, que a forma de

fechamento da estrutura social variou em sua natureza política para uma lógica em que a hegemonia não mais se constituiria por uma ampla margem de inscrição de demandas sociais sobre a competição limitada de postulados políticos, mas a partir da coordenação, em cadeias de equivalência de antagonismos, por meio da delimitação de uma fronteira, em resposta à crise. Não se tratava mais de fazer convergir ideários ético-políticos do neoliberalismo e das forças de redemocratização a partir da abertura do espaço de inclusão política de diferentes discursos dentro de uma ordem social, mas de amplificar a margem de uma exclusão.

Um dos pontos mais marcantes que exemplificam esta mudança de lógica política está sobre os gastos sociais do Estado. Na crise da primeira metade dos anos 2010, o discurso do neoliberalismo passou a divulgar que a Constituição Federal, no que se entende, os direitos, não cabia no orçamento público (EL PAÍS, 15/11/2015). O controle da inflação e a retomada do crescimento, logo, não poderiam prescindir de um controle de gastos do governo. Com este fim, foi aprovada a PEC 55/2016, que deveria restringir os gastos públicos durante 20 anos, atingindo o orçamento fiscal e da seguridade social, neste segundo aspecto, a agir para desmontar um acordo político sobre o aumento dos gastos sociais que, segundo Bresser-Pereira (2016), com exceção do governo Collor (1990-1992) havia sido cumprido desde 1985. A PEC 55/2016 teve apoio da bancada ruralista em sua cruzada contra direitos.

Quais foram os efeitos deste discurso no arranjo da lógica da diferença em nosso objeto de estudo? Sobre as políticas de desenvolvimento rural no campo, para além do PRONAF, a redução dos recursos para gastos sociais teve uma implicação direta para os grupos menos capitalizados da agricultura familiar, a inviabilizar instrumentos de apoio e redistribuição de renda (Favareto, 2017).

Outras toadas de retirada de direitos estavam fincadas sobre as relações trabalhistas, prevista na “Pauta Positiva – Biênio 2016/2017” (FPA, 2016). Tanto a Lei nº 13.429, quanto a Lei nº 13.467, alteraram dispositivos legais ao abrir espaço para processos de precarização do trabalho nas formas da terceirização, de nova regulamentação que pode estender a jornada de trabalho e novas formas de contratação como o regime de trabalho intermitente e formas temporárias de contratação.



Valadares, Galiza e Oliveira (2017), sustentam que, a despeito da reforma trabalhista não ser direcionada necessariamente a mudança nas relações de trabalho no campo, dado, inclusive, o fato de que o contingente populacional ocupado em atividade agrícola e com registro de emprego formal ser minoritário nas formas de ocupação total de atividade agrícola do país, efeitos indiretos da terceirização, da possibilidade de expansão de jornada de trabalho e de novas possibilidades de contrato de trabalho podem comprometer a renda dos trabalhadores rurais e a agricultura familiar, tanto em sua estratégia de reprodução, baseada em parte do tempo ocupada em trabalho assalariado para gerar renda, quanto nas atividades de trabalho informal, que passam a ter como limite de relações de contrato, uma base ainda mais permissiva de exploração, do ponto de vista da redução de salários e das condições de trabalho.

A não inclusão das demandas diretamente relacionadas ao agronegócio na reforma trabalhista se deu no sentido de não construir maiores oposições ao texto aprovado no Congresso. No entanto, dados a abertura para mudanças em direitos que a reforma criou, além de seus efeitos diretos e indiretos sobre as relações de trabalho no campo, foi apoiada pelo agronegócio, que participou efetivamente das discussões. Nesse sentido, o então presidente da CNA, João Martins, afirmou: “Agora é o momento certo para o Brasil se modernizar na área trabalhista. Queremos discutir para termos propostas consistentes” (CNA, 2017).

A temática da reforma trabalhista também foi discutida no 16º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CAB) - “Reformar para competir”. No Painel 1 - Modernização Trabalhista, a reforma trabalhista foi alçada a um novo patamar de debate que relacionou não apenas as mudanças obtidas pela nova regulação do trabalho, mas também a críticas à Justiça do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, Direito do Trabalho e, por fim, à própria Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Walter Schalka, então presidente da Suzano e Celulose, sintetizou o tom das demandas do setor: “Precisávamos de uma revolução e não de uma evolução. Isso está dado de forma pragmática” (ABAG, 2017). Em avaliação positiva da reforma, Almir Pazzianotto arrematou: “[...] rompeu-se o tabu da impossibilidade dogmática de uma revisão da CLT. A questão é se continuaremos a ter o Ministério do Trabalho

com o seu setor da fiscalização, que é altamente politizado, mais as suas ações civis e inqueritos” (ABAG, 2017).

Assim que se concebia que a reforma trabalhista não era um ponto de chegada, mas de partida, em que o agronegócio, como uma força política, deveria se empenhar, dada a possibilidade dos efeitos dela fossem barrados na Justiça do Trabalho. Walter Schalka assim definiu este ponto:

A reação deles preocupa. Fala-se que o orçamento anual da Justiça do Trabalho é de R\$ 14 a R\$ 16 bilhões. As questões do ensino e da indicação dos ministros são fundamentais. Há uma conotação política importante. A classe empresarial foi muito passível. Precisamos de sindicatos patronais e entidades como a ABAG no apoio político a candidatos (ABAG, 2017, p.27).

O ponto central, segundo Almir Pazzianotto está mesmo na desestruturação da CLT a partir de um desmonte da Constituição Federal de 1988:

Não haverá uma reforma digna desse nome se não formos olhar a Constituição. O art. 7º é uma espécie de CLT condensada. Já o art. 8º mantém a estrutura sindical com as raízes corporativas fascistas, com sindicato único, divisão de trabalhadores e patrões por categoria (ABAG, 2017, p. 27).

Nas discussões sobre a reforma trabalhista havia ainda mais retrocessos possíveis, como no Projeto de Lei 6.442/2016, de autoria de Nilson Leitão, então presidente da Bancada Ruralista, que só não foi levado adiante, nesta oportunidade, por um acordo com o governo, segundo o jornal Valor Econômico:

As modificações ficaram de fora do parecer do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista, por um acordo da bancada ruralista com o governo - são 192 itens que deixariam o projeto muito maior e poderiam aumentar as resistências. "Alguns pontos da reforma aprovada já ajudam as empresas rurais, como o fim das horas *in itinere*, redução do tempo de almoço por acordo coletivo, as novas formas de contrato. Mas é claro que, pela especificidade do campo, merece uma legislação a parte", diz Marinho. (Valor Econômico, maio/2017).

Ainda segundo o jornal, as mudanças presentes no PL 6.442/2016 buscavam fazer com que a CLT não fosse uma referência para o trabalho rural, ampliar o tempo de trabalho para além do possível com a exclusão das horas *in itinere* da jornada de

trabalho, com a possibilidade de extensão por até 12 horas, possibilitar período contínuo de 18 dias de trabalho, com ausência de repouso semanal, trabalhador poderia receber alimento e moradia como parte de salário devido pelo empregador, revogar a NR-31, que regulamenta os procedimentos de saúde e segurança no campo; retirar do Ministério da Saúde a regulamentação de regras sobre agrotóxicos, entre outras.

É por este caminho que o agronegócio, não só atrelado, mas franco apoiador do golpe de Estado - como demonstra a alta porcentagem de votos de membros da Bancada Ruralista para o impeachment de Dilma Rousseff, representando 82,7% dos membros da FPA, 172 deputados entre os 208 que votaram -, encontrou passagem para uma virada conservadora na defesa da propriedade, contra direitos sociais, trabalhistas, sociais e territoriais. Mas por quê?

Há algo no domínio do agronegócio que representa um fator de crise vinculado à estabilidade da economia brasileira (primeira conjectura), que fora apontada por Guilherme Delgado (2012) no que se refere às características da “Economia do Agronegócio”, bem como há algo que fornece ao que é excluído, ao que não pode estar no espaço de representação, um sentido de representatividade (segunda conjectura). Ambas as conjecturas convergem para um ponto, que é a reorganização da questão agrária sobre o problema da regularização fundiária e que pode explicar a mudança da articulação política do agronegócio.

Para compreendermos bem este processo, retomamos um raciocínio de páginas anteriores. Em um primeiro plano estão os elementos que constituem a “Economia do Agronegócio” e sua relação com a nova questão agrária. Delgado (2012) aponta que, sobre este aspecto, a reforma agrária diz respeito à própria estabilidade da ordem social.

A lógica econômica do problema é relativamente simples. Dado o comércio exterior brasileiro reprimarizado, com exportações de produtos agropecuários e minerais, e sustentada por uma competitividade baseada em vantagens comparativas naturais, sem uma contraparte de desenvolvimento e competitividade industrial e tecnológico nacional, tende a ocorrer uma profunda dependência primário-exportadora para cobrir o déficit dos produtos industriais e de serviços na balança comercial. Por sua

vez, o fluxo de capitais, a poupança externa que provém do exterior, através da conta de capital, e que permite financiar o crescimento econômico, tende a se desdobrar em afluxo de recursos nas transações correntes por meio da balança de serviços. Cumulativamente, para cobrir os crescentes déficits nos serviços e rendas – lucros, dividendos e royalties –, há a necessidade de crescente superávit e/ou política monetária restritiva com elevação de taxa de juros, o que, por sua vez, acaba implicando num estímulo econômico à superexploração da natureza, dada a redução da participação de produtos industrializados na pauta de exportações brasileiras e/ou ampliação da presença de exposição da economia brasileira ao capital financeiro. Ou seja, um ciclo de tendência à superexploração do trabalho e da natureza e à dependência, segundo Guilherme Delgado (2012).

Em momentos de crise do processo de acumulação, amplia-se a possibilidade desta exploração na entrada de capital financeiro pela alienação da propriedade como uma alternativa de rentabilidade para investidores financeiros (Delgado, G., 2020), o que confere ao conflito agrário uma dimensão ainda mais complexa, de expropriação da terra, do ponto de vista da soberania nacional, da existência de povos indígenas e quilombolas, assentados e de segmentos da agricultura familiar.

Entretanto, todas essas tendências econômicas só adentram no político a partir do antagonismo, através de elementos que foram excluídos do espaço de representação, tornando-se um exterior constitutivo, que permite estabilizar a fronteira interna de uma cadeia de equivalências. Como afirmamos antes, este exterior constitutivo é a questão agrária. Vejamos como este ponto se desdobra politicamente e promove uma reorientação discursiva do agronegócio.

O que, de fato, acontece com o exterior constitutivo (a questão agrária), uma vez que se tenha negado a reforma agrária - sua materialidade discursiva como demanda - e assim estabelecido este sistema de diferenças esquizofrênico, como apontado por Favareto (2017)? O que comporta esta questão como uma negação histórica para uma estrutura? Quando algo é negado, excluído, como meio de estabilizar diferenças, retorna à cena histórica como a presença de uma ausência, por isto se pode conceber toda ordem social como instável e precária.

No momento de domínio do espaço de complementaridade, a articulação discursiva se deu sobre a competição por significantes flutuantes vinculados a um ponto nodal de um agronegócio moderno, produtivo, tecnológico, eficiente, como enfatiza o primeiro estratagema discursivo do agronegócio em contínuas propagandas publicitárias que explicitam que a riqueza do Brasil pode ser lida como exportações, divisas em dólar, crescimento econômico, desenvolvimento, apoio à reforma agrária com conteúdo social, sustentabilidade e até mesmo a vida cotidiana de “agroconsumidores”<sup>68</sup> com seus sapatos, calças, tecnologias, entre outros.

Todavia, alteradas as condições de existência deste ordenamento político por meio de uma crise, alteram-se também a representação do setor, a partir de um discurso de maior defesa da propriedade e da expansão da fronteira agrícola em detrimento tanto dos agricultores familiares e camponeses, bem como contra populações étnicas e seus territórios, momento em que o todo dos “agroconsumidores” se encontra com as partes excluídas, sua particular definição de nós e eles.

Em lógicas da diferença, no primeiro caso, e lógicas da equivalência, no segundo, alternam-se a política da “modernidade e do atraso”. Nesta dinâmica em que há o agronegócio empresarial e moderno e o agronegócio patrimonialista, há também uma unidade ruralista num mesmo princípio ao qual já apontava Martins (1999), o controle sobre o Estado/sociedade e, por consequência, seus recursos, sua capacidade de regulamentação e território, ainda que possa existir, tal como de fato há, divergências sobre qual agrupamento político ruralista tem predominância (Pompeia, 2018, 2021), sob que termos e com qual nível de autonomia.

Na situação atual as bandeiras “progressistas” do agronegócio não foram exatamente abandonadas como defende Pompeia (2018), mas sua operação política deixa de ser cada vez mais integrada por meio de cooptação de demandas numa escala com fronteira limitada e acaba por se sobressair a face da exclusão e da maior virulência da divisão do social, por uma fronteira que garante a unidade frente

---

<sup>68</sup>Definimos como agroconsumidores uma forma de interpelação de sujeitos, organizadas pelo discurso do agronegócio, através das operações metonímicas mediadas pelo mercado. Gerhardt (2021) também menciona este processo no campo da batalha de fixação de sentidos e processos de subjetivação, em que o significante agro teria se tornado tão geral ao ponto de permitir um “processo neologização praticamente infinito” (p.5) ao surgir termos como agromãe, agromulher, agronação, entre outros.

ao ascenso do antagonismo. A exclusão articula e constitui posições discursivas dentro de uma cadeia de equivalências, ao mesmo tempo em que consigna, aos que estão do outro lado da fronteira a negação de direitos e, portanto, da possibilidade de representação política, determinada por uma articulação entre grupos fascistas, o capital financeiro nacional e internacional, industriais e donos de terra, como destacou Lazzarato (2019).

A necessidade de expansão do domínio da burguesia agrária sobre a terra, a crescente territorialização do agronegócio, constrói antagonismos, ao colocar em risco a viabilidade de outras identidades, como dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, entre outros, através do ataque aos regimes fundiários consagrados na Constituição de 1988 (Delgado, G., 2020). Logo, como resposta antagônica, os movimentos sociais de luta pela terra tendem a responder à operação discursiva de exclusão da questão agrária por sua ampliação, como uma cadeia de equivalência, contra o regime opressor, de tal forma que podem se expressar como questão agrária um mais amplo conjunto de demandas territoriais, como a luta pelo emprego digno, a preservação do meio ambiente, a proteção dos direitos de povos indígenas e quilombolas, a regulação da expansão de terras no agronegócio.

Os elementos exteriorizados, como exclusão de direitos e do direito a ter direitos, podem ser identificados politicamente nas medidas tomadas pelos governos posteriores ao golpe de 2016 que, em grande parte, atenderam às demandas do setor na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), no desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na suspensão do processo de demarcação de terras, no avanço da regularização fundiária na Amazônia Legal, na suspensão de pagamentos e repasses orçamentários e financeiros para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017, na desestruturação do PAA, na desmobilização da assistência técnica (Mattei, 2016; Elias, 2021), ataques ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), desmontes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (ASCEMA, 2021).

Em suma, para além do que destacaram Sobreiro Filho et al.(2018, p.4-5), não foram apenas as desarticuladas as instituições voltadas para as classes populares, mas também a um conjunto mais amplo de demandas em torno do meio ambiente, do

clima e da agricultura familiar, de modo que assim não apenas foram excluídos ribeirinhos, quilombolas, assentados, indígenas, faxinalenses, extrativistas, entre outros agrupamentos sociais, mas a próprio possibilidade de realização, no Estado, de um outro modelo de desenvolvimento agrário.

Há, basicamente, duas ordens gerais de questões nessa direção que foram condições de possibilidade desta transmutação histórica e que não podem ser atribuídas apenas à perspectiva de um governo ou de apenas um ator, mas a um contexto histórico amplo, no qual se localiza a ação política de diferentes sujeitos. A primeira diz respeito ao caráter da propriedade da terra e a segunda nos fala sobre as disputas discursivas que legitimam seu uso.

Sobre o aspecto da propriedade em si, a tensão da reforma agrária continuou a ser expressa pela questão da soberania do Estado sobre o território. Martins (1999, 2003), ao remontar este problema pela Lei de Terras de 1850, aponta como, a partir deste instrumento jurídico, o domínio e a posse útil da terra são unificados como um direito absoluto, desta forma se estabelece a propriedade fundiária privada. Ao abdicar de seu controle sobre o domínio das terras, o Estado abdicou do direito de arrecadar a terra privada e tornou como único meio legítimo de obtenção da mesma a compra por particulares (Martins, 2003). Este mecanismo serviu para contornar o problema da formação de um mercado de trabalho, mas limitou a soberania do Estado sobre o território.

No entanto, desde 1930, há um processo de retomada do domínio público sobre o território iniciado através do Código de águas – que restringiu o direito à propriedade apenas ao solo, excluindo o subsolo –, o domínio da União sobre as Terras de Marinha, o tombamento de bens históricos e bens de interesse turístico e ambiental, o reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, a proteção de reservas florestais, entre outras (Martins, 1999, 2003). Trata-se não apenas de um deslocamento histórico que permite a retomada e reordenação discursiva da mobilização de antagonismo entre terra de trabalho e terra de negócios<sup>69</sup>, mas da

---

<sup>69</sup>Em 1980 a CNBB lançou o documento chamado “A Igreja e os problemas da terra” onde estabeleceu a dimensão da terra de trabalho em detrimento do direito absoluto da propriedade decorrente da lei de terras. A ideia de terra de trabalho reunifica a dimensão da questão do trabalho com a posse da terra, através do direito costumeiro, onde o trabalho e a obra têm maior importância do que o direito adquirido sobre a propriedade através da compra (Martins, 1999). Tal orientação

própria multidimensionalidade da terra como espaço de produção e da reprodução da vida, princípios que, a despeito do avanço do agronegócio nos últimos anos, não sofreram “modernização”, mas são hoje alvos de disputa por meio de ações sobre os regimes fundiários.

Sobre este aspecto do regime fundiário, Guilherme Delgado (2018) também aponta para a transformação na forma de conceituar o direito de propriedade fundiária rural pela Constituição de 1988 através de critérios da função social e ambiental da terra, os direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades quilombolas e da instituição de Parques e Reservas Naturais contínuas dispostos do seguinte modo:

Os três regimes explícitos são respectivamente: 1) das terras destinadas ou destináveis à produção agropecuária, aí incluindo florestas plantadas (reguladas basicamente pelos Arts. 184 a 186, sob a égide da função social e ambiental); 2) das terras étnicas (indígena e quilombola) destinadas à reprodução de etnias ancestrais (Índios – Art. 231 e Quilombolas ADCT 68); 3) das terras destinadas continuamente à proteção do meio ambiente – de Parques e Reservas Naturais (Art. 226) (Delgado, G., 2018).

Segundo dados da Embrapa, as ocupações de terras no Brasil estão assim distribuídas:



Tabela 7 – Ocupações de terras – Brasil - 2018

CATEGORIAS	ÁREA (ha)	% DA ÁREA DO BRASIL (2018)
ÁREAS DESTINADAS À PRESERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA CADASTRADAS NO CAR (MUNDO RURAL – PECUÁRIA, AGRICULTURA, SILVICULTURA, EXTRATIVISMO....)	218.245.801	25,6
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INTEGRAL	88.429.181	10,4
TERRAS INDÍGENAS	117.338.721	13,8
VEGETAÇÃO NATIVA EM TERRA DEVOLUTA E NÃO CADASTRADA	139.722.327	16,5
PASTAGENS NATIVAS	68.022.447	8,0
PASTAGENS PLANTADAS	112.237.038	13,2
LAVOURAS	66.321.886	7,8
FLORESTAS PLANTADAS	10.203.367	1,2
INFRAESTRUTURAS, CIDADES E OUTROS	29.759.821	3,5
<b>TOTAL</b>	<b>850.280.588</b>	<b>100</b>

FONTE: (EMBRAPA, 2020, n.p.).

O ponto crítico deste ordenamento fundiário é, ainda segundo Delgado (2018) o conceito de terras devolutas que, sob o ataque da grilagem e suas legalizações periódicas a partir do Estado, sob a forma de contrarreforma agrária (Ariovaldo, 2007) por sobre terras públicas, visam sua transformação em mercadoria. Terras devolutas, grilagem, terras indígenas, quilombolas e de áreas de preservação permanente são os nós do conflito fundiário por muito tempo escondidos através do predomínio político do agronegócio numa totalidade institucionalista, mas que, a partir dos desdobramentos das disputas discursivas, emergem politicamente.

O crescente interesse pela apropriação de terras sob o significado do combate à fome e da necessidade de produção de alimentos para atender uma demanda global crescente, tem implicado no ascenso de “agroestratégias” (Almeida, 2011) de apropriação de “terras marginais” (Borraset *al.*, 2011) por meio do qual o

agronegócio tende a ampliar sua “territorialização”, colocando em risco outros regimes fundiários estabelecidos em lei (Fernandes; Welch; Gonçalves, 2013). Este processo, que implica na extensão de um modelo de produção da agricultura baseada em commodities, seu braço financeiro e na apropriação de terras, processos apropriados por oligopólios globais (Borraset.al. 2011; Wilkinson, 2017) e ambas as faces reais do agronegócio, que necessita constituir um discurso que lhe forneça legitimidade e unidade sobre o uso do território.

Logo, o discurso do agronegócio gerador de riquezas passa a ganhar um suplemento, uma adição nova que, em correspondência ao novo antagonismo de uma atual questão agrária, transforma a identidade destes sujeitos. De modo que, para a realização do agronegócio como uma identidade, um horizonte de sentido para as diferenças que o compõem, concorre a construção de uma cadeia de equivalências ordenada pelo significante segurança jurídica. Para a realização do discurso do agronegócio, o significante segurança jurídica coopta o processo de significação de outras particularidades, como o da sustentabilidade, da geração de riqueza, do desenvolvimento, da agricultura familiar empresarial, dos pecuaristas, dos investidores, das grandes empresas multinacionais do setor, enfim, do próprio Brasil agrário. O que também significa dizer que estas particularidades só se realizam discursivamente a partir de sua transição pelo ponto nodal da segurança jurídica, como sua forma geral de inscrição.

Nem todas as particularidades podem ser inscritas nesta cadeia de equivalência, ou seja, ela é composta por um limite, definido como aquilo que ameaça a sua existência. Assim que, tendo em vista que o significante segurança jurídica diz respeito, principalmente, à transição do estoque de terras devolutas ao mercado de terras, por ele não podem transitar outros elementos que se anteponha ao predomínio da terra como mercadoria fictícia, ou seja, apresenta uma ação refratária a conteúdos vinculados aos direitos e à democratização das relações sociais no campo.

Esta observação pode ser confirmada por um adendo, que está sobre a estrutura de governança de terras no Brasil. Segundo Reydon (2014), admitindo-se que a reforma agrária não seja uma opção viável para a reordenação da estrutura fundiária no país, uma reforma agrária como política de gestão fundiária poderia se configurar

como alternativa política contra a grilagem, o desmatamento, a especulação com a terra, a invasão de terras indígenas, quilombolas, entre outros atentados contra outras formas legais de ocupação territorial. Trata-se, como apontou Martins (1999, 2003) de trazer a questão agrária ao limite à legalidade, pelo retorno ao controle do Estado sobre o território, abdicado por ele desde a Lei de Terras de 1850 (Reydon, 2014), que unificou o domínio e a posse sobre a terra como direito absoluto (Martins, 1999).

Na exata medida em que não há regulação efetiva sobre o domínio, exclui-se a possibilidade de bloqueio ao que Reydon (2014) chamou de “padrão de exploração baseado na grande alienação de terras”. De outro modo, o que Delgado pontuou como “frouxidão da política fundiária”, ou seja, “relativa incapacidade em fiscalizar e regular o mercado de terras no que diz respeito à aplicação do princípio da função social da propriedade fundiária” (Delgado, 2005, p.56), é a exata medida da possibilidade de expansão do agronegócio e limite para outras formas de discurso. É exatamente nesta perspectiva que o desmonte imposto contra os movimentos sociais e instituições que dão sustentação às políticas voltadas a outro desenvolvimento agrário é articulado.

Para nós, este conjunto de pontos tem um significado político relevante. Dado que, de um lado, a relação entre o princípio democrático da soberania popular e da igualdade é interdita pela exclusão da questão/reforma agrária, de outro, na articulação entre neoliberalismo e democracia, na modalidade de avanço do liberalismo conservador e domínio simbólico do agronegócio, não pode existir uma configuração política que tensione o modelo de desenvolvimento rural, que deve ser objeto da pacificação das forças modernizadoras de mercado. De outro modo, a particularidade da luta pela terra só pode estar ligada ao significante do mercado através de uma articulação conjuntural que é entrecortada pela própria dinâmica do agronegócio, em seu processo de expropriação territorial.

Esta articulação conjuntural se encontra no limite pelo ascenso da segurança jurídica como elemento articulador do agronegócio em sua expansão política, econômica e ideológica. No entanto, a despeito da força de aglutinação deste significante para as elites agrárias, sua definição está em aberto por uma série de questões, tais como pela contínua pressão dos movimentos sociais, da dinâmica do mercado

internacional, de políticas nacionais e internacionais engajadas no suporte do direito de povos indígenas, quilombolas, entre outros, além daquelas relativas ao meio ambiente que se expressam como complexificação da constituição do processo de representação do agronegócio.

Dito de outro modo, se expressam como um conflito entre as bases do agronegócio, intermediadas por organizações como a UDR, e as elites do agronegócio. Um conflito que extrapola a dimensão da questão da distribuição dos ganhos na cadeia do agronegócio, nas relações sojicultores contra tradings, pecuaristas contra agroindustriais e alcança o próprio princípio da representatividade do setor, que se encontra incapaz de organizar um discurso de representatividade amplo. Ainda que se possa conceber uma unidade dos agentes das elites em torno do ponto nodal da segurança jurídica, ou seja, consenso sobre o controle exclusivo e expansão no território (Almeida; Marin, 2010), há rupturas de unidade pelas diferenças, em que se sobressaem duas estratégias distintas de articulação política no setor.

Segundo Almeida e Marin (2010) dois tipos de agroestratégias estão presentes hoje nas disputas discursivas do agronegócio. A primeira está vinculada ao crescimento da demanda por terras para exploração ampliada de grandes plantações e extração de minérios, num processo que, com o aumento do preço das terras, se vincula ao aumento do desmatamento, da abertura de novas áreas para a territorialização do agronegócio, da ampliação das estratégias de produção por intermédio da maior difusão de organismos geneticamente modificados, para a obtenção de ganhos em cenário de aumento de demanda de commodities e dos preços dos alimentos.

A segunda, mais vinculada à apropriação da natureza pelo capital e atendendo pelo nome de bioeconomia, a partir de sua inscrição discursiva na cadeia de equivalências do agronegócio como um recurso sob o qual se possa extrair valorização financeira sobre serviços ecológicos, mercados de carbono, a matéria viva, ganhos econômicos com reservas florestais (Almeida; Marin, 2010; Cunha, 2021; Giovanaz, 2021), esta perspectiva é mais fortemente assumida pela ABAG e está presente na “Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura”, numa unidade entre ambientalistas, representações no agronegócio, membros da academia (Pompeia, 2021), além de grandes bancos, empresas de biotecnologia, laboratórios farmacêuticos, indústrias de cosméticos (Almeida; Marin, 2010).

Ambas defendem o avanço do processo de regularização fundiária sob o predomínio de uma captura da terra à sua ordem discursiva, ou seja, sua inclusão no mercado de terras (Almeida; Marin, 2010), à disposição de processos de expropriação e acumulação de capital. Entretanto, o dissenso sobre a que grupos esta disposição discursiva beneficiará e sobre quais concessões seriam necessárias na organização deste discurso restringe a capacidade de ambos no alcance da consolidação da hegemonia do agronegócio, sob a forma de construção de um discurso universalizante.

O paradoxo desse processo é que a constituição da segurança jurídica, que é o mesmo que um fortalecimento de uma representação da dominação sobre o trabalho, a terra, o território e os recursos públicos no centro da articulação discursiva do agronegócio, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de maior unidade contra antagonismo, restringe, pelos limites do patrimonialismo que passa a coordenar a cadeia de equivalência, a formação de uma cadeia discursiva mais ampla, que sedimente uma hegemonia discursiva do agronegócio. Logo, o aparecimento da terra como interesse se constitui como um limite ao processo de organização política da hegemonia do agronegócio.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo buscamos compreender o agronegócio em processo, numa transição que parte das condições de produção do discurso, conforme elencamos no capítulo anterior, às transformações políticas, econômicas e ideológicas que, como deslocamentos de significações, convergem para processos de sedimentação e reativação do social. De tal forma que a própria tentativa de se dizer algo sobre o que é o agronegócio ganha movimento, se torna um processo.

O agronegócio, sua identidade e hegemonia, não podem ser entendidos por uma definição estável, a não ser dentro de contextos históricos específicos que, com deslocamentos de ordem política, econômica e ideológica, só podem ser compreendidos como um processo que se move entre discursos, campo de discursividade e tentativas frustradas de ordenamento do social. Há, no entanto, certas relações que podem ser identificadas na identidade do agronegócio, através

da transição entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência que perpassam a conformação de sua hegemonia.

Ambas as relações políticas estão sobre a contínua presença, como ausência, de um exterior constitutivo na questão agrária que, como negatividade, impede a fixação dos sentidos do que é o agronegócio, imprime a este objeto um movimento contínuo. De tal forma que, no desenvolvimento lógico da economia do agronegócio, emergem antagonismos que reativam a dimensão da terra na conformação do social, para além da fixação desta última como mercadoria fictícia.

Como forma de responder à existência viva do campo da discursividade e dos antagonismos, muito mais amplos que a capacidade de representação do setor por circunscrevê-los em uma dominação simbólica sobre o significante agronegócio (agropecuária moderna), ocorre uma transição de lógica política para o ordenamento da identidade do agronegócio, que transita da lógica da diferença à lógica da equivalência, de um espaço político em que a fronteira entre as diferenças é reduzida e o espaço político ampliado e complexificado, a um em que o sistema de representação é limitado e resumido a apenas dois polos de conformação: aqueles que fazem parte do agronegócio e os outros, aqueles que impedem a plenitude da identidade dos primeiros.

A divisão do social pela lógica da equivalência se vale pela elevação do significante segurança jurídica a ponto nodal de articulação discursiva do agronegócio. Todavia, ainda que este elemento permita a contínua movimentação de processos de articulação de elementos em torno da ideia de agronegócio e sua competição discursiva pela captura de significantes flutuantes, o faz por meio do retorno da terra como ponto de condensação de interesses.

A aparição da terra como mercadoria no espaço de representação contribui para a redução das possibilidades de coordenação e abertura do discursos, dado que se vincula a um processo de exclusão de direitos através do qual o próprio processo de representação ético-político do setor é retraído, o que se expressa por uma tensão entre determinadas bases do agronegócio e sua identificação profunda com o latifúndio e as elites agrárias, mais vinculadas ao comércio internacional, unidos

apenas pela sanha do controle político da terra como forma de poder, em suma, como mercadoria.

A reorientação da cadeia de equivalências do agronegócio pela segurança jurídica<sup>70</sup>, no sentido amplo que a elencamos, ou seja, na retração de direitos sociais, políticos e territoriais, torna a possibilidade de inclusão de diferenças no processo de significação algo limitado, o que significa dizer que contribui para a simplificação do espaço político, para a tendência de construção da relação nós e eles como inimigos. De tal forma que se pode, teoricamente, compreender a lógica de discurso que concedeu ao agronegócio este caráter conservador, de suporte aos violentos ataques contra todos os que não são identificados como partes do agronegócio.

---

<sup>70</sup>Mencionamos antes a segurança jurídica como um ponto nodal, mas na verdade estamos nos referindo a um conjunto de pontos nodais que tornam a ideia de segurança jurídica um significante vazio: a defesa da propriedade privada, a reforma trabalhista, a defesa da redução dos gastos sociais do Estado, a busca pelo controle dos recursos econômicos e políticos do Estado são os mais proeminentes deles.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem ler nosso segundo capítulo e acompanhar atentamente o desenrolar de seu quadro nos posteriores não apenas se questionará como é que de uma narrativa onde o interesse, o patrimonialismo e a barbárie, de forças produtivas ou políticas, desembocam em algo como um discurso, ou como a classe se converte em identidade. Não se trata apenas de uma questão teórica de expor a passagem de articulação de conteúdos da economia política aos conceitos pós-marxistas, que é, de todo modo, justificável dentro dos aspectos metodológicos e epistemológicos do segundo, mas de explicar a realidade de uma transfiguração de mundo.

Esta dúvida pode ser mais objetiva a partir de uma simples pergunta: como foi possível ao patronato rural se desvencilhar da imagem de latifúndio improdutivo, que por décadas o marcou como o setor do atraso na história do desenvolvimentismo brasileiro, e se apresentar como algo da modernidade, do próprio desenvolvimento?

Foi a ideia de desenvolvimento na periferia capitalista que andou para trás ou estamos tratando mesmo de um avanço político? O período de modernização conservadora, que representou a entrada da dinâmica do capital sobre o campo, a despeito de ter promovido o avanço das forças produtivas, não infligiu derrotas à classe social dos donos de terras com um avanço qualitativo em direção à superação da barreira da renda da terra ao desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, esta foi complexificada pelo somatório da renda da terra, da renda financeira e do lucro industrial, solidários em torno de um interesse (a etimologia da palavra – estar entre) sobre o controle da terra como propriedade privada. Por isto se aventa a ideia tão dominante hoje de que o sentido clássico de reforma agrária é página virada da história.

Entretanto, “complexificar interesse”, ou mesmo o interesse por si só, não explica a transição de imagem do latifúndio ao agronegócio, nem mesmo a sua ordem de estabilização política. E isto pode ser entendido por uma simples questão: quando alguém diz “agronegócio”, ao que está se referindo? As *tradings* que determinam os ramos de ciência e tecnologia, modelo de produção, comercialização e distribuição



de *commodities*? Os pequenos, médios e grandes produtores? Aos latifúndios? Aos fundos de investimento que compram terras, especulam no mercado financeiro com o preço das *commodities*, capturando renda agrária? As grandes redes de supermercados e agroindústrias que exercem pressão de cima para baixo sobre o valor da renda agrícola? Qual é o interesse ou sua moderna complexificação que se tem em conta para explicar este processo?

Para contextualizarmos este impasse, o primeiro passo é ter claro o ponto de vista de um problema teórico que entrelaça dois fatores: a concepção de interesse e representação, de um lado, e a relação entre grandes empresas agroalimentares e burguesia agrária de outro. Os interesses se expressam num nível de ordem social que só ganha efetividade prática ao serem articulados nos níveis de representação, onde se constituem as identidades (Laclau, 2011). Isto implica afirmar que é na construção do político que os sujeitos se constituem e podem ser concebidos. Neste terreno representativo, os interesses dos representados são articulados pelos representantes sobre um quadro de maior complexidade de expressão das contradições e antagonismos sociais, daí que se possa ter em conta a relevância da articulação discursiva na constituição dos sujeitos e das identidades (Laclau, 2011).

Neste enredo, a ideia de agronegócio, uma identidade, ocorre pela subordinação de antagonistas e pela criação de um espaço político de representação onde seus interesses podem ser formulados e expandidos em baixo nível de intensidade de conflitos antagônicos. Ou seja, o fechamento da estrutura social por intermédio de seu discurso implicou, inicialmente, numa operação discursiva agregadora de diferenças, no que o agronegócio passou a encapsular, através da equivalência de uma agricultura moderna, significantes flutuantes como sustentabilidade, desenvolvimento, desenvolvimento rural, agricultura familiar, entre outros, por meio de uma exclusão, a questão agrária, que passa a ser o limite da objetividade deste sistema discursivo.

Um exemplo claro da disposição contrária resulta da disputa por terras que, paradoxalmente, ainda que historicamente equalize interesses das elites no campo, o faz sobre um princípio articulatório que se remete ao latifúndio, do ponto de vista de uma organização de um discurso. Quando esta última lógica prevalece, de que forma se pode falar em agronegócio, na lógica da concertação de unidade, que é o

que lhe define, na acepção de Pompeia (2018)? Neste caso, a terra como interesse inegociável impede articulações mais amplas da identidade do agronegócio, que passa a estar em beco sem saída em situações como trabalho escravo, disputa pela direção do regime fundiário com indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras questões. Na crise da possibilidade de articular um discurso, é potencialmente remontada a fragilidade de sua identidade na configuração de uma lógica institucionalista.

É possível verificar, empiricamente, esta ordem de fatores na Constituinte de 1988, com o crescimento do poder de representação da UDR, quanto atualmente, com o renascimento desta mesma entidade de representação, na figura de prestígio político de Luiz Antônio Nabhan Garcia, do conservadorismo da Bancada Ruralista, bem como de entidades de representação por produto, como a Aprosoja e a Amato.

Na constituinte, a defesa da propriedade contra a reforma agrária foi fundamental para a organização de uma unidade de interesses no setor, ao nível imediato da proteção do direito à propriedade privada. Entretanto, a presença desta dimensão econômico-corporativa na luta política não viabilizou a resolução da fragmentação entre entidades do setor, o que viria a se tornar como discurso estruturado a partir do surgimento da ABAG, em 1993. De modo análogo, o recente conflito em torno dos direitos territoriais e dos direitos humanos, que expressa a aparição da terra como um excluído do processo de significação, também tendem a reintroduzir para as elites agrárias a limitação discursiva do conteúdo econômico-corporativo, reduzindo as margens de possibilidade de articulação de discurso.

É preciso dizer de modo muito claro o que significa esta limitação de classe. As elites agrárias podem, contextualmente, conviver com um cenário de expansão das diferenças numa ordem institucionalista. Podem inclusive participar ativamente do processo de articulação destes significantes numa ordem democrática. Entretanto, o limite para a expansão de marco de agregação de diferenças está sobre aquilo que é o elemento excluído do processo de significação: ali onde se encontra a terra, para além do marco de significação da mercadoria, é também onde se encontra o latifúndio, o agronegócio como classe e seu antagonismo. Assim é que se torna inteligível oposições como tecnologia, produtividade e competitividade do

agronegócio contra direitos humanos, territoriais e sociais como um limite a um projeto de articulação hegemônica das elites agrárias.

A articulação hegemônica do agronegócio excluiu a terra (exterior constitutivo), para ser discursivamente dominante. Em seu discurso, existem os pioneiros, os agricultores transformados em especialistas na produção, a tecnologia, a gestão de riscos, o mercado, a sustentabilidade e outros tantos significantes de modernidade no campo, mas não pode existir a terra que, sendo uma ausência como presença, ameaça e possibilita a construção de uma objetividade social do agronegócio. Possibilita porque implica na possibilidade de fixar uma ordem social, de estabilizá-la, como um conjunto em que todas as diferenças, em equivalência, negam. Ameaça, entretanto, no sentido de que, como algo que não pode ser representado, ou seja, não pode ser capturado pelo discurso hegemônico do agronegócio, o ameaça.

Isso explica com rigor o ponto central de nossa argumentação para a organização da Economia do Agronegócio e para a sua concertação nos seguintes termos: com a derrota da reforma agrária, o sistema de representação do agronegócio fora iniciado, na concepção que apresentamos da lógica da diferença, a agregar continuamente diferenças, num espaço de representação que, ainda que conte com antagonismos, é um sistema expansivo de subversão de diferenças à lógica discursiva da “agricultura moderna”. A exclusão da terra (questão agrária) é condição de estabilidade desse sistema discursivo.

Se esta hipótese está correta, uma conclusão salta aos olhos como transição de uma lógica de construção do político pela via da diferença para a via da equivalência<sup>71</sup>: se a terra é representada, o espaço de sutura de identidades da modernização do agronegócio se desfaz, a sua pretensa unidade na diversidade é desmontada e tende a ser novamente infiltrada sob os postulados discursivos do latifúndio, da relação amigo-inimigo, do inconciliável politicamente.

A terra, como um exterior constitutivo, tem retornado por sobre a mais recente necessidade de avanço do capital, que após seu processo de domínio sobre a forma

---

<sup>71</sup>Enquanto a primeira fortalece um espaço político onde várias identidades convivem em disputa de baixo grau de intensidade de conflito, a segunda expõe exatamente a existência das contendas, das fraturas, dos antagonismos.

de produção no campo, conclama a extensão de suas margens para reduzir a tendência à queda da taxa de lucro. Esta afirmação pode ser evidenciada pelo avanço do preço da terra no Brasil, explicada não só pelo crescimento da produção e comercialização global de commodities, mas também pelo movimento de especulação do capital financeiro na apropriação de territórios no mundo.

Entretanto, uma expansão do capital sobre a terra implica que determinados discursos sobre ela se expandam, mas isto não faz retornar, no campo da representação, da política, a ideia de antagonismo a partir da simples derivação lógica. Pelo contrário, este movimento de avanço da dominação do capital pode ser mesmo – na verdade, assim o tem sido – atrelado a significantes que reforçam a imagem de modernização. O discurso de segurança alimentar, adotado por organizações internacionais, do Brasil como celeiro do mundo ou, em sua ideologia mais expressiva, como “O Agro é paz”, reconstitui a imagem de agronegócio, do mesmo modo que também o fazem as “soluções tecnológicas” de gestão da produção e do uso da terra e, no limite, o discurso de que quaisquer críticas a estes pontos só podem partir de grupos de ideologia, de interesses externos, de concorrentes contra o país.

De fato, o antagonismo só pode retornar quando a terra, que em si mesma não tem nome, não pode ser representada, passa a sê-lo. Não há nada de misterioso neste processo de catacrese que a ação de povos das terras, das águas e das florestas tem feito por sobre a terra, compreendida como território, territorialidade. O que importa ter em conta é que a representação política desses excluídos tende a embaralhar a estabilidade de um jogo discursivo do agronegócio, desconstruir a lógica social que ele constituiu com o processo de concertação e demonstra o fundamental da realização de sua identidade: uma contingência histórica que tende a se desfazer e uma crise em seu bloco social.

Quando mencionamos a palavra crise (limite de articulação discursiva), se por agronegócio compreendêssemos um conceito, poderíamos nos valer de indicadores como a renda agrícola, o endividamento rural, o preço das commodities, a subtração do excedente agrícola por meio do capital financeiro e de empresas transnacionais que controlam o processo de produção e circulação dessas mercadorias. O problema é que o agronegócio é um discurso que constitui interesses que, em si

mesmos, não são ordenados na topografia da produção, ainda que se considere que são, em períodos de crise, desarmonizados por inúmeros conflitos, mas no espaço de representação.

Só é possível afirmar que há crise no agronegócio quando seu nome não mais opera uma catacrese, não mais funciona como metáfora, não mais representa uma metonímia. Então o que pode ser evidenciado é, de fato, uma crise no bloco social que o compõe, decorrendo em incapacidade de manutenção dos efeitos de sinédoque política. Esta crise está intimamente vinculada às condições de possibilidade de fazer discurso na lógica política anteriormente aventada, ou seja, no espaço de complementaridade, onde diferentes identidades são reconhecidas pelo atendimento diferencial de suas demandas.

Se, como entendemos, no decorrer da primeira metade da década de 2010 no Brasil, as condições de existência da totalização institucionalista e, com ela, da identidade do agronegócio sofrem colapso, pelos deslocamentos promovidos através da emersão política de uma nova questão agrária e de uma crise econômica, o próprio processo de conformação da identidade do agronegócio sofre uma desestruturação que exige a necessidade de, frente a novos antagonismos, reconstruir seu processo de identificação.

Na definição de uma nova superfície discursiva para o setor, através do avanço do significante segurança jurídica como ponto nodal de articulação discursiva, tendo como demonstração de uma fronteira antagônica a desestruturação dos espaços políticos de representação de forças antagônicas, o agronegócio passa a buscar constituir uma identidade nova, sobre um também novo marco de imaginário político que se torna “mais conservador”, como apontou Pompeia (2020).

A produção da segurança jurídica como ponto nodal do discurso do agronegócio, no sentido amplo em que a arrematamos, ou seja, uma lógica social de enquadramento do trabalho e da natureza não apenas a relações de mercado, mas também às condições de superexploração da lógica de mercado, como fora apontado por Delgado (2018), implica em negar a heterogeneidade do campo, convertendo-a numa única posição discursiva: os pobres, naquele sentido mencionado na introdução deste trabalho, como os despossuídos.

São os despossuídos de direitos sociais e trabalhistas pelas propostas de reforma trabalhista do agronegócio, de terra e território pela paralisação da homologação de territórios quilombolas e a discussão sobre o marco temporal das terras indígenas, de participação democrática pelo ataque às instituições que permeáveis às demandas de assentados, sem-terra, camponeses e ribeirinhos, são os despossuídos não apenas de crédito e tecnologia, como o discurso anterior do agronegócio como agricultura moderna apontava para hierarquizar os diferentes agricultores. Reduzidos à condição de pobres, estes agrupamentos sociais teriam como suporte de sobrevivência apenas as políticas sociais, através dos gastos públicos, estes últimos também constantemente atacados em nome da austeridade fiscal.

Dentre as distintas agroestratégias, em qualquer uma de suas versões atuais, ou seja, tanto naquela que inclina a interesses de crédito de carbono, bioeconomia, financeirização das funções do ecossistema, quanto aquela que se orienta para o avanço da exploração das terras, no avanço da territorialização de commodities, há um ponto de inviabilidade da construção de um projeto hegemônico dentro dos marcos de uma totalização institucionalista; ambas as orientações da burguesia agrária são marcadas pela restrição dos direitos dos povos originários, quilombolas, agricultura camponesa e, assim, representam um limite à expansão da lógica das diferenças no sistema institucional. De tal modo que afirmar seu conservadorismo nada mais é do que enfatizar os limites de uma lógica discursiva do agronegócio: a inviabilidade de sua realização em um real cenário de uma democracia.

Nesta tese buscamos identificar os contornos da conformação de uma hegemonia do agronegócio. Para tanto, identificamos algumas condições de possibilidade desta hegemonia, tais como a articulação discursiva entre o neoliberalismo e princípios democráticos, o ajustamento constrangido da economia brasileira a partir dos anos 1980, bem como do Estado brasileiro nos anos 1990, elementos que, convertidos em momentos por uma lógica política, conduzem ao agronegócio e a agricultura camponesa a posições discursivas hierarquizadas, em benefício da primeira. Pensamos, além disso, que este sistema de significação teve como exclusão constitutiva a questão agrária, como elemento excluído do processo de representação.

O avanço disto que entendemos como uma totalização institucionalista ao, no entanto, possibilitar a contínua promoção de inclusões dentro da ordem política, tendeu a se converter numa nova questão agrária contra o agronegócio, numa luta por direitos sociais, trabalhistas, do meio ambiente, de populações indígenas, quilombolas, entre outras. Este movimento de resistência, somado ao crescente interesse pela apropriação de terras e uma crise econômica que desmontou o pacto político de não definição entre quem ganharia ou quem perderia na disputa pelos recursos e políticas do Estado – a ainda que, do ponto de vista do político, sustentemos as condições hegemônicas do agronegócio - nos levou a um ponto de possível não retorno em que, tendencialmente, não se pode mais enquadrar em lógica das diferentes os distintos grupos sociais. É neste contexto que compreendemos a virada do processo de articulação discursiva do agronegócio através da ideia de segurança jurídica.

Há certamente outros fatores a serem considerados na análise e que não foram objeto de nossa atenção, dados os limites do objetivo desta tese, tais como as pressões internacionais por ajustes nas políticas ambientais de empresas e Estados, a multiplicidade de posições numa análise institucional dos agentes do agronegócio, as formas pelas quais tem se dado as disputas de políticas públicas a envolver temas transversais como meio ambiente, legislação trabalhista, entre outras questões.

Todavia, entendemos que nosso marco de análise é adequado para o nível de abstração em que se coloca: o entendimento do político no agronegócio, a partir de lógicas que conformam o social. De tal forma que buscamos demonstrar que mais do que uma posição conservadora reinante no agronegócio, há uma mudança profunda em seu discurso, na constituição de novos antagonismos, de uma divisão de uma fronteira no social que passa a demarcar um limite restritivo para a inclusão de diferenças em sua representação de uma boa agricultura, uma boa sociedade.

Há mesmo uma tendência para uma expansão da lógica da equivalência na conformação entre duas sociedades, uma identificada como agronegócio e outra, a não-comunidade, aquela que representa os inimigos do agronegócio e sobre ambas

o discurso de segurança jurídica tende a estabelecer um ponto onde se reduzem as perspectivas de articulações que possam constituir diferenças.

O caráter desta lógica política reforça para as classes populares a relevância de articular um discurso e uma cadeia de equivalências de antagonismos à articulação entre o neoliberalismo e o agronegócio nas três esferas sobre os quais constituíram um domínio político: o Estado, a inserção internacional da economia brasileira e a conformação da sociedade civil. Estes elementos, entre eles o próprio agronegócio, podem ser articulados a partir da conformação de um novo projeto nacional de desenvolvimento.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **20 anos ABAG**. São Paulo: Abag, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Segurança alimentar**: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: Abag, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO-RP. **Programa Educacional "Agronegócio na Escola"**. 2023. Disponível em: <https://www.abagrp.org.br/programa-educacional-agronegocio-na-escola>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores**: paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. 354 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 1990.

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária (1930-1945). *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **Ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 4., p. 80-103.

**Agroanalysis**. *Agrodrops*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 04, p. 10-12, abr. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/25600/24455>. Acesso em: 27 jul. 2023.

AGROPENSA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília: Embrapa, 2018.

ALENTEJANO, P. A hegemonia e a reconfiguração da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino De Geografia**, v. 4, n. 42, 2020, p. 251–285.

ALENTEJANO, Paulo. A centralidade da questão fundiária no cenário agrícola brasileiro do século XXI. *In*: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA – POR UNA AMÉRICA LATINA UNIDA Y SOSTENIBLE, 15., 2015, La Habana. **Anais [...]**. La Habana: La Habana: Facultad de Geografía de La Universidad de La Habana / Sociedad Cubana de Geografía, 2015. p. 1-21.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. *In*: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. *In*: BOLLE, W. *et al.* (orgs.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

ARIOVALDO, A.U. **A mundialização da Agricultura brasileira**. São Paulo: Iände, 2016

ARIOVALDO, A.U. Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta Pela Terra e Território no Brasil. Memórias do XV **Encuentro de Geógrafos de América Latina** "Por uma América Latina unida y sustentable" - Palacio de Convenciones de La Habana, Cuba, 06 a 10 de abril de 2015, ISBN: 978-959-7167-50-1, p. 16

ARIOVALDO, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ARIOVALDO, A.U. A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 33, n. 2, p. 165-201, 2006. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira\\_AU\\_120\\_1640133\\_ANaoReformaAgrariaDoMDA-INCRAoGovernoLula.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira_AU_120_1640133_ANaoReformaAgrariaDoMDA-INCRAoGovernoLula.pdf). Acesso em: 26 jul. 2023.

ARIOVALDO, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-2006, dez. 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE (ASCEMA). **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar a política ambiental no Brasil. Brasília: Ascema Nacional, 2021.

**ATLAS DA Questão Agrária Brasileira**: famílias em ocupações e assentadas 2006-2017. Famílias em Ocupações e Assentadas 2006-2017. 2020. Disponível em: [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/\\_\\_\\_atlas\\_\\_\\_/maisanaliticosassentamentos/](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/___atlas___/maisanaliticosassentamentos/). Acesso em: 01 out. 2022.

BALSA, Javier. Pensar la hegemonía y la estrategia política en Latinoamérica. **Prácticas De Ofício**, n.17, ago./2016.

BALSA, Javier. Aspectos discursivos de la Construcción de la hegemonía. **Identidade**, Patagonia, v.1, n.1, p. 70-90, dez. 2011

BARROS, R. Geraldo Sant'ana de Camargo. Agronegócio: Conceito e Evolução. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**, Piracicaba. 2022.

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização real do agronegócio brasileiro - 1990-03. **Indicadores Econômicos. Fee**, [S.I.], v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004.

BELIK, Walter. Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro (org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: Nead Estudos, 2017. p. 141-169.

BENEDETTI, Maria D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro: 1990-2003. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago. 2004.

BERTRAM, Benjamin. New Reflections on the "Revolutionary Politics of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. **Boundary 2**, Chicago, v. 22, n. 3, p. 81-110, abr. 1995.

BIGLIERI, Paula; PERELLÓ, Gloria. The names of the real in Laclau's theory: antagonism, dislocation, and heterogeneity. **Filozofski Vestnik**, v. 32, n. 2, p. 47-64, set. 2011. Disponível em: <https://ojs.zrc-sazu.si/filozofski-vestnik/article/view/3232>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BIGLIERI, Paula; PERELLÓ, Gloria. En el nombre del pueblo: el populismo kirchnerista y el retorno del nacionalismo. **Clacso: Documentos de trabajo**, Buenos Aires, v. 1, n. 15, p. 1-34, fev. 2007.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexão com a União Europeia**. São Paulo: FFCh - Usp, 2017.

BORRAS JUNIOR, Saturnino M. *et al.* **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva más amplia**. Roma: Fao, 2011. p. 1-65. Disponível em: [https://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/rlc/eventos/229269/borras.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/eventos/229269/borras.pdf). Acesso em: 01 maio 2022.

BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Política Agrícola**, São Paulo, v. 2, n. 22, p. 105-121, jun. 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.*. Alguns condicionantes do novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 209-2011.

BUENO, Francisco de Godoy. A intervenção do Judiciário no agronegócio. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 47. out. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/79528>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci y el Estado**: hacia una teoría materialista de la filosofía. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.

BURGOS, Raúl. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. *In*: Scherer-Warren, I.; LUCHMANN, L. H. H. (ORG.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Editora da UFSC, p.161-233, 2015.

BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. *In*: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59-74

BURITY, Joanildo A. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. **Clacso**, Buenos Aires, p. 1-21, 1997.

BRASIL. **Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no-6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Projeto de lei 6442/2016**. Institui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2116421>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Dilma e Kátia Abreu anunciam criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba**. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/dilma-e-katia-abreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba-1>. Acesso em: 15 out. 2022

BRASIL. **Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964**. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.038 de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.037%2C%20DE%2021,que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.037%2C%20DE%2021,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008**. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Lei/L11775.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11775.htm). Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.514 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 5.811 de 21 de junho de 2006**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5811.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5811.htm) > Acesso em 05 de mar. 2018.

BRASIL. **Lei n 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2006-2010) **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/07-06-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-lancamento-do-plano-agricola-e-pecuario-2010-2011/view>. Acesso em: 20 jul. 2023

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 20 mar. 2023

BRASIL. Presidente (2003-2006). 01-01-2003. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Presidente (2010-2014). 11-02-2014. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia por ocasião da abertura oficial da colheita da safra brasileira de grãos 2013-2014 e início do plantio da 2ª safra – Lucas do Rio Verde/MT**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-por-ocasio-da-abertura-oficial-da-colheita-da-safra-brasileira-de-graos-2013-2014-e-inicio-do-plantio-da-2a-safra>. Acesso em: 20 jun. 2023

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 40, n. 21, p. 01-26, mar. 2022. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52566>

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *In*: MALUF, Renato; FLEXOR, George. (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 155-168

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 142-150, abr/2016.

BRUNO, R. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista. **Texto de conjuntura n.9**. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA, 2015.

BRUNO, R. Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2012, n.p.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. *In*: BRUNO, Regina *et al* (org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; EdurUfrj, 2009a. p. 113-130.

BRUNO, Regina. Com a boca torta pelo uso do cachimbo: estado e empresários agroindustriais no Brasil. *In*: BRUNO, Regina *et al* (org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; EdurUfrj, 2009b. p. 197-209.

BRUNO, Regina. Transgênicos, embates de classes? *In*: BRUNO, Regina *et al* (org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; EdurUfrj, 2009c. p. 197-209.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, 46. P. 69-89, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Depois do consenso neoliberal o retorno dos empresários industriais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. set./2007. Disponível em: <http://www.bresserpereira.com.br/textos/>.

CARTA VERDE: Fórum nacional da agricultura - por um campo melhor. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 5, out. 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48761/47172>. Acesso em: 05 maio 2022

CARTA VERDE: feliz 1997: 1996 foi um bom ano para a agricultura brasileira? **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 6-7, jan. 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48335>. Acesso em: 05 maio 2022.

CARTA VERDE: esse ano não vai ser igual aquele que passou.... **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 7, abr. 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2723/621>. Acesso em: 05 maio 2022.

CARTA VERDE: Apresentação. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 5. set. 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2704/640>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CARTA VERDE: Agroanalysis na Agrishow. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 9. abr. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2743>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CARNEIRO, Maria José. Políticas públicas e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, Olavo Brandão. **Tratoração – o alerta do campo**: um estudo sobre as ações coletivas e o patronato rural no Brasil. Dissertação – mestrado. 2008. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. Campinas, SP: IE/Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n.289).

CARRERA, Juan Iñigo. **La renta de latierra**: fomas, fuentes y apropiación. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.

CASTILHO, Alceu. **Frente parlamentar da agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer.** 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/10/26/55-dos-novos-votos-favor-de-temer-sairam-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>. Acesso em: 24 out. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. República e cidadanias. *In*: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014. cap. 2. p. 42-65.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p. 173-200.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CONCHA-AMIN, Mônica; AGUIAR, Danilo Rolim Dias de. Concentração industrial, fusões e turnover no setor supermercadista brasileiro. **Gestão e Produção**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 45-56, abr. 2006.

COLLETTI, Claudinei. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 131-145, 2006.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 9., 2010, São Paulo. **Cenários 2011: comunicação e governança.** São Paulo: Abag, 2010.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 10., 2011, São Paulo. **Mudanças e paradigmas.** São Paulo: Abag, 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 11., 2012, São Paulo. **Brasil alimentos e energias: seguranças globais.** São Paulo: Abag, 2012.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 12., 2013, São Paulo. **Logística e infraestrutura: o caminho da competitividade do agronegócio.** São Paulo: Abag, 2013.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 13., 2014, São Paulo. **Agronegócio brasileiro: valorização e protagonismo.** São Paulo: Abag, 2014.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 15., 2016, São Paulo. **Liderança e protagonismo.** São Paulo: Abag, 2016.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 16., 2017, São Paulo. **Reformar para competir.** São Paulo: Abag, 2017.



CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 17., 2018, São Paulo. **Exportar para sustentar**. São Paulo: Abag, 2018.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 19., 2019, São Paulo. **Agro: Momento decisivo**. São Paulo: Abag, 2019.

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO, 19., 2020, São Paulo. **Lições para o futuro**. São Paulo: Abag, 2020.

COSTA, F. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro: antíteses. **Revista da ABRA**, jul. 2013, p. 45-60.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Tratado de paz entre o agronegócio e direitos indígenas. *In*: RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante & O Joio e O Trigo, 2021.

CUNTO, Raphael di; ZAIA, Cristiano. Leis do trabalho rural devem mudar. **Valor Econômico**. [S.l.], 02 maio 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/05/02/leis-do-trabalho-rural-devem-mudar.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CURRY, Neil. Marxismo, pós-marxismo e realismo crítico: reflexões acerca do debate Bhaskar/Laclau. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 6, p. 97-116, jan. 2000.

CRÉDITO rural: o estoque de dívida no campo. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 43-44, dez. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2914/510>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CRESCO, Ricardo F. La retórica en la economía segun D. McCloskey. **Anuario de Filosofía Jurídica y Social - Sociedad Chilena de Filosofía Jurídica Social**, [S.l.], v. 1, n. 17, p. 227-243, jan. 1999.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 139-164, out. 2004.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório Dataluta Brasil: 2017**. Presidente Prudente: Nera - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Fct/ Unesp, 2018.

DELGADO, Guilherme. **Terra, trabalho e dinheiro**: regulação e desregulação em três décadas de constituição federal de 1988. São Paulo: Loyola, 2018. 335 p.

DELGADO, Guilherme. Os sujeitos ocultos que desfiguram pretensões igualitárias da ordem constitucional. Entrevista concedida a João Vitor Santos. **IHU-online**, 09 abri. /2018.

DELGADO, Guilherme. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA REFORMA

AGRÁRIA. Agronegócio e realidade agrária no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, 2013. p. 61-69.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre: Ufrgs, 2012.

DELGADO, Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, ago. 2010.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: SZMRECSANYI, Tamás. **QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. p. 21-85.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. São Paulo: Icone, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática. **Novos Cadernos Naea**, v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; Edur, 2010. p.17-53.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; AMARAL, Cicely Moitinho. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. **Cepal - Serie Desarrollo Productivo**, Santiago de Chile, n. 99, p. 1-27, 2001

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção 73 de um novo modelo para o Brasil do século XXI. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (org.). **Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2016. p. 73-92.

DINIZ, Eli. Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 155-178, 1999.

DINIZ, Eli; BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. Depois do consenso neoliberal: o retorno dos empresários industriais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. set. /2007. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/index.php/brazilian-politics-and-society/entrepreneurs-and-managers/8352-2538>. Acesso em: 24 out. 2023

DAHLBERG, Lincoln. Capitalism as a discursive system? **Critical Discourse Studies**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 257-271, 22 maio 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17405904.2014.915384>.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892>. geosp.2021.182640.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura no Brasil. **Geo Uerj: Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23-32, 2002.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Agricultura e preservação ambiental e preservação ambiental**: uma análise do cadastro ambiental rural. Campinas, 2020. Disponível em: [www.embrapa.br/car](http://www.embrapa.br/car). Acesso em: 30 jul. 2023

EMBRAPA. **Síntese Ocupação e Uso das Terras no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car/sintese>. Acesso em: 10 nov. 2022.

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília: Embrapa, 2018. 202 p.

ESTEVES, Bernardo. O fabulador oculto: a trajetória e os métodos de Evaristo de Miranda, o ideólogo da política ambiental de Bolsonaro. **Piauí**. [S.l.], mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fabulador-oculto/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

EXAME. As três bandeiras do agronegócio: para Carlo Lovatelli, presidente da Abag, as prioridades para o campo são reduzir o custo Brasil, buscar a segurança fundiária e tornar a atividade sustentável. 2008. Disponível em: <https://exame.com/economia/as-tres-bandeiras-do-agronegocio-m0131798/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ESPECIAL: o alcance da legislação ambiental e territorial Mudanças climáticas e agricultura. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, p. 26, dez. 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/1966/486>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FARIAS, Luiz Felipe Ferrari Cerqueira de. Ascensão do “agronegócio” e crise da democracia no Brasil. **Configurações**, [on-line], v. 27, p. 95-110, maio 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/12130#quotation>. Acesso em: 02 set. 2022.

FAVARET Filho, Paulo de Sá Campelo. Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n 16, p.31-55, set.2002

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 7–26, 2017. DOI: 10.37370/raizes. 2017.v 37.62. Disponível em:

<http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/62>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A política agrária que precisamos. *In*: SADER, Emir (org.). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro: Lpp/Uerj, 2016. p. 203-216.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da Terra no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J.J. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). **Acompanhamento e Análise de Políticas Sociais**. IPEA, v. 2, n. 17, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires, AR: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FIORI, José Luiz. Olhando para a esquerda latino-americana. *In*: DINIZ, Eli (org.). **Globalização, estados e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fgv, 2007. cap. 3.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **Reforma agrária: a disputa por propriedade e uso da terra desde a redemocratização**. 2023. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/reforma-agraria/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência: na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. **Pauta Positiva – Biênio 2016/2017**. 2016, p.1-7. Disponível em: <https://www.aprosoja.com.br/comunicacao/apresentacao/pauta-positiva-bienio-20162017>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FRIEDMAN, Harriet. The international political economy of food: a global crisis. **International Journal of Health Services**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 511-538, jan. 1995.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República, (1900-1930). *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 3. p. 45-77.

GASQUES, José Garcia *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio**. Brasília: IPEA, 2004. (Textos Para Discussão).

GASQUES, José Garcia. **Gastos públicos na agricultura**. [S.l.]: [S.n.], 2001. (Texto para discussão).

GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. **Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura**. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, n. 952).

GERHARDT, Cleyton. Agronegócio "desde o gene até o meme": a invasão do vírus/totem agro. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 1-36, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CB4DdpWntGr9ypDFygTNrct/?lang=pt#>. Acesso em: 01 maio 2023.

GERMANI, Luiz Augusto. Utilidade pública na reforma agrária. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, p. 49, jun. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/51530>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GERMANI, Luiz Augusto. Trabalho informal ou escravo? **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 50, jul. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/51613/50396>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GIOVANAZ, Daniel. O agro rachou? agenda ambiental e ameaça golpista expõem divisão “antes e depois da porteira”: divergências vêm à tona às vésperas dos atos de 7 de setembro, mas não se refletem no comportamento da bancada ruralista. **Brasil de Fato**. São Paulo, set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/06/o-agro-rachou-agenda-ambiental-e-ameaca-golpista-expoem-divisao-antes-e-depois-da-porteira>. Acesso em: 01 fev. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. *In*: WANDERLEY, Fernanda (coord.). **El desarrollo em cuestión: reflexiones desde América Latina**. La Paz: Plural Editores, 2011. p. 379-410.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 147-152, out. 1982.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**. London: Routledge, 2007.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. Critical explanation in social science: a logics approach. **Swiss Journal of Sociology**, [S.l.], v. 1, n. 34, p. 5-35, dez. 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3 v.

GRISA, Catia. O agronegócio e a agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidade e descontinuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], v. 29, n. 3, p. 545-573, out. 2021.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Cpda), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; DELGADO, N. Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: ideias, interesses e instituições na governança multinível. *In*: LEITE, Sérgio Pereira; BRUNO, Regina. (Org). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. v.1, p.227-248.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 52, n. 2, p. 323-346, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032014000200007>.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Resr**, Piracicaba, p.125-146, fev. 2014.

HASHIZUME, Maurício. Agronegócio é favorecido por rolagem bilionária de dívidas. **Repórter Brasil**. [S.l.], jan. 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/01/agronegocio-e-favorecido-por-rolagem-bilionaria-de-dividas/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

HAFFERS, LUIZ. Entrevista concedida a Patrícia Carvalho. O mercado é bem mais impiedoso que o MST. **Agroanalysis**. [S.l.], p. 1-5. mar. 1998.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 74, n. 25, p. 159-196, jul. 2010.

HERSCHINGER, Eva. **Constructing global enemies**: hegemony and identity in international discourses on terrorism and drug prohibition. London: Routledge, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOWARTH, David. Aplicando la teoria del discurso: el método de la articulación. **Studia Politicae**, Córdoba, n. 5, p. 37-88, 2005.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil. São Paulo: Isa, 2009.

INSTITUTO NACIONAIS DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Nota Técnica PRODES Amazônia 2023**. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estimativa-de-desmatamento-na-amazonia-legal-para-2023-e-de-9-001-km2#:~:text=Estimativa%20de%20desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia,Ama z%C3%B4nia%20Legal%20Brasileira%20\(ALB\)](https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/estimativa-de-desmatamento-na-amazonia-legal-para-2023-e-de-9-001-km2#:~:text=Estimativa%20de%20desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia,Ama z%C3%B4nia%20Legal%20Brasileira%20(ALB).). Acesso em: 15 out. 2023.

IORIS, A.A.R. O significado político e as consequências a longo prazo da hegemonia do agronegócio no Brasil. *In*: Machado, C.R.S (orgs.) **Conflitos ambientais e urbanos: pesquisa e resistência no Brasil e no Uruguai**. Rio Grande: FURG, 2018.

JESSOP, Bob. Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe 's post-Marxism. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 6, n. 2, p. 08-30, 2019.

JACOBS, Thomas. The dislocated universe of Laclau and Mouffe: an introduction to post-structuralist discourse theory. **Critical Review**, v. 30, n. 3-4, p. 294-315, 2018.

JANK, Marcos Sawaya. O agribusiness brasileiro e o próximo governo (1ª parte). **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 12-13, out. 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/47661/44858>. Acesso em: 05 maio 2023.

KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária – ABRA**, v. 23, n. 3, set/dez., 1993.

LACERDA, Elaine. A Associação Brasileira do Agronegócio e a Institucionalização de Interesses do Empresariado Rural no Brasil. **Revista Ruris**, v. 5, n.1, 2011.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2011.

LACLAU, Ernesto. Lo discursivo como fundamento constitutivo de la acción social. Palestra. *In*: **La construcción discursiva de los antagonismos Sociales**. Murcia: CENDEAC. Disponível em: <http://www.cendeac.net/es/actividades/a100>. Acesso em 01 mar. 2022.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. Identidad y Hegemonía: el rol de la universalidade em la constitución de la lógica política. *In*: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingência, hegemonía y universalidad: diálogos contemporâneos em la izquierda**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica en Argentina, 2004. p. 49-94.

LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia.** Madrid: SigloVeintiuno, 1987.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução? o neoliberalismo em chave estratégica.** São Paulo: N-1, 2019.

LEITE, Sérgio Pereira. Seis comentários e seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Nera**, [S.l.], v. 9, n. 8, p. 144-158, dez. 2006.

LEITE, Sérgio Pereira. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.l.], n. 7, p. 113-133, dez. 1996.

LEFORT, Claude. **A invenção da democracia: os limites do totalitarismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEHWE, Dieter. Introduction. *In*: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The roadfrommontpèlerin.** London: Harvard University Press, 2009. p. 1-42.

LERRER, Débora Franco. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do agronegócio e de consagração de seus agentes. **Contemporânea - Revista de Sociologia da Ufscar**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 273-304, 2020.  
<http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.137>.

LESSA, Renato. A invenção republicana. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v.5, n.10, p.10-37. jan/jul. 2000.

LOBATO, Elvira. Agronegócio e pecuária de ponta usam trabalho escravo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 jul. 2004. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62501.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LOPES, C .L.; MACEDO, E. **Sobre a organização e os tradutores.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 216 p.

LOVATELLI, Carlo. Propostas do agronegócio para o próximo presidente da república. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 1-15, maio de 2006.  
Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35499/34279>.  
Acesso em: 27 jul. 2023.

LOWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Cadernos CRH** [online], v. 67, n. 26, p. 79-86, jan. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 01 fev. 2020.

MARCHART, Olivier. **El pensamiento político posfundacional: la diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.



MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-38.

MARTINS, José de Souza. A modernidade do "passado" no meio rural. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 26-34.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/38HFFkDhvV7Dqdttd4xkmjjm/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Tempo Social: Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>

MATTEI, Lauro. A política agrária e rural no governo Temer. **Projetos de cooperação técnica UTF/BRA/083/BRA**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura – OPPA/CPDA, 2016. (Texto de conjuntura, 23).

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v. 52, n. 1, p. 105-124, 2014. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032014000600006>.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo Uerj**, [S.l.], n. 3, p. 7-21, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, L.S. "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. *In*: GIARRACCA, N. **Una nueva ruralidade en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELO, Fernando B. Homem. O plano real e a agricultura brasileira: perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n. 4(76), p.146-155, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. 1975. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade de Campinas, Campinas, 1975.

MENESES, Jaldes Reis de. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 116, p. 675-699, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282013000400006>.

MENDONÇA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, v.91, p.135-167, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 3, p. 249-258, dez. 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, intelectuais e tecnologia agropecuária (1970-2007). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. p. 1-14.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à associação brasileira de agribusiness. **Antítese**, Goiânia, v.2, p. 11-29, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo Agrário**. v.1. n.1, 2000.

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O Fundamento como "Fundamento Ausente" nas Ciências Sociais. **Sociologias**, [S.l.], v. 41, n. 18, p. 164-194, abr. 2016.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Brasília: 2003

MIRANDA, Evaristo Eduardo de *et al.* O alcance da legislação ambiental e territorial. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, p. 26-31, dez. 2008.

MIROWSKI, Philip. Postface: definingneoliberalism. *In*: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The road from montpèlerin: the making ofthe neoliberal thought collective**. Londres: Harvard University Press, 2009. p. 417-454.

MOUFFE, Chantall. Democracia em mundo multipolar. **Publicum**, [S.l.], v. 4, n., p. 142-156, 2018.

MOUFFE, Chantall. **En torno a lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MOUFFE, Chantall. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26, jan. 2003.

MOORE, Jason W.. Cheap food & bad money: food, frontiers and financialization in the rise and demise of neoliberalism. **Jstor: Review**, [S.l.], v. 33, n. 2/3, p. 225-226, jan. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Itamar ajudou o MST nas batalhas mais duras pela Reforma Agrária**. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/07/04/itamar-ajudou-o-mst-nas-batalhas-mais-duras-pela-reforma-agraria/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MULLER, G. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, 109-136, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8533>.

MUELLER, Charles C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Política Agrícola**, [S.l.], v. 2, n. 14, p. 18-36, jun. 2005.

MUELLER, Charles C. Gênese da Estratégia Agrícola no Brasil: uma interpretação. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 3-24, mar. 1984.

NAVARRO, Zander. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v. 3, n. 57, p. 472-489, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/PR6PqqHCsxmdvG78j4dXr9f/?lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2022.

NAVARRO, Zander. O mundo rural no novo século: um ensaio de interpretação. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro *et al* (org.). **Agricultura: transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016. cap. 1, p. 25-63.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? In: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al* (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola e a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 695-724.

OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 122-140.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 7, n. 18, p. 43-63, ago./1993. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141993000200003>.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson de; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes de. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, dez. 2013.

OLIVEIRA, José Vitor Costa de. **Preço de terras no Brasil atinge maior patamar dos últimos 20 anos**: relatório do ihsmarkit aponta aquecimento do mercado de terras e importantes reajustes nas cotações. Relatório do IHS Markit aponta aquecimento do mercado de terras e importantes reajustes nas cotações. 2023. Disponível em: <https://agbi.com.br/preco-de-terras-no-brasil-atinge-maior-patamar-dos-ultimos-20-anos/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ORTEGA, Antônio César. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2005.

OTERO, Gerardo. El régimen alimentario neoliberal y su crisis: estado, agroempresas multinacionales y biotecnología. **Antípoda: Revista De Antropología Y Arqueología** [S.l.], v. 17, n. 1, p. 49-78, jul. 2013. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/article/view/1911>. Acesso em: 10 out. 2023.

O' CONNOR, J. Las condiciones de producción, por un marxismo ecológico, una introducción teórica. **Ecología Política**, n. 1, p. 113-130, 1991.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: terceira grande renegociação. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3, set. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/1951/515>. Acesso em: 05 maio 2022.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: mais próximo do primeiro mundo. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 3, jan. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35774/34573>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte. A fraqueza do setor rural. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 08, p. 46-47, ago. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35614/34411>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: o fundo do poço. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 3, out. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/1940/526>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: conjuntura exige mais competência. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 3, fev. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35415/34202>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: páginas abertas. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 7, nov. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50784/49577>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: a orquestração do agribusiness. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 07, p. 7, out. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50748/49542>. Acesso em: 20 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: um sonho à frente de nosso tempo. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 7, jan. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50862/49654>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O AGRONEGÓCIO é o seguinte: o maior negócio do país. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, p. 9, out. 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50730/49529>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/853>.

PARAMIO, Ludolfo. Após o dilúvio: introdução ao pós-marxismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p.123-152, 1989.

PAULANI, Leda Maria. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 58-73, dez. 2003.

PAVONE, Vincenzo. Ciencia, neoliberalismo y bioeconomía. **Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.** [online]. v. 7, n. 20, p. 145-161, 2012.

PETERS, Michael. Estruturalismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo. *In*: PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. cap. 1, p. 07-45.

PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 10, n. 18,19, p. 301–323, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/481>. Acesso em: 10 maio 2021.

PEREIRA, JOÃO M. M.; ALENTEJANO, P. R. R. Capitalismo, cuestión agrária y luchas políticas em Brasil (1964-2014). **Estudios Críticos del Desarrollo**, v.5, p. 155-197, 2015.

PERISSINOTTO, Renato M. Hegemonia cafeeira e regime político oligárquico. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v 6/7, p. 187-200, 1996.

PERISSINOTTO, Renato M. Classe dominante e política econômica cafeeira (1906-1930). **Perspectivas**. São Paulo, v.16, p.165-190, 1993.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrario**, La Plata, v. 9, n. 18, jun. 2009.

PINAZZA, Luiz Antônio. Uma visão sistêmica para a política agrícola. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 8-9, jan. 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48336>. Acesso em: 05 maio 2022.

PINAZZA, Luiz Antonio; ALIMANDRO, Regis. Três momentos da produção de grãos. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 17-19. abr. 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/2767/755>. Acesso em: 03 fev. 2022.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. O ajuste estrutural brasileiro dos anos 90: a ampliação da desarticulação setorial e social. **Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades**, v. 229, p. 26–49, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2008.n229.p26-49>.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, 2009.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa; BOECHAT, Cássio Arruda. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da Puc Minas**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 2018. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Ifch, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018.

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2020. 324 p.

POMPEIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, jan. 2020.

POMPEIA, Caio. "Agro é tudo": simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 195-224, 2020.

POMPEIA, Caio. A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, p. 115 - 139, 2021.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 57, p. 175-198, 30 jun. 2021. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v57i0.77248>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Pólis: Revista Latinoamericana**, v. 41, p.1-13, set. 2015.

PRADO, Fernando Correia. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAITER, Alejandro *et al.* Significaciones imposibles. *In*: RAITER, Alejandro *et al.* **Discurso y Ciencia Social**. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 39-50.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Ed.) **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 331-348, jan. 1982.

REYDON, Bastiaan Philip. Governança da terra e a questão agrária no Brasil. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. cap. 3, p. 725-760.

RODRIGUES, Roberto. Festa junina. **Folha de São Paulo**. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2106200805.htm>. Acesso em: 24 out. 2023.

RODRIGUES, Roberto. Abre aspas: desafio ao campo. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 6-8, out. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35708>. Acesso em: 05 maio 2022.

RODRIGUES, Roberto. O maior negócio do país [entrevistado por Bruno Blecher. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 3-5, maio. 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50568/49372>. Acesso em: 05 maio 2023.

RODRIGUES, Roberto. Abre aspas: Ministro Roberto Rodrigues: o PCCA chega ao poder. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 3-7. mar. 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/50574>. Acesso em: 01 fev. 2022.

RODRIGUES, Roberto. Justiça Agrária. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, p. 66. mar. 2002.

RODRIGUES, Roberto. Noves fora, um. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 16-18, abr. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48629>. Acesso em: 05 maio 2022.

RODRIGUES, Roberto. Um novo modelo agrícola para competir. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 52, abr. 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/48211/46122>. Acesso em: 20 maio 2022.

RODRIGUES, Roberto. Reformas estruturais para a agricultura [entrevista]. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 1-5, jun. 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/47882>. Acesso em: 05 maio 2022.

RYFF, Tito. A cornucópia agrícola: mito e realidade. *In*: TAVARES, Maria da Conceição; DAVID, Maurício Dias. **A economia política da crise**. Rio de Janeiro: Uerj, 1982. p. 89-100

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. *In*: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Ed.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 265-291.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 151-184, out. 2008.

SABOURIN, E. Que política para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, dez. 2007.

SAUER, Sérgio. Dinheiro público para o agronegócio: o agronegócio tem crescido à sombra do estado. sua importância aumenta também conforme crescem. **Le Monde Diplomatique Brasil** [online]. abr. 2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dinheiro-publico-para-o-agronegocio/>. Acesso em: 10 maio 2023.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 81 p.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.l.], v. 50, n. 3, p. 503-524, set. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032012000300007>.

SALAMA, Pierre. Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil. **Argumentum**, v. 08, n. 02, p. 127-139, 2016

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 18, n. 52, p. 35-54, jun. 2003.



FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092003000200003>.

SAMPAIO, João. Benefícios da mediação e da arbitragem. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 33, set. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/35705>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; GIRARDI, Eduardo Paulo; ROSSINI, Rosa Ester. The “expansion of agribusiness in Brazil”: a dossier composed of different perspectives. **Confins**, [S.l.], n. 45, 9 maio/2020. OpenEdition. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/confins.27871>.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Lula (PT) é entrevistado no Jornal Nacional. **G1**. OnLine, p. 1-1. ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/25/lula-pt-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, José Graziano da. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **Agricultura brasileira: desempenho, desafio e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

SILVA, José Graziano da. Las organizaciones profesionales em la moderna agricultura brasileña. **Agricultura y Sociedad**, [S.l.], v. 68-69, p. 195-218, 1993.

SILVA, José Graziano da. A gestão das políticas públicas na agricultura brasileira moderna. **Revista de Economia e Sociedade Rural**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 309-326, 1989.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O que é: questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/legislacao/artigos/O%20QUE%20E%20QUESTAO%20AGRARIA.pdf>. Acesso em: 01 maio 2022.

SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998. cap. 1, p. 1-40.

SINGER, André. Cutucando a onça com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

SIM, Stuart. **Post-marxism: na intellectual history**. Routledge: [S.n.], 2013.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **Dataluta: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, [S.l.], n. 122, p. 1-29, fev. 2018.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira** [online]. rev. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS. (2020). Ranking Abras 2020. Disponível em: <https://superhiper.abras.com.br/pdf/259.pdf>  
Acessado em 10 de nov. 2022.

SCOLESE, Eduardo. MST e CPT dizem que demissão é "traição": entidades criticam governo e afirmam que exoneração de Marcelo Rezende do Incra é vitória dos "ruralistas". **Folha de São Paulo**. São Paulo, set. 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 511-531, jul. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Informação Tecnológica, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014

STAVRAKAKIS, Yannis. Hegemonia ou pós-hegemonia? discurso, representação e a(s) Vingança(s) do Real. **Teoría y Crítica de La Psicología**, [S.l.], v. 13, p. 57-80, 2019.

STEDILE, João Pedro. Esta pandemia é a expressão mais trágica da fase atual do capitalismo, diz Stédile: coordenador do MST lança livro sobre reforma agrária no mundo e propõe que no brasil ela seja baseada na agroecologia. Entrevista concedida a Erick Gimenez. **Brasil de Fato**. [S.l.], p. 1-1. abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/esta-pandemia-e-a-expressao-mais-tragica-da-fase-atual-do-capitalismo-diz-stedile>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SVAMPA, Maristella. Modelo de desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa. *In*: WANDERLEY, Fernanda (coord.). **El desarrollo en cuestión**: reflexiones desde América Latina. La Paz: Plural Editores, 2011. p. 411-441.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *In*: CLACSO. **Movimientos socioambientales en América Latina**. Buenos Aires (AR): Clacso, 2012. p. 15-38.

SUSTENTABILIDADE: Moratória na Amazônia. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 08, p. 46-47, ago. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/issue/view/1938/528>. Acesso em: 27 jul. 2023.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. *In*: TAVARES, M. C., org. (2000) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, M. C. Economista do PT faz críticas à proposta social de Palocci. Entrevista cedida a Gabriela Athias. **Folha de São Paulo**. São Paulo, abril, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200312.htm>. Acesso em: 10 abril 2022.

TAVARES, M. C. A questão agrária e as relações de poder no país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, maio 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/05/dinheiro/12.html>. Acesso em: 02 maio 2022.

TEIXEIRA, Gerson. A Sustentação Política e Econômica do Agronegócio no Br. **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 13-30, jul. 2013.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira; ZONIN, Valdecir José. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revista Grifos**, [S.l.], v. 30, n. 51, p. 141-162, 28 set. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5371>.

TORFING, Jacob. Discourse theory: achievements, arguments and challenges. *In*: Torfing, Jacob; Howarth, David. **Identity, policy and governance**. New York: Palgrave, 2005.

THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2015.

UNICA. **ARES visa tornar o agronegócio mais sustentável**. 2007. Disponível em: <https://unica.com.br/noticias/ares-visa-tornar-o-agronegocio-mais-sustentavel/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

UNDURRAGA, T.; OSSANDÓN, J. Facebook te ensina a ser neoliberal. Entrevista a Philip Mirowski. **Documento de Trabajo**, COES, v.39, 2020.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIGNA, Edécio. Bancada Ruralista, um grupo de interesse. **Argumento**. Inesc-Brasília, n. 08, p 01-52, 2001.

WEDEKIN, Ivan. Agronegócio é uma mistura de realismo e entusiasmo [entrevista]. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 4-6, jun. 2004. Disponível

em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/view/51573/50362>.

Acesso em: 27 jul. 2023.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. *In*: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 12-19.

WILKINSON, John. **O Estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

## GLOSSÁRIO

Articulação: Para compreendermos o que é uma articulação, primeiro precisamos ter por assentado que a teoria do discurso pós-marxista trabalha com a noção de que o social é constitutivamente aberto, ou seja, não há, em sua definição, um conjunto de mediações que possam fundamentar a ordem social, não existe uma sociedade como um objeto de discurso definido a partir de si mesma. Há sempre um excesso do social, uma proliferação de diferenças, que tende a subverter a estabilidade de uma ordem e a dificuldade de deter este fluxo de diferenças (LACLAU, MOUFFE, 1987). A categoria da articulação visa estabelecer a possibilidade de entendimento desta lacuna entre o social e o seu excesso, buscando identificar os modos pelos quais tanto é possível especificar os elementos que entram na dinâmica da constituição de uma estabilidade de uma ordem, quanto a possibilidade de

especificar este momento relacional entre as diferenças. Toda prática articulatória pode ser entendida como a tentativa de estabelecer uma relação entre elementos dispersos no campo da discursividade, de tal modo que a identidade destes elementos é modificada pela prática de sua articulação discursiva (LACLAU et al., 2000).

**Antagonismo:** Representa uma negatividade. O antagonismo pode ser entendido como um Outro das identidades. Neste sentido, sua radicalidade está em funcionar como um exterior constitutivo, na medida em que é um (ou vários) discurso(s) que ameaça a ordem estabelecida (o interior de um processo de significação) ao impedir, bloquear sua expansão. De tal modo que entender o antagonismo é entender a impossibilidade de uma objetividade de toda formação discursiva (LACLAU, MOUFFE, 1987; LACLAU, 2011). Como exterior constitutivo, o antagonismo é tanto impossibilidade de significação da estrutura, quanto sua possibilidade, pois é contra um Outro que pode ser estabelecido um Eu. É contra um discurso antagônico que o discurso antagonizado é organizado. Assim podemos entender o porquê do antagonismo estar na base do político, ou seja, no princípio de todo processo de conformação do social.

**Discurso:** Todo objeto é um objeto de discurso, pelo fato de que nenhum objeto pode prescindir de uma superfície discursiva para a sua aparição social. O discurso é o resultado da prática de articulação de elementos numa totalidade estruturada, em que os elementos, antes dispersos em suas diferenças, passam a ocupar uma posição de momento de uma totalidade. É importante frisar que estes elementos não têm, antes do processo de articulação, qualquer relação. A possibilidade de um vínculo articulatório entre estes últimos é contingente. A prática da construção discursiva implica em colocar estes elementos numa regularidade em sua dispersão, o poder de constituir um discurso está exatamente em organizar as diferenças dispersas, a conformar uma significação equivalente geral para todas. Laclau e Mouffe (1987) não fazem distinção entre discurso como palavra e como ações, ambos conformam práticas discursivas de articulação da significação social. Imaginemos que haja um governo opressor, antipopular, e que, em relação a estes, existam múltiplas demandas não atendidas, de estudantes, trabalhadores rurais, camponeses, operários, feministas, antirracistas, ecológicas, entre outras. Cada um destes grupos são elementos não articulados que expressam demandas ou têm discursos particulares. Estabelecer um discurso é conectar todas estas demandas a partir de um ponto nodal contra um antagonismo, de modo que uma demanda particular, que é tendencialmente esvaziada de sua particularidade, passa a ter a função de representar a todas as outras múltiplas demandas de um campo social. O processo de articulação destes elementos é o que se entende por discurso (BURITY, 2014). O que os conecta é contingencial, não pode ser derivado de uma estrutura, mas da relação que é estabelecida entre os elementos e o campo antagônico, no que precisamos identificar tanto qual relação estabelece o vínculo, bem como qual a nova identidade que ela confere aos distintos elementos, agora agrupados como momentos de uma estrutura discursiva.

**Hegemonia:** A hegemonia é uma forma do social ser constituído. O social é um conjunto de diferenças, marcado por um excesso de sentido. A tarefa de fixar estas

diferenças na produção de um sentido ocorre pela hegemonia, que se consubstancia na transformação de um destes múltiplos corpos particulares na função de representação de um universal, de uma plenitude ausente na comunidade. Logo, um dos modos de acontecer desta hegemonia ocorre pela falta, por uma incapacidade de significação das identidades numa estrutura, que sofreu, por sua vez, uma crise em seu processo de reprodução de sentido. O discurso hegemônico oferece às particularidades uma plataforma de inscrição para a ausência de sentido, contra o impedimento de realização do processo de identificação. A hegemonia ocorre por meio de uma articulação contingente e sua contingência deriva do caráter externo da força que articula seus elementos. Esta externalidade provém, por sua vez, da existência de uma falta na estrutura, por processos de deslocamentos que impedem que a estrutura esteja “inteiramente reconciliada consigo mesma” (LACLAU, 2011, p.140). O ato de reordenar esta estrutura deslocada, de promover processos de identificação, são atos de decisão do sujeito, que tem na teoria do discurso pós-marxista uma localização específica entre o deslocamento da estrutura e sua reorganização.

**Lógica da diferença:** É uma lógica do político por meio do qual a conformação da ordem se dá pela captura e inclusão de distintas demandas, diferentes discursos, em cadeias de equivalência. Pode ser identificada em formas institucionais de administração das diferenças, a partir de suas particularidades, que são combinadas num sistema de significação extensivo. A lógica da diferença também pode ser identificada numa totalização institucionalista, onde as diferentes demandas são incluídas na ordem social como particularidades. É a lógica da complexificação do social, pela possibilidade que implica de maior combinação entre distintas identidades (LACLAU, 2005).

**Lógica da equivalência:** É uma lógica do político que se dá, ao contrário da lógica da diferença, pela redução das possibilidades de combinação de diferenças no social apenas a partir de dois campos. É o processo de dicotomização do social, da sua simplificação em apenas duas posições, processo em que é fortalecida uma fronteira que separa discursos antagônicos e discursos antagonizados. Tanto a lógica da diferença, quanto a lógica da equivalência operam em conjunto, ainda que se possa atestar a prevalência de uma delas, nenhuma pode dominar totalmente o campo do político (LACLAU, 2005).

**Ponto nodal:** Um ponto nodal é um significante que funciona como plataforma de inscrição para os distintos discursos que existem como particularidades no campo discursivo. Funciona como um equivalente geral, por meio da qual as demais particularidades alcançam forma de representação universal (HERSCHINGER, 2011).

**Significante flutuante :** Se considerarmos que o lugar do universal é um vazio e que existe uma competição entre distintos discursos pelo seu preenchimento, sustenta Laclau (2011) que o próprio conteúdo que venha a ocupar este lugar, que tenha uma função de preenchimento, é indiferente ao vazio. De tal forma que não há nenhum vínculo interno entre um discurso hegemônico e o lugar que ocupa numa universalização. Qualquer conteúdo que tenha uma função hegemônica é dividido entre o seu sentido literal, a sua particularidade, e uma função geral de plenitude,

esta distância entre o particular e o universal do significante hegemônico fornece a condição de visibilidade da contingência da estrutura, de seu caráter aberto, sempre marcado por uma falta, uma impossibilidade da estrutura estar continuamente reconciliada consigo mesma. Todavia, esta indecibilidade e contingência tem formas de aparição e, então, encontramos o papel dos significantes flutuantes. Laclau (2011) afirma que “significantes constitutivamente flutuantes” são formas de expressão de uma falta na estrutura de significação, representam uma plenitude ausente. Seu caráter flutuante reside no fato de que seus “seus significados só são fixados pelos conteúdos concretos dados pelas forças antagônicas” (LACLAU, 2011, p.144), que os ordena, por sua vez, através da produção de significantes vazios, que passam a indicar a forma geral de plenitude.

**Significante Vazio :** Um significante vazio expressa a existência de um limite para o processo de significação. Tal limite se mostra a partir do esvaziamento dos significantes, por isso se entende que o significante vazio é, nos termos de Laclau (2011, p.65), “um significante sem significado”. A base do entendimento para este significante está vinculada ao processo de significação em si mesmo. A partir de sua leitura de Saussure, Laclau (2011) compreende que a língua é conformada por um sistema de diferenças relacionais, onde cada diferença exige a presença de uma outra para ser significada e mais, exige uma totalidade de significação. De modo que cada identidade (diferença) ao mesmo tempo em que ganha significação por ser um particular, também é marcada, neste processo de produção do sentido, por uma equivalência. São identidades cindidas entre uma particularidade e uma universalidade. Para que o sistema das identidades exista, Laclau (2011) entende a necessidade de um limite do processo de significação que não pode ser composto por uma diferença a mais, caso em que a significação não teria fim, nem o sistema uma sistematicidade. Há a necessidade de um limite, o que não pode ser significado, há, portanto, uma necessidade de uma ruptura no processo de significação, demarcando a sistematicidade do sistema e algo que está para além dele. Este “para além” do sistema é uma exclusão, o antagonismo em relação às identidades diferenciais internas ao sistema. Esta exclusão é condição de possibilidade de significação do sistema, porque permite a ação da lógica de equivalência, que unifica as identidades a partir da subversão de suas particularidades. Mas como as identidades são um lugar indecível entre se são particularidades ou se são universalidades, a única possibilidade de significação é produzir um objeto impossível, dar significado ao que é a pura ausência de significação, o lugar vazio do universal. Este processo de significação ocorre por intermédio do significante vazio, que é uma forma de dar nome àquilo que não pode ser representado, o real. É um processo de substituição por meio do qual o real, como inacessível, é representado. Aquilo que pode ser identificado como significante vazio não está vinculado a nenhuma universalidade, nem particularidade a priori, mas depende da relação que é estabelecida contextualmente com os antagonismos, que é o fator dinâmico do processo de representação.